



TCE - Janeiro de 2026

Sumário

Número de notícias: 345 | Número de veículos: 337

TO NOTÍCIAS
TCE - TO

Gurupi e TCETO alinham orientações técnicas para qualificar contratações públicas (Notícias) 34

PORTAL EUCLIDENSE - EUCLIDES DA CUNHA - BA
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Geral) 35

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Abreulândia elabora Plano de Ação Anual do Conselho Municipal de Saúde 36

BONFIM DIGITAL - SENHOR DO BONFIM - ONLINE
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde 37

CANAL 63 - PALMAS - TO - CIDADES
TCE - TO

Cautelar determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia 38

INTELIGÊNCIA BRASIL IMPRENSA - ONLINE - GERAL
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde 39

CHAPADA EM ALERTA - BA
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde 40

A NOTÍCIA DIGITAL - PONTA GROSSA - PR
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde 41

OESTE 360 - ONLINE - SP - GERAL
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde 42

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde 43

PORTAL WR NEWS - GO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde 44

BLOG DO HP - ABREULÂNDIA - TO
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde 45

ENFOQUE PRESS - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde 46

CN TOCANTINS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Geral) 47

DIGA NOTÍCIAS - CAMAÇARI - BA - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde 48

OLHAR DINÂMICO - SÃO PAULO - SP
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde 49

REPORTER TOCANTINS - TO
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Geral) 50

JALAPÃO NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde 51

BURITI NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Geral) 52

BOLETIM POLITICO - SP - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

.....	53
VISÃO NOTÍCIAS 350 GRAUS - TERESINA - PI - ONLINE TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde	54
.....	54
100 NOTÍCIAS - CRISTINO CASTRO - PI TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde	55
.....	55
NA FESTA - ONLINE TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde	56
.....	56
GPI NEWS - TO TCE - TO	
Gurupi e TCETO alinham orientações técnicas para qualificar contratações públicas (Geral)	57
.....	57
GPI NEWS - TO TCE - TO	
Contratação de serviços médicos em Gurupi: Gestão alinha fluxos com o TCE (Saúde e Bem Estar)	58
.....	58
GAZETA DE GURUPI - TO TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Prefeitura de Gurupi)	59
.....	59
GAZETA DE GURUPI - TO TCE - TO	
Gurupi e TCETO alinham orientações técnicas para qualificar contratações públicas (Prefeitura de Gurupi)	60
.....	60
RR 10 NOTÍCIAS - TO TCE - TO	
Gurupi e TCETO alinham orientações técnicas para qualificar contratações públicas (CIDADES)	61
.....	61
PREFEITURA DE GURUPI - TO TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Administração)	62
.....	62
PREFEITURA DE GURUPI - TO TCE - TO	
Gurupi e TCETO alinham orientações técnicas para qualificar contratações públicas (Administração)	

.....	63
VIDA E HARMONIA - PALMAS - TO TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Gurupi - TO)	64
.....	64
ARENA DE NOTÍCIAS - GO TCE - TO	
Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde	65
.....	65
AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Cautelar determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões em Formoso do Araguaia	66
.....	66
TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Contrato de R\$ 7,9 milhões em Formoso do Araguaia é suspenso por ausência de comprovação da vantajosidade	67
.....	67
PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE aponta falhas e suspende contrato milionário em município do Tocantins	68
.....	68
PORTAL NORTE DE NOTÍCIAS - MANAUS - AM - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE aponta falhas e suspende contrato milionário em município do Tocantins	69
.....	69
AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS TCE - TO	
Após valor quase dobrar, TCE suspende contrato de R\$ 7,9 milhões em Formoso do Araguaia	70
.....	70
CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO TCE - TO	
Cautelar determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia	71
.....	71
JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO TCE - TO	
Contrato de R\$ 7,9 milhões em Formoso do Araguaia é suspenso por ausência de comprovação da vantajosidade	72
.....	72
FOCO TOCANTINS - TO TCE - TO	
Medida Cautelar do TCE determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia (Cidades)	73
.....	73
SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE suspende contrato de quase R\$ 8 milhões da Prefeitura de Formoso do Araguaia (TO)	74
.....	74

ATITUDE TOCANTINS - TO
TCE - TO

Cautelar determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia (Cidades)

76

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Tribunal determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia

77

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO - TO - POLÍTICA
TCE - TO

TCE lança cronograma das avaliações que definirá os municípios que receberão o Selo Município Amigo do Futuro

78

BLOG DO LUIZ ARMANDO COSTA - TO
TCE - TO

Cautelar determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia

79

PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Semana em Resumo | de 25 à 31 de Janeiro

80

GRIFON - SÃO PAULO - SP
TCE - TO

Cautelar determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia

81

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE/TO suspende contrato de R\$ 7,9 mi em Formoso por suspeita de irregularidades

82

TOCA NEWS - TO
TCE - TO

TCE determina suspensão cautelar de contrato de quase R\$ 8 milhões em Formoso do Araguaia (Política / Gestão Pública)

83

GRIFON - SÃO PAULO - SP
TCE - TO

Terceira Relatoria reúne agentes públicos estaduais para tratar de assuntos técnicos

84

CONEXÃO TOCANTINS - SAÚDE
TCE - TO

Não existe planejamento de terceirização das UPAs , garante a Semus

85

O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Palmas sinaliza melhorias nas UPAs ao Conselho Municipal de Saúde

86

PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Suspensão do reajuste da BRK acirra disputa política no Tocantins

87

MIRA JORNAL - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO lança e-book que explica, de forma simples, para onde vai o dinheiro do Estado

88

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Gestão de Marcos Duarte à frente da Câmara de Araguaína tem contas aprovadas pelo TCE
..... 90

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO - TO - TOCANTINS
TCE - TO

TCE lança explica em e-book, de forma simples, para onde vai o dinheiro do Estado
..... 91

BLOG DO HP - ABREULÂNDIA - TO
TCE - TO

Prefeitura de Palmas sinaliza melhorias nas UPAs ao Conselho Municipal de Saúde.....93

RÁDIO NOVA FM - GURUPI - TO - REVISTA 104
TCE - TO

Tribunal divulga cronograma de avaliações do programa TCE de Olho no Futuro.....94

CLEITON PINHEIRO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Palmas sinaliza melhorias nas UPAs ao Conselho Municipal de Saúde.....95

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Semus nega terceirização das UPAs e apresenta estudos para melhorar atendimento.....96

PRIMEIRA PÁGINA IMPRESSO - PALMAS - TO - GERAL
TCE - TO

Entenda por que prefeitos têm contas rejeitadas e como isso afeta os municípios.....98

BLOG DO LUIZ ARMANDO COSTA - TO
TCE - TO

Prefeitura de Palmas sinaliza melhorias nas UPAs ao Conselho Municipal de Saúde..... 100

VIDA E HARMONIA - PALMAS - TO
TCE - TO

Prefeitura de Palmas sinaliza melhorias nas UPAs ao Conselho Municipal de Saúde (Prestação de Contas)
.....102

PORTAL GILDA BONFIM - TO
TCE - TO

Laurez classifica suspensão do reajuste da água como "medida populista" e critica Dorinha (No"ticias)
.....103

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE aprova contas de 2023 da gestão de Marcos Duarte na Câmara de Araguaína..... 104

PORTAL DO AMARAL - TO - ARAGUAÍNA
TCE - TO

TCE valida gestão fiscal da Câmara de Araguaína sob comando de Marcos Duarte.....105

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Laurez classifica suspensão do reajuste da água como medida populista e critica Dorinha
.....106

CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO
TCE - TO

Municípios precisam confirmar nomes dos agentes do programa Aliança pela Primeira Infância	107
O PARALELO 13 ONLINE - TO - PODERES TCE - TO	
Municípios precisam confirmar nomes dos agentes de integração do programa Aliança pela Primeira Infância que atuarão em 2026	108
G1 - TOCANTINS - TO - TOCANTINS TCE - TO	
Prefeito de Cachoeirinha é investigado pelo MP após nomear sobrinha com ensino médio incompleto para cargo de secretária de igualdade	109
AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS TCE - TO	
Quase 20 entidades pressionam governador por correção de salários, diárias e progressões	110
PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Ex-prefeito do TO tem bens bloqueados por suspeita de venda irregular de lotes	111
O PARALELO 13 ONLINE - TO - ESTADO TCE - TO	
Sindicatos pedem adequação nas progressões, reajuste de diárias e atualização do auxílio alimentação	112
SURTIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCETO lança cronograma das avaliações que definirá os municípios que receberão o Selo Município Amigo do Futuro	113
GRIFON - SÃO PAULO - SP TCE - TO	
Municípios precisam confirmar nomes dos agentes de integração do programa Aliança pela Primeira Infância	114
PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Entenda por que prefeitos têm contas rejeitadas e como isso afeta os municípios no Tocantins	115
NOTÍCIA DO TOCANTINS - PALMAS - TO TCE - TO	
Prefeito de Cachoeirinha, Sandrimar Alves, é investigado pelo MP após nomear sobrinha com ensino médio incompleto para secretaria (Destaques)	117
T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE/TO solicita confirmação de agentes do Programa Aliança pela Primeira Infância	119

Terça-Feira, 17 de Março de 2026

PRIMEIRA PÁGINA IMPRESSO - PALMAS - TO - GERAL
TCE - TO

Quem são os 28 prefeitos que se reelegeram em 2024 mesmo tendo contas rejeitadas.....120

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Justiça bloqueia bens de ex-prefeito de Aparecida do Rio Negro por suspeita de improbidade na regularização fundiária.....122

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

SERVIDORES PÚBLICOS: Sindicatos pedem adequação nas progressões, reajuste de diárias e atualização do auxílio alimentação (TOCANTINS).....123

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

Sindicatos pedem adequação nas progressões, reajuste de diárias e atualização do auxílio alimentação (TOCANTINS).....124

ARAGUAÍNA NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO divulga cronograma das avaliações do Selo Município Amigo do Futuro.....125

O PARALELO 13 ONLINE - TO - PODERES
TCE - TO

TCETO lança e-book que explica, de forma simples, para onde vai o dinheiro do Estado.....126

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO -TO
TCE - TO

EM OFF | Max Baroli fecha apoio à candidatura de Lucas Campelo e Raul Guimarães perde outro aliado de Alexandre; Celso Moraes convidado para ser vice de Vicentinho Jr (Em Off).....128

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Para onde vai o dinheiro do Governo do Tocantins? TCE lança e-book que detalha gastos.....130

RÁDIO HITS - PALMAS - TO - DIRETO DA REDAÇÃO
TCE - TO

Prefeitos com contas rejeitadas pelo TCE-TO se reelegeram em 2024.....132

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Tribunal divulga cronograma de avaliações do programa TCE de Olho no Futuro.....133

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Em e-book, TCE/TO explica ao cidadão de onde e para onde vai o dinheiro do Estado.....134

FOLHA DE TAQUARUSSU - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Com orçamento de R\$ 98 mi, obra da ponte de Palmas chega a sete meses | G1.....136

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Investigação apura contratos da Secretaria de Saúde do Tocantins com Idesp; entre 2024 e 2025 instituto recebeu milhões via emendas parlamentares	138
JORNAL OPÇÃO - ONLINE - TO TCE - TO	
Investigação apura contratos da Secretaria de Saúde do Tocantins com Idesp; entre 2024 e 2025 instituto recebeu milhões via emendas parlamentares	140
CANAL 63 - PALMAS - TO TCE - TO	
Parceria estratégica da PMTO com municípios, Estado e órgãos de controle amplia o alcance do PROERD no Tocantins (POLÍCIA)	142
SURTIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos completam sete meses e seguem dentro do cronograma, diz Ageto	143
PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE rejeitou contas de 57 municípios em 2023 e destes 28 prefeitos foram reeleitos em 2024	145
NOTÍCIAS 105 TOCANTINS TCE - TO	
Ponte de Palmas: veja como está o andamento e quando obra de R\$ 98 milhões deve ser finalizada (Capital do Estado)	148
G1 - TOCANTINS - TO - TOCANTINS TCE - TO	
Ponte de Palmas: veja como está o andamento e quando obra de R\$ 98 milhões deve ser finalizada	150
PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Veja quem são os 28 prefeitos que se reelegeram em 2024 mesmo tendo contas rejeitadas pelo TCE-TO	153
PORTO FERREIRA HOJE - CAMPINAS - SP TCE - TO	
MPF alerta sobre uso irregular de emendas pix para show	154
CURSOS MÓDULOS TCE - TO	
TCE-TO aponta falhas na transparência de emendas em municípios	155
CONTÁBEIS - NOTÍCIAS TCE - TO	
Tribunal de Contas identifica inconsistências contábeis e falhas de transparência em repasses de emendas municipais	156

RIO FM ONLINE - NOTÍCIAS
TCE - TO

Ponte de Palmas: veja como está o andamento e quando obra de R\$ 98 milhões deve ser finalizada

158

NOTÍCIA DO TOCANTINS - PALMAS - TO
TCE - TO

A requalificação da ponte de Palmas: andamento da obra de R\$ 98 milhões, previsão de conclusão e os apontamentos do TCE (Destaques)

161

RÁDIO NOVA 104,9 FM - ONLINE - NOTÍCIAS
TCE - TO

Ponte de Palmas: veja como está o andamento e quando obra de R\$ 98 milhões deve ser finalizada

164

DIRETO E RETO NOTÍCIAS
TCE - TO

Ponte de Palmas: veja como está o andamento e quando obra de R\$ 98 milhões deve ser finalizada (Tocantins)

167

BOAS NOVAS FM
TCE - TO

Ponte de Palmas: veja como está o andamento e quando obra de R\$ 98 milhões deve ser finalizada (SLIDE)

170

ATITUDE TOCANTINS - TO
TCE - TO

Ex-prefeito de Aparecida do Rio Negro, Suzano Marques, tem bens bloqueados por ação de improbidade administrativa (Estado)

173

R1 PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Farra das Diárias: Membros do TCE-TO Consomem Mais de R\$ 1,1 Milhão em Viagens sob o Manto da Transparência

174

GRIFON - SÃO PAULO - SP
TCE - TO

Tribunal de Contas defende inclusão do Proerd na grade extracurricular das escolas públicas

175

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Parceria entre instituições leva para escolas do Tocantins programa de combate às drogas e à violência

176

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

PARCERIAS: Municípios terão a oportunidade de contribuir no combate às drogas e à violência entre crianças e adolescentes, por meio do PROERD na (MUNICIPIOS)

177

PORTAL DO AMARAL - TO
TCE - TO

Municípios do Tocantins fortalecem rede de proteção escolar com ampliação do PROERD (Cidades)	179

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Municípios terão a oportunidade de contribuir no combate às drogas e à violência entre crianças e adolescentes, por meio do PROERD nas escolas	180

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO -TO - TOCANTINS
TCE - TO

Em sessão especial, TCE vai celebrar 37 anos com posse do novo procurador-geral e entrega de medalhas	181

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Parcerias: Municípios terão a oportunidade de contribuir no combate às drogas e à violência entre crianças e adolescentes, por meio do PROERD nas escolas (CIDADES)	183

CONEXÃO TOCANTINS - MEIO JURÍDICO
TCE - TO

Prazos processuais voltam a contar normalmente	185

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO celebra 37 anos com sessão especial e homenagens	186

VOZ DO BICO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prazos processuais voltam a contar normalmente a partir desta quarta-feira, 21	187

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Tribunal de Contas do Tocantins vai completar 37 anos com sessão especial e homenagens	188

GRIFON - SÃO PAULO - SP
TCE - TO

Prazos processuais voltam a contar normalmente a partir desta quarta-feira, 21	189

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prazos processuais do TCE/TO são retomados nesta quarta, 21; órgão celebrará 37 anos	190

NORTE DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prazos processuais voltam a contar normalmente a partir desta quarta-feira, 21	191

OESTE 360 - ONLINE - SP - GERAL
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos	192

DIGA NOTÍCIAS - CAMAÇARI - BA - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos	193

PORTAL BRASIL NEWS - PONTA GROSSA - PR - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos	194

OLHAR DINÂMICO - SÃO PAULO - SP
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos	195

AWTV NEWS - ONLINE
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos	196

BOLETIM POLITICO - SP - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos	197

VALE ARAGUAIA NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos	198

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos	199

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos	200

ENFOQUE PRESS - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos	201

BURITI NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos (Geral)	202

JALAPÃO NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos 203

CN TOCANTINS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos (Geral) 204

REPORTER TOCANTINS - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos (Geral) 205

PANORÂMICA NEWS - BOA VISTA - RR - GERAL
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos 206

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos 207

ARENA DE NOTÍCIAS - GO
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos 208

VIDA E HARMONIA - PALMAS - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos (Tocantins) 209

JORNAL DAQUI - TO - GERAL
TCE - TO

MPF investiga desvio de verba federal para show 210

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Não pode me comprar , diz Laurez ao rechaçar renúncia para viabilizar projeto de Wanderlei 212

METRÓPOLES - DF - COLUNA
TCE - TO

MPF faz recomendação a prefeito que pagaria show sertanejo com emendas 214

PONTO E VÍRGULA NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Orçamento do Tocantins para 2026 é sancionado com aumento de recursos 215

PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE apura possíveis fraudes em contratação feita por prefeitura do TO 216

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Suspeita de fraude, vínculo familiar e pagamentos de quase R\$ 150 mil levam MP e TCE a apurar contrato em Presidente Kennedy 218

RADAR TOCANTINENSE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Suspeita de fraude em contratação de serviços em Presidente Kennedy leva Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado a investigar contratos 220

PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPNIÃO
TCE - TO

MPF recomenda que Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos 222

DIREITO DESCOMPLICADO - BELÉM - PA - NOTÍCIAS
TCE - TO

MPF recomenda que Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos - Procuradoria da República no Tocantins 223

O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

MPF recomenda que prefeitura de Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos 225

PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

MPF adverte prefeito após tentativa de bancar show milionário com emendas pix 226

PORTAL NORTE DE NOTÍCIAS - MANAUS - AM - NOTÍCIAS
TCE - TO

MPF adverte prefeito após tentativa de bancar show milionário com emendas pix 227

ATITUDE TOCANTINS - TO
TCE - TO

MPF recomenda que Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos (Estado) 228

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO -TO - TOCANTINS
TCE - TO

MPF recomenda que Prefeitura de Axixá não utilize emendas pix para custear shows artísticos 229

CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO
TCE - TO

MPF recomenda que Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos 230

JORNAL DAQUI ONLINE - TO - GERAL
TCE - TO

Tocantins terá orçamento de R\$ 19,58 bilhões em 2026, sanciona governador 231

Terça-Feira, 17 de Março de 2026

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

MPF aciona prefeito de Axixá após tentativa de bancar show milionário com emendas pix
..... 232

ARAGUAÍNA NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

MPF recomenda que cidade Axixá não use verba de asfalto para custear shows 233

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Após cancelamento do show de Bruno E Marrone, MPF alerta Axixá do Tocantins sobre uso de emendas pix
..... 234

PORTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DO AMAZONAS
TCE - TO

MPF recomenda que Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos (Patrimônio Público)
..... 235

PRIMEIRA PÁGINA IMPRESSO - PALMAS - TO - ESTADO
TCE - TO

Orçamento do Tocantins para 2026 prevê R\$ 19,58 bilhões e crescimento de 12,6% 236

PRIMEIRA PÁGINA IMPRESSO - PALMAS - TO - ESTADO
TCE - TO

Orçamento do Tocantins para 2026 prevê R\$ 19,58 bilhões e crescimento de 12,6% 237

IMPACTO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Combustível, superfaturamento e silêncio oficial: denúncia expõe suspeitas de irregularidades na Prefeitura de Combinado
..... 238

PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

MPF aponta uso indevido de emendas pix e orienta Axixá do Tocantins a seguir planos do TransfereGov
..... 240

BICO 24 HORAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

AXIXÁ: MPF aciona prefeito Auri-Wulange após tentativa de bancar show milionário com emendas pix
..... 241

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
TCE - TO

MPF recomenda que Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos (Patrimônio Público)
..... 242

FOLHA DO BICO - TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - TO

AXIXÁ: Auri ia tirar recursos de asfalto e estradas para bancar show de Bruno e Marrone, diz MPF
..... 243

Terça-Feira, 17 de Março de 2026

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre após esposa atuar como relatora e votar no próprio julgamento 244

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO -TO - POLÍTICA
TCE - TO

Com estimativa de receita para este ano de R\$ 19,58 bilhões, governador sanciona lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 245

O PARALELO 13 ONLINE - TO - ESTADO
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 246

PORTAL DO AMARAL - TO - ESTADO
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 247

VOZ DO BICO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 249

BONFIM DIGITAL - SENHOR DO BONFIM - ONLINE
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 250

O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 251

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Com aumento de 12,6%, Tocantins aprova orçamento de R\$ 19,58 bilhões para 2026 252

BLOG DO HP - ABREULÂNDIA - TO
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 253

JALAPÃO NEWS - TO
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 254

Terça-Feira, 17 de Março de 2026

MUSTACH - GUAIRA - SP - GERAL
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027

255

PORTAL WR NEWS - GO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027

256

R1 PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027

257

CHAPADA EM ALERTA - BA
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027

258

INTELIGÊNCIA BRASIL IMPRENSA - ONLINE - GERAL
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027

259

PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Tocantins aprova orçamento de quase R\$ 20 bilhões para 2026.....260

PORTAL NORTE DE NOTÍCIAS - MANAUS - AM - NOTÍCIAS
TCE - TO

Tocantins aprova orçamento de quase R\$ 20 bilhões para 2026.....261

TO NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 (Notícias)

262

REDE TV - PALMAS - TO - JORNAL DA REDE
TCE - TO

Governo sanciona orçamento de 2026.....263

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

ORÇAMENTO ANUAL: Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e
Plano Plurianual 2024/2027 (TOCANTINS)

264

CEARA EM PAUTA - CE
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 (Tocantins)

265

Terça-Feira, 17 de Março de 2026

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - TO
TCE - TO

Com aumento de 12,6%, Tocantins aprova orçamento de R\$ 19,58 bilhões para 2026 266

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 267

OESTE 360 - ONLINE - SP - GERAL
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 268

A NOTÍCIA DIGITAL - PONTA GROSSA - PR
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 269

CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO
TCE - TO

Governador Wanderlei sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027
..... 270

ARAGUAÍNA NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Wanderlei sanciona orçamento de R\$ 19,58 bilhões para 2026, com aumento de R\$ 2,19 bi
..... 271

JALAPÃO NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 272

BOLETIM POLITICO - SP - NOTICIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 273

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador sanciona orçamento com estimativa de R\$ 19,5 bilhões para o Tocantins este ano
..... 274

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 275

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 276

ENFOQUE PRESS - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027

277

VALE ARAGUAIA NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027

278

AWTV NEWS - ONLINE
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027

279

OLHAR DINÂMICO - SÃO PAULO - SP
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027

280

DIGA NOTÍCIAS - CAMAÇARI - BA - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027

281

PORTAL BRASIL NEWS - PONTA GROSSA - PR - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027

282

CN TOCANTINS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 (Geral)

283

REPORTER TOCANTINS - TO
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 (Geral)

284

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027

285

GAZETA TOCANTINA
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027

286

RÁDIO NOVA FM - GURUPI - TO - REVISTA 104
TCE - TO

Bate-papo com Gutierres Torquato, deputado estadual 287

PANORÂMICA NEWS - BOA VISTA - RR - GERAL
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 288

NA FESTA - ONLINE
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 289

RÁDIO HITS - PALMAS - TO - DIRETO DA REDAÇÃO
TCE - TO

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre pela Câmara 290

NORTE DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 291

ARAGUAÍNA URGENTE - TO
TCE - TO

Com receita de R\$ 19,58 bilhões, governador sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano
Plurianual 2024/2027 (Notícias) 292

RADAR TOCANTINENSE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual
2024/2027 293

PALMAS EM FOCO - PALMAS
TCE - TO

GOVERNADOR WANDERLEI BARBOSA SANCIONA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E PLANO
PLURIANUAL 2024/2027 (Notícias) 294

PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Orçamento do Tocantins para 2026 prevê R\$ 19,58 bilhões e crescimento de 12,6% em
relação a 2025 295

BICO 24 HORAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona orçamento com estimativa de R\$ 19,58 bilhões para
o Tocantins este ano 296

PORTAL BENÍCIO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027	297
PORTAL VEM COM NOTÍCIAS TCE - TO	
Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Notícias)	298
PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPNIÃO TCE - TO	
Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027	299
GPI NEWS - TO TCE - TO	
Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Estado)	300
GAZETA DE GURUPI - TO TCE - TO	
Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Governo do Tocantins)	301
PANORAMA TOCANTINS TCE - TO	
Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Estado do Tocantins)	302
T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Governo sanciona a LOA e a revisão do PPA 2024/2027; despesa estimada em R\$ 19,58 bi	303
RR 10 NOTÍCIAS - TO TCE - TO	
Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (ESTADO)	304
JORNAL TOCANTINS NEWS - TO TCE - TO	
Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Banner Principal)	305
VIDA E HARMONIA - PALMAS - TO TCE - TO	
Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Tocantins)	306

ARENA DE NOTÍCIAS - GO
TCE - TO

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

.....307

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO divulga 21ª edição do Informativo de Jurisprudência..... 308

JALAPÃO NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre após esposa participar da votação na Câmara Municipal

.....309

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Aprovação de contas de ex-prefeito é anulada após esposa participar da votação na Câmara

.....310

CONEXÃO TOCANTINS - MEIO JURÍDICO
TCE - TO

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito após esposa participar da votação na Câmara Municipal

.....311

PORTAL NORTE DE NOTÍCIAS - MANAUS - AM - NOTÍCIAS
TCE - TO

Conflito de interesses leva justiça a anular votação de contas de ex-prefeito..... 312

PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Conflito de interesses leva justiça a anular votação de contas de ex-prefeito..... 313

R1 PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Palmas mantém fornecedores da merenda escolar sem pagamento e descumpre prazo prometido

.....314

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Após esposa participar de votação na Câmara, justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre

.....315

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Aprovação de contas de ex-prefeito em Novo Alegre é anulada após esposa integrar votação na Câmara

.....316

O PARALELO 13 ONLINE - TO - PODERES
TCE - TO

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre após esposa participar da votação na Câmara Municipal

.....317

PORTAL STYLO - TO - INTERIOR
TCE - TO

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre 318

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre pela Câmara 319

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeito de Combinado cumpre agenda em Palmas em busca de recursos para o fortalecimento econômico e melhoria da qualidade de vida 320

PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Relatório aponta falhas em transparência e contabilidade de emendas PIX em 25 municípios do TO 321

PORTAL NORTE DE NOTÍCIAS - MANAUS - AM - NOTÍCIAS
TCE - TO

Relatório aponta falhas em transparência e contabilidade de emendas PIX em 25 municípios do TO 322

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Relatório aponta falhas em transparência e contabilidade de emendas PIX em 25 municípios do Tocantins 324

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Relatório aponta falhas em transparência e contabilidade de emendas PIX em 25 municípios do Tocantins 325

PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPNIÃO
TCE - TO

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre após esposa participar da votação na Câmara Municipal 326

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - TJTO
TCE - TO

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre após esposa participar da votação na Câmara Municipal 327

PORTAL STYLO - TO - POLÍTICA
TCE - TO

FIM DO PROJETO LAUREZ? Oposição se fragmenta e redesenha cenário político no Tocantins 328

FOLHA DO BICO - TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - TO

MP cobra regras rígidas e transparência total para emendas parlamentares em Tocantinópolis e Luzinópolis

.....	329
JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO TCE - TO	
Contas de 2023 apontam repasse de R\$ 728 mil a mais à Câmara de Araguaína.....	331
AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS TCE - TO	
Laurez explica reajuste da água e cutuca Wanderlei: gestão não empurra problemas, resolve	332
T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Grupo Laurez se divide: Amastha e Vicente Jr querem disputar.....	333
PERFIL TOCANTINS - TO TCE - TO	
Laurez rebate Wanderlei e questiona possível suspensão do reajuste da tarifa de água (Economia)	335
JORNAL TOCANTINS NEWS - TO TCE - TO	
Gestão Não Empurra Problemas, Resolve! (Banner Principal).....	336
JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO TCE - TO	
Como jogo festivo entre amigos de Djaminha e Alex Dias, e desafio de futvôlei levou a investigação na Prefeitura de Lajeado	337
PORTAL NORTE DE NOTÍCIAS - MANAUS - AM - NOTÍCIAS TCE - TO	
Obra de quase R\$ 100 milhões na Ponte Siqueira Campos é alvo de fiscalização do TCE	339
PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Obra de quase R\$ 100 milhões na Ponte Siqueira Campos é alvo de fiscalização do TCE	341
RÁDIO PARAÍSO FM - 104 FM - TRIBUNA PARAÍSO TCE - TO	
Câmara de Cristalândia entra na mira do TCE/TO por suspeita de serviços "fantasmas" em obra	343
TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Laurez defende correção tarifária da BRK e afirma que decisão evitou aumento mais severo no futuro	344
PONTO E VÍRGULA NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE-TO aponta falhas no planejamento de licitação de R\$ 98 milhões para obras na Ponte Siqueira Campos	345

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Governo do Tocantins afirma que licitação da Ponte Siqueira Campos seguiu a lei e está em execução regular 347

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO -TO
TCE - TO

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS | Reforma Tributária: riqueza ou estagnação para os Municípios do Tocantins? (Opinião) 349

PORTAL NORTE DE NOTÍCIAS - MANAUS - AM - NOTÍCIAS
TCE - TO

Obra da Câmara Municipal entra na mira do TCE por suspeita de superfaturamento 351

PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Obra da Câmara Municipal entra na mira do TCE por suspeita de superfaturamento 352

JALAPÃO NEWS - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional 353

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Laurez defende correção tarifária da BRK e afirma que decisão evitou aumento mais severo no futuro 356

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

O Vice Governador do Tocantins, responde ao Governador Wanderlei Barbosa, que anunciou que iria vetar o aumento autorizado pelo vice, durante a sua permanência no governo interino 357

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - BOM DIA TOCANTINS
TCE - TO

TCE aponta irregularidades no contrato do governo estadual para duplicação de ponte 358

GPI NEWS - TO
TCE - TO

Laurez Moreira defende responsabilidade na gestão pública e esclarece recomposição tarifária (Política) 359

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Laurez rebate Wanderlei e questiona possível suspensão do reajuste da tarifa de água 360

PORTAL STYLO - TO - POLÍTICA
TCE - TO

Laurez Moreira se manifesta após governo anunciar estudos para barrar reajuste da BRK Ambiental autorizado na gestão interina 361

PALMAS AQUI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

De Bariloche a Orlando: viagens de conselheiros e procuradores do TCE/TO custaram R\$ 1,12 milhão em diárias em 2025

.....363

CHAPADA EM ALERTA - BA
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

.....365

R1 PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Laurez Moreira Admite em Nota Que Reajustou a Tarifa de Água.....368

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

NOTA REAJUSTE DA BRK: Ex-governador interino se manifestar sobre autorização de reajuste da tarifa de água. *Gestão não empurra Problemas, resolv (POLÍTICA)

.....369

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - JA 2ª EDIÇÃO - TO
TCE - TO

TCE aponta falhas em contrato do governo para duplicação de ponte; entenda.....370

INTELIGÊNCIA BRASIL IMPRENSA - ONLINE - MEIO AMBIENTE
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

.....371

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

De Bariloche a Orlando: viagens de conselheiros e procuradores do TCE/TO custaram R\$ 1,12 milhão em diárias em 2025

.....374

ATITUDE TOCANTINS - TO - DESTAQUES
TCE - TO

Ex-presidente da ATR rebate governador Wanderlei e diz que reajuste de 9,37% na conta de água e esgoto foi apenas reposição do IPCA após três anos sem correção

.....376

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Câmara de Cristalândia entra na mira do TCE por suspeita de serviços fantasmas em obra

.....378

TO NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional (Notícias)

.....379

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Tribunal aponta indícios de irregularidades em licitação de R\$ 98 milhões da Ageto para obras na Ponte Siqueira Campos

.....382

Terça-Feira, 17 de Março de 2026

PORTAL DO AMARAL - TO - ESTADO
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional
.....384

PORTAL NORTE DE NOTÍCIAS - MANAUS - AM - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura do TO é suspeita de pagar combustível de veículos parados em oficinas.....388

PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura do TO é suspeita de pagar combustível de veículos parados em oficinas.....389

NA FESTA - ONLINE
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional
.....390

DIGA NOTÍCIAS - CAMAÇARI - BA - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional
.....393

PORTAL BRASIL NEWS - PONTA GROSSA - PR - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional
.....396

OESTE 360 - ONLINE - SP - MEIO AMBIENTE
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional
.....399

OLHAR DINÂMICO - SÃO PAULO - SP
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional
.....402

GAZETA DO BICO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional
.....405

ENFOQUE PRESS - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional
.....408

VALE ARAGUAIA NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional
.....411

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional
.....414

CN TOCANTINS
TCE - TO

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional
(Meio Ambiente)

.....	417
REPORTER TOCANTINS - TO TCE - TO	
Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional (Meio Ambiente)	420
JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO TCE - TO	
Prefeitura de Combinado é investigada por suspeita de pagar combustível de veículos que estariam parados em oficinas	423
GAZETA TOCANTINA TCE - TO	
Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional	424
TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional	427
JALAPÃO NOTÍCIAS - TO TCE - TO	
Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional	430
BURITI NOTÍCIAS TCE - TO	
Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional (Meio Ambiente)	433
JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO TCE - TO	
Tribunal aponta indícios de irregularidades em licitação de R\$ 98 milhões da Ageto para obras na Ponte Siqueira Campos	436
PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS TCE - TO	
Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional	438
T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Ex-presidente da ATR rebate ordem de cancelamento e defende reajuste	441
GAZETA DE GURUPI - TO TCE - TO	
Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional (Governo do Tocantins)	442
PALMAS EM FOCO - PALMAS TCE - TO	
TOCANTINS ENCERRA 2025 COM AVANÇOS HISTÓRICOS NA POLÍTICA AMBIENTAL E CLIMÁTICA (Notícias)	

.....	445
T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Semarh divulga balanço de 2025 com avanços em combate a incêndios e gestão ambiental	448
VIDA E HARMONIA - PALMAS - TO TCE - TO	
Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional (Tocantins)	451
PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPINIÃO TCE - TO	
Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional	454
BICO RURAL - NOTÍCIAS TCE - TO	
Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional	457
PORTAL O FATO TCE - TO	
TCE-TO aponta possíveis irregularidades em licitação de R\$ 98 mi para obras na Ponte Siqueira Campos (Tocantins)	460
D9 - DIÁRIO & NOTÍCIAS TCE - TO	
Retorno de férias.....	461
JORNAL DAQUI ONLINE - TO - GERAL TCE - TO	
Entenda decisão da Justiça que suspende ato de Wanderlei Barbosa em disputa por comando de órgão de contas	462
TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Eduardo Siqueira Campos: "não governo para agradar avaliações e sim com metas e rigor com o dinheiro público"	464
JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO TCE - TO	
Eduardo Siqueira Campos: "não governo para agradar avaliações e sim com metas e rigor com o dinheiro público"	472
JALAPÃO NOTÍCIAS - TO TCE - TO	
Ouvidoria Judiciária e Ouvidoria da Mulher fortalecem a escuta, ampliam a presença social e encerram o ano mais próximas da população	480
PRIMEIRA PÁGINA IMPRESSO - PALMAS - TO - POLÍTICA TCE - TO	

Vereador perde cargo após decisão definitiva da Justiça por desvio de recursos.....	482
PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Vereador perde cargo após decisão definitiva da Justiça por desvio de recursos.....	483
PALMAS AQUI - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Após reviravolta, Laurez diz que posse de Procurador-Geral de Contas fortalece instituições, irmão de Eduardo Gomes foi rejeitado	485
AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS TCE - TO	
Após reviravolta, Laurez diz que posse de Procurador-Geral de Contas fortalece instituições	487
AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS TCE - TO	
TCE empossa Marcos Antônio como procurador-geral após derrota de Wanderlei na Justiça	489
CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO TCE - TO	
Laurez parabeniza Marcos Antônio da Silva Modes pela posse como procurador-Geral de Contas	491
RÁDIO HITS - PALMAS - TO - DIRETO DA REDAÇÃO TCE - TO	
Justiça suspende ato do governador do Tocantins e garante nomeação no Tribunal de Contas	492
TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - BOM DIA TOCANTINS TCE - TO	
Novo procurador-geral de Contas toma posse no primeiro dia do ano.....	493
FOLHA DO BICO - TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS TCE - TO	
AXIXÁ: Após fiscalização do TCE e indignação popular, processo para show de Bruno e Marrone é cancelado pela Prefeitura	494
PORTAL GILDA BONFIM - TO TCE - TO	
TCE empossa Marcos Antônio como procurador-geral após derrota de Wanderlei na Justiça (No"ticias)	495
T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Justiça reconduz Procurador-Geral de Contas nomeado durante o governo interino.....	497
PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Justiça anula ato de governador e Marcos Antônio assume como procurador-geral de contas do TCE-TO	498

PORTAL GILDA BONFIM - TO
TCE - TO

Justiça suspende atos de Wanderlei e mantém indicação de Laurez para o MP de Contas (No"ticias) 500

PORTAL VOCE NEWS - PA - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE empossa novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação 502

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - JA 2ª EDIÇÃO - TO
TCE - TO

Marcos Modes assumiu como procurador Geral de contas 503

PORTAL O NORTE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Justiça suspende ato de Wanderlei e garante nomeação feita na gestão interina 504

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Marcos Modes toma posse no TCE como procurador-geral de contas 505

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Após decisão judicial, TCE empossa novo procurador-geral de contas 507

G1 - TOCANTINS - TO - TOCANTINS
TCE - TO

TCE empossa novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação 508

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
TCE - TO

TCE empossa novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação 510

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Justiça suspende atos de Wanderlei e mantém indicação de Laurez para Procurador-Geral de Contas 512

O JORNAL - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE empossa Marcos Modes como novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação 513

BOAS NOVAS FM
TCE - TO

Porto Nacional anuncia banda Chiclete com Banana para o carnaval de 2026 (SLIDE) 514

RIO FM ONLINE - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE empossa novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação 515

RÁDIO NOVA 104,9 FM - ONLINE - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE empossa novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação 516

BOAS NOVAS FM
TCE - TO

TCE empossa novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação (SLIDE) 517

FOLHA DE TAQUARUSSU - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Justiça suspende ato do governador do Tocantins e garante nomeação no | G1..... 518

Gurupi e TCETO alinham orientações técnicas para qualificar contratações públicas (Notícias)

Por: Redação

Participaram do encontro, representando o Município de Gurupi, o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; o secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho; o controlador interno, Thiago Henrique; os engenheiros civis André Lisboa e Elizaldo Filho; e o assessor em Gestão de Compras, Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo **TCETO**, estiveram presentes integrantes da 5ª Relatoria, da chefia de gabinete da conselheira Doris, técnicos de Controle Externo e servidores da Coordenadoria de Análises de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (CAENG).

Durante a reunião, as equipes debateram temas relevantes relacionados às demandas reprimidas de projetos estruturantes necessários ao desenvolvimento do Município de Gurupi, bem como aos avanços imprescindíveis para a prosperidade da cidade, com especial atenção às soluções tecnológicas que deverão ser empregadas nas contratações planejadas. O diálogo permitiu o compartilhamento de entendimentos técnicos, boas práticas e orientações que contribuem para maior eficiência, transparência e segurança jurídica nos procedimentos administrativos.

O encontro também evidenciou o papel colaborativo do **TCETO**, que tem se colocado permanentemente à disposição para dialogar com os jurisdicionados, contribuindo para a construção de soluções técnicas e para o fortalecimento da instrução dos processos submetidos ao controle externo. Essa postura institucional reforça a lógica preventiva do controle, voltada à orientação, ao aprimoramento da gestão pública e à redução de riscos futuros.

Segundo o secretário municipal de Administração, Diego Avelino, o diálogo institucional é um instrumento essencial de boa governança pública: "Reuniões como esta, que já vêm ocorrendo de forma recorrente, são extremamente relevantes para o Município. Elas fortalecem o controle social, ampliam a segurança jurídica e permitem que os processos administrativos caminhem de forma mais consistente, com julgamentos objetivos e decisões que produzam efeitos eficazes. Sempre que o Município de Gurupi

identificar a possibilidade de aprimorar a instrução processual, buscará o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle, porque entendemos que essa aproximação qualifica a gestão e beneficia diretamente a sociedade."

A iniciativa reafirma o compromisso do Município de Gurupi com a transparência, o planejamento e a conformidade legal, evidenciando que o diálogo permanente com os órgãos de controle é uma estratégia essencial para o aperfeiçoamento da administração pública e para a entrega de políticas públicas mais eficientes à população.

Site: <https://tonoticia.com.br/noticia/18390/gurupi-e-tceto-alinham-orientacoes-tecnicas-para-qualificar-contratacoes-publicas>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Geral)

Por: MARCELO NOBRE

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego

Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional. "Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Sítio:

<https://www.portaleuclidense.com.br/noticia/81446/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Abreulândia elabora Plano de Ação Anual do Conselho Municipal de Saúde

A Prefeitura de Abreulândia do **Tocantins**, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou nesta quarta-feira, 28 de janeiro, uma reunião voltada à elaboração do Plano de Ação Anual do Conselho Municipal de Saúde. A iniciativa integra o planejamento das políticas públicas da área e estabelece diretrizes para a atuação do conselho ao longo do ano.

O plano foi construído em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde (SUS) e atende às exigências dos órgãos de controle, como o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** e o Ministério da Saúde. O documento define metas, ações e prioridades que orientam a gestão e o acompanhamento das políticas de saúde no município.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, a elaboração do Plano de Ação Anual é fundamental para fortalecer o controle social e garantir que a população tenha participação efetiva nas decisões relacionadas aos serviços ofertados. O conselho atua como espaço de diálogo entre o poder público e a sociedade, contribuindo para maior transparência na aplicação dos recursos.

O prefeito de Abreulândia, Manoel Moura, destacou a importância do planejamento e da participação social. "O Conselho Municipal de Saúde tem um papel essencial na construção das políticas públicas. Trabalhar de forma organizada e transparente é o caminho para melhorar os serviços e garantir que as decisões atendam às reais necessidades da população", afirmou.

O plano foi construído em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde (SUS) e atende às exigências dos órgãos de controle, como o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** e o Ministério da Saúde. O documento define metas, ações e prioridades que orientam a gestão e o acompanhamento das políticas de saúde no município.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, a elaboração do Plano de Ação Anual é fundamental para fortalecer o controle social e garantir que a população tenha participação efetiva nas decisões relacionadas aos serviços ofertados. O conselho atua

como espaço de diálogo entre o poder público e a sociedade, contribuindo para maior transparência na aplicação dos recursos.

O prefeito de Abreulândia, Manoel Moura, destacou a importância do planejamento e da participação social. "O Conselho Municipal de Saúde tem um papel essencial na construção das políticas públicas. Trabalhar de forma organizada e transparente é o caminho para melhorar os serviços e garantir que as decisões atendam às reais necessidades da população", afirmou.

A Prefeitura informou que o Plano de Ação Anual servirá como instrumento de acompanhamento das atividades do conselho, permitindo maior controle, avaliação contínua e alinhamento das ações da saúde municipal às diretrizes do SUS.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiuunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/01/31/abreulandia-elabora-plano-de-acao-anual-do-conselho-municipal-de-saude/>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional.

"Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site: <https://bonfimdigital.com/noticia/18515/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Cautelar determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**, por meio da Quinta Relatoria, determinou a suspensão cautelar dos efeitos do contrato firmado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda., destinado à prestação de serviços técnicos especializados voltados à valoração e precificação do capital natural, com vistas à emissão de instrumentos financeiros vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A decisão, publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira (30), decorre de representação oriunda de acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia - CAENG, que apontou indícios de falhas relevantes no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

Conforme os autos, o valor inicialmente estimado pela Administração era de R\$ 4,5 milhões, enquanto a proposta apresentada pela empresa contratada alcançou R\$ 7,91 milhões, sem que, em juízo preliminar, tenham sido demonstrados de forma consistente os fundamentos técnicos e econômicos para a divergência.

A análise técnica também identificou fragilidades na justificativa da inexigibilidade, deficiências na pesquisa de preços, ausência de análise de riscos aprofundada, inconsistências no parecer jurídico e no contrato administrativo, além da falta de documentos essenciais à comprovação da vantajosidade e da capacidade técnica da contratada.

Além dos aspectos formais, em nova análise sobre o conjunto fático presente no processo, a Relatora destacou questionamentos quanto à própria viabilidade jurídica do objeto contratado, notadamente pela ausência de respaldo normativo no ordenamento jurídico para os denominados títulos patrimoniais ODS, ativos financeiros nos quais se pretende converter a valoração do capital natural e da biodiversidade, bem como pela existência de vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por entes municipais.

Efeitos da cautelar

Diante do risco de dispêndios financeiros decorrentes

de um contrato que, em análise preliminar, apresenta indícios de nulidade, a Conselheira Relatora entendeu estarem presentes os requisitos para a adoção da medida cautelar, determinando a suspensão de ordens de serviço e de quaisquer pagamentos relativos à execução do contrato celebrado, até o exame definitivo do mérito pelo **Tribunal de Contas**.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentação complementar no prazo legal. Ao examinar as consequências práticas da decisão, na forma do art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, destacou que não foi identificada urgência na execução dos serviços contratados e que, por não estarem vinculados a política pública municipal prioritária, a suspensão cautelar pode ser adotada sem prejuízo à população. A medida será submetida à apreciação do Tribunal Pleno, para ratificação da cautelar, conforme o rito processual da Corte.

Fonte: **TCE-TO**

Site: <http://www.canal63.com.br/noticias/19183-cautelar-determina-suspensao-de-contrato-de-quase-r-8-milhoes-de-formoso-do-araguaia>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por: Redação

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional. "Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site: <https://ibi.org.br/noticia/220021/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

O Secretário de Relações Institucionais, Diego

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por: Redação

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego

Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional. "Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Sítio:

<https://www.chapadaemalerta.com.br/noticia/42507/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional.

"Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://anoticiadigital.com.br/noticia/308790/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por: Redação Osasco

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego

Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional. "Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://www.oeste360.com/noticia/305113/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por: Redação | Tribuna do Povo

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego

Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional. "Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Sítio:

<https://www.tribunadopovo.com.br/noticia/93668/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por: Portal WR News

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego

Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional. "Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://portalwrnews.com.br/noticia/73094/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por: Helder Peixoto

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional.

"Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://www.blogdohp.com/noticia/225069/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por: Redação

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego

Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional. "Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Sítio:

<https://agenciaenfoque.com.br/noticia/12123/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Geral)

Por: Redação

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego

Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional. "Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site: <https://cntocantins.com.br/noticia/37528/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional.

"Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://diganoticias.com.br/noticia/171732/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por: Redação

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego

Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional. "Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://olhardinamico.com/noticia/169531/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Geral)

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional.

"Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://reportertocantins.com.br/noticia/29390/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional.

"Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/44042/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Geral)

Por: Redação

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego

Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional. "Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://buritinoticias.com.br/noticia/49996/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional.

"Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://boletimpolitico.com.br/noticia/71275/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional.

"Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://vnoticias350graus.com.br/noticia/46228/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional.

"Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://vnoticias350graus.com.br/noticia/46228/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional.

"Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site: <https://nafesta.com.br/noticia/79477/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Gurupi e TCETO alinham orientações técnicas para qualificar contratações públicas (Geral)

Redação

A equipe técnica do Município de Gurupi esteve reunida, nesta sexta-feira, 30, nas dependências do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, em encontro institucional previamente agendado com a 5ª Relatoria da Corte de Contas. A reunião teve como objetivo central alinhar entendimentos técnicos, dirimir dúvidas e fortalecer a instrução processual das contratações públicas que envolvem estudos e projetos de engenharia, arquitetura, urbanismo e áreas correlatas.

Participaram do encontro, representando o Município de Gurupi, o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; o secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho; o controlador interno, Thiago Henrique; os engenheiros civis André Lisboa e Elizaldo Filho; e o assessor em Gestão de Compras, Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo **TCETO**, estiveram presentes integrantes da 5ª Relatoria, da chefia de gabinete da conselheira Doris, técnicos de Controle Externo e servidores da Coordenadoria de Análises de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (CAENG).

Durante a reunião, as equipes debateram temas relevantes relacionados às demandas reprimidas de projetos estruturantes necessários ao desenvolvimento do Município de Gurupi, bem como aos avanços imprescindíveis para a prosperidade da cidade, com especial atenção às soluções tecnológicas que deverão ser empregadas nas contratações planejadas. O diálogo permitiu o compartilhamento de entendimentos técnicos, boas práticas e orientações que contribuem para maior eficiência, transparência e segurança jurídica nos procedimentos administrativos.

O encontro também evidenciou o papel colaborativo do **TCETO**, que tem se colocado permanentemente à disposição para dialogar com os jurisdicionados, contribuindo para a construção de soluções técnicas e para o fortalecimento da instrução dos processos submetidos ao controle externo. Essa postura institucional reforça a lógica preventiva do controle, voltada à orientação, ao aprimoramento da gestão pública e à redução de riscos futuros.

Segundo o secretário municipal de Administração, Diego Avelino, o diálogo institucional é um instrumento essencial de boa governança pública: "Reuniões como esta, que já vêm ocorrendo de forma recorrente, são extremamente relevantes para o Município. Elas fortalecem o controle social, ampliam a segurança jurídica e permitem que os processos administrativos caminhem de forma mais consistente, com julgamentos objetivos e decisões que produzam efeitos eficazes. Sempre que o Município de Gurupi identificar a possibilidade de aprimorar a instrução processual, buscará o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle, porque entendemos que essa aproximação qualifica a gestão e beneficia diretamente a sociedade."

A iniciativa reafirma o compromisso do Município de Gurupi com a transparência, o planejamento e a conformidade legal, evidenciando que o diálogo permanente com os órgãos de controle é uma estratégia essencial para o aperfeiçoamento da administração pública e para a entrega de políticas públicas mais eficientes à população.

Site: <https://gpinews.com.br/geral/gurupi-e-tceto-alinham-orientacoes-tecnicas-para-qualificar-contratacoes-publicas/>

Contratação de serviços médicos em Gurupi: Gestão alinha fluxos com o TCE (Saúde e Bem Estar)

Redação

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional.

"Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site: <https://gpinews.com.br/saude-e-bem-estar/contratacao-de-servicos-medicos-em-gurupi-gestao-alinha-fluxos-com-o-tce/>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Prefeitura de Gurupi)

Redação

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional. "Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://gazetadegurupi.com.br/cidades/gurupi/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude/>

Gurupi e TCETO alinham orientações técnicas para qualificar contratações públicas (Prefeitura de Gurupi)

Redação

A equipe técnica do Município de Gurupi esteve reunida, nesta sexta-feira, 30, nas dependências do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, em encontro institucional previamente agendado com a 5ª Relatoria da Corte de Contas. A reunião teve como objetivo central alinhar entendimentos técnicos, dirimir dúvidas e fortalecer a instrução processual das contratações públicas que envolvem estudos e projetos de engenharia, arquitetura, urbanismo e áreas correlatas.

Participaram do encontro, representando o Município de Gurupi, o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; o secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho; o controlador interno, Thiago Henrique; os engenheiros civis André Lisboa e Elizaldo Filho; e o assessor em Gestão de Compras, Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo **TCETO**, estiveram presentes integrantes da 5ª Relatoria, da chefia de gabinete da conselheira Doris, técnicos de Controle Externo e servidores da Coordenadoria de Análises de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (CAENG).

Durante a reunião, as equipes debateram temas relevantes relacionados às demandas reprimidas de projetos estruturantes necessários ao desenvolvimento do Município de Gurupi, bem como aos avanços imprescindíveis para a prosperidade da cidade, com especial atenção às soluções tecnológicas que deverão ser empregadas nas contratações planejadas. O diálogo permitiu o compartilhamento de entendimentos técnicos, boas práticas e orientações que contribuem para maior eficiência, transparência e segurança jurídica nos procedimentos administrativos.

O encontro também evidenciou o papel colaborativo do **TCETO**, que tem se colocado permanentemente à disposição para dialogar com os jurisdicionados, contribuindo para a construção de soluções técnicas e para o fortalecimento da instrução dos processos submetidos ao controle externo. Essa postura institucional reforça a lógica preventiva do controle, voltada à orientação, ao aprimoramento da gestão pública e à redução de riscos futuros.

Segundo o secretário municipal de Administração, Diego Avelino, o diálogo institucional é um instrumento essencial de boa governança pública: "Reuniões como esta, que já vêm ocorrendo de forma recorrente, são extremamente relevantes para o Município. Elas fortalecem o controle social, ampliam a segurança jurídica e permitem que os processos administrativos caminhem de forma mais consistente, com julgamentos objetivos e decisões que produzam efeitos eficazes. Sempre que o Município de Gurupi identificar a possibilidade de aprimorar a instrução processual, buscará o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle, porque entendemos que essa aproximação qualifica a gestão e beneficia diretamente a sociedade."

A iniciativa reafirma o compromisso do Município de Gurupi com a transparência, o planejamento e a conformidade legal, evidenciando que o diálogo permanente com os órgãos de controle é uma estratégia essencial para o aperfeiçoamento da administração pública e para a entrega de políticas públicas mais eficientes à população.

Site:

<https://gazetadegurupi.com.br/cidades/gurupi/gurupi-e-tceto-alinham-orientacoes-tecnicas-para-qualificar-contratacoes-publicas/>

Gurupi e TCETO alinham orientações técnicas para qualificar contratações públicas (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

A equipe técnica do Município de Gurupi esteve reunida, nesta sexta-feira, 30, nas dependências do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, em encontro institucional previamente agendado com a 5ª Relatoria da Corte de Contas. A reunião teve como objetivo central alinhar entendimentos técnicos, dirimir dúvidas e fortalecer a instrução processual das contratações públicas que envolvem estudos e projetos de engenharia, arquitetura, urbanismo e áreas correlatas.

Participaram do encontro, representando o Município de Gurupi, o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; o secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho; o controlador interno, Thiago Henrique; os engenheiros civis André Lisboa e Elizaldo Filho; e o assessor em Gestão de Compras, Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo **TCETO**, estiveram presentes integrantes da 5ª Relatoria, da chefia de gabinete da conselheira Doris, técnicos de Controle Externo e servidores da Coordenadoria de Análises de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (CAENG).

Durante a reunião, as equipes debateram temas relevantes relacionados às demandas reprimidas de projetos estruturantes necessários ao desenvolvimento do Município de Gurupi, bem como aos avanços imprescindíveis para a prosperidade da cidade, com especial atenção às soluções tecnológicas que deverão ser empregadas nas contratações planejadas. O diálogo permitiu o compartilhamento de entendimentos técnicos, boas práticas e orientações que contribuem para maior eficiência, transparência e segurança jurídica nos procedimentos administrativos.

O encontro também evidenciou o papel colaborativo do **TCETO**, que tem se colocado permanentemente à disposição para dialogar com os jurisdicionados, contribuindo para a construção de soluções técnicas e para o fortalecimento da instrução dos processos submetidos ao controle externo. Essa postura institucional reforça a lógica preventiva do controle, voltada à orientação, ao aprimoramento da gestão pública e à redução de riscos futuros.

Segundo o secretário municipal de Administração, Diego Avelino, o diálogo institucional é um instrumento essencial de boa governança pública: "Reuniões como esta, que já vêm ocorrendo de forma recorrente, são extremamente relevantes para o Município. Elas fortalecem o controle social, ampliam a segurança jurídica e permitem que os processos administrativos caminhem de forma mais consistente, com julgamentos objetivos e decisões que produzam efeitos eficazes. Sempre que o Município de Gurupi identificar a possibilidade de aprimorar a instrução processual, buscará o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle, porque entendemos que essa aproximação qualifica a gestão e beneficia diretamente a sociedade."

A iniciativa reafirma o compromisso do Município de Gurupi com a transparência, o planejamento e a conformidade legal, evidenciando que o diálogo permanente com os órgãos de controle é uma estratégia essencial para o aperfeiçoamento da administração pública e para a entrega de políticas públicas mais eficientes à população.

Site: <https://rr10noticias.com.br/gurupi-e-tceto-alinham-orientacoes-tecnicas-para-qualificar-contratacoes-publicas/>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Administração)

Fernanda França de Lima

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão

pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional. "Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site: <https://gurupi.to.gov.br/2026/01/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude/>

Gurupi e TCETO alinham orientações técnicas para qualificar contratações públicas (Administração)

Fernanda França de Lima

Por Secom Gurupi

A equipe técnica do Município de Gurupi esteve reunida, nesta sexta-feira, 30, nas dependências do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, em encontro institucional previamente agendado com a 5ª Relatoria da Corte de Contas. A reunião teve como objetivo central alinhar entendimentos técnicos, dirimir dúvidas e fortalecer a instrução processual das contratações públicas que envolvem estudos e projetos de engenharia, arquitetura, urbanismo e áreas correlatas.

Participaram do encontro, representando o Município de Gurupi, o secretário municipal de Administração, Diego Avelino; o secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho; o controlador interno, Thiago Henrique; os engenheiros civis André Lisboa e Elizaldo Filho; e o assessor em Gestão de Compras, Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo **TCETO**, estiveram presentes integrantes da 5ª Relatoria, da chefia de gabinete da conselheira Doris, técnicos de Controle Externo e servidores da Coordenadoria de Análises de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (CAENG).

Durante a reunião, as equipes debateram temas relevantes relacionados às demandas reprimidas de projetos estruturantes necessários ao desenvolvimento do Município de Gurupi, bem como aos avanços imprescindíveis para a prosperidade da cidade, com especial atenção às soluções tecnológicas que deverão ser empregadas nas contratações planejadas. O diálogo permitiu o compartilhamento de entendimentos técnicos, boas práticas e orientações que contribuem para maior eficiência, transparência e segurança jurídica nos procedimentos administrativos.

O encontro também evidenciou o papel colaborativo do **TCETO**, que tem se colocado permanentemente à disposição para dialogar com os jurisdicionados, contribuindo para a construção de soluções técnicas e para o fortalecimento da instrução dos processos submetidos ao controle externo. Essa postura institucional reforça a lógica preventiva do controle,

voltada à orientação, ao aprimoramento da gestão pública e à redução de riscos futuros.

Segundo o secretário municipal de Administração, Diego Avelino, o diálogo institucional é um instrumento essencial de boa governança pública: "Reuniões como esta, que já vêm ocorrendo de forma recorrente, são extremamente relevantes para o Município. Elas fortalecem o controle social, ampliam a segurança jurídica e permitem que os processos administrativos caminhem de forma mais consistente, com julgamentos objetivos e decisões que produzam efeitos eficazes. Sempre que o Município de Gurupi identificar a possibilidade de aprimorar a instrução processual, buscará o diálogo técnico e institucional com os órgãos de controle, porque entendemos que essa aproximação qualifica a gestão e beneficia diretamente a sociedade."

A iniciativa reafirma o compromisso do Município de Gurupi com a transparência, o planejamento e a conformidade legal, evidenciando que o diálogo permanente com os órgãos de controle é uma estratégia essencial para o aperfeiçoamento da administração pública e para a entrega de políticas públicas mais eficientes à população.

Site: <https://gurupi.to.gov.br/2026/01/gurupi-e-tceto-alinham-orientacoes-tecnicas-para-qualificar-contratacoes-publicas/>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde (Gurupi - TO)

Carlla Morena

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego

Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional. "Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Sítio:

<https://vidaeharmonia.com.br/noticia/46447/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Prefeitura de Gurupi fortalece diálogo com o Tribunal de Contas para aprimorar contratações na área da Saúde

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizou uma agenda técnica no gabinete da Conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, da 5ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, com o objetivo de alinhar procedimentos e orientações relativas à condução e à instrução dos processos de contratação de serviços médicos e de cirurgias eletivas destinados ao atendimento das unidades de saúde do município.

Participaram da reunião a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelo Secretário Executivo, Ricardo Jesus, pela Diretora Administrativa, Lígia Siqueira e pela assistente de licitações, Mariana Evangelista, além do Secretário Municipal de Administração, Diego Avelino, do Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, e do Assessor em Licitações e Contratos, Carlos Ricardo. Pelo Tribunal, estiveram presentes a equipe técnica da relatoria, formada pelos servidores Flávio Brito, João Paulo, Joana e Fernando.

O encontro teve como foco a construção de um fluxo mais sólido e seguro para as contratações na área da saúde, a partir de uma abordagem prática e preventiva junto ao órgão de controle. A iniciativa busca mitigar riscos, antecipar eventuais apontamentos e adotar soluções resolutivas desde a fase de planejamento e instrução processual, reforçando a conformidade com as normas legais e o entendimento técnico do Tribunal.

Na oportunidade, os técnicos do **Tribunal de Contas** reafirmaram o compromisso institucional com a atuação pedagógica e orientativa, colocando-se à disposição para auxiliar os jurisdicionados sempre que necessário. A equipe do Município de Gurupi, por sua vez, também reiterou sua postura colaborativa e aberta ao diálogo, destacando a importância da atuação conjunta para o aperfeiçoamento da gestão pública.

O Secretário de Relações Institucionais, Diego Marinho, destacou a relevância de agendas técnicas como essa para o fortalecimento institucional.

"Encontros como esse fortalecem a gestão pública como um todo, aproximam o Município do órgão de controle e constroem uma relação madura, transparente e cooperativa com o controle externo exercido pelo Tribunal, o que reflete diretamente na melhoria dos serviços prestados à população", afirmou.

A Prefeitura de Gurupi reforça, com essa iniciativa, seu compromisso com a legalidade, a eficiência administrativa e a qualificação permanente dos processos de contratação pública, especialmente em áreas sensíveis e essenciais como a saúde.

Site:

<https://arenadenoticias.com.br/noticia/143884/prefeitura-de-gurupi-fortalece-dialogo-com-o-tribunal-de-contas-para-aprimorar-contratacoes-na-area-da-saude>

Cautelar determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões em Formoso do Araguaia

Uma decisão cautelar do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** determinou a suspensão dos efeitos de um contrato de quase R\$ 8 milhões firmado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda. A contratação tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados voltados à valoração e precificação do capital natural, com a finalidade de conversão em instrumentos financeiros vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A medida foi adotada pela Quinta Relatoria do **TCE/TO** e publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira (30). A decisão é resultado de representação oriunda de acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (CAENG), que identificou indícios de falhas relevantes no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

De acordo com os autos, o valor inicialmente estimado pela Administração Municipal era de R\$ 4,5 milhões, enquanto a proposta apresentada pela empresa contratada atingiu R\$ 7,91 milhões. Em análise preliminar, não foram demonstrados de forma consistente os fundamentos técnicos e econômicos que justificassem a expressiva divergência de valores.

A área técnica do Tribunal também apontou fragilidades na justificativa da inexigibilidade de licitação, deficiências na pesquisa de preços, ausência de análise de riscos aprofundada, além de inconsistências no parecer jurídico e no contrato administrativo. O processo ainda registra a falta de documentos essenciais para comprovação da vantagem da contratação e da capacidade técnica da empresa.

Além das falhas formais, a relatora destacou questionamentos quanto à própria viabilidade jurídica do objeto contratado. Entre os pontos levantados está a ausência de respaldo normativo no ordenamento jurídico brasileiro para os chamados "títulos patrimoniais ODS", instrumentos financeiros nos quais se pretende converter a valoração do capital natural e da biodiversidade. A decisão também menciona a

existência de vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por entes municipais.

Efeitos da cautelar

Diante do risco de dispêndios financeiros decorrentes de um contrato que, em juízo preliminar, apresenta indícios de nulidade, a conselheira relatora entendeu estarem presentes os requisitos para a adoção da medida cautelar. Com isso, determinou a suspensão de ordens de serviço e de quaisquer pagamentos relacionados à execução do contrato, até o julgamento definitivo do mérito pelo **Tribunal de Contas**.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentação complementar dentro do prazo legal. Ao analisar as consequências práticas da decisão, nos termos do artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a relatora destacou que não foi identificada urgência na execução dos serviços contratados e que, por não estarem vinculados a política pública municipal prioritária, a suspensão cautelar não acarreta prejuízo à população.

A medida ainda será submetida à apreciação do Tribunal Pleno do **TCE/TO** para ratificação, conforme o rito processual da Corte.

Confira o Boletim Oficial nº 3888 AQUI

Reportagem: Patrícia Alves / Agência **Tocantins**

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/104810/cautelar-determina-suspensao-de-contrato-de-quase-r-8-milhoes-em-formoso-do-araguaia>

Contrato de R\$ 7,9 milhões em Formoso do Araguaia é suspenso por ausência de comprovação da vantajosidade

Por: Redação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** determinou a suspensão cautelar dos efeitos do contrato celebrado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda., voltado à prestação de serviços técnicos especializados para valoração e precificação do capital natural, com previsão de emissão de instrumentos financeiros associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A decisão foi proferida no âmbito da Quinta Relatoria e publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira, 30. A medida decorre de representação originada a partir de acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Caeng), que apontou indícios de falhas no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

De acordo com os autos, o valor inicialmente estimado pela administração municipal era de R\$ 4,5 milhões, enquanto a proposta apresentada pela empresa contratada totalizou R\$ 7,91 milhões. Em análise preliminar, não foram identificados fundamentos técnicos e econômicos suficientes que justificassem a diferença entre os valores.

O exame técnico também apontou fragilidades na justificativa para a inexigibilidade de licitação, deficiências na pesquisa de preços, ausência de análise de riscos aprofundada, além de inconsistências no parecer jurídico e no contrato administrativo. Foram ainda registradas a falta de documentos considerados essenciais para comprovar a vantajosidade da contratação e a capacidade técnica da empresa.

Além dos aspectos formais, a relatora destacou questionamentos relacionados à viabilidade jurídica do objeto contratado. Entre os pontos levantados está a inexistência de respaldo normativo no ordenamento jurídico para os chamados "títulos patrimoniais ODS", instrumentos financeiros que teriam como base a conversão da valoração do capital natural e da

biodiversidade. Também foi mencionada a vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por entes municipais.

Efeitos da cautelar

Diante do risco de dispêndios financeiros decorrentes de um contrato que, em análise preliminar, apresenta indícios de nulidade, a Conselheira Relatora entendeu estarem presentes os requisitos para a adoção da medida cautelar. Com isso, foi determinada a suspensão de ordens de serviço e de quaisquer pagamentos relacionados à execução do contrato, até o exame definitivo do mérito pelo **Tribunal de Contas**.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentação complementar no prazo legal. Ao analisar as consequências práticas da decisão, com base no artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a relatora registrou que não foi identificada urgência na execução dos serviços contratados e que, por não estarem vinculados a política pública municipal considerada prioritária, a suspensão pode ser adotada sem prejuízo à população.

A decisão cautelar será submetida à apreciação do Tribunal Pleno para fins de ratificação, conforme o rito processual do **TCE/TO**.

Sítio:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/93655/contrato-de-r-7-9-milhoes-em-formoso-do-araguaia-e-suspensao-por-ausencia-de-comprovacao-da-vantajosidade>

TCE aponta falhas e suspende contrato milionário em município do Tocantins

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** determinou a suspensão cautelar do contrato firmado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda., voltado à prestação de serviços técnicos para valoração do capital natural e emissão de instrumentos financeiros associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A decisão foi publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira (30), e integra processos analisados pela Quinta Relatoria do órgão.

SUSPENSÃO CAUTELAR DO CONTRATO

A medida foi adotada após representação da Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Caeng), que identificou falhas no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

Segundo o **TCE**, há indícios de irregularidades que podem comprometer a legalidade do contrato e gerar prejuízo aos cofres públicos.

VALOR E DIFERENÇA SEM JUSTIFICATIVA

O valor inicialmente estimado pela prefeitura era de R\$ 4,5 milhões. No entanto, a proposta apresentada pela empresa contratada chegou a R\$ 7,91 milhões.

Em análise preliminar, o Tribunal não identificou fundamentos técnicos ou econômicos capazes de justificar essa diferença.

FALHAS NA CONTRATAÇÃO

O exame técnico apontou fragilidades na justificativa para a inexigibilidade de licitação, deficiências na pesquisa de preços e ausência de análise de riscos adequada.

Também foram registradas inconsistências no parecer jurídico, no contrato administrativo e a falta de documentos considerados essenciais para comprovar a vantajosidade da contratação e a capacidade técnica da empresa.

QUESTIONAMENTOS JURÍDICOS

A relatora destacou dúvidas sobre a viabilidade jurídica do objeto contratado. Entre os pontos levantados está a inexistência de respaldo legal para os chamados "títulos patrimoniais ODS".

Também foi mencionada a vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por municípios.

EFEITOS DA DECISÃO

Com a cautelar, ficam suspensas ordens de serviço e quaisquer pagamentos relacionados à execução do contrato, até o julgamento definitivo do mérito.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentos. A decisão ainda será submetida ao Tribunal Pleno para ratificação.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/tce-aponta-falhas-e-suspende-contrato-milionario-em-municipio-do-tocan/138470/>

TCE aponta falhas e suspende contrato milionário em município do Tocantins

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** determinou a suspensão cautelar do contrato firmado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda., voltado à prestação de serviços técnicos para valoração do capital natural e emissão de instrumentos financeiros associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Participe do grupo do O Norte no WhatsApp e receba as notícias no celular.

A decisão foi publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira (30), e integra processos analisados pela Quinta Relatoria do órgão.

SUSPENSÃO CAUTELAR DO CONTRATO

A medida foi adotada após representação da Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Caeng), que identificou falhas no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

Segundo o **TCE**, há indícios de irregularidades que podem comprometer a legalidade do contrato e gerar prejuízo aos cofres públicos.

VALOR E DIFERENÇA SEM JUSTIFICATIVA

O valor inicialmente estimado pela prefeitura era de R\$ 4,5 milhões. No entanto, a proposta apresentada pela empresa contratada chegou a R\$ 7,91 milhões.

Em análise preliminar, o Tribunal não identificou fundamentos técnicos ou econômicos capazes de justificar essa diferença.

FALHAS NA CONTRATAÇÃO

O exame técnico apontou fragilidades na justificativa para a inexigibilidade de licitação, deficiências na pesquisa de preços e ausência de análise de riscos adequada.

Também foram registradas inconsistências no parecer jurídico, no contrato administrativo e a falta de documentos considerados essenciais para comprovar a vantajosidade da contratação e a capacidade técnica

da empresa.

QUESTIONAMENTOS JURÍDICOS

A relatora destacou dúvidas sobre a viabilidade jurídica do objeto contratado. Entre os pontos levantados está a inexistência de respaldo legal para os chamados "títulos patrimoniais ODS".

Também foi mencionada a vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por municípios.

EFEITOS DA DECISÃO

Com a cautelar, ficam suspensas ordens de serviço e quaisquer pagamentos relacionados à execução do contrato, até o julgamento definitivo do mérito.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentos. A decisão ainda será submetida ao Tribunal Pleno para ratificação.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/tce-aponta-falhas-e-suspende-contrato-milionario-em-municipio-do-tocantins/138470/>

Após valor quase dobrar, TCE suspende contrato de R\$ 7,9 milhões em Formoso do Araguaia

Notícias do **Tocantins** - O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** determinou a suspensão cautelar de um contrato de R\$ 7,91 milhões firmado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda. A decisão foi proferida pela Quinta Relatoria e publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira (30).

O contrato previa a prestação de serviços técnicos especializados para valoração e precificação do capital natural, com o objetivo de viabilizar a emissão de instrumentos financeiros vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No entanto, a Corte identificou indícios de irregularidades relevantes desde a fase de planejamento até a formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

A medida cautelar teve origem em representação da Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (CAENG), que apontou falhas no processo. Conforme os autos, a Administração Municipal havia estimado inicialmente o valor do contrato em R\$ 4,5 milhões, mas a proposta apresentada pela empresa alcançou R\$ 7,91 milhões, sem a devida comprovação técnica e econômica que justificasse a diferença.

A análise técnica do **TCE** também apontou fragilidades na justificativa da inexigibilidade, deficiências na pesquisa de preços, ausência de análise de riscos aprofundada, além de inconsistências no parecer jurídico e no contrato administrativo. Também foi constatada a falta de documentos essenciais para comprovar a vantajosidade da contratação e a capacidade técnica da empresa.

Além das falhas formais, a relatora destacou questionamentos quanto à viabilidade jurídica do próprio objeto contratado. Segundo a decisão, não há respaldo normativo no ordenamento jurídico brasileiro para os chamados "títulos patrimoniais ODS", ativos financeiros nos quais se pretendia converter a valoração do capital natural e da biodiversidade. O Tribunal também ressaltou a vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por entes municipais.

Diante do risco de dispêndio de recursos públicos em um contrato com indícios de nulidade, a conselheira relatora determinou a suspensão imediata de ordens de serviço e de quaisquer pagamentos relacionados à execução do contrato, até o julgamento definitivo do mérito pelo **Tribunal de Contas**.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentação complementar dentro do prazo legal. Ao avaliar os impactos práticos da decisão, com base no artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a relatora destacou que não foi identificada urgência na execução dos serviços, nem vínculo com política pública municipal prioritária, o que permite a suspensão sem prejuízo à população.

A medida cautelar ainda será submetida à apreciação do Tribunal Pleno, para ratificação, conforme o rito processual da Corte de Contas.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/apos-valor-quase-dobrar-tce-suspende-contrato-de-r-7-9-milhoes-em-formoso-do-araguaia>

Efeitos da cautelar

Cautelar determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia

Redação

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**, por meio da Quinta Relatoria, determinou a suspensão cautelar dos efeitos do contrato firmado entre o município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda., destinado à prestação de serviços técnicos especializados voltados à valoração e precificação do capital natural, com vistas à emissão de instrumentos financeiros vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A decisão, publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira (30), decorre de representação oriunda de acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia - CAENG, que apontou indícios de falhas relevantes no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

Conforme os autos, o valor inicialmente estimado pela Administração era de R\$ 4,5 milhões, enquanto a proposta apresentada pela empresa contratada alcançou R\$ 7,91 milhões, sem que, em juízo preliminar, tenham sido demonstrados de forma consistente os fundamentos técnicos e econômicos para a divergência.

A análise técnica também identificou fragilidades na justificativa da inexigibilidade, deficiências na pesquisa de preços, ausência de análise de riscos aprofundada, inconsistências no parecer jurídico e no contrato administrativo, além da falta de documentos essenciais à comprovação da vantagem e da capacidade técnica da contratada.

Além dos aspectos formais, em nova análise sobre o conjunto fático presente no processo, a Relatoria destacou questionamentos quanto à própria viabilidade jurídica do objeto contratado, notadamente pela ausência de respaldo normativo no ordenamento jurídico para os denominados "títulos patrimoniais ODS", ativos financeiros nos quais se pretende converter a valoração do capital natural e da biodiversidade, bem como pela existência de vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por entes municipais.

Diante do risco de dispêndios financeiros decorrentes de um contrato que, em análise preliminar, apresenta indícios de nulidade, a Conselheira Relatora entendeu estarem presentes os requisitos para a adoção da medida cautelar, determinando a suspensão de ordens de serviço e de quaisquer pagamentos relativos à execução do contrato celebrado, até o exame definitivo do mérito pelo **Tribunal de Contas**.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentação complementar no prazo legal. Ao examinar as consequências práticas da decisão, na forma do art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, destacou que não foi identificada urgência na execução dos serviços contratados e que, por não estarem vinculados a política pública municipal prioritária, a suspensão cautelar pode ser adotada sem prejuízo à população. A medida será submetida à apreciação do Tribunal Pleno, para ratificação da cautelar, conforme o rito processual da Corte. (**TCE/TO**)

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/01/30/cautelar-determina-suspensao-de-contrato-de-quase-r-8-milhoes-de-formoso-do-araguaia>

Contrato de R\$ 7,9 milhões em Formoso do Araguaia é suspenso por ausência de comprovação da vantajosidade

Rozeane Feitosa

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** determinou a suspensão cautelar dos efeitos do contrato celebrado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda., voltado à prestação de serviços técnicos especializados para valoração e precificação do capital natural, com previsão de emissão de instrumentos financeiros associados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A decisão foi proferida no âmbito da Quinta Relatoria e publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira, 30. A medida decorre de representação originada a partir de acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (Caeng), que apontou indícios de falhas no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

De acordo com os autos, o valor inicialmente estimado pela administração municipal era de R\$ 4,5 milhões, enquanto a proposta apresentada pela empresa contratada totalizou R\$ 7,91 milhões. Em análise preliminar, não foram identificados fundamentos técnicos e econômicos suficientes que justificassem a diferença entre os valores.

O exame técnico também apontou fragilidades na justificativa para a inexigibilidade de licitação, deficiências na pesquisa de preços, ausência de análise de riscos aprofundada, além de inconsistências no parecer jurídico e no contrato administrativo. Foram ainda registradas a falta de documentos considerados essenciais para comprovar a vantajosidade da contratação e a capacidade técnica da empresa.

Além dos aspectos formais, a relatora destacou questionamentos relacionados à viabilidade jurídica do objeto contratado. Entre os pontos levantados está a inexistência de respaldo normativo no ordenamento jurídico para os chamados "títulos patrimoniais ODS", instrumentos financeiros que teriam como base a conversão da valoração do capital natural e da

biodiversidade. Também foi mencionada a vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por entes municipais.

Efeitos da cautelar

Diante do risco de dispêndios financeiros decorrentes de um contrato que, em análise preliminar, apresenta indícios de nulidade, a Conselheira Relatora entendeu estarem presentes os requisitos para a adoção da medida cautelar. Com isso, foi determinada a suspensão de ordens de serviço e de quaisquer pagamentos relacionados à execução do contrato, até o exame definitivo do mérito pelo **Tribunal de Contas**.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentação complementar no prazo legal. Ao analisar as consequências práticas da decisão, com base no artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a relatora registrou que não foi identificada urgência na execução dos serviços contratados e que, por não estarem vinculados a política pública municipal considerada prioritária, a suspensão pode ser adotada sem prejuízo à população.

A decisão cautelar será submetida à apreciação do Tribunal Pleno para fins de ratificação, conforme o rito processual do **TCE/TO**.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/contrato-de-r-79-milhoes-em-formoso-do-araguaia-e-suspenso-por-ausencia-de-comprovacao-da-vantajosidade-579891/>

Medida Cautelar do TCE determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia (Cidades)

Por: Redação

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**, por meio da Quinta Relatoria, determinou a suspensão cautelar dos efeitos do contrato firmado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda., destinado à prestação de serviços técnicos especializados voltados à valoração e precificação do capital natural, com vistas à emissão de instrumentos financeiros vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A decisão, publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira (30), decorre de representação oriunda de acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia - CAENG, que apontou indícios de falhas relevantes no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

Conforme os autos, o valor inicialmente estimado pela Administração era de R\$ 4,5 milhões, enquanto a proposta apresentada pela empresa contratada alcançou R\$ 7,91 milhões, sem que, em juízo preliminar, tenham sido demonstrados de forma consistente os fundamentos técnicos e econômicos para a divergência.

A análise técnica também identificou fragilidades na justificativa da inexigibilidade, deficiências na pesquisa de preços, ausência de análise de riscos aprofundada, inconsistências no parecer jurídico e no contrato administrativo, além da falta de documentos essenciais à comprovação da vantagem e da capacidade técnica da contratada.

Além dos aspectos formais, em nova análise sobre o conjunto fático presente no processo, a Relatora destacou questionamentos quanto à própria viabilidade jurídica do objeto contratado, notadamente pela ausência de respaldo normativo no ordenamento jurídico para os denominados "títulos patrimoniais ODS", ativos financeiros nos quais se pretende converter a valoração do capital natural e da biodiversidade, bem como pela existência de vedação

legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por entes municipais.

Efeitos da cautelar

Diante do risco de dispêndios financeiros decorrentes de um contrato que, em análise preliminar, apresenta indícios de nulidade, a Conselheira Relatora entendeu estarem presentes os requisitos para a adoção da medida cautelar, determinando a suspensão de ordens de serviço e de quaisquer pagamentos relativos à execução do contrato celebrado, até o exame definitivo do mérito pelo **Tribunal de Contas**.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentação complementar no prazo legal. Ao examinar as consequências práticas da decisão, na forma do art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, destacou que não foi identificada urgência na execução dos serviços contratados e que, por não estarem vinculados a política pública municipal prioritária, a suspensão cautelar pode ser adotada sem prejuízo à população. A medida será submetida à apreciação do Tribunal Pleno, para ratificação da cautelar, conforme o rito processual da Corte.

Site: <https://focotocantins.com.br/noticia/6170/medida-cautelar-do-tce-determina-suspensao-de-contrato-de-quase-r-8-milhoes-de-formoso-do-araguaia>

TCE suspende contrato de quase R\$ 8 milhões da Prefeitura de Formoso do Araguaia (TO)

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**, por meio da Quinta Relatoria, determinou a suspensão cautelar dos efeitos do contrato firmado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda., destinado à prestação de serviços técnicos especializados voltados à valoração e precificação do capital natural, com vistas à emissão de instrumentos financeiros vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A decisão, publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira (30), decorre de representação oriunda de acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia - CAENG, que apontou indícios de falhas relevantes no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

Conforme os autos, o valor inicialmente estimado pela Administração era de R\$ 4,5 milhões, enquanto a proposta apresentada pela empresa contratada alcançou R\$ 7,91 milhões, sem que, em juízo preliminar, tenham sido demonstrados de forma consistente os fundamentos técnicos e econômicos para a divergência.

A análise técnica também identificou fragilidades na justificativa da inexigibilidade, deficiências na pesquisa de preços, ausência de análise de riscos aprofundada, inconsistências no parecer jurídico e no contrato administrativo, além da falta de documentos essenciais à comprovação da vantajosidade e da capacidade técnica da contratada.

A decisão, publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira (30), decorre de representação oriunda de acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia - CAENG, que apontou indícios de falhas relevantes no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

Conforme os autos, o valor inicialmente estimado pela Administração era de R\$ 4,5 milhões, enquanto a

proposta apresentada pela empresa contratada alcançou R\$ 7,91 milhões, sem que, em juízo preliminar, tenham sido demonstrados de forma consistente os fundamentos técnicos e econômicos para a divergência.

A análise técnica também identificou fragilidades na justificativa da inexigibilidade, deficiências na pesquisa de preços, ausência de análise de riscos aprofundada, inconsistências no parecer jurídico e no contrato administrativo, além da falta de documentos essenciais à comprovação da vantajosidade e da capacidade técnica da contratada.

Além dos aspectos formais, em nova análise sobre o conjunto fático presente no processo, a Relatora destacou questionamentos quanto à própria viabilidade jurídica do objeto contratado, notadamente pela ausência de respaldo normativo no ordenamento jurídico para os denominados "títulos patrimoniais ODS", ativos financeiros nos quais se pretende converter a valoração do capital natural e da biodiversidade, bem como pela existência de vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por entes municipais.

Efeitos da cautelar

Diante do risco de dispêndios financeiros decorrentes de um contrato que, em análise preliminar, apresenta indícios de nulidade, a Conselheira Relatora entendeu estarem presentes os requisitos para a adoção da medida cautelar, determinando a suspensão de ordens de serviço e de quaisquer pagamentos relativos à execução do contrato celebrado, até o exame definitivo do mérito pelo **Tribunal de Contas**.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentação complementar no prazo legal. Ao examinar as consequências práticas da decisão, na forma do art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, destacou que não foi identificada urgência na execução dos serviços contratados e que, por não estarem vinculados a política pública municipal prioritária, a suspensão cautelar pode ser adotada sem prejuízo à população. A medida será submetida à apreciação do Tribunal

Pleno, para ratificação da cautelar, conforme o rito processual da Corte.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/01/30/tce-suspende-contrato-de-quase-r-8-milhoes-da-prefeitura-de-formoso-do-araguaia-to/>

Cautelar determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia (Cidades)

Atitude Tocantins

Decisão preliminar da Quinta Relatoria apontou falhas no planejamento da contratação e dúvidas quanto à viabilidade jurídica do objeto, referente a serviços técnicos de valoração do capital natural para conversão em títulos financeiros.

Por Redação

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**, por meio da Quinta Relatoria, determinou a suspensão cautelar dos efeitos do contrato firmado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda., destinado à prestação de serviços técnicos especializados voltados à valoração e precificação do capital natural, com vistas à emissão de instrumentos financeiros vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A decisão, publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira (30), decorre de representação oriunda de acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia - CAENG, que apontou indícios de falhas relevantes no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

Conforme os autos, o valor inicialmente estimado pela Administração era de R\$ 4,5 milhões, enquanto a proposta apresentada pela empresa contratada alcançou R\$ 7,91 milhões, sem que, em juízo preliminar, tenham sido demonstrados de forma consistente os fundamentos técnicos e econômicos para a divergência.

A análise técnica também identificou fragilidades na justificativa da inexigibilidade, deficiências na pesquisa de preços, ausência de análise de riscos aprofundada, inconsistências no parecer jurídico e no contrato administrativo, além da falta de documentos essenciais à comprovação da vantajosidade e da capacidade técnica da contratada.

Além dos aspectos formais, em nova análise sobre o

conjunto fático presente no processo, a Relatora destacou questionamentos quanto à própria viabilidade jurídica do objeto contratado, notadamente pela ausência de respaldo normativo no ordenamento jurídico para os denominados "títulos patrimoniais ODS", ativos financeiros nos quais se pretende converter a valoração do capital natural e da biodiversidade, bem como pela existência de vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por entes municipais.

Diante do risco de dispêndios financeiros decorrentes de um contrato que, em análise preliminar, apresenta indícios de nulidade, a Conselheira Relatora entendeu estarem presentes os requisitos para a adoção da medida cautelar, determinando a suspensão de ordens de serviço e de quaisquer pagamentos relativos à execução do contrato celebrado, até o exame definitivo do mérito pelo **Tribunal de Contas**.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentação complementar no prazo legal. Ao examinar as consequências práticas da decisão, na forma do art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, destacou que não foi identificada urgência na execução dos serviços contratados e que, por não estarem vinculados a política pública municipal prioritária, a suspensão cautelar pode ser adotada sem prejuízo à população. A medida será submetida à apreciação do Tribunal Pleno, para ratificação da cautelar, conforme o rito processual da Corte.

Confira o Boletim Oficial nº 3888 AQUI.

Site: <https://atitudeto.com.br/cidade/cautelar-determina-suspensao-de-contrato-de-quase-r-8-milhoes-de-formoso-do-araguaia/>

Tribunal determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**, por meio da Quinta Relatoria, determinou a suspensão cautelar dos efeitos do contrato firmado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda., destinado à prestação de serviços técnicos especializados voltados à valoração e precificação do capital natural, com vistas à emissão de instrumentos financeiros vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A decisão, publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira (30), decorre de representação oriunda de acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia - CAENG, que apontou indícios de falhas relevantes no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

Conforme os autos, o valor inicialmente estimado pela Administração era de R\$ 4,5 milhões, enquanto a proposta apresentada pela empresa contratada alcançou R\$ 7,91 milhões, sem que, em juízo preliminar, tenham sido demonstrados de forma consistente os fundamentos técnicos e econômicos para a divergência.

A análise técnica também identificou fragilidades na justificativa da inexigibilidade, deficiências na pesquisa de preços, ausência de análise de riscos aprofundada, inconsistências no parecer jurídico e no contrato administrativo, além da falta de documentos essenciais à comprovação da vantajosidade e da capacidade técnica da contratada.

Além dos aspectos formais, em nova análise sobre o conjunto fático presente no processo, a Relatora destacou questionamentos quanto à própria viabilidade jurídica do objeto contratado, notadamente pela ausência de respaldo normativo no ordenamento jurídico para os denominados "títulos patrimoniais ODS", ativos financeiros nos quais se pretende converter a valoração do capital natural e da biodiversidade, bem como pela existência de vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por entes municipais.

Efeitos da cautelar

Diante do risco de dispêndios financeiros decorrentes de um contrato que, em análise preliminar, apresenta indícios de nulidade, a Conselheira Relatora entendeu estarem presentes os requisitos para a adoção da medida cautelar, determinando a suspensão de ordens de serviço e de quaisquer pagamentos relativos à execução do contrato celebrado, até o exame definitivo do mérito pelo **Tribunal de Contas**.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentação complementar no prazo legal. Ao examinar as consequências práticas da decisão, na forma do art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, destacou que não foi identificada urgência na execução dos serviços contratados e que, por não estarem vinculados a política pública municipal prioritária, a suspensão cautelar pode ser adotada sem prejuízo à população. A medida será submetida à apreciação do Tribunal Pleno, para ratificação da cautelar, conforme o rito processual da Corte.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/tribunal-determina-suspensao-de-contrato-de-quase-r-8-milhoes-de-formoso-do-araguaia/>

TCE lança cronograma das avaliações que definirá os municípios que receberão o Selo Município Amigo do Futuro

por Redação

O **Tribunal de Contas do Estado** (TCE) informa que o cronograma das avaliações dos Eixos I e II dos municípios que participaram da 5ª etapa do programa "**TCE de Olho no Futuro**", foi publicado na terça-feira, 27, no Boletim Oficial da Corte.

RESULTADOS DOS EIXOS

No sábado, 24, foi divulgado o resultado preliminar da avaliação e enviado aos municípios participantes o relatório técnico, elaborado pela comissão técnica do "**TCE de Olho no Futuro**" - Aliança pela Primeira Infância, com detalhamento dos resultados dos eixos. Diante do resultado, os municípios podem solicitar interposição de recurso até 4 de março pelo e-mail: .

SELO MUNICÍPIO AMIGO DO FUTURO

O resultado final será publicado no Boletim Oficial do TCE dia 9 de março e, de acordo com o edital, o Selo Município Amigo do Futuro será entregue em uma solenidade no dia 12 de março, quando também dará continuidade as ações do programa para 2026.

PRIMEIRA INFÂNCIA

A avaliação faz parte do guia metodológico de boas práticas que contempla os municípios tocantinenses que se destacaram nas ações voltadas à primeira infância.

Site: <https://clebertoledo.com.br/politica/tce-lanca-cronograma-das-avaliacoes-que-definira-os-municipios-que-receberao-o-selo-municipio-amigo-do-futuro/>

Cautelar determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**, por meio da Quinta Relatoria, determinou a suspensão cautelar dos efeitos do contrato firmado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda., destinado à prestação de serviços técnicos especializados voltados à valoração e precificação do capital natural, com vistas à emissão de instrumentos financeiros vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A decisão, publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira (30), decorre de representação oriunda de acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia - CAENG, que apontou indícios de falhas relevantes no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

Conforme os autos, o valor inicialmente estimado pela Administração era de R\$ 4,5 milhões, enquanto a proposta apresentada pela empresa contratada alcançou R\$ 7,91 milhões, sem que, em juízo preliminar, tenham sido demonstrados de forma consistente os fundamentos técnicos e econômicos para a divergência.

A análise técnica também identificou fragilidades na justificativa da inexigibilidade, deficiências na pesquisa de preços, ausência de análise de riscos aprofundada, inconsistências no parecer jurídico e no contrato administrativo, além da falta de documentos essenciais à comprovação da vantajosidade e da capacidade técnica da contratada.

Além dos aspectos formais, em nova análise sobre o conjunto fático presente no processo, a Relatora destacou questionamentos quanto à própria viabilidade jurídica do objeto contratado, notadamente pela ausência de respaldo normativo no ordenamento jurídico para os denominados "títulos patrimoniais ODS", ativos financeiros nos quais se pretende converter a valoração do capital natural e da biodiversidade, bem como pela existência de vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por entes municipais.

Efeitos da cautelar

Diante do risco de dispêndios financeiros decorrentes de um contrato que, em análise preliminar, apresenta indícios de nulidade, a Conselheira Relatora entendeu estarem presentes os requisitos para a adoção da medida cautelar, determinando a suspensão de ordens de serviço e de quaisquer pagamentos relativos à execução do contrato celebrado, até o exame definitivo do mérito pelo **Tribunal de Contas** (da assessoria do **TCE**)

Site:

<http://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/cautelar-determina-suspensao-de-contrato-de-quase-r-8-milhoes-de-formoso-do-araguaia/52931>

Semana em Resumo | de 25 à 31 de Janeiro

Divulgação

A Semana em Resumo reúne os principais fatos que marcaram os últimos dias no **Tocantins**, com informações objetivas e os temas que estiveram em destaque no período de 25 a 31 de Janeiro

Maus-tratos a animais voltam ao debate

Os registros de maus-tratos a animais seguem recorrentes no **Tocantins**, mesmo com leis mais rígidas e aumento das denúncias nos últimos anos. O tema ganhou repercussão nacional após a morte do cachorro comunitário conhecido como Orelha, em Florianópolis (SC), agredido por adolescentes e submetido à eutanásia devido à gravidade das lesões.

No Brasil, maus-tratos a animais são crime previsto em lei federal e, desde 2020, quando envolvem cães e gatos, as penas podem chegar a cinco anos de prisão, além de multa e proibição da guarda. No **Tocantins**, a legislação estadual também prevê multas administrativas, que podem alcançar até R\$ 10 mil em casos de abandono, sem substituir a responsabilização criminal.

Contas rejeitadas no **Tocantins**

Levantamento do Jornal Primeira Página aponta que 57 dos 139 municípios do **Tocantins** tiveram as contas de 2023 rejeitadas pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**. Mesmo assim, 28 prefeitos, cerca de 49%, foram reeleitos em 2024. Outras 34 contas foram aprovadas e 48 ainda aguardam julgamento.

A rejeição pelo **TCE** tem caráter técnico e a decisão final cabe às Câmaras Municipais. Além disso, a rejeição não torna o gestor automaticamente inelegível, conforme critérios previstos na Lei da Ficha Limpa.

Temporal provoca alagamentos em **Palmas**

Após o temporal registrado na quinta-feira, equipes da Prefeitura de **Palmas** iniciaram ações de limpeza e desobstrução de bocas de lobo. Em cerca de quatro horas, foram registrados mais de 71 milímetros de chuva, com alagamentos em vias como a LO-11 e trechos das avenidas JK e José Wilson Siqueira Campos.

Pela primeira vez, a Defesa Civil emitiu alerta de alagamento diretamente nos celulares da população.

O município informou que o monitoramento segue nos próximos dias e reforçou orientações de segurança para evitar acidentes durante novas chuvas intensas.

Dia do Quadrinho Nacional

Em entrevista ao Jornal Primeira Página, o quadrinista Pablo Marquinhos destacou a importância do Dia do Quadrinho Nacional, celebrado em 30 de janeiro. A data reforça o papel das histórias em quadrinhos na cultura brasileira e a relevância da produção autoral no país.

Esses foram os principais destaques da semana no **Tocantins**.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/semana-em-resumo-de-25-a-31-de-janeiro/>

Cautelar determina suspensão de contrato de quase R\$ 8 milhões de Formoso do Araguaia

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**, por meio da Quinta Relatoria, determinou a suspensão cautelar dos efeitos do contrato firmado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda., destinado à prestação de serviços técnicos especializados voltados à valoração e precificação do capital natural, com vistas à emissão de instrumentos financeiros vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A decisão, publicada no Boletim Oficial nº 3.888, de sexta-feira (30), decorre de representação oriunda de acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia - CAENG, que apontou indícios de falhas relevantes no planejamento e na formalização da contratação, realizada por inexigibilidade de licitação.

Conforme os autos, o valor inicialmente estimado pela Administração era de R\$ 4,5 milhões, enquanto a proposta apresentada pela empresa contratada alcançou R\$ 7,91 milhões, sem que, em juízo preliminar, tenham sido demonstrados de forma consistente os fundamentos técnicos e econômicos para a divergência.

A análise técnica também identificou fragilidades na justificativa da inexigibilidade, deficiências na pesquisa de preços, ausência de análise de riscos aprofundada, inconsistências no parecer jurídico e no contrato administrativo, além da falta de documentos essenciais à comprovação da vantajosidade e da capacidade técnica da contratada.

Além dos aspectos formais, em nova análise sobre o conjunto fático presente no processo, a Relatora destacou questionamentos quanto à própria viabilidade jurídica do objeto contratado, notadamente pela ausência de respaldo normativo no ordenamento jurídico para os denominados "títulos patrimoniais ODS", ativos financeiros nos quais se pretende converter a valoração do capital natural e da biodiversidade, bem como pela existência de vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por entes municipais.

Efeitos da cautelar

Diante do risco de dispêndios financeiros decorrentes de um contrato que, em análise preliminar, apresenta indícios de nulidade, a Conselheira Relatora entendeu estarem presentes os requisitos para a adoção da medida cautelar, determinando a suspensão de ordens de serviço e de quaisquer pagamentos relativos à execução do contrato celebrado, até o exame definitivo do mérito pelo **Tribunal de Contas**.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentação complementar no prazo legal. Ao examinar as consequências práticas da decisão, na forma do art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, destacou que não foi identificada urgência na execução dos serviços contratados e que, por não estarem vinculados a política pública municipal prioritária, a suspensão cautelar pode ser adotada sem prejuízo à população. A medida será submetida à apreciação do Tribunal Pleno, para ratificação da cautelar, conforme o rito processual da Corte.

Confira o Boletim Oficial nº 3888 AQUI.

Site: [https://www.grifon.com.br/noticias/cautelar-determina-suspensao-de-contrato-de-quase-r\\$-8-milhoes-de-formoso-do-araguaia-204526](https://www.grifon.com.br/noticias/cautelar-determina-suspensao-de-contrato-de-quase-r$-8-milhoes-de-formoso-do-araguaia-204526)

TCE/TO suspende contrato de R\$ 7,9 mi em Formoso por suspeita de irregularidades

Da Redação e TCE/TO

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** determinou a suspensão imediata de um contrato de quase R\$ 8 milhões firmado pela Prefeitura de Formoso do Araguaia com a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda. A decisão cautelar, publicada nesta sexta-feira, 30, aponta falhas graves no planejamento e dúvidas sobre a legalidade do objeto contratado.

O contrato previa a prestação de serviços técnicos para transformar o capital natural (biodiversidade) do município em títulos financeiros. No entanto, a Quinta Relatoria do **TCE** identificou que o valor saltou de uma estimativa inicial de R\$ 4,5 milhões para R\$ 7,91 milhões sem justificativa consistente, além de ter sido feito via inexigibilidade de licitação (sem concorrência).

Entre as principais falhas apontadas pelo Tribunal estão a diferença de R\$ 3,4 milhões entre o valor estimado e o contratado; a ausência de respaldo legal para a criação dos chamados "títulos patrimoniais ODS" por municípios; a vedação legal, ou seja, a legislação brasileira proíbe prefeituras de emitirem títulos de dívida mobiliária; e a ausência de análise de riscos e documentos que comprovassem a capacidade técnica da empresa.

Decisão

A conselheira relatora suspendeu qualquer pagamento ou ordem de serviço relativa ao contrato até que o mérito seja julgado. Segundo o **TCE**, não há urgência no serviço que justifique manter o contrato sob suspeita de nulidade, e a suspensão não prejudica serviços essenciais à população. Os responsáveis foram citados para apresentar defesa.

O T1 Notícias aguarda posicionamento da Prefeitura de Formoso do Araguaia sobre a decisão cautelar.

Confira o Boletim Oficial nº 3888 AQUI.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/tceto-suspende-contrato-de-r-79-mi-em-formoso-por-suspeita-de-irregularidades/139931/>

TCE determina suspensão cautelar de contrato de quase R\$ 8 milhões em Formoso do Araguaia (Política / Gestão Pública)

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** determinou a suspensão cautelar de um contrato de R\$ 7,91 milhões firmado entre o Município de Formoso do Araguaia e a empresa Agência Brasil de Fomento Sustentável Ltda. . A decisão foi proferida pela Quinta Relatoria e publicada no Boletim Oficial nº 3.888 , de sexta-feira (30) .

O contrato tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados de valoração e precificação do capital natural , com a finalidade de converter esses ativos em instrumentos financeiros vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) . Em análise preliminar, a Corte apontou falhas relevantes no planejamento da contratação e questionamentos quanto à viabilidade jurídica do objeto .

A medida cautelar decorre de representação apresentada pela Coordenadoria de Análise de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (CAENG) , que identificou indícios de irregularidades na inexigibilidade de licitação adotada pelo município.

Entre os principais pontos destacados estão:

Diferença expressiva de valores : o custo inicialmente estimado pela Administração era de R\$ 4,5 milhões , enquanto a proposta contratada chegou a R\$ 7,91 milhões , sem justificativa técnica e econômica consistente;

Fragilidades na justificativa da inexigibilidade , com deficiência na comprovação da singularidade do serviço;

Pesquisa de preços insuficiente e ausência de análise de riscos aprofundada ;

Inconsistências no parecer jurídico e no próprio contrato administrativo;

Falta de documentos essenciais para comprovar a vantajosidade da contratação e a capacidade técnica da empresa .

Além das falhas formais, a Conselheira Relatora

destacou dúvidas quanto à viabilidade jurídica do objeto contratado . Segundo a análise preliminar, não há respaldo normativo claro no ordenamento jurídico brasileiro para a emissão dos chamados "títulos patrimoniais ODS" , que seriam lastreados na valoração do capital natural e da biodiversidade.

A decisão também menciona a existência de vedação legal à emissão de títulos de dívida mobiliária por entes municipais , o que reforça o risco de nulidade do contrato .

Diante do risco de dispêndio indevido de recursos públicos , o **TCE** determinou:

Suspensão imediata das ordens de serviço ;

Bloqueio de quaisquer pagamentos relacionados à execução do contrato, até o julgamento definitivo do mérito.

Os responsáveis foram citados para apresentar esclarecimentos e documentação complementar , dentro do prazo legal. Ao avaliar as consequências práticas da decisão, conforme o artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) , a Relatoria destacou que não há urgência na execução dos serviços e que o objeto não está diretamente vinculado a política pública municipal prioritária , o que permite a suspensão sem prejuízo à população .

A medida cautelar ainda será submetida ao Tribunal Pleno do **TCE/TO** , que deverá decidir pela ratificação ou não da suspensão , seguindo o rito processual da Corte.

A íntegra da decisão pode ser consultada no Boletim Oficial nº 3.888 do **Tribunal de Contas do Tocantins** .

Site: <https://tocanews.com.br/noticia/26248-tce-determina-suspensao-cautelar-de-contrato-de-quase-r-8-milhoes-em-formoso-do-araguaia>

Terceira Relatoria reúne agentes públicos estaduais para tratar de assuntos técnicos

O conselheiro e titular da 3ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)**, **José Wagner Praxedes**, realizou reunião técnica com os representantes dos entes estaduais fiscalizados pela unidade. O encontro ocorreu na manhã desta quinta-feira, 29, no Instituto de Contas, e faz parte da agenda institucional.

O objetivo foi alertar os ordenadores de despesas e gestores para que fiquem atentos aos ritos dos processos de prestação de contas, observem e cumpram os prazos legais e preencham de forma correta o Sistema de Controle e Auditoria Pública - Sicap Contábil Estadual, Sicap-LCO e Sicap- AP, que reúnem informações de receitas, despesas, licitações e contratos, atos de pessoal, dentre outras.

O conselheiro esclareceu que a prestação de contas deve correr normalmente, independente de mudanças na gestão e que os ordenadores de despesas respondem pelos atos financeiros praticados durante o período em que estiveram à frente. Ele alertou, ainda, a importância da atuação do controle interno nos órgãos, para diminuir erros, e reforçou o papel do Tribunal como orientador pedagógico, colocando à disposição dos jurisdicionados ferramentas inovadoras que facilitam o processo.

Pautas

Ainda durante a reunião técnica, foram abordados o Cadastro Único das Unidades Gestoras e dos Responsáveis (CADUN), o rastreamento das emendas parlamentares e os convênios, contratos e licitações. A equipe da 3ª Relatoria também trouxe pontos recorrentes que merecem atenção, pois se praticados pelos gestores, podem comprometer as prestações de contas e gerar sanções futuras.

Participantes

Participaram da reunião, representantes da Secretaria da Saúde; do Fundo Estadual de Saúde do **Tocantins**; da Secretaria do Trabalho e Assistência Social; do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS); do Fundo Tocantinense de Economia Solidária (FTES); do Fundo Social de Solidariedade do Estado do **Tocantins**; do Fundo Estadual do Trabalho; do Banco do Empreendedor; do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (FUNDES); da Procuradoria-Geral

do Estado; da Procuradoria-Geral de Justiça; e do Fundo de Modernização e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do **Tocantins**.

Site: <https://www.grifon.com.br/noticias/terceira-relatoria-reune-agentes-publicos-estaduais-para-tratar-de-assuntos-tecnicos-204502>

Não existe planejamento de terceirização das UPAs , garante a Semus

Redação

A Prefeitura de **Palmas**, através da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), detalhou ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) que detectou diversos problemas na prestação de serviços nas Unidades de Pronto de Atendimento (UPAs) e iniciou, ainda em 2025, estudos técnicos para solucionar as demandas e garantir a qualidade de acesso à população.

"É preciso destacar que não existe nenhum estudo ou planejamento de terceirização das UPAs. O objetivo é organizar a oferta de um serviço humanizado e assegurar condições de trabalho", explicou a secretária-executiva da Semus, Ludimila Monturil Barros.

A possível terceirização dos serviços de saúde da capital tem sido motivo de preocupação e de questionamentos por parte das entidades representativas dos servidores.

Em reunião, realizada na tarde desta quarta-feira, 28, a Semus detalhou que está organizando uma agenda positiva da gestão com o CMS, em fevereiro, para apresentar os estudos. Nosso objetivo é pautar as decisões em dados e estudos de viabilidade, considerando sempre as sugestões do Conselho. Esta união é fundamental para que as políticas públicas sejam assertivas , afirmou a Ludimila.

Leia também: Sisemp cobra transparência e alerta para riscos da possível terceirização das UPAs em **Palmas**

Sobre o credenciamento de organizações sociais no ano passado, a Semus informa que, com base no Decreto Municipal nº 2.121/2021, as entidades podem requerer, a qualquer momento, a qualificação junto ao Poder Público para, posteriormente, apresentar proposta de trabalho.

De acordo com a Semus, os relatórios técnicos do **TCE-TO**, realizados no ano passado, referente às UPAs Norte e Sul sinalizam oportunidades de melhoria em fluxos administrativos, como a atualização de cronogramas de pagamentos e o refinamento do controle de estoques de insumos. Também são sugeridos ajustes em protocolos de manutenção de equipamentos e na infraestrutura predial para elevar

ainda mais o padrão de segurança operacional das unidades.

Leia também: Sindifato reafirma posição contrária à terceirização de serviços na saúde pública de **Palmas**

A Semus também apresentou a Programação Anual das Ações de Vigilância Sanitária para 2026, que é um instrumento de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação; alinhada às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A vigilância sanitária em **Palmas** tem o papel de prevenir, reduzir e eliminar riscos à saúde da população e promover qualidade de vida.

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/01/29/nao-existe-planejamento-de-terceirizacao-das-upas-garante-a-semus>

Prefeitura de Palmas sinaliza melhorias nas UPAs ao Conselho Municipal de Saúde

Na reunião, a Semus detalhou que iniciou estudos de melhorias na qualidade dos serviços da urgência e emergência

A Prefeitura de **Palmas**, através da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), detalhou ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) que detectou diversos problemas na prestação de serviços nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e iniciou, ainda em 2025, estudos técnicos para solucionar as demandas e garantir a qualidade de acesso à população. "É preciso destacar que não existe nenhum estudo ou planejamento de terceirização das UPAs. O objetivo é organizar a oferta de um serviço humanizado e assegurar condições de trabalho", explicou a secretária-executiva da Semus, Ludimila Monturil Barros.

Na reunião, realizada na tarde desta quarta-feira, 28, a Semus detalhou que está organizando uma agenda positiva da gestão com o CMS, em fevereiro, para apresentar os estudos. "Nosso objetivo é pautar as decisões em dados e estudos de viabilidade, considerando sempre as sugestões do Conselho. Esta união é fundamental para que as políticas públicas sejam assertivas", afirmou a Ludimila.

Sobre o credenciamento de organizações sociais no ano passado, a Semus informa que, com base no Decreto Municipal nº 2.121/2021, as entidades podem requerer, a qualquer momento, a qualificação junto ao Poder Público para, posteriormente, apresentar proposta de trabalho.

Os relatórios técnicos do **TCE-TO**, realizados no ano passado, referente às UPAs Norte e Sul sinalizam oportunidades de melhoria em fluxos administrativos, como a atualização de cronogramas de pagamentos e o refinamento do controle de estoques de insumos. Também são sugeridos ajustes em protocolos de manutenção de equipamentos e na infraestrutura predial para elevar ainda mais o padrão de segurança operacional das unidades.

Pauta

A Semus também apresentou a Programação Anual das Ações de Vigilância Sanitária para 2026, que é um instrumento de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação; alinhada às diretrizes do Sistema Único

de Saúde (SUS). A vigilância sanitária em **Palmas** tem o papel de prevenir, reduzir e eliminar riscos à saúde da população e promover qualidade de vida.

Site: <https://ocoletivo.com.br/prefeitura-de-palmas-sinaliza-melhorias-nas-upas-ao-conselho-municipal-de-saude/>

Suspensão do reajuste da BRK acirra disputa política no Tocantins

A decisão do governador Wanderlei Barbosa de suspender o reajuste de 9,37% nas tarifas de água e esgoto provocou um novo confronto político no Estado.

O vice-governador Laurez Moreira (PSD) saiu em defesa do aumento autorizado durante sua gestão interina e criticou a senadora Professora Dorinha Seabra (União Brasil), que parabenizou o governador pela medida.

LAUREZ ACUSA "POPULISMO" E CRITICA SENADORA

Para Laurez, o posicionamento de Dorinha demonstra falta de compreensão sobre gestão pública e prioriza aplausos fáceis.

Segundo ele, a suspensão ignora que as tarifas estavam sem reajuste há mais de três anos e já judicializadas.

"Aplaudir a suspensão de taxas que estavam há três anos sem reajuste e já judicializadas é estranho. Adiar decisões não resolve problema nenhum, só encarece e transfere a conta. No final, quem paga é sempre a população", afirmou.

Laurez ainda disse que decisões desse tipo rendem visibilidade política, mas empurram a responsabilidade para futuras gestões.

DORINHA DEFENDE SUSPENSÃO E ELOGIA GOVERNADOR

A senadora Dorinha afirmou que a suspensão foi correta diante de falhas formais e do impacto no orçamento das famílias.

"Houve abuso no aumento da conta de água e esgoto. O impacto é enorme na renda das famílias tocaninenses. O governador fez a revisão respeitando a legalidade e demonstrou compromisso com as famílias", declarou.

A postura da parlamentar é vista nos bastidores como um gesto de aproximação política com Wanderlei Barbosa.

EX-PRESIDENTE DA ATR DEFENDE LEGALIDADE DO REAJUSTE

O ex-presidente da Agência Tocantinense de Regulação (ATR), Saulo Milhomem, também entrou no debate.

Segundo ele, o reajuste foi baseado em pareceres técnicos da própria ATR, da Procuradoria-Geral do Estado e do **Tribunal de Contas**.

Milhomem alertou que, sem a correção, o impacto futuro poderia chegar a até 40%.

CONTEXTO POLÍTICO E TARIFA MAIS CARA DO NORTE

Atualmente, o **Tocantins** tem a tarifa de água mais alta da Região Norte, chegando a R\$ 8,01 por metro cúbico.

O reajuste foi autorizado em novembro de 2025, durante a gestão interina de Laurez, período em que Wanderlei Barbosa estava afastado por decisão do STJ.

A suspensão agora reforça o reposicionamento político no Estado, com Laurez adotando discurso de responsabilidade fiscal, enquanto critica decisões que classifica como populistas.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/politica/suspensao-do-reajuste-da-brk-acirra-disputa-politica-no-tocantins/138417/>

TCETO lança e-book que explica, de forma simples, para onde vai o dinheiro do Estado

Com o objetivo de tornar a prestação de contas do Governo do Estado do **Tocantins** mais acessível à população, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** disponibilizou um e-book em linguagem simples, que traduz os principais dados e análises técnicas do Parecer Prévio sobre as Contas do Governo referentes ao exercício financeiro de 2024.

O material foi idealizado pela conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, relatora do processo, e produzido pela equipe da Quinta Relatoria do **TCETO**, reunindo informações essenciais sobre como o Estado arrecada recursos, como o orçamento público é elaborado e executado, para onde vai o dinheiro do contribuinte e qual é o papel do **Tribunal de Contas** nesse processo.

Mais do que um documento técnico, o e-book foi pensado como uma ferramenta de educação cidadã, voltada a estudantes, pesquisadores, gestores públicos e, principalmente, à sociedade em geral, que muitas vezes tem dificuldade de compreender relatórios contábeis e fiscais complexos.

O papel do **TCE**

Logo no início do material, o e-book explica de forma clara qual é o papel do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, responsável por fiscalizar como os recursos públicos são arrecadados, administrados e aplicados, analisando não apenas números, mas também os resultados das políticas públicas.

Todos os anos, o Tribunal examina as contas apresentadas pelo governador e emite um parecer prévio que pode recomendar a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas. Esse parecer é obrigatório e serve de base para o julgamento final, que é de responsabilidade da Assembleia Legislativa.

O material também detalha o passo a passo da prestação de contas, desde a entrega dos documentos pelo Executivo, passando pela análise técnica dos auditores, manifestação do Ministério Público de Contas, até o encaminhamento do parecer ao Legislativo.

Como funciona o orçamento público?

Outro destaque do e-book é a explicação didática

sobre o ciclo do orçamento público, mostrando que o planejamento e o uso do dinheiro seguem etapas bem definidas. O conteúdo apresenta as três leis que estruturam o orçamento: Plano Plurianual (PPA), que define as prioridades para um período de quatro anos; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta a elaboração do orçamento; Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelece quanto será arrecadado e gasto em cada ano.

O documento destaca, que entender esse ciclo, é fundamental para que a população possa acompanhar, fiscalizar e cobrar a correta aplicação dos recursos públicos.

De onde vem o dinheiro?

O e-book também apresenta um panorama da situação econômica e fiscal do **Tocantins**. Em 2024, o Estado arrecadou mais do que o previsto inicialmente, com receitas provenientes principalmente de transferências federais, tributos estaduais, contribuições e exploração do patrimônio público.

O material contextualiza esses números com dados socioeconômicos, como mercado de trabalho, exportações e competitividade, ajudando o leitor a compreender a capacidade financeira do Estado e os desafios para manter o equilíbrio das contas públicas.

Para onde vai o dinheiro do contribuinte?

De forma organizada e visual, o e-book mostra como o orçamento estadual foi distribuído entre as áreas e órgãos públicos. Saúde e educação aparecem entre os maiores volumes de recursos, seguidas por previdência, segurança pública, infraestrutura e funcionamento da administração estadual.

Ao detalhar esses gastos, o material permite que o cidadão entenda quais setores receberam mais investimentos e como as escolhas orçamentárias impactam diretamente os serviços públicos oferecidos à população.

Limites legais, dívidas e responsabilidade fiscal

Outro ponto importante abordado é o cumprimento dos limites constitucionais e legais, como os gastos mínimos em saúde e educação e o controle das

despesas com pessoal. O e-book explica que, embora o Estado esteja dentro dos limites legais, alguns indicadores exigem atenção, especialmente o crescimento da dívida pública e o aumento das despesas com pessoal.

O material também aborda temas como precatórios, renúncia de receitas, resultado fiscal e sustentabilidade das contas públicas, sempre com explicações simples, facilitando a compreensão de assuntos tradicionalmente técnicos.

Transparência e controle social

Ao longo de todo o conteúdo, o e-book reforça que a transparência não é apenas uma obrigação legal, mas uma condição essencial para fortalecer o controle social. Ao compreender como o dinheiro público é gerido, a população passa a ter mais condições de participar, fiscalizar e cobrar melhores resultados da administração pública.

Acesso ao material

O Parecer Prévio Simplificado - Exercício 2024 está disponível gratuitamente no documento ao lado e no site do Tribunal. O **TCETO** convida toda a população a acessar, baixar e consultar o e-book para entender melhor como funciona a prestação de contas do governo estadual e como o dinheiro público é arrecadado e aplicado.

Ascom **TCE/TO**

Site: <https://miratocantins.com.br/noticia/46323/tceto-lanca-e-book-que-explica-de-forma-simples-para-onde-vai-o-dinheiro-do-estado>

Gestão de Marcos Duarte à frente da Câmara de Araguaína tem contas aprovadas pelo TCE

Notícias de Araguaína - O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** aprovou as Contas de Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Araguaína referentes ao exercício de 2023, período em que o Legislativo era presidido pelo vereador Marcos Duarte (PSD). A decisão reconheceu a regularidade da gestão, com ressalvas de natureza técnica, e concedeu quitação ao responsável.

Segundo o acórdão, as contas foram julgadas regulares com ressalvas após análise da equipe técnica do Tribunal e parecer favorável do Ministério Público de Contas (MPC). O entendimento do órgão de controle externo confirma que a condução administrativa ocorreu dentro dos parâmetros legais e normativos exigidos.

Em relação ao exercício de 2024, também sob a responsabilidade de Marcos Duarte, as contas não foram selecionadas para julgamento. Conforme estabelece a Resolução nº 1.687/2025, referente ao processo nº 14.045/2025, as Contas de Ordenador de Despesas foram custodiadas pelo **TCE-TO**, procedimento adotado para unidades que não integram a lista anual de julgamento.

A Câmara Municipal de Araguaína não consta entre as unidades jurisdicionadas selecionadas naquele exercício, o que indica a inexistência de apontamentos que justificassem a instauração imediata de processo de contas.

Ao comentar as decisões, o ex-presidente da Câmara afirmou que os resultados refletem o compromisso com a responsabilidade administrativa e a transparência na aplicação dos recursos públicos.

"Sempre conduzimos a Câmara com zelo, planejamento e respeito ao dinheiro público. A aprovação das contas de 2023 e a custódia das contas de 2024 demonstram que o trabalho foi feito com responsabilidade e dentro da legalidade", declarou Marcos Duarte.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/tce-aprova-contas-de-2023-da-gestao-de-marcos-duarte-na-camara-de-araguaina>

TCE lança explica em e-book, de forma simples, para onde vai o dinheiro do Estado

por Redação

Com o objetivo de tornar a prestação de contas do governo do **Tocantins** mais acessível à população, o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** disponibilizou um e-book em linguagem simples, que traduz os principais dados e análises técnicas do parecer prévio sobre as contas do governo referentes ao exercício financeiro de 2024.

INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

O material foi idealizado pela conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, relatora do processo, e produzido pela equipe da Quinta Relatoria do **TCE**, reunindo informações essenciais sobre como o Estado arrecada recursos, como o orçamento público é elaborado e executado, para onde vai o dinheiro do contribuinte e qual é o papel do **Tribunal de Contas** nesse processo.

EDUCAÇÃO CIDADÃ

Mais do que um documento técnico, o e-book foi pensado como uma ferramenta de educação cidadã, voltada a estudantes, pesquisadores, gestores públicos e, principalmente, à sociedade em geral, que muitas vezes tem dificuldade de compreender relatórios contábeis e fiscais complexos.

PAPEL DO **TCE**

Logo no início do material, o e-book explica de forma clara qual é o papel do **Tribunal de Contas do Estado**, responsável por fiscalizar como os recursos públicos são arrecadados, administrados e aplicados, analisando não apenas números, mas também os resultados das políticas públicas.

PARECER PRÉVIO

Todos os anos, o Tribunal examina as contas apresentadas pelo governador e emite um parecer prévio que pode recomendar a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas. Esse parecer é obrigatório e serve de base para o julgamento final, que é de responsabilidade da Assembleia Legislativa.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

O material também detalha o passo a passo da prestação de contas, desde a entrega dos documentos pelo Executivo, passando pela análise técnica dos auditores, manifestação do Ministério Público de Contas, até o encaminhamento do parecer ao Legislativo.

CICLO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Outro destaque do e-book é a explicação didática sobre o ciclo do orçamento público, mostrando que o planejamento e o uso do dinheiro seguem etapas bem definidas. O conteúdo apresenta as três leis que estruturam o orçamento: Plano Plurianual (PPA), que define as prioridades para um período de quatro anos; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta a elaboração do orçamento; Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelece quanto será arrecadado e gasto em cada ano. O documento destaca, que entender esse ciclo, é fundamental para que a população possa acompanhar, fiscalizar e cobrar a correta aplicação dos recursos públicos.

SITUAÇÃO ECONÔMICA E FISCAL

O e-book também apresenta um panorama da situação econômica e fiscal do **Tocantins**. Em 2024, o Estado arrecadou mais do que o previsto inicialmente, com receitas provenientes principalmente de transferências federais, tributos estaduais, contribuições e exploração do patrimônio público.

EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

O material contextualiza esses números com dados socioeconômicos, como mercado de trabalho, exportações e competitividade, ajudando o leitor a compreender a capacidade financeira do Estado e os desafios para manter o equilíbrio das contas públicas.

DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO

De forma organizada e visual, o e-book mostra como o orçamento estadual foi distribuído entre as áreas e órgãos públicos. Saúde e educação aparecem entre os maiores volumes de recursos, seguidas por previdência, segurança pública, infraestrutura e funcionamento da administração estadual. Ao detalhar esses gastos, o material permite que o cidadão entenda quais setores receberam mais investimentos

e como as escolhas orçamentárias impactam diretamente os serviços públicos oferecidos à população.

LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Outro ponto importante abordado é o cumprimento dos limites constitucionais e legais, como os gastos mínimos em saúde e educação e o controle das despesas com pessoal. O e-book explica que, embora o Estado esteja dentro dos limites legais, alguns indicadores exigem atenção, especialmente o crescimento da dívida pública e o aumento das despesas com pessoal.

OUTROS TEMAS

O material também aborda temas como precatórios, renúncia de receitas, resultado fiscal e sustentabilidade das contas públicas, sempre com explicações simples, facilitando a compreensão de assuntos tradicionalmente técnicos.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

Ao longo de todo o conteúdo, o e-book reforça que a transparência não é apenas uma obrigação legal, mas uma condição essencial para fortalecer o controle social. Ao compreender como o dinheiro público é gerido, a população passa a ter mais condições de participar, fiscalizar e cobrar melhores resultados da administração pública.

ACESSO AO MATERIAL

O Parecer Prévio Simplificado - Exercício 2024 está disponível gratuitamente no documento ao lado e no site do Tribunal . O **TCE** convida toda a população a acessar, baixar e consultar o e-book para entender melhor como funciona a prestação de contas do governo estadual e como o dinheiro público é arrecadado e aplicado.

Site: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/tce-lanca-explica-em-e-book-de-forma-simples-para-onde-vai-o-dinheiro-do-estado/>

Prefeitura de Palmas sinaliza melhorias nas UPAs ao Conselho Municipal de Saúde

Por: Helder Peixoto

A Prefeitura de **Palmas**, através da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), detalhou ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) que detectou diversos problemas na prestação de serviços nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e iniciou, ainda em 2025, estudos técnicos para solucionar as demandas e garantir a qualidade de acesso à população. "É preciso destacar que não existe nenhum estudo ou planejamento de terceirização das UPAs. O objetivo é organizar a oferta de um serviço humanizado e assegurar condições de trabalho", explicou a secretária-executiva da Semus, Ludimila Monturil Barros.

Na reunião, realizada na tarde desta quarta-feira, 28, a Semus detalhou que está organizando uma agenda positiva da gestão com o CMS, em fevereiro, para apresentar os estudos. Nosso objetivo é pautar as decisões em dados e estudos de viabilidade, considerando sempre as sugestões do Conselho. Esta união é fundamental para que as políticas públicas sejam assertivas, afirmou a Ludimila.

Sobre o credenciamento de organizações sociais no ano passado, a Semus informa que, com base no Decreto Municipal nº 2.121/2021, as entidades podem requerer, a qualquer momento, a qualificação junto ao Poder Público para, posteriormente, apresentar proposta de trabalho.

Os relatórios técnicos do **TCE-TO**, realizados no ano passado, referente às UPAs Norte e Sul sinalizam oportunidades de melhoria em fluxos administrativos, como a atualização de cronogramas de pagamentos e o refinamento do controle de estoques de insumos. Também são sugeridos ajustes em protocolos de manutenção de equipamentos e na infraestrutura predial para elevar ainda mais o padrão de segurança operacional das unidades.

Pauta

A Semus também apresentou a Programação Anual das Ações de Vigilância Sanitária para 2026, que é um instrumento de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação; alinhada às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A vigilância sanitária em **Palmas** tem o papel de prevenir, reduzir e eliminar riscos à saúde

da população e promover qualidade de vida.

Site:

<https://www.blogdohp.com/noticia/224950/prefeitura-de-palmas-sinaliza-melhorias-nas-upas-ao-conselho-municipal-de-saude>

Tribunal divulga cronograma de avaliações do programa TCE de Olho no Futuro

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/01/29/RDIONOVAFMG>

URUPITO-07.56.31-08.02.09-1769693992.mp3

Prefeitura de Palmas sinaliza melhorias nas UPAs ao Conselho Municipal de Saúde

Redação CP

A Prefeitura de **Palmas**, através da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), detalhou ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) que detectou diversos problemas na prestação de serviços nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e iniciou, ainda em 2025, estudos técnicos para solucionar as demandas e garantir a qualidade de acesso à população. "É preciso destacar que não existe nenhum estudo ou planejamento de terceirização das UPAs. O objetivo é organizar a oferta de um serviço humanizado e assegurar condições de trabalho", explicou a secretária-executiva da Semus, Ludimila Monturil Barros.

Na reunião, realizada na tarde desta quarta-feira, 28, a Semus detalhou que está organizando uma agenda positiva da gestão com o CMS, em fevereiro, para apresentar os estudos. "Nosso objetivo é pautar as decisões em dados e estudos de viabilidade, considerando sempre as sugestões do Conselho. Esta união é fundamental para que as políticas públicas sejam assertivas", afirmou a Ludimila.

Sobre o credenciamento de organizações sociais no ano passado, a Semus informa que, com base no Decreto Municipal nº 2.121/2021, as entidades podem requerer, a qualquer momento, a qualificação junto ao Poder Público para, posteriormente, apresentar proposta de trabalho.

Os relatórios técnicos do **TCE-TO**, realizados no ano passado, referente às UPAs Norte e Sul sinalizam oportunidades de melhoria em fluxos administrativos, como a atualização de cronogramas de pagamentos e o refinamento do controle de estoques de insumos. Também são sugeridos ajustes em protocolos de manutenção de equipamentos e na infraestrutura predial para elevar ainda mais o padrão de segurança operacional das unidades.

Pauta

A Semus também apresentou a Programação Anual das Ações de Vigilância Sanitária para 2026, que é um instrumento de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação; alinhada às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A vigilância sanitária em **Palmas** tem o papel de prevenir, reduzir e eliminar riscos à saúde

da população e promover qualidade de vida.

Site: <https://cleitonpinheiro.com.br/site/prefeitura-de-palmas-sinaliza-melhorias-nas-upas-ao-conselho-municipal-de-saude/>

Semus nega terceirização das UPAs e apresenta estudos para melhorar atendimento

Da Redação com informações da Prefeitura de Palmas

A Secretaria Municipal de Saúde (Semus) detalhou ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) que detectou diversos problemas na prestação de serviços nas Unidades de Pronto de Atendimento (UPAs) e iniciou, ainda em 2025, estudos técnicos para solucionar as demandas e garantir a qualidade de acesso à população. "É preciso destacar que não existe nenhum estudo ou planejamento de terceirização das UPAs. O objetivo é organizar a oferta de um serviço humanizado e assegurar condições de trabalho", explicou a secretária-executiva da Semus, Ludimila Monturil Barros.

Na reunião, realizada na quarta-feira, 28, a pasta explicou que está organizando uma agenda positiva da gestão com o CMS, em fevereiro, para apresentar os estudos. Nosso objetivo é pautar as decisões em dados e estudos de viabilidade, considerando sempre as sugestões do Conselho. Esta união é fundamental para que as políticas públicas sejam assertivas, afirmou Ludimila.

Sobre o credenciamento de organizações sociais no ano passado, a Semus informou que, com base no Decreto Municipal nº 2.121/2021, as entidades podem requerer, a qualquer momento, a qualificação junto ao Poder Público para depois apresentar proposta de trabalho.

Os relatórios técnicos do **TCE-TO**, realizados no ano passado, referente às UPAs Norte e Sul, sinalizam oportunidades de melhoria em fluxos administrativos, como a atualização de cronogramas de pagamentos e o refinamento do controle de estoques de insumos. Também são sugeridos ajustes em protocolos de manutenção de equipamentos e na infraestrutura predial para elevar ainda mais o padrão de segurança operacional das unidades.

Monitoramento

A Semus também apresentou a Programação Anual das Ações de Vigilância Sanitária para 2026, que é um instrumento de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação; alinhada às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A vigilância sanitária em **Palmas** tem o papel de prevenir, reduzir e eliminar riscos à saúde da população e promover qualidade de vida.

Site: <https://t1noticias.com.br/cidades/semus-nega-terceirizacao-das-upas-e-apresenta-estudos-para-melhorar-atendimento/139913/>

Entenda por que prefeitos têm contas rejeitadas e como isso afeta os municípios

Mais de 50 municípios do **Tocantins** tiveram as contas rejeitadas pelo **Tribunal de Contas do Estado** no exercício financeiro de 2023, segundo levantamento do Jornal Primeira Página. O número expressivo vai além de episódios pontuais que frequentemente ganham espaço no noticiário e aponta para um cenário mais amplo de fragilidades na administração dos recursos públicos municipais.

Diante desse quadro, esta reportagem busca responder a duas perguntas centrais: o que leva um prefeito a ter suas contas rejeitadas e quais consequências dessas falhas recaem diretamente sobre os municípios e a população. Para isso, o jornal analisa os principais critérios utilizados pelo **Tribunal de Contas** e os efeitos práticos dessas impropriedades na gestão pública.

Em entrevista ao Jornal Primeira Página, o coordenador de Análise de Contas e Acompanhamento da Gestão Fiscal do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, Gustavo França, detalhou os pontos mais recorrentes nas reprovações e os impactos dessas decisões.

Segundo o Tribunal, a análise das contas segue uma trilha técnica baseada em normas constitucionais, fiscais, contábeis e legais. Embora cada município tenha sua realidade, alguns problemas aparecem de forma recorrente nos pareceres pela rejeição.

O descumprimento dos índices constitucionais mínimos, especialmente a

aplicação de 25% da receita em educação e 15% em ações e serviços públicos de saúde, está entre os principais fatores. Esses percentuais são considerados cláusulas essenciais da política pública e sua inobservância pesa de forma significativa na análise.

Outro ponto frequente é a má gestão dos recursos do Fundeb, sobretudo quando o município deixa de aplicar o percentual mínimo exigido para a remuneração dos profissionais da educação básica.

O desequilíbrio das contas públicas também figura entre as principais causas de reprovação. Isso ocorre quando o gestor autoriza despesas acima da arrecadação, gerando déficit orçamentário ou financeiro.

"Quando o gestor gasta mais do que arrecada, ele compromete o exercício analisado e a capacidade de investimento das gestões seguintes", explicou Gustavo.

Além disso, o Tribunal é rigoroso na verificação do recolhimento das contribuições previdenciárias, tanto ao INSS quanto aos regimes próprios. O não repasse ou o repasse abaixo do mínimo legal afeta diretamente servidores ativos e aposentados e é tratado como uma falha grave.

O **TCE-TO** destacou que o acompanhamento não se limita à análise posterior das contas. Durante o exercício financeiro, o Tribunal realiza fiscalização concomitante, emitindo alertas aos gestores quando identifica risco de descumprimento de índices legais.

Esses alertas dão ao município a chance de corrigir falhas ainda dentro do exercício. Caso as irregularidades persistam, o fato de o gestor ter sido previamente alertado é considerado um agravante no parecer final.

Embora a rejeição das contas não gere, de forma automática, punições eleitorais ao prefeito, as consequências administrativas recaem diretamente sobre o município. Uma das principais é a restrição no acesso a transferências voluntárias, como convênios com o Estado e a União.

Isso ocorre porque certidões exigidas para liberação de recursos incluem informações sobre o cumprimento dos índices constitucionais.

"Esses dados constam nas certidões e podem impedir o município de firmar convênios ou receber recursos, dependendo do caso", afirmou o coordenador do **TCE**.

Além disso, municípios

com contas rejeitadas tendem a ser alvo de maior rigor na fiscalização, podendo sofrer recomendações corretivas, aplicação de multas aos gestores e encaminhamento de informações a outros órgãos de controle.

Um exemplo recente que ajuda a entender como essas impropriedades se materializam na prática é o

do município de Combinado, no sudeste do **Tocantins**. As contas da gestão do ex-prefeito Lindolfo do Prado Neto, referentes ao exercício de 2023, receberam parecer pela rejeição do **TCE-TO**.

Entre os principais problemas apontados estão déficit orçamentário sem respaldo financeiro, ausência de registro e cobrança de dívida ativa, falhas na arrecadação de tributos como IPTU e ISS, inconsistências nos dados de gastos com saúde e irregularidades na aplicação de recursos do Fundeb e no recolhimento previdenciário.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/wp-content/uploads/2026/01/Pagina-S-10.pdf>

Prefeitura de Palmas sinaliza melhorias nas UPAs ao Conselho Municipal de Saúde

A Prefeitura de **Palmas**, através da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), detalhou ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) que detectou diversos problemas na prestação de serviços nas Unidades de Pronto de Atendimento (UPAs) e iniciou, ainda em 2025, estudos técnicos para solucionar as demandas e garantir a qualidade de acesso à população. "É preciso destacar que não existe nenhum estudo ou planejamento de terceirização das UPAs. O objetivo é organizar a oferta de um serviço humanizado e assegurar condições de trabalho", explicou a secretária-executiva da Semus, Ludimila Monturil Barros.

Na reunião, realizada na tarde desta quarta-feira, 28, a Semus detalhou que está organizando uma agenda positiva da gestão com o CMS, em fevereiro, para apresentar os estudos. Nosso objetivo é pautar as decisões em dados e estudos de viabilidade, considerando sempre as sugestões do Conselho. Esta união é fundamental para que as políticas públicas sejam assertivas, afirmou a Ludimila.

Sobre o credenciamento de organizações sociais no ano passado, a Semus informa que, com base no Decreto Municipal nº 2.121/2021, as entidades podem requerer, a qualquer momento, a qualificação junto ao Poder Público para, posteriormente, apresentar proposta de trabalho.

Os relatórios técnicos do **TCE-TO**, realizados no ano passado, referente às UPAs Norte e Sul sinalizam oportunidades de melhoria em fluxos administrativos, como a atualização de cronogramas de pagamentos e o refinamento do controle de estoques de insumos. Também são sugeridos ajustes em protocolos de manutenção de equipamentos e na infraestrutura predial para elevar ainda mais o padrão de segurança operacional das unidades.

Pauta

A Semus também apresentou a Programação Anual das Ações de Vigilância Sanitária para 2026, que é um instrumento de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação; alinhada às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A vigilância sanitária em **Palmas** tem o papel de prevenir, reduzir e eliminar riscos à saúde da população e promover qualidade de vida.

Site:

<http://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/prefeitura-de-palmas-sinaliza-melhorias-nas-upas-ao-conselho-municipal-de-saude/52907>

Prefeitura de Palmas sinaliza melhorias nas UPAs ao Conselho Municipal de Saúde (Prestação de Contas)

Vieira de Melo

A Prefeitura de **Palmas**, através da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), detalhou ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) que detectou diversos problemas na prestação de serviços nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e iniciou, ainda em 2025, estudos técnicos para solucionar as demandas e garantir a qualidade de acesso à população. "É preciso destacar que não existe nenhum estudo ou planejamento de terceirização das UPAs. O objetivo é organizar a oferta de um serviço humanizado e assegurar condições de trabalho", explicou a secretária-executiva da Semus, Ludimila Monturil Barros.

Na reunião, realizada na tarde desta quarta-feira, 28, a Semus detalhou que está organizando uma agenda positiva da gestão com o CMS, em fevereiro, para apresentar os estudos. Nosso objetivo é pautar as decisões em dados e estudos de viabilidade, considerando sempre as sugestões do Conselho. Esta união é fundamental para que as políticas públicas sejam assertivas, afirmou a Ludimila.

Sobre o credenciamento de organizações sociais no ano passado, a Semus informa que, com base no Decreto Municipal nº 2.121/2021, as entidades podem requerer, a qualquer momento, a qualificação junto ao Poder Público para, posteriormente, apresentar proposta de trabalho.

Os relatórios técnicos do **TCE-TO**, realizados no ano passado, referente às UPAs Norte e Sul sinalizam oportunidades de melhoria em fluxos administrativos, como a atualização de cronogramas de pagamentos e o refinamento do controle de estoques de insumos. Também são sugeridos ajustes em protocolos de manutenção de equipamentos e na infraestrutura predial para elevar ainda mais o padrão de segurança operacional das unidades.

Pauta

A Semus também apresentou a Programação Anual das Ações de Vigilância Sanitária para 2026, que é um instrumento de planejamento, gestão, monitoramento

e avaliação; alinhada às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). A vigilância sanitária em **Palmas** tem o papel de prevenir, reduzir e eliminar riscos à saúde da população e promover qualidade de vida.

Texto: Aline Sêne

Edição: Juliana Matos

Site:

<https://vidaeharmonia.com.br/noticia/46373/prefeitura-de-palmas-sinaliza-melhorias-nas-upas-ao-conselho-municipal-de-saude>

Laurez classifica suspensão do reajuste da água como "medida populista" e critica Dorinha (No"ticias)

Girodo

Notícias do **Tocantins** -A suspensão do reajuste de 9,37% nas tarifas de água e esgoto no **Tocantins** abriu um novo flanco de embate político no Estado. O vice-governador Laurez Moreira (PSD) saiu publicamente em defesa do aumento autorizado durante sua gestão interina e criticou diretamente a senadora Professora Dorinha Seabra (União Brasil), que parabenizou o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) pela decisão de derrubar o reajuste.

Para Laurez, o gesto de Dorinha revela "falta de compreensão básica sobre gestão pública" e aposta em aplausos fáceis em detrimento de soluções estruturais.

"Aplaudir a suspensão de taxas que estavam há três anos sem reajuste e já judicializadas é estranho. Quem sabe governar entende que adiar decisões não resolve problema nenhum, só encarece e transfere a conta. No final, quem paga é sempre a população", afirmou o vice-governador. Segundo ele, decisões desse tipo podem até render "likes e vídeos bonitos", mas empurram a responsabilidade para a próxima gestão.

Reajuste de 9,37% na tarifa de água será suspenso no **Tocantins** por ordem do governador

Laurez ainda ampliou as críticas, apontando o silêncio da senadora diante de temas como saúde, segurança pública, condições insalubres de trabalho dos servidores e outros aumentos que impactam diretamente o bolso da população, como energia, ICMS e taxas diversas.

Dorinha, que reposicionou seu discurso e agora afaga a gestão de Wanderlei, parabenizando-o pela medida, declarou que a suspensão do reajuste foi correta diante de falhas formais e do impacto direto no orçamento das famílias. "Houve abuso no aumento da conta de água e esgoto. O impacto é enorme na renda das famílias tocantinenses. O governador fez a revisão respeitando a legalidade e demonstrou compromisso com as famílias", declarou, ao elogiar a decisão do chefe do Executivo.

Ex-presidente da ATR aponta legalidade

Quem também entrou no debate foi o ex-presidente da Agência Tocantinense de Regulação (ATR), Saulo Milhomem, que defendeu a legalidade e a necessidade do reajuste concedido em novembro de 2025. Segundo ele, a correção de 9,37% foi baseada em pareceres técnicos da própria ATR, da Procuradoria-Geral do Estado e do **Tribunal de Contas**.

Milhomem afirmou que, sem a atualização, o impacto poderia chegar a até 40% futuramente. "Não se resolve empurrar o problema para frente. Já são mais de três anos sem correção pelo IPCA, há ação judicial em curso e, mais cedo ou mais tarde, essa conta chega - possivelmente de forma muito mais pesada", disse.

Entenda

O pano de fundo do embate envolve não apenas a tarifa de água - hoje a mais alta da Região Norte, chegando a R\$ 8,01 por metro cúbico -, mas também o reposicionamento político após o retorno de Wanderlei Barbosa ao cargo, depois de afastamento determinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Durante esse período, o Estado foi comandado por Laurez, responsável pela autorização do reajuste agora suspenso.

A manifestação pública de Dorinha, elogiando Wanderlei, é lida nos bastidores como mais um sinal de aproximação política entre ambos, enquanto Laurez busca se diferenciar com um discurso de responsabilidade fiscal e gestão técnica, em contraponto ao que classifica como decisões populistas.

Acompanhe diariamente as notícias do **Tocantins** pelos nossos canais no WhatsApp, Telegram, Facebook, Threads e Instagram.

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/laurez-classifica-suspensao-do-reajuste-da-agua-como-medida-populista-e-critica-dorinha/>

TCE aprova contas de 2023 da gestão de Marcos Duarte na Câmara de Araguaína

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO) aprovou as Contas de Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Araguaína referentes ao exercício de 2023, período em que o Legislativo foi presidido pelo vereador Marcos Duarte (PSD). A decisão reconhece a regularidade da gestão, com ressalvas de natureza técnica, e concedeu quitação ao responsável.

De acordo com o acórdão publicado, as contas de 2023 foram julgadas regulares com ressalvas, após análise da equipe técnica e parecer do Ministério Público de Contas (MPC), confirmando a condução administrativa dentro dos parâmetros legais e normativos exigidos pelo órgão de controle externo.

Já em relação ao exercício de 2024, as Contas de Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Araguaína, também sob a responsabilidade de Marcos Duarte, não foram selecionadas para julgamento. Conforme a Resolução nº 1687/2025, referente ao processo nº 14045/2025, as contas foram custodiadas pelo **TCE**, procedimento aplicado às unidades que não integram a lista de julgamento naquele exercício. A Câmara Municipal de Araguaína não consta na relação das unidades jurisdicionadas selecionadas, o que confirma a inexistência de apontamentos que demandassem a instauração imediata de processo de contas.

O ex-presidente da Câmara destacou que as decisões reforçam o compromisso com a responsabilidade administrativa e a transparência na gestão dos recursos públicos.

"Sempre conduzimos a Câmara com zelo, planejamento e respeito ao dinheiro público. A aprovação das contas de 2023 e a custódia das contas de 2024 demonstram que o trabalho foi feito com responsabilidade e dentro da legalidade", afirmou Marcos Duarte.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/tce-aprova-contas-de-2023-da-gestao-de-marcos-duarte-na-camara-de-araguaina/>

TCE valida gestão fiscal da Câmara de Araguaína sob comando de Marcos Duarte

Redação do Portal do Amaral / Fotos: Divulgação

Aprovação das contas de 2023 pelo **Tribunal de Contas** reforça a integridade administrativa e a transparência no uso dos recursos públicos municipais.

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** emitiu um parecer favorável à prestação de contas da Câmara Municipal de Araguaína relativa ao ano de 2023. O período, conduzido pelo vereador Marcos Duarte (PSD), passou pelo crivo rigoroso da Corte, que atestou a conformidade da gestão com as normas de responsabilidade fiscal. A decisão, que culminou na quitação ao gestor, destaca que a administração legislativa operou dentro dos marcos legais, garantindo a eficiência no trato com o erário.

Marcos Duarte (PSD)

Rigor e Conformidade Técnica

A análise técnica detalhada, corroborada pelo Ministério Público de Contas (MPC), classificou as contas como regulares com ressalvas. Esse veredito é comum em administrações públicas de alta complexidade e indica que, embora existam apontamentos técnicos para aprimoramento, a essência da gestão financeira foi pautada pela legalidade e pela correta aplicação dos investimentos. O acórdão publicado pelo **TCE** serve como um selo de segurança jurídica para o encerramento do ciclo administrativo de 2023.

Transparência no Período 2024

Quanto ao exercício de 2024, o cenário também se mostrou positivo para o Legislativo araguainense. Seguindo os novos ritos da Resolução nº 1687/2025, as contas da Câmara foram colocadas sob custódia pelo órgão de controle. Na prática, isso significa que a instituição não apresentou irregularidades ou sinais de alerta que exigissem uma auditoria punitiva imediata, ficando fora da lista de unidades com julgamento prioritário devido à ausência de apontamentos críticos.

Compromisso com Erário Público

O vereador Marcos Duarte recebeu as notificações com entusiasmo, interpretando as decisões como uma

validação de sua metodologia de trabalho. Para o ex-presidente da Casa de Leis, o resultado é fruto de um planejamento estratégico que priorizou o zelo administrativo. Ele reforçou que manter as contas em dia é, antes de tudo, um dever ético com o cidadão de Araguaína, garantindo que cada centavo do orçamento fosse utilizado para fortalecer a democracia local.

Legado de Zelo Administrativo

Ao avaliar o impacto das decisões do **Tribunal de Contas** para a sua trajetória pública, o parlamentar fez questão de ressaltar que o equilíbrio entre a política e a gestão técnica foi o diferencial para alcançar esses resultados positivos perante os órgãos de controle.

"Sempre conduzimos a Câmara com zelo, planejamento e respeito ao dinheiro público. A aprovação das contas de 2023 e a custódia das contas de 2024 demonstram que o trabalho foi feito com responsabilidade e dentro da legalidade", afirmou Marcos Duarte.

Tags: Araguaína Contas aprovadas gestão pública Marcos Duarte **TCE Tocantins** transparência legislativa

Araguaína

Contas aprovadas

gestão pública

Marcos Duarte

TCE Tocantins

transparência legislativa

Site: <https://portaldoamaral.com.br/tce-valida-gestao-fiscal-da-camara-de-araguaina-sob-comando-de-marcos-duarte/>

Laurez classifica suspensão do reajuste da água como medida populista e critica Dorinha

Notícias do **Tocantins** - A suspensão do reajuste de 9,37% nas tarifas de água e esgoto no **Tocantins** abriu um novo flanco de embate político no Estado. O vice-governador Laurez Moreira (PSD) saiu publicamente em defesa do aumento autorizado durante sua gestão interina e criticou diretamente a senadora Professora Dorinha Seabra (União Brasil), que parabenizou o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) pela decisão de derrubar o reajuste.

Para Laurez, o gesto de Dorinha revela "falta de compreensão básica sobre gestão pública" e aposta em aplausos fáceis em detrimento de soluções estruturais.

"Aplaudir a suspensão de taxas que estavam há três anos sem reajuste e já judicializadas é estranho. Quem sabe governar entende que adiar decisões não resolve problema nenhum, só encarece e transfere a conta. No final, quem paga é sempre a população", afirmou o vice-governador. Segundo ele, decisões desse tipo podem até render "likes e vídeos bonitos", mas empurram a responsabilidade para a próxima gestão.

Laurez ainda ampliou as críticas, apontando o silêncio da senadora diante de temas como saúde, segurança pública, condições insalubres de trabalho dos servidores e outros aumentos que impactam diretamente o bolso da população, como energia, ICMS e taxas diversas.

Dorinha, que reposicionou seu discurso e agora afaga a gestão de Wanderlei, parabenizando-o pela medida, declarou que a suspensão do reajuste foi correta diante de falhas formais e do impacto direto no orçamento das famílias. "Houve abuso no aumento da conta de água e esgoto. O impacto é enorme na renda das famílias tocaninenses. O governador fez a revisão respeitando a legalidade e demonstrou compromisso com as famílias", declarou, ao elogiar a decisão do chefe do Executivo.

Ex-presidente da ATR aponta legalidade

Quem também entrou no debate foi o ex-presidente da Agência Tocantinense de Regulação (ATR), Saulo

Milhomem, que defendeu a legalidade e a necessidade do reajuste concedido em novembro de 2025. Segundo ele, a correção de 9,37% foi baseada em pareceres técnicos da própria ATR, da Procuradoria-Geral do Estado e do **Tribunal de Contas**.

Milhomem afirmou que, sem a atualização, o impacto poderia chegar a até 40% futuramente. "Não se resolve empurrar o problema para frente. Já são mais de três anos sem correção pelo IPCA, há ação judicial em curso e, mais cedo ou mais tarde, essa conta chega - possivelmente de forma muito mais pesada", disse.

Entenda

O pano de fundo do embate envolve não apenas a tarifa de água - hoje a mais alta da Região Norte, chegando a R\$ 8,01 por metro cúbico -, mas também o reposicionamento político após o retorno de Wanderlei Barbosa ao cargo, depois de afastamento determinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Durante esse período, o Estado foi comandado por Laurez, responsável pela autorização do reajuste agora suspenso.

A manifestação pública de Dorinha, elogiando Wanderlei, é lida nos bastidores como mais um sinal de aproximação política entre ambos, enquanto Laurez busca se diferenciar com um discurso de responsabilidade fiscal e gestão técnica, em contraponto ao que classifica como decisões populistas.

Site: <https://afnoticias.com.br/blog-do-arnaldo-filho/laurez-chama-suspensao-de-reajuste-da-agua-de-medida-populista-e-alfineta-dorinha>

Municípios precisam confirmar nomes dos agentes do programa Aliança pela Primeira Infância

Redação

Em continuação às ações do Programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância para 2026, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** solicita que os municípios tocaninenses encaminhem a lista de confirmação quanto à permanência dos servidores indicados na função de Agente de Integração Local.

Em caso de substituição, é necessário que o nome do(a) novo(a) servidor(a) seja enviado para o e-mail: presidencia@tceto.tc.br . A solicitação foi feita a todos os municípios por meio do Ofício Circular nº 16/2026 - GABPR, no dia 23 de janeiro.

O Tribunal reforça que o agente de integração local é uma peça fundamental na interlocução entre o município e o **Tribunal de Contas** na execução das ações e atividades previstas no referido programa.

Site: <http://conexaoto.com.br/2026/01/28/municipios-precisam-confirmar-nomes-dos-agentes-do-programa-alianca-pela-primeira-infancia>

Municípios precisam confirmar nomes dos agentes de integração do programa Aliança pela Primeira Infância que atuarão em 2026

Agente de integração local é uma peça fundamental na interlocução entre o município e o Tribunal na execução das ações e atividades do programa

Da Assessoria

Em continuação às ações do Programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância para 2026, o **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** solicita que os municípios tocaninenses encaminhem a lista de confirmação quanto à permanência dos servidores indicados na função de Agente de Integração Local.

Em caso de substituição, é necessário que o nome do(a) novo(a) servidor(a) seja enviado para o e-mail: Este endereço de email está sendo protegido de spambots. Você precisa do JavaScript ativado para vê-lo. . A solicitação foi feita a todos os municípios por meio do Ofício Circular nº 16/2026 - GABPR, no dia 23 de janeiro.

O Tribunal reforça que o agente de integração local é uma peça fundamental na interlocução entre o município e o **Tribunal de Contas** na execução das ações e atividades previstas no referido programa.

Site:

<http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/municipios-precisam-confirmar-nomes-dos-agentes-de-integracao-do-programa-alianca-pela-primeira-infancia-que-atuarao-em-2026>

Prefeito de Cachoeirinha é investigado pelo MP após nomear sobrinha com ensino médio incompleto para cargo de secretária de igualdade

Por Stefani Cavalcante, g1 Tocantins

O Ministério Público abriu uma investigação para apurar um suposto caso de nepotismo na Prefeitura de Cachoeirinha.

Conforme o documento, o prefeito Sandrimar Alves (UB) nomeou a própria sobrinha, Tauana Ferreira da Silva Moraes, para o cargo de Secretária Municipal de Igualdade Social, Equidade e Direitos da Mulher de Cachoeirinha, sem que tivesse o grau de escolaridade compatível com a função.

O g1 solicitou um posicionamento à Prefeitura de Cachoeirinha e ao prefeito, mas não teve resposta até a última atualização da reportagem.

O prefeito de Cachoeirinha, Sandrimar Alves (UB), se tornou alvo de uma investigação do Ministério Público do **Tocantins** por suspeita de nepotismo após nomear a sobrinha, Tauana Ferreira da Silva Moraes, para o cargo de secretária municipal de Igualdade Social, Equidade e Direitos da Mulher do município. Segundo a denúncia do MP, a jovem de 23 anos não concluiu o ensino médio e, por isso, não teria o grau de escolaridade compatível com a função.

O g1 solicitou um posicionamento à Prefeitura de Cachoeirinha e ao prefeito, mas não teve resposta até a última atualização da reportagem.

De acordo com o portal da transparência, a sobrinha do prefeito ocupa o cargo de secretária desde janeiro de 2025 e recebe uma remuneração bruta no valor de R\$ 4 mil. A nomeação dela foi publicada no Diário Oficial de Cachoeirinha no dia 13 de janeiro de 2025.

?? Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

LEIA TAMBÉM

Prefeita exonera pai após MPE apontar nepotismo e depois o nomeia em outra secretaria

Prefeito nomeia nove parentes em cargos públicos e **Tribunal de Contas** abre investigação por indícios de nepotismo

A portaria sobre o inquérito foi publicada no Diário Oficial do Ministério Público do dia 26 de janeiro de 2026. Segundo o documento, as investigações são baseadas em denúncias feitas sobre nepotismo no município de Cachoeirinha.

O inquérito foi instaurado pelo promotor Gilmar Pereira Avelino, da Promotoria de Justiça de Ananás.

Veja mais notícias da região no g1 **Tocantins**.

Site:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2026/01/28/prefeito-vira-alvo-de-investigacao-do-mp-apos-nomear-sobrinha-com-ensino-medio-incompleto-para-cargo-de-secretaria-de-igualdade.ghml>

Quase 20 entidades pressionam governador por correção de salários, diárias e progressões

Notícias do **Tocantins** - Representantes de quase 20 entidades classistas intensificaram a pressão sobre o Governo do **Tocantins** e protocolaram, nesta segunda-feira (26), um ofício na Secretaria Executiva da Governadoria exigindo medidas imediatas do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos). O documento reúne uma pauta ampla de reivindicações do funcionalismo estadual, incluindo a revisão da tabela de progressão funcional do Quadro Geral, a atualização do auxílio-alimentação e o reajuste de diárias e salários de diversas categorias.

No ofício, as entidades apontam que as remunerações e os direitos de carreira dos servidores do Executivo estadual estão defasados em relação a outros poderes e instituições, como Legislativo, Judiciário, **Tribunal de Contas**, Defensoria Pública e Ministério Público. Segundo os representantes, a disparidade afeta principalmente os servidores do Quadro Geral, que concentram o maior número de trabalhadores do Estado.

A mobilização é considerada ampla e unificada, reunindo sindicatos de diferentes áreas da administração pública. O documento é assinado por dirigentes de entidades como o Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do **Tocantins** (Sisepe-TO), SINDIFISCAL (Auditores Fiscais), SINFITO (Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais), SINJUSTO (Servidores da Justiça) e SINDAGRO (Agropecuária), entre outras, evidenciando que a insatisfação com a política remuneratória alcança setores que vão da saúde à fiscalização.

Segundo as lideranças sindicais, o principal ponto da reivindicação é a correção de distorções na carreira dos servidores regidos pela Lei de 2012. De acordo com as entidades, os interstícios de três anos previstos na legislação tornam inviável o alcance do topo da carreira, ferindo o princípio da isonomia quando comparados aos servidores admitidos antes da vigência da norma. No documento, os sindicatos solicitam providências urgentes para a equiparação da tabela de progressão, além do reajuste das diárias, do auxílio-alimentação e de um reajuste salarial efetivo.

As entidades também destacam a defasagem dos

valores pagos a título de diárias, apontando que a situação compromete o desempenho de atividades que exigem deslocamentos frequentes, além de gerar desequilíbrio entre as carreiras. O pedido inclui ainda a extensão isonômica do auxílio-alimentação aos servidores do Quadro Geral, em patamar equivalente ao já praticado em outras classes do serviço público estadual.

As lideranças afirmam que o atendimento das reivindicações vai além da valorização corporativa e tem impacto direto na qualidade dos serviços prestados à população. No ofício, os sindicatos sustentam que a valorização dos servidores contribui para o fortalecimento da administração pública, com ganhos em eficiência, transparência e resultados para a sociedade tocaninense.

O documento foi recebido pelo Governo do Estado sob o protocolo nº 1086, e a gestão estadual informou que deverá analisar os impactos orçamentários das demandas. As entidades signatárias, entre elas a Força Sindical e a FESSERTO, afirmaram que permanecem abertas ao diálogo e aguardam um posicionamento oficial do Palácio Araguaia.

Site: <https://afnoticias.com.br/estado/sindicatos-pedem-adequacao-nas-progressoes-reajuste-de-diarias-e-atualizacao-do-auxilio-alimentacao>

Ex-prefeito do TO tem bens bloqueados por suspeita de venda irregular de lotes

A Justiça Estadual do **Tocantins** determinou a indisponibilidade de bens do ex-prefeito de Aparecida do Rio Negro, Suzano Lino Marques, e de sua esposa, Luisa Pereira de Carvalho Marques, no valor de até R\$ 311.877,49.

A decisão foi proferida no dia 23 de janeiro pelo juiz Luatom Bezerra Adelino de Lima, da 1ª Escrivania Cível de Novo Acordo, em ação civil pública por improbidade administrativa movida pelo Município.

INDÍCIOS DE DOLO EM PROGRAMA FUNDIÁRIO

De acordo com a decisão, há indícios de dolo específico na condução do Programa de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S) no Setor Flamboyant, durante a gestão 2021-2024.

Em análise preliminar, o magistrado apontou que o então prefeito teria se beneficiado patrimonialmente do programa público, utilizando a estrutura municipal para fins privados e autopromoção política.

GESTOR E VENDEDOR

Um dos pontos centrais da decisão é a chamada dupla atuação de Suzano Lino Marques. Documentos indicam que ele assinou títulos de propriedade como prefeito e, simultaneamente, figurou como vendedor dos mesmos lotes em contratos particulares.

Segundo os autos, os valores pagos pelos beneficiários teriam sido recebidos diretamente pelo ex-prefeito, caracterizando possível conflito de interesses e enriquecimento ilícito.

TÍTULOS SEM REGISTRO E USO DA MÁQUINA PÚBLICA

A Justiça destacou ainda que os títulos entregues não possuíam registro em cartório, o que compromete sua validade jurídica. Certidão do Cartório de Registro de Imóveis aponta inexistência de prenotação referente à Reurb do Setor Flamboyant.

Mesmo assim, os documentos teriam sido entregues com brasão da Prefeitura e menção ao Poder Judiciário, prática já vedada pelo Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária do Tribunal de Justiça do

Tocantins.

A decisão também menciona que a esposa do ex-prefeito e um cunhado ocuparam cargos na Comissão de Regularização Fundiária, ambos remunerados com recursos públicos.

BLOQUEIO DE BENS E ENCAMINHAMENTOS

Com base nos indícios, o juiz determinou o bloqueio de contas bancárias, veículos e imóveis dos investigados, por meio dos sistemas Sisbajud, Renajud e CNIB.

A esposa do ex-prefeito foi incluída formalmente no polo passivo da ação. Cópias do processo também foram encaminhadas ao **Tribunal de Contas do Estado** e ao Nupref para adoção de providências administrativas.

Os réus serão citados para apresentação de defesa. O mérito da ação ainda será analisado ao longo da instrução processual.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/ex-prefeito-do-to-tem-bens-bloqueados-por-suspeita-de-venda-irregular/138386/>

Sindicatos pedem adequação nas progressões, reajuste de diárias e atualização do auxílio alimentação

Servidores também reivindicam melhorias salariais reais; assista vídeo sobre o pedido liderado pelo Sisepe

Da Assessoria

Liderados pelo Sisepe-TO (Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do **Tocantins**), representantes de quase vinte entidades classistas protocolaram, nesta segunda-feira, 26 de janeiro, um ofício junto à Secretaria Executiva da Governadoria exigindo medidas imediatas do governador Wanderlei Barbosa. O documento, entregue em Palmas, reivindica a revisão da tabela de progressão funcional do Quadro Geral, a atualização do auxílio alimentação e o reajuste das diárias e salários para diversas categorias do funcionalismo estadual.

Um dos principais argumentos do grupo é que em relação com outros poderes e instituições, como Legislativo, Judiciário, **Tribunal de Contas**, Defensoria, Ministério Público, as remunerações e direito nas carreiras do Estado, sobretudo no Quadro Geral, estão muito abaixo.

A ação demonstra uma mobilização massiva e unificada dos servidores. O documento conta com a assinatura de presidentes de diversas outras entidades de peso, como o SINDIFISCAL (Auditores Fiscais), SINFITO (Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais), SINJUSTO (Servidores da Justiça) e SINDAGRO (Agropecuária), evidenciando que a insatisfação com a atual política remuneratória atinge transversalmente a administração pública, da saúde à fiscalização. "Aqui estamos mostrando uma união de todos. Estamos mais do que abertos para o diálogo como governador. Ele sabe que o sucesso da administração passa por ter o seu efetivo de trabalho motivado", frisou o presidente do Sisepe-TO, Elizeu Oliveira.

O ponto central da demanda é a correção de distorções na carreira dos servidores regidos pela Lei de 2012. Segundo as entidades, as regras atuais tornam impossível alcançar o topo da carreira devido aos interstícios de três anos, ferindo o princípio da isonomia quando comparado aos servidores anteriores

a essa legislação. No ofício, o grupo formalizou o pedido para "solicitar providências urgentes quanto a equiparação isonômica no tocante a tabela de progressão dos servidores do quadro geral (2012), reajuste das diárias, auxílio alimentação e reajuste salarial efetivo aos servidores".

Além das progressões, o grupo aponta uma defasagem crítica nos valores pagos a título de diárias, argumentando que há um desequilíbrio que compromete a prestação de serviços, especialmente para aqueles que necessitam viajar habitualmente a trabalho. O pleito inclui ainda a extensão do auxílio-alimentação de forma geral e isonômica, equiparando os benefícios do Quadro Geral aos já praticados em outras classes do serviço público tocaninense.

As lideranças sindicais sustentam que o atendimento dessas pautas não beneficia apenas a categoria, mas reflete diretamente na qualidade do serviço prestado à população. O documento argumenta que a valorização do servidor "contribuirá para o fortalecimento da administração pública, promovendo maior eficiência, transparência e resultados para a sociedade tocaninense", colocando o Estado em uma posição mais moderna de gestão.

O Governo do Estado recebeu o protocolo sob o número 1086 e deve analisar os impactos orçamentários das reivindicações. As entidades signatárias, que incluem também a Força Sindical e a FESSERTO, colocaram-se à disposição para negociar e debater os encaminhamentos necessários para a implementação das medidas, aguardando agora um posicionamento oficial do Palácio Araguaia.

Site:

<http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/sindicatos-pedem-adequacao-nas-progressoes-reajuste-de-diarias-e-atualizacao-do-auxilio-alimentacao>

TCETO lança cronograma das avaliações que definirá os municípios que receberão o Selo Município Amigo do Futuro

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** informa que o cronograma das avaliações dos Eixos I e II dos municípios que participaram da 5ª etapa do programa **TCE** de Olho no Futuro, foi publicado nesta terça-feira, 27, no Boletim Oficial da Corte.

Em 24 de fevereiro foi divulgado o resultado preliminar da avaliação e enviado aos municípios participantes o relatório técnico, elaborado pela comissão técnica do **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, com detalhamento dos resultados dos eixos. Diante do resultado, os municípios podem solicitar interposição de recurso até 4 de março pelo e-mail: .

O resultado final será publicado no Boletim Oficial do **TCETO** dia 9 de março e, de acordo com o edital, o Selo Município Amigo do Futuro será entregue em uma solenidade no dia 12 de março, quando também dará continuidade às ações do programa para 2026.

Em 24 de fevereiro foi divulgado o resultado preliminar da avaliação e enviado aos municípios participantes o relatório técnico, elaborado pela comissão técnica do **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, com detalhamento dos resultados dos eixos. Diante do resultado, os municípios podem solicitar interposição de recurso até 4 de março pelo e-mail: .

O resultado final será publicado no Boletim Oficial do **TCETO** dia 9 de março e, de acordo com o edital, o Selo Município Amigo do Futuro será entregue em uma solenidade no dia 12 de março, quando também dará continuidade às ações do programa para 2026.

A avaliação faz parte do guia metodológico de boas práticas que contempla os municípios tocaninenses que se destacaram nas ações voltadas à primeira infância.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/01/28/tceto-lanca-cronograma-das-avaliacoes-que-definira-os-municipios-que-receberao-o-selo-municipio-amigo-do-futuro/>

Municípios precisam confirmar nomes dos agentes de integração do programa Aliança pela Primeira Infância

Em continuação às ações do Programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância para 2026, o **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** solicita que os municípios tocanrinenses encaminhem a lista de confirmação quanto à permanência dos servidores indicados na função de Agente de Integração Local.

Em caso de substituição, é necessário que o nome do(a) novo(a) servidor(a) seja enviado para o e-mail: presidencia@tceto.tc.br. A solicitação foi feita a todos os municípios por meio do Ofício Circular nº 16/2026 - GABPR, no dia 23 de janeiro.

O Tribunal reforça que o agente de integração local é uma peça fundamental na interlocução entre o município e o **Tribunal de Contas** na execução das ações e atividades previstas no referido programa.

Site: <https://www.grifon.com.br/noticias/municipios-precisam-confirmar-nomes-dos-agentes-de-integracao-do-programa-alianca-pela-primeira-infa-204481>

Entenda por que prefeitos têm contas rejeitadas e como isso afeta os municípios no Tocantins

Mari Silva

Mais de 50 municípios do **Tocantins** tiveram as contas rejeitadas pelo **Tribunal de Contas do Estado** no exercício financeiro de 2023, segundo levantamento do Jornal Primeira Página . O número expressivo vai além de episódios pontuais que frequentemente ganham espaço no noticiário e aponta para um cenário mais amplo de fragilidades na administração dos recursos públicos municipais.

Diante desse quadro, esta reportagem busca responder a duas perguntas centrais: o que leva um prefeito a ter suas contas rejeitadas e quais consequências dessas falhas recaem diretamente sobre os municípios e a população . Para isso, o jornal analisa os principais critérios utilizados pelo **Tribunal de Contas** e os efeitos práticos dessas impropriedades na gestão pública.

Em entrevista ao Jornal Primeira Página , o coordenador de Análise de Contas e Acompanhamento da Gestão Fiscal do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, Gustavo França , detalhou os pontos mais recorrentes nas reprovações e os impactos dessas decisões.

Segundo o Tribunal, a análise das contas segue uma trilha técnica baseada em normas constitucionais, fiscais, contábeis e legais. Embora cada município tenha sua realidade, alguns problemas aparecem de forma recorrente nos pareceres pela rejeição.

O descumprimento dos índices constitucionais mínimos , especialmente a aplicação de 25% da receita em educação e 15% em ações e serviços públicos de saúde , está entre os principais fatores. Esses percentuais são considerados cláusulas essenciais da política pública e sua inobservância pesa de forma significativa na análise.

Outro ponto frequente é a má gestão dos recursos do Fundeb , sobretudo quando o município deixa de aplicar o percentual mínimo exigido para a remuneração dos profissionais da educação básica.

O desequilíbrio das contas públicas também figura

entre as principais causas de reprovação. Isso ocorre quando o gestor autoriza despesas acima da arrecadação, gerando déficit orçamentário ou financeiro.

Além disso, o Tribunal é rigoroso na verificação do recolhimento das contribuições previdenciárias , tanto ao INSS quanto aos regimes próprios. O não repasse ou o repasse abaixo do mínimo legal afeta diretamente servidores ativos e aposentados e é tratado como uma falha grave.

O **TCE-TO** destacou que o acompanhamento não se limita à análise posterior das contas. Durante o exercício financeiro, o Tribunal realiza fiscalização concomitante , emitindo alertas aos gestores quando identifica risco de descumprimento de índices legais.

Esses alertas dão ao município a chance de corrigir falhas ainda dentro do exercício. Caso as irregularidades persistam, o fato de o gestor ter sido previamente alertado é considerado um agravante no parecer final.

Embora a rejeição das contas não gere, de forma automática, punições eleitorais ao prefeito, as consequências administrativas recaem diretamente sobre o município . Uma das principais é a restrição no acesso a transferências voluntárias , como convênios com o Estado e a União.

Isso ocorre porque certidões exigidas para liberação de recursos incluem informações sobre o cumprimento dos índices constitucionais.

Além disso, municípios com contas rejeitadas tendem a ser alvo de maior rigor na fiscalização , podendo sofrer recomendações corretivas, aplicação de multas aos gestores e encaminhamento de informações a outros órgãos de controle.

Um exemplo recente que ajuda a entender como essas impropriedades se materializam na prática é o do município de Combinado , no sudeste do **Tocantins**. As contas da gestão do ex-prefeito Lindolfo do Prado Neto , referentes ao exercício de 2023, receberam parecer pela rejeição do **TCE-TO**.

Entre os principais problemas apontados estão déficit orçamentário sem respaldo financeiro , ausência de registro e cobrança de dívida ativa, falhas na arrecadação de tributos como IPTU e ISS, inconsistências nos dados de gastos com saúde e irregularidades na aplicação de recursos do Fundeb e no recolhimento previdenciário .

O Tribunal também identificou divergências em registros orçamentários e precatórios, além de inconsistências nas informações prestadas aos sistemas oficiais de controle. As justificativas apresentadas pela defesa foram analisadas, mas a maioria foi rejeitada por falta de embasamento legal, resultando na aplicação de multa administrativa ao ex-gestor .

O caso exemplifica como falhas contábeis, fiscais e administrativas podem se acumular e resultar não apenas na rejeição das contas, mas também em sanções financeiras e no encaminhamento do processo a outros órgãos de controle.

Para o **TCE-TO**, a rejeição das contas deve ser encarada como um alerta institucional , sobretudo porque seus efeitos vão além do gestor e impactam diretamente a população, seja pela limitação de investimentos, pela dificuldade de acesso a recursos externos ou pela piora na prestação de serviços públicos.

O Tribunal mantém plataformas de acesso público onde qualquer cidadão pode acompanhar arrecadação, despesas e índices aplicados em áreas essenciais como saúde e educação.

O acesso facilitado a esses dados permite compreender como os recursos públicos estão sendo administrados e quais decisões afetam, de forma direta, o cotidiano dos municípios tocantinenses.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/entenda-por-que-prefeitos-tem-contas-rejeitadas-e-como-isso-afeta-os-municipios-no-tocantins/>

Prefeito de Cachoeirinha, Sandrimar Alves, é investigado pelo MP após nomear sobrinha com ensino médio incompleto para secretaria (Destaques)

Redação NT

O cenário político de Cachoeirinha, município tocantinense, encontra-se em destaque após o prefeito Sandrimar Alves (UB) se tornar alvo de uma investigação por parte do Ministério Público do **Tocantins** (MPTO). A apuração surge em decorrência da nomeação de sua sobrinha, Tauana Ferreira da Silva Moraes, para o cargo de secretária municipal de Igualdade Social, Equidade e Direitos da Mulher. A principal suspeita recai sobre um possível caso de nepotismo e a suposta inadequação da qualificação da nomeada, uma vez que a jovem de 23 anos não teria concluído o ensino médio, levantando questionamentos sobre a compatibilidade de sua escolaridade com as exigências da função pública.

A denúncia que impulsionou a ação do Ministério Público aponta diretamente para a falta de um grau de escolaridade formal por parte de Tauana Ferreira da Silva Moraes. Segundo o documento, a ausência de conclusão do ensino médio seria um impedimento para o exercício pleno das responsabilidades inerentes a uma pasta de tamanha importância social. A sobrinha do prefeito, conforme dados disponíveis no portal da transparência do município, ocupa a posição de secretária desde janeiro de 2025, com sua nomeação sendo oficialmente publicada no Diário Oficial de Cachoeirinha em 13 de janeiro daquele ano. Para este cargo, ela recebe uma remuneração bruta mensal que atinge R\$ 4 mil, valor que passa a ser escrutinado no contexto da investigação.

A Secretaria Municipal de Igualdade Social, Equidade e Direitos da Mulher, pasta para a qual Tauana foi designada, exige um perfil de liderança capaz de gerir políticas públicas complexas. As atribuições incluem a elaboração e execução de programas de inclusão social, combate à desigualdade, promoção da equidade de gênero e defesa dos direitos das mulheres. Tais responsabilidades demandam não apenas sensibilidade social, mas também capacidade de gestão, planejamento estratégico e articulação intersetorial, elementos que são naturalmente

associados a um nível mínimo de formação educacional formal.

A instauração do inquérito civil público pelo Ministério Público do **Tocantins**, formalizada com a publicação da portaria no Diário Oficial do órgão em 26 de janeiro de 2026, marca o início de uma análise aprofundada das circunstâncias da nomeação. A Promotoria de Justiça de Ananás, sob a condução do promotor Gilmar Pereira Avelino, é a responsável por averiguar as denúncias de nepotismo na administração municipal de Cachoeirinha. O MP, como guardião da lei e fiscal da correta aplicação dos recursos públicos, tem o dever constitucional de zelar pelos princípios da moralidade, impessoalidade e legalidade na gestão pública.

O nepotismo é a prática de usar a posição de poder para favorecer parentes em cargos públicos, sejam por nomeação, contratação ou qualquer outra forma de vínculo empregatício. No Brasil, essa prática é vedada pela Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal (STF), que proíbe a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, para cargos de confiança ou de comissão na administração pública. O objetivo é assegurar que o serviço público seja preenchido por critérios de mérito e qualificação, e não por laços familiares, promovendo a eficiência e a probidade.

Embora a Súmula Vinculante nº 13 admita exceções para cargos de natureza política, como Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, a nomeação ainda deve respeitar os princípios da razoabilidade e da moralidade. No caso em questão, a controvérsia se intensifica pela alegação de que a nomeada não possui sequer a formação educacional básica completa, o que descaracterizaria a aptidão mínima para o exercício de um cargo estratégico, mesmo que de natureza política, comprometendo a capacidade da gestão em atender às demandas da população e justificar a remuneração com verba pública.

A discussão sobre o grau de escolaridade mínimo para o exercício de cargos de Secretário Municipal é fundamental. Embora muitos desses cargos sejam considerados de natureza política e não exijam formação superior específica, a ausência do ensino médio completo levanta sérias dúvidas sobre a capacidade de um gestor de compreender e aplicar políticas públicas, interagir com diferentes níveis de governo, gerenciar equipes e orçamentos, e representar a pasta em diversas instâncias. Para uma secretaria que lida com temas sensíveis como igualdade, equidade e direitos da mulher, a capacidade de análise crítica, comunicação eficaz e elaboração de documentos complexos é indispensável, e a escolaridade é um indicador básico para essas competências.

Até o momento da última atualização desta reportagem, a Prefeitura de Cachoeirinha e o prefeito Sandrimar Alves não se manifestaram publicamente sobre as acusações ou sobre a investigação do Ministério Público. A ausência de um posicionamento oficial pode gerar especulações e aumentar a pressão pública por transparência. O MPTO, por sua vez, continuará com a coleta de informações e evidências, podendo solicitar documentos, convocar testemunhas e, se necessário, requisitar perícias. Ao final do inquérito, o Ministério Público poderá emitir recomendações à administração municipal, propor Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou, em casos mais graves, ajuizar ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, buscando a responsabilização dos envolvidos.

Casos de nepotismo e questionamentos sobre a qualificação de nomeados não são isolados no cenário político brasileiro, e o **Tocantins** já registrou episódios semelhantes, como o de prefeitas que exoneraram pais após apontamento do MPE, ou prefeitos que nomearam diversos parentes e tiveram investigações abertas pelo **Tribunal de Contas**. Essa recorrência sublinha a vigilância constante dos órgãos de controle. Para Cachoeirinha, a investigação atual pode ter sérias implicações na credibilidade da gestão municipal e na percepção dos cidadãos sobre a integridade de seus líderes. A boa governança depende da confiança pública e da certeza de que os cargos são preenchidos por mérito e não por laços familiares, garantindo que os recursos e serviços públicos beneficiem a coletividade.

Acompanhe de perto os desdobramentos desta e de outras investigações que moldam o futuro político do **Tocantins**. O **Notícias do Tocantins** está comprometido em trazer informações aprofundadas e análise crítica sobre os temas que impactam diretamente a vida dos cidadãos. Não perca nenhuma atualização e mantenha-se informado sobre a gestão

pública e os desafios do nosso estado. Navegue em nosso portal para mais notícias e análises exclusivas!

Fonte: <https://g1.globo.com>

Site: <https://noticiadotocantins.com.br/prefeito-de-cachoeirinha-sandrimar-alves-e-investigado-pelo-mp-apos-nomear-sobrinha-com-ensino-medio-incompleto-para-secretaria/>

TCE/TO solicita confirmação de agentes do Programa Aliança pela Primeira Infância

Da Redação e TCE/TO

O **Tribunal de Contas** do **Tocantins (TCE/TO)** deu início às ações do Programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância para o ciclo de 2026. Como parte desse planejamento, a Corte de Contas solicita que as prefeituras tocanтинenses encaminhem a confirmação dos servidores que permanecerão na função de Agente de Integração Local.

Em caso de substituição, o **TCE/TO** informa que é necessário que o nome do(a) novo(a) servidor(a) seja enviado para o e-mail: presidencia@tceto.tc.br . A solicitação foi feita a todos os municípios por meio do Ofício Circular nº 16/2026 - GABPR, no dia 23 de janeiro.

O Tribunal reforça que a manutenção ou indicação correta desses agentes é essencial, pois eles são fundamentais para garantir a fluidez e a eficácia das ações voltadas à primeira infância em todo o estado. O acompanhamento rigoroso e a interlocução constante permitem que as metas de 2026 sejam atingidas com maior precisão.

Além disso, o órgão aproveita para lembrar que a sociedade pode contribuir com a fiscalização. Para reclamações ou denúncias sobre o uso irregular de recursos públicos, tanto estaduais quanto municipais, a Ouvidoria do **TCE** está disponível pelo telefone 0800 644 5800 .

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/tceto-solicita-confirmacao-de-agentes-do-programa-alianca-pela-primeira-infancia/139889/>

Quem são os 28 prefeitos que se reelegeram em 2024 mesmo tendo contas rejeitadas

Um levantamento do Jornal Primeira Página mostra que 57 dos 139 municípios do **Tocantins** tiveram as contas do exercício financeiro de 2023 rejeitadas pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**. Apesar das impropriedades apontadas pelo órgão técnico, 28 prefeitos - cerca de 49% do total - foram reeleitos nas eleições municipais de 2024.

Os dados foram apurados a partir da análise das prestações de contas consolidadas do prefeito referentes a 2023. Do total de processos analisados pelo **Tribunal de Contas**, 34 contas foram aprovadas, 48 permanecem pendentes de julgamento e 57 receberam parecer pela rejeição.

O cenário chama atenção e levanta questionamentos sobre como funciona o controle das contas públicas e por qual motivo gestores com contas rejeitadas conseguem permanecer ou retornar ao cargo.

A análise das contas municipais ocorre em etapas. O **Tribunal de Contas** realiza a avaliação técnica, verificando cumprimento de índices constitucionais, equilíbrio fiscal, regularidade contábil e legalidade dos atos administrativos. Ao final, o **TCE** emite um parecer prévio, recomendando a aprovação ou rejeição.

A decisão final, no entanto, não é do Tribunal, mas sim das Câmaras Municipais, que podem manter ou derrubar o parecer, desde que haja o voto favorável de dois terços dos vereadores.

Segundo o advogado Sa-muell Moraes, especialista

em direito público, o julgamento feito pelos vereadores ultrapassa a análise técnica.

"O **Tribunal de Contas** atua como órgão técnico e de assessoramento. A Câmara faz um julgamento que é técnico, mas também político, considerando a realidade do município e as justificativas apresentadas pelo gestor."

A rejeição das contas, mesmo quando confirmada pelo Legislativo municipal, não implica automaticamente em inelegibilidade. Para que um prefeito fique impedido de disputar eleições, a legislação exige que a rejeição:

Seja definitiva;

envolva irregularidade insanável;

tenha sido praticada com dolo (intenção);

e não caiba mais recurso.

Esses critérios estão previstos na Lei Complementar nº 64/1990, conhecida como Lei de Inelegibilidades, que foi posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 135/2010, popularmente chamada de Lei da Ficha Limpa..

O Tribunal Regional Eleitoral do **Tocantins** (TRE-TO) atua apenas após essas etapas, geralmente quando provocado por ações judiciais específicas. O Jornal Primeira Página solicitou esclarecimentos ao Tribunal sobre o tema, mas não obteve retorno até o fechamento desta reportagem.

Municípios com contas rejeitadas em 2023 e situação eleitoral dos prefeitos

Abaixo, a lista completa dos 57 municípios que tiveram contas rejeitadas, com

os prefeitos responsáveis e a situação eleitoral em 2024, conforme os documentos oficiais analisados pelo jornal.

Prefeitos reeleitos mesmo com contas rejeitadas (28):
Aguianópolis - Wan-derly Sousa Santos (reeleito)
Araguanã - Max Nylton Barbosa da Silva (reeleito)
Araguatins - Aquiles Pereira de Sousa (reeleito)
Arraias - Herman Gomes de Almeida (reeleito)
Aixá do **Tocantins** - Auri Wulange Ribeiro Jorge (reeleito)

Barra do Ouro - Nelida Vasconcelos Miranda Cavalcante (reeleita)

Campos Lindos - Romil Iakov Kalugin (reeleito)
Carrasco Bonito - Gil-van Bandeira da Silva (reeleito)

Chapada da Natividade

- Elio Dionízio de Santana (reeleito)

Chapada de Areia - Adauto Mendes de Oliveira (reeleito)

Couto Magalhães - Júlio César Ramos Brasil (reeleito)

Divinópolis do **Tocantins**

- Flavio Rodrigues Silva (reeleito)

Itacajá - Maria Aparecida Lima Rocha Costa (reeleita)

Jaú do **Tocantins** - Lu-ciene Lourenço de Araújo Oliveira (reeleita)

Lagoa do **Tocantins** - Leandro Fernandes Soares (reeleito)

Maurilândia do **Tocantins** - Rafael Maracaipe de Almeida (reeleito)

Monte Santo do **Tocantins** - Nezita Martins Neta (reeleita)

Natividade - Thiago Jayme Rodrigues de Cerqueira (reeleito)

Palmeirante - Raimundo Brandão dos Santos (reeleito)

Pequizeiro - Jocelio Nobre da Silva (reeleito)

Pindorama do **Tocantins**

- Thiago Tapajós Alves de Oliveira (reeleito)

Piraquê - Silvino Oliveira de Sousa (reeleito)

Ponte Alta do Bom Jesus

- José Luciano Azevedo Carlos (reeleito)

Recursolândia - Carlos Vinicius Barbosa da Silva (reeleito)

Riachinho - Ronaldo Bandeira da Cruz (reeleito)

Santa Terezinha do To-

cantins - Wanderley Sousa Santos (reeleito)

São Bento do **Tocantins**

- Paulo Wanderson de Sousa Damasceno (reeleito)

Wanderlândia - Djalma Araújo Ferreira Junior (reeleito)

Prefeitos não reeleitos Ananás - Valdemar Batista Nepomuceno

Aurora do **Tocantins** - Luzinei de Jesus Silva

Babaçulândia - Franciel de Brito Gomes

Bom Jesus do **Tocantins**

- Paulo Hernandes Moura Lima

Brejinho de Nazaré - Marco Aurélio Bispo Nobre
Carmolândia - Neuri-van Rodrigues de Sousa Caseara
- Ildislene Bernardo da Silva Santana Combinado -
Lindolfo do Prado Neto

Darcinópolis - Jackson Soares Marinho

Esperantina - Armando Alencar da Silva

Ipueiras - Caio Augusto Siqueira de Abreu Ribeiro
Itaguatins - Maria Ivo-neide Matos Barreto

Itapora do **Tocantins** - José Rezende Silva

Lavandeira - Roberto César Ferreira de Oliveira
Lizarda - Suelene Lus-tosa Matos

Marianópolis do **Tocantins** - Isaias Dias Piagem
Mateiros - João Martins Neto

Miranorte - Antônio Carlos Martins Reis

Muricilândia - Alessan-dro Gonçalves Borges Pau
D"Arco - João Batista Neto

Porto Alegre do **Tocantins** - Rennan Nunes Cer-
queira

Praia Norte - Ho Che Min Silva de Araujo

Rio dos Bois - Moacir de Oliveira Lopes

Rio Sono - Itair Gomes Martins

Santa Tereza do **Tocantins** - Antônio da Silva
Campos

São Sebastião do **Tocantins** - Adriano Rodrigues de
Moraes

Sítio Novo do **Tocantins** - Alexandre Sousa Abreu
Farias

Tocantinópolis - Paulo Gomes de Souza

Xambioá - Sherley Patri-cia Matos de Alencar Dias

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/wp-content/uploads/2026/01/Pagina-S-8.pdf>

Justiça bloqueia bens de ex-prefeito de Aparecida do Rio Negro por suspeita de improbidade na regularização fundiária

Elaine Jardim

A Justiça Estadual do **Tocantins** determinou a indisponibilidade de bens do ex-prefeito de Aparecida do Rio Negro, Suzano Lino Marques, e de sua esposa, Luisa Pereira de Carvalho Marques, no valor de até R\$ 311.877,49, em ação civil pública por improbidade administrativa movida pelo Município. A decisão é do juiz Luatom Bezerra Adelino de Lima, da 1ª Escrivania Cível de Novo Acordo, e foi proferida no dia 23 de janeiro, no âmbito do processo nº 0000050-55.2026.8.27.2728.

Segundo a decisão, há indícios veementes de dolo específico na condução do Programa de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S) no Setor Flamboyant, durante a gestão 2021-2024. O magistrado entendeu, em análise preliminar, que o então prefeito teria atuado simultaneamente como chefe do Executivo municipal e como proprietário/vendedor de lotes, utilizando o programa público para benefício patrimonial próprio, além de autopromoção política.

Dupla atuação e títulos sem validade

Entre os pontos centrais destacados pelo juiz está a chamada "dupla personalidade jurídica" do ex-prefeito. Documentos anexados à ação indicam que Suzano Lino Marques assinou títulos de propriedade como prefeito em favor de moradores e, ao mesmo tempo, aparece como vendedor dos mesmos lotes, recebendo valores diretamente dos beneficiários, em contratos particulares de compra e venda.

A decisão também ressalta que os títulos entregues não possuíam registro em cartório, o que lhes retiraria eficácia jurídica para transferência de propriedade. Conforme certificado pelo Cartório de Registro de Imóveis, não havia qualquer prenotação referente à Reurb do Setor Flamboyant. Mesmo assim, os documentos teriam sido entregues com brasão da Prefeitura e menção ao Poder Judiciário, prática que já havia sido expressamente vedada pelo Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (Nupref) do Tribunal de Justiça do **Tocantins**.

Uso da estrutura pública e possível dano ao erário

Outro aspecto considerado relevante foi o uso da máquina pública para fins privados. A decisão aponta que a esposa do ex-prefeito e um cunhado teriam ocupado cargos estratégicos na Comissão de Regularização Fundiária, atuando diretamente no processo que beneficiaria o patrimônio do próprio gestor, ambos remunerados com recursos públicos.

Além disso, a ação menciona um possível dano ao erário envolvendo a recompra, pelo Município, de um lote urbano por R\$ 22 mil, área que teria pertencido ou sido alienada pelo núcleo familiar do ex-prefeito, configurando, em tese, conflito de interesses e circulação patrimonial com recursos públicos.

Bloqueio de bens e providências

Com base nesses elementos, o juiz determinou o bloqueio de ativos financeiros, veículos e imóveis dos requeridos, por meio dos sistemas Sisbajud, Renajud e da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB). Também foi determinada a inclusão formal da esposa de Suzano Lino Marques no polo passivo da ação.

A decisão ainda ordena o envio de cópia dos autos ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** e ao Nupref, para ciência e adoção de providências administrativas, diante da possível violação ao Termo de Cooperação Técnica nº 13/2023.

O ex-prefeito e a esposa serão citados para apresentar defesa no prazo legal. O processo segue em tramitação na Justiça Estadual e, por se tratar de decisão em sede de tutela cautelar, o mérito das acusações ainda será analisado ao longo da instrução processual.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/justica-bloqueia-bens-de-ex-prefeito-de-aparecida-do-rio-negro-por-suspeita-de-improbidade-na-regularizacao-fundiaria-579614/>

SERVIDORES PÚBLICOS: Sindicatos pedem adequação nas progressões, reajuste de diárias e atualização do auxílio alimentação (TOCANTINS)

Por Daniel Machado - Ascom SISEPE

Liderados pelo Sisepe-TO (Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do **Tocantins**), representantes de quase vinte entidades classistas protocolaram, nesta segunda-feira, 26 de janeiro, um ofício junto à Secretaria Executiva da Governadoria exigindo medidas imediatas do governador Wanderlei Barbosa. O documento, entregue em Palmas, reivindica a revisão da tabela de progressão funcional do Quadro Geral, a atualização do auxílio alimentação e o reajuste das diárias e salários para diversas categorias do funcionalismo estadual.

Um dos principais argumentos do grupo é que em relação com outros poderes e instituições, como Legislativo, Judiciário, **Tribunal de Contas**, Defensoria, Ministério Público, as remunerações e direito nas carreiras do Estado, sobretudo no Quadro Geral, estão muito abaixo.

A ação demonstra uma mobilização massiva e unificada dos servidores. O documento conta com a assinatura de presidentes de diversas outras entidades de peso, como o SINDIFISCAL (Auditores Fiscais), SINFITO (Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais), SINJUSTO (Servidores da Justiça) e SINDAGRO (Agropecuária), evidenciando que a insatisfação com a atual política remuneratória atinge transversalmente a administração pública, da saúde à fiscalização. Aqui estamos mostrando uma união de todos. Estamos mais do que abertos para o diálogo como governador. Ele sabe que o sucesso da administração passa por ter o seu efetivo de trabalho motivado, frisou o presidente do Sisepe-TO, Elizeu Oliveira.

O ponto central da demanda é a correção de distorções na carreira dos servidores regidos pela Lei de 2012. Segundo as entidades, as regras atuais tornam impossível alcançar o topo da carreira devido aos interstícios de três anos, ferindo o princípio da isonomia quando comparado aos servidores anteriores a essa legislação. No ofício, o grupo formalizou o

pedido para solicitar providências urgentes quanto a equiparação isonômica no tocante a tabela de progressão dos servidores do quadro geral (2012), reajuste das diárias, auxílio alimentação e reajuste salarial efetivo aos servidores.

Além das progressões, o grupo aponta uma defasagem crítica nos valores pagos a título de diárias, argumentando que há um desequilíbrio que compromete a prestação de serviços, especialmente para aqueles que necessitam viajar habitualmente a trabalho. O pleito inclui ainda a extensão do auxílio-alimentação de forma geral e isonômica, equiparando os benefícios do Quadro Geral aos já praticados em outras classes do serviço público tocantinense.

As lideranças sindicais sustentam que o atendimento dessas pautas não beneficia apenas a categoria, mas reflete diretamente na qualidade do serviço prestado à população. O documento argumenta que a valorização do servidor contribuirá para o fortalecimento da administração pública, promovendo maior eficiência, transparência e resultados para a sociedade tocantinense, colocando o Estado em uma posição mais moderna de gestão.

O Governo do Estado recebeu o protocolo sob o número 1086 e deve analisar os impactos orçamentários das reivindicações. As entidades signatárias, que incluem também a Força Sindical e a FESSERTO, colocaram-se à disposição para negociar e debater os encaminhamentos necessários para a implementação das medidas, aguardando agora um posicionamento oficial do Palácio Araguaia.

Veja aqui vídeo sobre o protocolo do documento: https://www.instagram.com/p/DT_XFKngdg/.

Site: <http://jtinoticias.com.br/noticia/servidores-publicos-sindicatos-pedem-adequacao-nas-progressoes-reajuste-de-diarias-e-atualizacao-do-auxilio-alimentacao/13604>

Sindicatos pedem adequação nas progressões, reajuste de diárias e atualização do auxílio alimentação (TOCANTINS)

Por Daniel Machado - Ascom SISEPE

Liderados pelo Sisepe-TO (Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do **Tocantins**), representantes de quase vinte entidades classistas protocolaram, nesta segunda-feira, 26 de janeiro, um ofício junto à Secretaria Executiva da Governadoria exigindo medidas imediatas do governador Wanderlei Barbosa. O documento, entregue em Palmas, reivindica a revisão da tabela de progressão funcional do Quadro Geral, a atualização do auxílio alimentação e o reajuste das diárias e salários para diversas categorias do funcionalismo estadual.

Um dos principais argumentos do grupo é que em relação com outros poderes e instituições, como Legislativo, Judiciário, **Tribunal de Contas**, Defensoria, Ministério Público, as remunerações e direito nas carreiras do Estado, sobretudo no Quadro Geral, estão muito abaixo.

A ação demonstra uma mobilização massiva e unificada dos servidores. O documento conta com a assinatura de presidentes de diversas outras entidades de peso, como o SINDIFISCAL (Auditores Fiscais), SINFITO (Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais), SINJUSTO (Servidores da Justiça) e SINDAGRO (Agropecuária), evidenciando que a insatisfação com a atual política remuneratória atinge transversalmente a administração pública, da saúde à fiscalização. Aqui estamos mostrando uma união de todos. Estamos mais do que abertos para o diálogo como governador. Ele sabe que o sucesso da administração passa por ter o seu efetivo de trabalho motivado, frisou o presidente do Sisepe-TO, Elizeu Oliveira.

O ponto central da demanda é a correção de distorções na carreira dos servidores regidos pela Lei de 2012. Segundo as entidades, as regras atuais tornam impossível alcançar o topo da carreira devido aos interstícios de três anos, ferindo o princípio da isonomia quando comparado aos servidores anteriores a essa legislação. No ofício, o grupo formalizou o pedido para solicitar providências urgentes quanto a equiparação isonômica no tocante a tabela de progressão dos servidores do quadro geral (2012),

reajuste das diárias, auxílio alimentação e reajuste salarial efetivo aos servidores.

Além das progressões, o grupo aponta uma defasagem crítica nos valores pagos a título de diárias, argumentando que há um desequilíbrio que compromete a prestação de serviços, especialmente para aqueles que necessitam viajar habitualmente a trabalho. O pleito inclui ainda a extensão do auxílio-alimentação de forma geral e isonômica, equiparando os benefícios do Quadro Geral aos já praticados em outras classes do serviço público tocaninense.

As lideranças sindicais sustentam que o atendimento dessas pautas não beneficia apenas a categoria, mas reflete diretamente na qualidade do serviço prestado à população. O documento argumenta que a valorização do servidor contribuirá para o fortalecimento da administração pública, promovendo maior eficiência, transparência e resultados para a sociedade tocaninense, colocando o Estado em uma posição mais moderna de gestão.

O Governo do Estado recebeu o protocolo sob o número 1086 e deve analisar os impactos orçamentários das reivindicações. As entidades signatárias, que incluem também a Força Sindical e a FESSERTO, colocaram-se à disposição para negociar e debater os encaminhamentos necessários para a implementação das medidas, aguardando agora um posicionamento oficial do Palácio Araguaia.

Veja aqui vídeo sobre o protocolo do documento: https://www.instagram.com/p/DT_XFKngdgG/.

Site: <http://jtnoticias.com.br/noticia/sindicatos-pedem-adequacao-nas-progressoes-reajuste-de-diarias-e-atualizacao-do-auxilio-alimentacao/13604>

TCETO divulga cronograma das avaliações do Selo Município Amigo do Futuro

TCE TOCANTINS

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** informa que o cronograma das avaliações dos Eixos I e II dos municípios que participaram da 5ª etapa do programa **TCE** de Olho no Futuro, foi publicado nesta terça-feira, 27, no Boletim Oficial da Corte.

Em 24 de fevereiro foi divulgado o resultado preliminar da avaliação e enviado aos municípios participantes o relatório técnico, elaborado pela comissão técnica do **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, com detalhamento dos resultados dos eixos. Diante do resultado, os municípios podem solicitar interposição de recurso até 4 de março pelo e-mail: tceolhonofuturo@gmail.com.

O resultado final será publicado no Boletim Oficial do **TCETO** dia 9 de março e, de acordo com o edital, o Selo Município Amigo do Futuro será entregue em uma solenidade no dia 12 de março, quando também dará continuidade às ações do programa para 2026.

A avaliação faz parte do guia metodológico de boas práticas que contempla os municípios tocaninenses que se destacaram nas ações voltadas à primeira infância.

Site: <https://araguainanoticias.com.br/noticia/tceto-divulga-cronograma-das-avaliacoes-do-selo-municipio-amigo-do-futuro/43141>

TCETO lança e-book que explica, de forma simples, para onde vai o dinheiro do Estado

Material traduz dados técnicos da análise das contas do governo estadual e mostra, de forma clara, como o dinheiro público é arrecadado e aplicado

Da Assessoria

Com o objetivo de tornar a prestação de contas do Governo do Estado do **Tocantins** mais acessível à população, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** disponibilizou um e-book em linguagem simples, que traduz os principais dados e análises técnicas do Parecer Prévio sobre as Contas do Governo referentes ao exercício financeiro de 2024.

O material foi idealizado pela conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, relatora do processo, e produzido pela equipe da Quinta Relatoria do **TCETO**, reunindo informações essenciais sobre como o Estado arrecada recursos, como o orçamento público é elaborado e executado, para onde vai o dinheiro do contribuinte e qual é o papel do **Tribunal de Contas** nesse processo.

Mais do que um documento técnico, o e-book foi pensado como uma ferramenta de educação cidadã, voltada a estudantes, pesquisadores, gestores públicos e, principalmente, à sociedade em geral, que muitas vezes tem dificuldade de compreender relatórios contábeis e fiscais complexos.

O papel do **TCE**

Logo no início do material, o e-book explica de forma clara qual é o papel do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, responsável por fiscalizar como os recursos públicos são arrecadados, administrados e aplicados, analisando não apenas números, mas também os resultados das políticas públicas.

Todos os anos, o Tribunal examina as contas apresentadas pelo governador e emite um parecer prévio que pode recomendar a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas. Esse parecer é obrigatório e serve de base para o julgamento final, que é de responsabilidade da Assembleia Legislativa.

O material também detalha o passo a passo da prestação de contas, desde a entrega dos documentos pelo Executivo, passando pela análise técnica dos auditores, manifestação do Ministério Público de

Contas, até o encaminhamento do parecer ao Legislativo.

Como funciona o orçamento público?

Outro destaque do e-book é a explicação didática sobre o ciclo do orçamento público, mostrando que o planejamento e o uso do dinheiro seguem etapas bem definidas. O conteúdo apresenta as três leis que estruturam o orçamento: Plano Plurianual (PPA), que define as prioridades para um período de quatro anos; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta a elaboração do orçamento; Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelece quanto será arrecadado e gasto em cada ano.

O documento destaca, que entender esse ciclo, é fundamental para que a população possa acompanhar, fiscalizar e cobrar a correta aplicação dos recursos públicos.

De onde vem o dinheiro?

O e-book também apresenta um panorama da situação econômica e fiscal do **Tocantins**. Em 2024, o Estado arrecadou mais do que o previsto inicialmente, com receitas provenientes principalmente de transferências federais, tributos estaduais, contribuições e exploração do patrimônio público.

O material contextualiza esses números com dados socioeconômicos, como mercado de trabalho, exportações e competitividade, ajudando o leitor a compreender a capacidade financeira do Estado e os desafios para manter o equilíbrio das contas públicas.

Para onde vai o dinheiro do contribuinte?

De forma organizada e visual, o e-book mostra como o orçamento estadual foi distribuído entre as áreas e órgãos públicos. Saúde e educação aparecem entre os maiores volumes de recursos, seguidas por previdência, segurança pública, infraestrutura e funcionamento da administração estadual.

Ao detalhar esses gastos, o material permite que o cidadão entenda quais setores receberam mais investimentos e como as escolhas orçamentárias impactam diretamente os serviços públicos oferecidos à população.

Limites legais, dívidas e responsabilidade fiscal

Outro ponto importante abordado é o cumprimento dos limites constitucionais e legais, como os gastos mínimos em saúde e educação e o controle das despesas com pessoal. O e-book explica que, embora o Estado esteja dentro dos limites legais, alguns indicadores exigem atenção, especialmente o crescimento da dívida pública e o aumento das despesas com pessoal.

O material também aborda temas como precatórios, renúncia de receitas, resultado fiscal e sustentabilidade das contas públicas, sempre com explicações simples, facilitando a compreensão de assuntos tradicionalmente técnicos.

Transparência e controle social

Ao longo de todo o conteúdo, o e-book reforça que a transparência não é apenas uma obrigação legal, mas uma condição essencial para fortalecer o controle social. Ao compreender como o dinheiro público é gerido, a população passa a ter mais condições de participar, fiscalizar e cobrar melhores resultados da administração pública.

Acesso ao material

O Parecer Prévio Simplificado - Exercício 2024 está disponível gratuitamente no documento ao lado e no site do Tribunal. O **TCETO** convida toda a população a acessar, baixar e consultar o e-book para entender melhor como funciona a prestação de contas do governo estadual e como o dinheiro público é arrecadado e aplicado.

Site: <http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/tceto-lanca-e-book-que-explica-de-forma-simples-para-onde-vai-o-dinheiro-do-estado>

EM OFF | Max Baroli fecha apoio à candidatura de Lucas Campelo e Raul Guimarães perde outro aliado de Alexandre; Celso Moraes convidado para ser vice de Vicentinho Jr (Em Off)

por Cleber Toledo

BAROLI FECHADO COM LUCAS

O presidente da Câmara de Araguaína, Max Baroli (MDB), fechou apoio à pré-candidatura a deputado federal de seu colega de Parlamento, o vereador Lucas Campelo (UB). A aproximação dos dois vem de muito tempo, e a coluna já a havia anunciado meses atrás. Agora oficializaram.

RAUL PERDE APOIO

Na prática, isso significa que Baroli não estará na campanha de deputado federal do irmão de Alexandre Guimarães, Raul. O presidente da Câmara de Araguaína é um dos homens mais próximos de Alexandre. O que se diz na cidade é que não é o único aliado do deputado emedebista que não estará na campanha de Raul. Outro que a coluna já havia anunciado é o vereador de Araguaína Miguel do Cajueiro (MDB), que acabou de assumir como secretário executivo da Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju) do governo Wanderlei Barbosa (Republicanos) pelas mãos dos deputados estaduais Moiseimar Marinho (PSB) e Janad Valcari (PL) - ela pré-candidata a deputada federal e que deve contar com os pedidos de votos de Cajueiro.

TAMBÉM FORA DO PALANQUE

LUCAS SE FORTALECE

Ao contrário de Raul, quem tem se fortalecido muito é Lucas Campelo. O jovem vereador já conta com o apoio de outros dois colegas de Câmara - que também são, como Baroli, membros da mesa diretora da Casa: Ygor Cortez (Podemos), segundo vice-presidente; e Vilarindo do Eucalipto (PSD), suplente.

CONVITE A CELSO MORAIS

Convidado, o prefeito de Paraíso, Celso Moraes (MDB), avisou que discutirá com seu grupo a possibilidade de integrar, como vice, a chapa do deputado federal Vicentinho Júnior (Progressistas) na disputa pelo governo do **Tocantins**. Moraes era pré-candidato à Câmara Federal, mas chegou a anunciar semana passada que permaneceria até o final do mandato no comando da cidade. Contudo, parece que a entrada de Vicentinho - de quem é muito amigo - na corrida sucessória parece ter mexido com o prefeito. "Não temos dificuldade nenhuma de caminharmos juntos porque nossos propósitos e princípios são os mesmos", disse, em entrevista ao programa Tribuna do Povo, do jornalista Zé Manoel, na Rádio Nova FM de Gurupi.

VICE DOS SONHOS

EM DEFESA DO CANCELAMENTO

A senadora Dorinha Seabra Rezende (UB) saiu em defesa da decisão do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) de cancelar o reajuste de quase 10% concedido pelo governador interino Laurez Moreira (PSD) à tarifa de água e esgoto. Para a pré-candidata a governadora, Wanderlei acertou na decisão, que foi importante "em prol da população tocaninense". "O aumento afetaria cerca de 80% das residências e empresas do **Tocantins** e foi identificado como irregular, por falta de publicação oficial e comunicação prévia aos consumidores", escreveu Dorinha em sua postagem.

APLAUSOS E REDES SOCIAIS

Já o ex-presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (ATR) Saulo Milhomem, que concedeu o reajuste, criticou a decisão de Wanderlei e fez um alerta. Segundo ele, os 9,37% poderiam ter chegado à

população a 40%. "Hoje em nosso Estado está sendo muito comum ver decisões sendo tomadas pensando apenas num impacto imediato, nos aplausos, no que as redes sociais irão comentar, mas é preciso ter responsabilidade", defendeu.

PARECERES TÉCNICOS

DE FORMA EFICAZ E PRÁTICA

Milhomem explicou ter concedido o reajuste por entender que "não se resolve empurrar o problema pra frente". "Precisamos agir de uma forma eficaz e prática, e naquele momento nós agimos e atendemos o pedido do próprio **Tribunal de Contas** do nosso Estado", reforçou. "Eu também, como consumidor, não queria esse reajuste, mas já são mais de três anos sem essa correção pelo IPCA", apontou.

A CONTA VAI CHEGAR

O ex-presidente da agência lembrou que já há uma ação judicial sobre a questão e fez o alerta: "Uma hora ou outra essa conta vai chegar e talvez ela chegue de uma forma muito mais impactante para a nossa população".

TO PRECISA VIRAR A PÁGINA

Em vídeo em suas redes sociais, a presidente regional do PSDB e ex-prefeita de Palmas, Cinthia Ribeiro , lançou o projeto "**Tocantins** da Esperança", anunciado semana passada pelo partido. A tucana defendeu que o Estado "precisa virar a página", "reconstruir a confiança das pessoas na política e colocar o cidadão no centro das nossas decisões".

ACIMA DE INTERESSES PESSOAIS

Assista:

NA CONTRAMÃO DO CIDADÃO

Do "time" dos expurgados pelo governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) da base na Assembleia, o deputado estadual Jorge Frederico (Republicanos) fez a primeira crítica pública ao ex-aliado, numa postagem na rede social X. Nessa segunda-feira, 26, Jorge lamentou que o governo tenha vetado o projeto de sua autoria que premiava motoristas prudentes com desconto no IPVA. "Uma decisão que vai na contramão do cidadão", lamentou o parlamentar. "Enquanto o Brasil desburocratiza valorizando condutores responsáveis na renovação automática da CNH, recebo com tristeza o veto do Governo do **Tocantins** a um projeto de minha autoria."

MINISTRO NA UFNT

Dia 4 de fevereiro, Araguaina vai receber o ministro da Educação, Camilo Santana , que fará uma visita à Universidade Federal do Norte do **Tocantins** (UFNT). O PT quer fazer da visita "um grande ato político em defesa da educação" e aproveitar também para divulgar todos os programas sociais do governo Lula no **Tocantins**.

FRASE DO DIA

Site: <https://clebertoledo.com.br/em-off/em-off-max-baroli-fecha-apoio-a-candidatura-de-lucas-campelo-e-raul-guimaraes-perde-outro-aliado-de-alexandre-celso-morais-convidado-para-ser-vice-de-vicentinho-jr/>

Para onde vai o dinheiro do Governo do Tocantins? TCE lança e-book que detalha gastos

Notícias do **Tocantins** - Com o objetivo de tornar a prestação de contas do Governo do Estado do **Tocantins** mais acessível à população, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** disponibilizou um e-book em linguagem simples, que traduz os principais dados e análises técnicas do Parecer Prévio sobre as Contas do Governo referentes ao exercício financeiro de 2024.

O material foi idealizado pela conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, relatora do processo, e produzido pela equipe da Quinta Relatoria do **TCETO**, reunindo informações essenciais sobre como o Estado arrecada recursos, como o orçamento público é elaborado e executado, para onde vai o dinheiro do contribuinte e qual é o papel do **Tribunal de Contas** nesse processo.

Mais do que um documento técnico, o e-book foi pensado como uma ferramenta de educação cidadã, voltada a estudantes, pesquisadores, gestores públicos e, principalmente, à sociedade em geral, que muitas vezes tem dificuldade de compreender relatórios contábeis e fiscais complexos.

O papel do **TCE**

Logo no início do material, o e-book explica de forma clara qual é o papel do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, responsável por fiscalizar como os recursos públicos são arrecadados, administrados e aplicados, analisando não apenas números, mas também os resultados das políticas públicas.

Todos os anos, o Tribunal examina as contas apresentadas pelo governador e emite um parecer prévio que pode recomendar a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas. Esse parecer é obrigatório e serve de base para o julgamento final, que é de responsabilidade da Assembleia Legislativa.

O material também detalha o passo a passo da prestação de contas, desde a entrega dos documentos pelo Executivo, passando pela análise técnica dos auditores, manifestação do Ministério Público de Contas, até o encaminhamento do parecer ao Legislativo.

Como funciona o orçamento público?

Outro destaque do e-book é a explicação didática sobre o ciclo do orçamento público, mostrando que o planejamento e o uso do dinheiro seguem etapas bem definidas. O conteúdo apresenta as três leis que estruturam o orçamento: Plano Plurianual (PPA), que define as prioridades para um período de quatro anos; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta a elaboração do orçamento; Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelece quanto será arrecadado e gasto em cada ano.

O documento destaca, que entender esse ciclo, é fundamental para que a população possa acompanhar, fiscalizar e cobrar a correta aplicação dos recursos públicos.

De onde vem o dinheiro?

O e-book também apresenta um panorama da situação econômica e fiscal do **Tocantins**. Em 2024, o Estado arrecadou mais do que o previsto inicialmente, com receitas provenientes principalmente de transferências federais, tributos estaduais, contribuições e exploração do patrimônio público.

O material contextualiza esses números com dados socioeconômicos, como mercado de trabalho, exportações e competitividade, ajudando o leitor a compreender a capacidade financeira do Estado e os desafios para manter o equilíbrio das contas públicas.

Para onde vai o dinheiro do contribuinte?

De forma organizada e visual, o e-book mostra como o orçamento estadual foi distribuído entre as áreas e órgãos públicos. Saúde e educação aparecem entre os maiores volumes de recursos, seguidas por previdência, segurança pública, infraestrutura e funcionamento da administração estadual.

Ao detalhar esses gastos, o material permite que o cidadão entenda quais setores receberam mais investimentos e como as escolhas orçamentárias impactam diretamente os serviços públicos oferecidos

à população.

Limites legais, dívidas e responsabilidade fiscal

Outro ponto importante abordado é o cumprimento dos limites constitucionais e legais, como os gastos mínimos em saúde e educação e o controle das despesas com pessoal. O e-book explica que, embora o Estado esteja dentro dos limites legais, alguns indicadores exigem atenção, especialmente o crescimento da dívida pública e o aumento das despesas com pessoal.

O material também aborda temas como precatórios, renúncia de receitas, resultado fiscal e sustentabilidade das contas públicas, sempre com explicações simples, facilitando a compreensão de assuntos tradicionalmente técnicos.

Transparência e controle social

Ao longo de todo o conteúdo, o e-book reforça que a transparência não é apenas uma obrigação legal, mas uma condição essencial para fortalecer o controle social. Ao compreender como o dinheiro público é gerido, a população passa a ter mais condições de participar, fiscalizar e cobrar melhores resultados da administração pública.

Acesso ao material

O Parecer Prévio Simplificado - Exercício 2024 está disponível gratuitamente no documento ao lado e no site do Tribunal . O **TCETO** convida toda a população a acessar, baixar e consultar o e-book para entender melhor como funciona a prestação de contas do governo estadual e como o dinheiro público é arrecadado e aplicado.

Site: <https://afnoticias.com.br/estado/tceto-lanca-e-book-que-explica-de-forma-simples-para-onde-vai-o-dinheiro-do-estado>

Prefeitos com contas rejeitadas pelo TCE-TO se reelegeram em 2024

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/01/27/RDIOHITSPALM>

ASTO-07.49.33-07.50.33-1769511651.mp3

Tribunal divulga cronograma de avaliações do programa TCE de Olho no Futuro

Da Redação com informações do TCE-TO

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** publicou nesta terça-feira, 27, no Boletim Oficial da Corte, o cronograma das avaliações dos Eixos I e II dos municípios que participaram da 5ª etapa do programa **TCE** de Olho no Futuro.

De acordo com o Tribunal, o resultado preliminar da avaliação foi divulgado no dia 24 de fevereiro, acompanhado do relatório técnico encaminhado aos municípios participantes. O documento foi elaborado pela comissão técnica do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância e apresenta o detalhamento do desempenho dos municípios em cada eixo avaliado.

Conforme o cronograma, os municípios que desejarem interpor recurso em relação ao resultado preliminar têm prazo até o dia 4 de março, devendo encaminhar a solicitação para o e-mail tceolhonofuturo@gmail.com.

O resultado final das avaliações será publicado no Boletim Oficial do **TCETO** no dia 9 de março. Já a entrega do Selo Município Amigo do Futuro está prevista para o dia 12 de março, durante solenidade oficial, ocasião em que também será anunciada a continuidade das ações do programa para o ano de 2026.

A avaliação integra o guia metodológico de boas práticas do Tribunal e tem como objetivo reconhecer e estimular políticas públicas eficazes voltadas à primeira infância, destacando os municípios tocantinenses que se sobressaíram nas ações desenvolvidas nessa área.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/tribunal-divulga-cronograma-de-avaliacoes-do-programa-tce-de-olho-no-futuro/139880/>

Em e-book, TCE/TO explica ao cidadão de onde e para onde vai o dinheiro do Estado

Da Redação e TCE/TO

Com o objetivo de tornar a prestação de contas do Governo do Estado do **Tocantins** mais acessível à população, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** disponibilizou um e-book em linguagem simples, que traduz os principais dados e análises técnicas do Parecer Prévio sobre as Contas do Governo referentes ao exercício financeiro de 2024.

O material foi idealizado pela conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, relatora do processo, e produzido pela equipe da Quinta Relatoria do **TCETO**, reunindo informações essenciais sobre como o Estado arrecada recursos, como o orçamento público é elaborado e executado, para onde vai o dinheiro do contribuinte e qual é o papel do **Tribunal de Contas** nesse processo.

Mais do que um documento técnico, o e-book foi pensado como uma ferramenta de educação cidadã, voltada a estudantes, pesquisadores, gestores públicos e, principalmente, à sociedade em geral, que muitas vezes tem dificuldade de compreender relatórios contábeis e fiscais complexos.

O papel do **TCE**

Logo no início do material, o e-book explica de forma clara qual é o papel do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, responsável por fiscalizar como os recursos públicos são arrecadados, administrados e aplicados, analisando não apenas números, mas também os resultados das políticas públicas.

Todos os anos, o Tribunal examina as contas apresentadas pelo governador e emite um parecer prévio que pode recomendar a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas. Esse parecer é obrigatório e serve de base para o julgamento final, que é de responsabilidade da Assembleia Legislativa.

O material também detalha o passo a passo da prestação de contas, desde a entrega dos documentos pelo Executivo, passando pela análise técnica dos auditores, manifestação do Ministério Público de Contas, até o encaminhamento do parecer ao Legislativo.

Como funciona o orçamento público?

Outro destaque do e-book é a explicação didática sobre o ciclo do orçamento público, mostrando que o planejamento e o uso do dinheiro seguem etapas bem definidas. O conteúdo apresenta as três leis que estruturam o orçamento: Plano Plurianual (PPA), que define as prioridades para um período de quatro anos; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta a elaboração do orçamento; Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelece quanto será arrecadado e gasto em cada ano.

O documento destaca, que entender esse ciclo, é fundamental para que a população possa acompanhar, fiscalizar e cobrar a correta aplicação dos recursos públicos.

De onde vem o dinheiro?

O e-book também apresenta um panorama da situação econômica e fiscal do **Tocantins**. Em 2024, o Estado arrecadou mais do que o previsto inicialmente, com receitas provenientes principalmente de transferências federais, tributos estaduais, contribuições e exploração do patrimônio público.

O material contextualiza esses números com dados socioeconômicos, como mercado de trabalho, exportações e competitividade, ajudando o leitor a compreender a capacidade financeira do Estado e os desafios para manter o equilíbrio das contas públicas.

Para onde vai o dinheiro do contribuinte?

De forma organizada e visual, o e-book mostra como o orçamento estadual foi distribuído entre as áreas e órgãos públicos. Saúde e educação aparecem entre os maiores volumes de recursos, seguidas por previdência, segurança pública, infraestrutura e funcionamento da administração estadual.

Ao detalhar esses gastos, o material permite que o cidadão entenda quais setores receberam mais investimentos e como as escolhas orçamentárias impactam diretamente os serviços públicos oferecidos à população.

Limites legais, dívidas e responsabilidade fiscal

Outro ponto importante abordado é o cumprimento dos

limites constitucionais e legais, como os gastos mínimos em saúde e educação e o controle das despesas com pessoal. O e-book explica que, embora o Estado esteja dentro dos limites legais, alguns indicadores exigem atenção, especialmente o crescimento da dívida pública e o aumento das despesas com pessoal.

O material também aborda temas como precatórios, renúncia de receitas, resultado fiscal e sustentabilidade das contas públicas, sempre com explicações simples, facilitando a compreensão de assuntos tradicionalmente técnicos.

Transparência e controle social

Ao longo de todo o conteúdo, o e-book reforça que a transparência não é apenas uma obrigação legal, mas uma condição essencial para fortalecer o controle social. Ao compreender como o dinheiro público é gerido, a população passa a ter mais condições de participar, fiscalizar e cobrar melhores resultados da administração pública.

Acesso ao material

O Parecer Prévio Simplificado - Exercício 2024 está disponível gratuitamente no documento ao lado e no site do Tribunal . O **TCETO** convida toda a população a acessar, baixar e consultar o e-book para entender melhor como funciona a prestação de contas do governo estadual e como o dinheiro público é arrecadado e aplicado.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/em-e-book-tceto-explica-ao-cidadao-de-onde-e-para-onde-vai-o-dinheiro-do-estado/139872/>

Com orçamento de R\$ 98 mi, obra da ponte de Palmas chega a sete meses | G1

Ao g1, a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informou que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem dentro do cronograma estabelecido. A Ageto informou ainda, que o total da obra executado é de 34% e que acompanha e fiscaliza todas as etapas (veja nota na íntegra abaixo).

Em 2025, a Ageto informou à TV Anhanguera que a ordem de serviço foi assinada no dia 6 de junho de 2025 com data de término prevista para 15/09/2028.

A Ponte Siqueira Campos é uma das principais vias de acesso a **Palmas**, ligando a capital à BR-153, passando pelo distrito de Luzimangues, em Porto Nacional. O valor investido na obra é de R\$ 98 milhões.

Andamento das obras

Obras da ponte entre **Palmas** e Luzimangues - Foto: Nonato Carneiro/TV Anhanguera

Desde então, foram retiradas as barreiras de concreto new Jersey das duas vazantes e realizada a troca do asfalto nas faixas principais, em toda a extensão da ponte.

Entre dezembro e início de janeiro, os trabalhos se concentraram na estrutura principal da ponte, com a retirada das proteções de concreto e início da preparação do local que deve receber as passarelas.

Desde o início de janeiro de 2026, o tempo de espera diminuiu, reduzindo os impactos para quem precisa fazer a travessia.

Contratação e indícios de irregularidades

A requalificação da Ponte Siqueira Campos está sendo tocada por um consórcio, formado pelas empresas EHL LTDA e pela RMG Engenharia, responsáveis pela elaboração e pela execução do projeto estrutural da expansão do trecho.

Em dezembro de 2025, o **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** começou a acompanhar a contratação. Uma análise técnica feita pela obra apontou irregularidades no planejamento da licitação. Foi apontado:

Critério de julgamento inadequado

Orçamento desatualizado

Inconsistências documentais e justificativas impróprias

Justificativa Imprópria para Contratação Integrada

Deficiências no anteprojeto

Transferência Abusiva de Riscos

Diante das irregularidades, o **TCE** intimou agentes públicos e a Ageto para apresentarem justificativas e esclarecimentos.

"Nós fizemos uma análise em cima do Estudo Técnico Preliminar e a documentação constante dentro do sistema e as documentações não estão conversando entre si. Está tendo várias divergências de informação. Em cima desse nosso parecer, estamos solicitando esses esclarecimentos para solicitar os projetos executivos, haja vista que o projeto já começou", disse o auditor de controle externo do **TCE** José Ribama Maia Júnior.

A Procuradoria-Geral do Estado informou que a reforma da ponte Siqueira Campos seguiu a nova lei de licitações e foi amplamente divulgada em todo país. Afirmou que o edital ficou aberto por mais de três meses e oito empresas participaram da disputa. Segundo o governo, a obra está sendo executada de forma regular e o critério usado para escolher a empresa foi o maior desconto no valor final, o que ajuda a dar mais transparência e evita problemas no orçamento.

Ainda segundo o estado, a utilização de referências de orçamento com mais de seis meses não afetou a disputa e não causou prejuízo aos cofres públicos. Disse também que a contratação na modalidade integrada ajuda a reduzir riscos e a necessidade de aditivos. Por fim, afirmou que os questionamentos do **TCE** serão respondidos e não há indícios de prejuízos aos cofres públicos.

Ponte terá passarela metálica para pedestres e ciclistas - Foto: Divulgação/Ageto

Entenda o projeto

A via de travessia sobre o lago de **Palmas** é composta pela ponte principal, com 1.042 metros de extensão, duas pontes menores chamadas de vazantes e por grandes trechos de aterro.

Ao todo, são 8,10 quilômetros de extensão. Todas as estruturas precisarão passar por obras e adaptações para a duplicação do trecho.

O projeto prevê uma reestruturação do aterro com a retirada do alambrado para pedestres. As faixas de pedestres e ciclistas serão adaptadas. Segundo o projeto, o aterro suporta as quatro pistas e também as passagens para pedestre ciclista, assim como as vazantes.

No caso da ponte principal, as passarelas para pedestres e ciclistas serão feitas de estruturas metálicas e fixadas nas laterais.

Íntegra da nota da PGE

A Procuradoria-Geral do Estado esclarece que, de acordo com a informações repassadas pela Ageto, órgão responsável pela reforma da Ponte Siqueira Campos, a licitação da obra da referida ponte foi realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com ampla divulgação nacional.

O edital permaneceu publicado por mais de 90 dias, sem impugnações de licitantes ou manifestações prévias do **Tribunal de Contas**, e o certame contou com a participação de oito empresas. A obra, portanto, encontra-se em execução regular.

O critério de julgamento adotado foi o maior desconto, modalidade expressamente prevista em lei e usualmente utilizada pela Autarquia em obras de engenharia, com o objetivo de conferir maior objetividade ao certame e reduzir riscos como o chamado "jogo de planilha". O procedimento foi eletrônico, assegurando ampla concorrência.

Em relação ao orçamento, ainda que tenham sido utilizadas referências com data superior a seis meses, não houve prejuízo à competitividade ou ao interesse público, o que se confirma pelo êxito da licitação e pela compatibilidade das propostas apresentadas com os preços de mercado.

As observações relativas à nomenclatura de documentos têm natureza formal e não comprometeram a compreensão do objeto nem a execução da obra, uma vez que a Administração dispunha dos projetos e estudos técnicos necessários.

A escolha do regime de contratação integrada decorreu da complexidade do empreendimento, sendo modalidade prevista em lei e amplamente utilizada em obras dessa natureza, justamente para aprimorar a gestão de riscos e reduzir a necessidade de aditivos contratuais.

E, por fim, os apontamentos do **Tribunal de Contas** encontram-se em fase de esclarecimento no âmbito institucional próprio, não havendo, até o momento, qualquer demonstração de prejuízo ao erário.

Íntegra da Ageto

A Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informa que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem em ritmo acelerado e dentro do cronograma estabelecido.

Até o momento, já foram finalizados os serviços de execução do colchão drenante e a recuperação do pavimento asfáltico.

Atualmente, estão em execução os serviços de manutenção de talude, drenagem, remoção do guarda-rodas e o início da construção da estrutura da ciclopasseira.

Ainda serão realizadas a conclusão dos serviços em andamento, além da execução da pavimentação final, sinalização viária e implantação do sistema de iluminação.

A Ageto também informa que o percentual total da obra já executado é de 34% e reforça que segue acompanhando e fiscalizando todas as etapas para garantir segurança, qualidade e melhoria da mobilidade urbana.

Site: <https://folhadetaquarussu.com.br/com-orcamento-de-r-98-mi-obra-da-ponte-de-palmas-chega-a-sete-meses-g1/>

Investigação apura contratos da Secretaria de Saúde do Tocantins com Idesp; entre 2024 e 2025 instituto recebeu milhões via emendas parlamentares

Por: Redação

O Ministério Público do Estado do **Tocantins** instaurou inquérito civil público para apurar possíveis irregularidades na execução de termos de colaboração firmados entre a Secretaria de Estado da Saúde (SES/TO) e o Instituto Idesp para a realização de procedimentos oftalmológicos. A portaria de instauração foi assinada pelo promotor de Justiça Rodrigo Grisi Nunes, da 22ª Promotoria de Justiça da Capital, e publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público na última sexta-feira, 23.

O inquérito tem como foco a apuração de possível superfaturamento nos valores pagos pelo estado, a partir da comparação com contratos firmados pelo mesmo instituto com os municípios de Arapoema, Lagoa da Confusão e Nova Olinda. O Ministério Público também apura a regularidade administrativa dos termos, incluindo a prestação de contas e a existência de inscrição válida no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Em 2025, o Jornal Opção **Tocantins** revelou que o Instituto Idesp recebeu milhões de reais via emendas parlamentares estaduais entre 2024 e 2025, destinadas a consultas, exames e cirurgias oftalmológicas. Segundo os dados oficiais, outros valores destinados ao instituto ainda aguardam liberação, são quatro detalhamentos de dotação em 16/06/2025 e 04/12/2025, que somam R\$ 3.516.475,00, com valores individuais de R\$ 800 mil, R\$ 2,066 milhões, R\$ 150 mil e R\$ 500 mil. Na mesma datas, constam quatro notas de empenho correspondentes, também no total de R\$ 3.516.475,00, repetindo os mesmos valores e vinculações orçamentárias.

A reportagem também mostrou que ao menos um dos termos de colaboração teve a prestação de contas devolvida pela Secretaria de Saúde por ausência de informações consideradas obrigatórias.

Entre as primeiras diligências, o Ministério Público

requisitou à SES/TO esclarecimentos sobre os critérios utilizados para a definição dos valores dos procedimentos previstos nos Termos de Colaboração nº 10/2023, 23/2023, 03/2024 e 13/2025. O órgão solicita a indicação dos parâmetros adotados para a formação dos preços, a compatibilidade com a tabela SIGTAP do Sistema Único de Saúde ou a utilização de outros referenciais previstos na Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas.

Termos

Levantamento feito pelo Jornal Opção **Tocantins** no portal Transfere.to, plataforma do governo estadual para consulta de convênios e emendas, detalha os valores e a situação de cada termo firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Instituto Idesp. O Termo de Colaboração nº 10/2023, com vigência de 14 de julho a 31 de dezembro de 2023, teve valor de R\$ 380 mil e está encerrado. O nº 23/2023, vinculado ao projeto "**Tocantins** com Novo Olhar", vigorou de 20 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2024, com repasse de R\$ 550 mil, também já encerrado.

O Termo nº 03/2024, com vigência de 1º de abril de 2024 a 30 de junho de 2025, teve valor de R\$ 4.150.790 e teve a prestação de contas devolvida pela Secretaria de Saúde. Já o Termo nº 13/2025, no valor de R\$ 3.516.940, tem vigência de 17 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2026 e segue em execução, segundo os dados disponíveis na plataforma oficial.

Justificativas

A secretaria também deverá apresentar a pesquisa de preços que fundamentou a contratação, bem como manifestação específica sobre a diferença entre os valores pagos pelo Estado e aqueles praticados nos contratos municipais citados no procedimento.

O Instituto Idesp foi oficiado para apresentar justificativa técnica, os critérios utilizados na definição dos preços e a planilha de composição dos custos

unitários dos procedimentos oftalmológicos. O objetivo é esclarecer as discrepâncias apontadas pelo Ministério Público.

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO) foi acionado para prestar apoio técnico, com a possibilidade de realização de auditoria ou inspeção para quantificar eventual dano ao erário. A Controladoria-Geral do Estado também foi oficiada para realizar auditoria administrativa nos termos de colaboração investigados, com foco nos procedimentos internos de pesquisa de preços e na compatibilidade dos valores pactuados.

A reportagem procurou a SES para esclarecimentos, mas ainda não há posição da pasta.

Site:

<https://www.tribunadopovo.com.br/noticia/93470/investigacao-apura-contratos-da-secretaria-de-saude-do-tocantins-com-idesp-entre-2024-e-2025-instituto-recebeu-milhoes-via-emendas-parlamentares>

Investigação apura contratos da Secretaria de Saúde do Tocantins com Idesp; entre 2024 e 2025 instituto recebeu milhões via emendas parlamentares

Samir Leão

O Ministério Público do Estado do **Tocantins** instaurou inquérito civil público para apurar possíveis irregularidades na execução de termos de colaboração firmados entre a Secretaria de Estado da Saúde (SES/TO) e o Instituto Idesp para a realização de procedimentos oftalmológicos. A portaria de instauração foi assinada pelo promotor de Justiça Rodrigo Grisi Nunes, da 22ª Promotoria de Justiça da Capital, e publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público na última sexta-feira, 23.

O inquérito tem como foco a apuração de possível superfaturamento nos valores pagos pelo estado, a partir da comparação com contratos firmados pelo mesmo instituto com os municípios de Arapoema, Lagoa da Confusão e Nova Olinda. O Ministério Público também apura a regularidade administrativa dos termos, incluindo a prestação de contas e a existência de inscrição válida no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Em 2025, o Jornal Opção **Tocantins** revelou que o Instituto Idesp recebeu milhões de reais via emendas parlamentares estaduais entre 2024 e 2025, destinadas a consultas, exames e cirurgias oftalmológicas. Segundo os dados oficiais, outros valores destinados ao instituto ainda aguardam liberação, são quatro detalhamentos de dotação em 16/06/2025 e 04/12/2025, que somam R\$ 3.516.475,00, com valores individuais de R\$ 800 mil, R\$ 2,066 milhões, R\$ 150 mil e R\$ 500 mil. Na mesma datas, constam quatro notas de empenho correspondentes, também no total de R\$ 3.516.475,00, repetindo os mesmos valores e vinculações orçamentárias.

A reportagem também mostrou que ao menos um dos termos de colaboração teve a prestação de contas devolvida pela Secretaria de Saúde por ausência de informações consideradas obrigatórias.

Entre as primeiras diligências, o Ministério Público

requisitou à SES/TO esclarecimentos sobre os critérios utilizados para a definição dos valores dos procedimentos previstos nos Termos de Colaboração nº 10/2023, 23/2023, 03/2024 e 13/2025. O órgão solicita a indicação dos parâmetros adotados para a formação dos preços, a compatibilidade com a tabela SIGTAP do Sistema Único de Saúde ou a utilização de outros referenciais previstos na Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas.

Termos

Levantamento feito pelo Jornal Opção **Tocantins** no portal Transfere.to, plataforma do governo estadual para consulta de convênios e emendas, detalha os valores e a situação de cada termo firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e o Instituto Idesp. O Termo de Colaboração nº 10/2023, com vigência de 14 de julho a 31 de dezembro de 2023, teve valor de R\$ 380 mil e está encerrado. O nº 23/2023, vinculado ao projeto "**Tocantins** com Novo Olhar", vigorou de 20 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2024, com repasse de R\$ 550 mil, também já encerrado.

O Termo nº 03/2024, com vigência de 1º de abril de 2024 a 30 de junho de 2025, teve valor de R\$ 4.150.790 e teve a prestação de contas devolvida pela Secretaria de Saúde. Já o Termo nº 13/2025, no valor de R\$ 3.516.940, tem vigência de 17 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2026 e segue em execução, segundo os dados disponíveis na plataforma oficial.

Justificativas

A secretaria também deverá apresentar a pesquisa de preços que fundamentou a contratação, bem como manifestação específica sobre a diferença entre os valores pagos pelo Estado e aqueles praticados nos contratos municipais citados no procedimento.

O Instituto Idesp foi oficiado para apresentar justificativa técnica, os critérios utilizados na definição dos preços e a planilha de composição dos custos

unitários dos procedimentos oftalmológicos. O objetivo é esclarecer as discrepâncias apontadas pelo Ministério Público.

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO) foi acionado para prestar apoio técnico, com a possibilidade de realização de auditoria ou inspeção para quantificar eventual dano ao erário. A Controladoria-Geral do Estado também foi oficiada para realizar auditoria administrativa nos termos de colaboração investigados, com foco nos procedimentos internos de pesquisa de preços e na compatibilidade dos valores pactuados.

A reportagem procurou a SES para esclarecimentos, mas ainda não há posição da pasta.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/reportagens/investigacao-apura-contratos-da-secretaria-de-saude-do-tocantins-com-idesp-entre-2024-e-2025-instituto-recebeu-milhoes-via-emendas-579451/>

Parceria estratégica da PMTO com municípios, Estado e órgãos de controle amplia o alcance do PROERD no Tocantins (POLÍCIA)

Em um movimento estratégico voltado ao fortalecimento da segurança preventiva e da formação cidadã, o Governo do **Tocantins**, por meio da Polícia Militar (PMTO), firmou nesta quinta-feira, 22, uma parceria interinstitucional que viabilizará a expansão do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) em todo o estado. O acordo foi consolidado durante reunião realizada na Presidência do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**, com a participação de representantes da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), do Ministério Público (MP-TO), do Poder Judiciário, do Tribunal de Justiça (TJ-TO) e da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

A iniciativa estabelece um novo modelo de convênio que permitirá às prefeituras municipais contribuir com o custeio necessário para a implantação ou ampliação do PROERD em suas redes de ensino. A construção do formato contou com respaldo técnico e jurídico do TJ-TO e do MP-TO, garantindo segurança institucional aos gestores municipais para o investimento em políticas públicas de prevenção.

Prevenção e cultura de paz

Com 24 anos de atuação no **Tocantins**, o PROERD é desenvolvido por policiais militares especialmente capacitados, que ministram conteúdos educativos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. O programa tem como foco o fortalecimento de habilidades socioemocionais, auxiliando crianças e adolescentes a resistirem às pressões relacionadas ao uso de drogas e à violência, promovendo a cultura de paz no ambiente escolar e familiar.

O Diretor de Programas Sociais da PMTO, João Leyde de Souza Nascimento, ressaltou o impacto da interiorização do programa. Essa parceria representa o avanço necessário para universalizar o PROERD no **Tocantins**. A união da expertise técnica da Polícia Militar com o suporte logístico dos municípios assegura que a prevenção se consolide como uma política pública permanente nas escolas, alcançando

inclusive as regiões mais distantes do estado, pontuou.

O Chefe do Estado-Maior da PMTO, coronel PM Cláudio Thomáz Coêlho de Souza, destacou a importância do protagonismo dos municípios na consolidação da política preventiva. O PROERD é um instrumento fundamental de formação cidadã. Com essa nova modelagem de convênios, os municípios ampliam sua capacidade de proteger crianças e adolescentes, levando a cultura de paz a um número cada vez maior de famílias, afirmou.

Aliança pela primeira infância

A formalização da parceria é resultado direto dos avanços obtidos pela PMTO no programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, desenvolvido em 2025. Os resultados positivos das ações intersetoriais do PROERD despertaram o interesse das instituições envolvidas na criação de um mecanismo sustentável de expansão, capaz de atender à crescente demanda dos municípios por apoio no enfrentamento da violência e na promoção de ambientes escolares mais seguros.

Principais pontos da parceria: Atendimento contínuo do PROERD, desde os anos iniciais da Educação Infantil até o Ensino Médio; Participação dos municípios no custeio, garantindo a logística e a presença dos instrutores nas unidades escolares; Integração das ações do programa aos currículos escolares, com apoio da SEDUC no fornecimento de materiais didáticos.

Fonte: **TCE-TO**

Site: <http://www.canal63.com.br/noticias/19127-parceria-estrategica-da-pmto-com-municipios-estado-e-orgaos-de-controle-amplia-o-alcance-do-proerd-no-tocantins>

Obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos completam sete meses e seguem dentro do cronograma, diz Ageto

A requalificação da Ponte Siqueira Campos, principal acesso a **Palmas** pela BR-153, completou sete meses de obras nesta semana. Segundo a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto), o empreendimento está dentro do cronograma previsto, com 34% do total dos serviços executados até o momento. O investimento na obra é de R\$ 98 milhões, e a ordem de serviço foi assinada em 6 de junho de 2025, com conclusão prevista para 15 de setembro de 2028.

O projeto prevê ampliação das faixas para veículos pela reestruturação do aterro e a retirada do alambrado para pedestres e ciclistas, que serão atendidos por passarelas em estrutura metálica. As intervenções começaram em julho de 2025, com a remoção das proteções metálicas em boa parte da estrutura, e incluem a retirada das barreiras de concreto New Jersey nas duas vazantes e a substituição do pavimento asfáltico nas faixas principais ao longo de toda a ponte.

Entre dezembro e o início de janeiro, as frentes de trabalho concentraram-se na estrutura principal, com a retirada de proteções de concreto e o início da preparação dos locais destinados às novas passarelas. O trânsito sobre a ponte vem sendo realizado no sistema pare e siga durante a semana. Relatos de usuários informaram filas e atrasos nos primeiros meses, mas a Ageto afirma que, desde o início de janeiro de 2026, o tempo de espera diminuiu, reduzindo os impactos para quem necessita atravessar.

A execução da obra é responsabilidade do consórcio formado pelas empresas EHL LTDA e RMG Engenharia, responsáveis pela elaboração e execução do projeto estrutural de expansão do trecho. Em dezembro de 2025, o **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** passou a acompanhar a contratação e sinalizou, em análise técnica, possíveis irregularidades no planejamento da licitação. Entre os pontos apontados pelo **TCE** estão critério de julgamento inadequado, orçamento desatualizado, inconsistências documentais, justificativas impróprias para contratação integrada, deficiências no anteprojeto e transferência abusiva de riscos. O órgão intimou

agentes públicos e a Ageto a prestarem esclarecimentos.

O projeto prevê ampliação das faixas para veículos pela reestruturação do aterro e a retirada do alambrado para pedestres e ciclistas, que serão atendidos por passarelas em estrutura metálica. As intervenções começaram em julho de 2025, com a remoção das proteções metálicas em boa parte da estrutura, e incluem a retirada das barreiras de concreto New Jersey nas duas vazantes e a substituição do pavimento asfáltico nas faixas principais ao longo de toda a ponte.

Entre dezembro e o início de janeiro, as frentes de trabalho concentraram-se na estrutura principal, com a retirada de proteções de concreto e o início da preparação dos locais destinados às novas passarelas. O trânsito sobre a ponte vem sendo realizado no sistema pare e siga durante a semana. Relatos de usuários informaram filas e atrasos nos primeiros meses, mas a Ageto afirma que, desde o início de janeiro de 2026, o tempo de espera diminuiu, reduzindo os impactos para quem necessita atravessar.

A execução da obra é responsabilidade do consórcio formado pelas empresas EHL LTDA e RMG Engenharia, responsáveis pela elaboração e execução do projeto estrutural de expansão do trecho. Em dezembro de 2025, o **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** passou a acompanhar a contratação e sinalizou, em análise técnica, possíveis irregularidades no planejamento da licitação. Entre os pontos apontados pelo **TCE** estão critério de julgamento inadequado, orçamento desatualizado, inconsistências documentais, justificativas impróprias para contratação integrada, deficiências no anteprojeto e transferência abusiva de riscos. O órgão intimou agentes públicos e a Ageto a prestarem esclarecimentos.

O auditor de controle externo do **TCE**, José Ribama Maia Júnior, afirmou que havia divergências entre o Estudo Técnico Preliminar e as demais documentações inseridas no sistema, o que motivou pedidos de esclarecimento e a solicitação dos projetos

executivos, mesmo após o início das obras.

A Procuradoria-Geral do Estado respondeu que a licitação seguiu a nova Lei de Licitações, foi amplamente divulgada, permaneceu com edital aberto por mais de três meses e contou com a participação de oito empresas. Segundo o governo estadual, a seleção considerou o maior desconto sobre o valor final como critério, o que, de acordo com a Procuradoria, amplia a transparência e preserva o orçamento. O estado também afirmou que a utilização de referências orçamentárias com mais de seis meses não comprometeu a disputa nem gerou prejuízo aos cofres públicos, e que a modalidade de contratação integrada reduz riscos e a necessidade de aditivos. Por fim, informou que os questionamentos do **TCE** serão respondidos e que não há indícios de prejuízo ao erário.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/01/26/obras-de-requalificacao-da-ponte-siqueira-campos-completam-sete-meses-e-seguem-dentro-do-cronograma-diz-ageto/>

TCE rejeitou contas de 57 municípios em 2023 e destes 28 prefeitos foram reeleitos em 2024

Por Mari Silva

Um levantamento do Jornal Primeira Página mostra que 57 dos 139 municípios do **Tocantins** tiveram as contas do exercício financeiro de 2023 rejeitadas pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**. Apesar das impropriedades apontadas pelo órgão técnico, 28 prefeitos - cerca de 49% do total - foram reeleitos nas eleições municipais de 2024.

Os dados foram apurados a partir da análise das prestações de contas consolidadas do prefeito referentes a 2023. Do total de processos analisados pelo **Tribunal de Contas**, 34 contas foram aprovadas, 48 permanecem pendentes de julgamento e 57 receberam parecer pela rejeição.

O cenário chama atenção e levanta questionamentos sobre como funciona o controle das contas públicas e por qual motivo gestores com contas rejeitadas conseguem permanecer ou retornar ao cargo.

Como funciona o julgamento das contas dos prefeitos

A análise das contas municipais ocorre em etapas. O **Tribunal de Contas** realiza a avaliação técnica, verificando cumprimento de índices constitucionais, equilíbrio fiscal, regularidade contábil e legalidade dos atos administrativos. Ao final, o **TCE** emite um parecer prévio, recomendando a aprovação ou rejeição.

A decisão final, no entanto, não é do Tribunal, mas sim das Câmaras Municipais, que podem manter ou derrubar o parecer, desde que haja o voto favorável de dois terços dos vereadores.

Segundo o advogado Samuell Moraes, especialista em direito público, o julgamento feito pelos vereadores ultrapassa a análise técnica.

"O **Tribunal de Contas** atua como órgão técnico e de assessoramento. A Câmara faz um julgamento que é técnico, mas também político, considerando a realidade do município e as justificativas apresentadas pelo gestor."

Rejeição de contas não gera inelegibilidade

automática

A rejeição das contas, mesmo quando confirmada pelo Legislativo municipal, não implica automaticamente em inelegibilidade. Para que um prefeito fique impedido de disputar eleições, a legislação exige que a rejeição:

seja definitiva;

envolva irregularidade insanável;

tenha sido praticada com dolo (intenção);

e não caiba mais recurso.

Esses critérios estão previstos na Lei Complementar nº 64/1990, conhecida como Lei de Inelegibilidades, que foi posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 135/2010, popularmente chamada de Lei da Ficha Limpa..

O Tribunal Regional Eleitoral do **Tocantins** (TRE-TO) atua apenas após essas etapas, geralmente quando provocado por ações judiciais específicas. O Jornal Primeira Página solicitou esclarecimentos ao Tribunal sobre o tema, mas não obteve retorno até o fechamento desta reportagem.

Municípios com contas rejeitadas em 2023 e situação eleitoral dos prefeitos

Abaixo, a lista completa dos 57 municípios que tiveram contas rejeitadas, com os prefeitos responsáveis e a situação eleitoral em 2024, conforme os documentos oficiais analisados pelo jornal.

Prefeitos reeleitos mesmo com contas rejeitadas (28):

Aguiarnópolis - Wanderly Sousa Santos (reeleito)

Araguanã - Max Nylton Barbosa da Silva (reeleito)

Araguatins - Aquiles Pereira de Sousa (reeleito)

Arraias - Herman Gomes de Almeida (reeleito)

Axixá do **Tocantins** - Auri Wulange Ribeiro Jorge

(reeleito)

Barra do Ouro - Nelida Vasconcelos Miranda Cavalcante (reeleita)

Campos Lindos - Romil Iakov Kalugin (reeleito)

Carrasco Bonito - Gilvan Bandeira da Silva (reeleito)

Chapada da Natividade - Elio Dionízio de Santana (reeleito)

Chapada de Areia - Adauto Mendes de Oliveira (reeleito)

Couto Magalhães - Júlio César Ramos Brasil (reeleito)

Divinópolis do **Tocantins** - Flavio Rodrigues Silva (reeleito)

Itacajá - Maria Aparecida Lima Rocha Costa (reeleita)

Jaú do **Tocantins** - Luciene Lourenço de Araújo Oliveira (reeleita)

Lagoa do **Tocantins** - Leandro Fernandes Soares (reeleito)

Maurilândia do **Tocantins** - Rafael Maracaipe de Almeida (reeleito)

Monte Santo do **Tocantins** - Nezita Martins Neta (reeleita)

Natividade - Thiago Jayme Rodrigues de Cerqueira (reeleito)

Palmeirante - Raimundo Brandão dos Santos (reeleito)

Pequizeiro - Jocelio Nobre da Silva (reeleito)

Pindorama do **Tocantins** - Thiago Tapajós Alves de Oliveira (reeleito)

Piraquê - Silvino Oliveira de Sousa (reeleito)

Ponte Alta do Bom Jesus - José Luciano Azevedo Carlos (reeleito)

Recursolândia - Carlos Vinicius Barbosa da Silva (reeleito)

Riachinho - Ronaildo Bandeira da Cruz (reeleito)

Santa Terezinha do **Tocantins** - Wanderley Sousa Santos (reeleito)

São Bento do **Tocantins** - Paulo Wanderson de Sousa

Damasceno (reeleito)

Wanderlândia - Djalma Araújo Ferreira Junior (reeleito)

Prefeitos não reeleitos ou que não disputaram (29):

Ananás - Valdemar Batista Nepomuceno

Aurora do **Tocantins** - Luzinei de Jesus Silva

Babaçulândia - Franciel de Brito Gomes

Bom Jesus do **Tocantins** - Paulo Hernandez Moura Lima

Brejinho de Nazaré - Marco Aurélio Bispo Nobre

Carmolândia - Neurivan Rodrigues de Sousa

Caseara - Ildislene Bernardo da Silva Santana

Combinado - Lindolfo do Prado Neto

Darcinópolis - Jackson Soares Marinho

Esperantina - Armando Alencar da Silva

Ipueiras - Caio Augusto Siqueira de Abreu Ribeiro

Itaguatins - Maria Ivoneide Matos Barreto

Itaporã do **Tocantins** - José Rezende Silva

Lavandeira - Roberto César Ferreira de Oliveira

Lizarda - Suelene Lustosa Matos

Marianópolis do **Tocantins** - Isaias Dias Piagem

Mateiros - João Martins Neto

Miranorte - Antônio Carlos Martins Reis

Muricilândia - Alessandro Gonçalves Borges

Pau D'Arco - João Batista Neto

Porto Alegre do **Tocantins** - Rennan Nunes Cerqueira

Praia Norte - Ho Che Min Silva de Araujo

Rio dos Bois - Moacir de Oliveira Lopes

Rio Sono - Itair Gomes Martins

Santa Tereza do **Tocantins** - Antônio da Silva Campos

São Sebastião do **Tocantins** - Adriano Rodrigues de Moraes

Sítio Novo do **Tocantins** - Alexandre Sousa Abreu Farias

Tocantinópolis - Paulo Gomes de Souza

Xambioá - Sherley Patricia Matos de Alencar Dias

Os dados levantados evidenciam a importância da transparência, o acompanhamento das votações legislativas e o acesso público às informações. Para que o cidadão compreenda como as ações dos gestores afeta o bem estar de seus municípios.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/tce-rejeitou-contas-de-57-municipios-em-2023-e-destes-28-prefeitos-foram-reeleitos-em-2024/>

Ponte de Palmas: veja como está o andamento e quando obra de R\$ 98 milhões deve ser finalizada (Capital do Estado)

Por: Notícias 105 Tocantins

Os serviços de requalificação da Ponte Siqueira Campos completaram sete meses. O projeto prevê ampliação das faixas destinadas para os veículos com reestruturação do aterro e retirada do alambrado para pedestres e ciclistas, que serão adaptadas com passarelas feitas de estrutura metálica. O trânsito vem sendo realizado no sistema pare e siga ao longo da semana.

Ao g1, a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informou que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem dentro do cronograma estabelecido. A Ageto informou ainda, que o total da obra executado é de 34% e que acompanha e fiscaliza todas as etapas (veja nota na íntegra abaixo).

Em 2025, a Ageto informou à TV Anhanguera que a ordem de serviço foi assinada no dia 6 de junho de 2025 com data de término prevista para 15/09/2028.

A Ponte Siqueira Campos é uma das principais vias de acesso a **Palmas**, ligando a capital à BR-153, passando pelo distrito de Luzimangues, em Porto Nacional. O valor investido na obra é de R\$ 98 milhões.

Andamento das obras

Desde então, foram retiradas as barreiras de concreto new Jersey das duas vazantes e realizada a troca do asfalto nas faixas principais, em toda a extensão da ponte.

Entre dezembro e início de janeiro, os trabalhos se concentraram na estrutura principal da ponte, com a retirada das proteções de concreto e início da preparação do local que deve receber as passarelas.

O trânsito na ponte vem sendo realizado, ao longo da semana, no sistema Pare e Siga. Ao longo dos primeiros meses de obra, longas filas de veículos se formaram causando demora e impactando a rotina dos usuários.

Desde o início de janeiro de 2026, o tempo de espera diminuiu, reduzindo os impactos para quem precisa fazer a travessia.

Contratação e indícios de irregularidades

A requalificação da Ponte Siqueira Campos está sendo tocada por um consórcio, formado pelas empresas EHL LTDA e pela RMG Engenharia, responsáveis pela elaboração e pela execução do projeto estrutural da expansão do trecho.

Em dezembro de 2025, o **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** começou a acompanhar a contratação. Uma análise técnica feita pela obra apontou irregularidades no planejamento da licitação. Foi apontado:

Diante das irregularidades, o **TCE** intimou agentes públicos e a Ageto para apresentarem justificativas e esclarecimentos.

Nós fizemos uma análise em cima do Estudo Técnico Preliminar e a documentação constante dentro do sistema e as documentações não estão conversando entre si. Está tendo várias divergências de informação. Em cima desse nosso parecer, estamos solicitando esses esclarecimentos para solicitar os projetos executivos, haja vista que o projeto já começou, disse o auditor de controle externo do **TCE** José Ribama Maia Júnior.

A Procuradoria-Geral do Estado informou que a reforma da ponte Siqueira Campos seguiu a nova lei de licitações e foi amplamente divulgada em todo país. Afirmou que o edital ficou aberto por mais de três meses e oito empresas participaram da disputa. Segundo o governo, a obra está sendo executada de forma regular e o critério usado para escolher a empresa foi o maior desconto no valor final, o que ajuda a dar mais transparência e evita problemas no orçamento.

Ainda segundo o estado, a utilização de referências de orçamento com mais de seis meses não afetou a disputa e não causou prejuízo aos cofres públicos. Disse também que a contratação na modalidade

integrada ajuda a reduzir riscos e a necessidade de aditivos. Por fim, afirmou que os questionamentos do **TCE** serão respondidos e não há indícios de prejuízos aos cofres públicos.

Entenda o projeto

A via de travessia sobre o lago de **Palmas** é composta pela ponte principal, com 1.042 metros de extensão, duas pontes menores chamadas de vazantes e por grandes trechos de aterro.

Ao todo, são 8,10 quilômetros de extensão. Todas as estruturas precisarão passar por obras e adaptações para a duplicação do trecho.

O projeto prevê uma reestruturação do aterro com a retirada do alambrado para pedestres. As faixas de pedestres e ciclistas serão adaptadas. Segundo o projeto, o aterro suporta as quatro pistas e também as passagens para pedestre ciclista, assim como as vazantes.

No caso da ponte principal, as passarelas para pedestres e ciclistas serão feitas de estruturas metálicas e fixadas nas laterais.

Íntegra da nota da PGE

A Procuradoria-Geral do Estado esclarece que, de acordo com as informações repassadas pela Ageto, órgão responsável pela reforma da Ponte Siqueira Campos, a licitação da obra da referida ponte foi realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com ampla divulgação nacional.

O edital permaneceu publicado por mais de 90 dias, sem impugnações de licitantes ou manifestações prévias do **Tribunal de Contas**, e o certame contou com a participação de oito empresas. A obra, portanto, encontra-se em execução regular.

O critério de julgamento adotado foi o maior desconto, modalidade expressamente prevista em lei e usualmente utilizada pela Autarquia em obras de engenharia, com o objetivo de conferir maior objetividade ao certame e reduzir riscos como o chamado "jogo de planilha". O procedimento foi eletrônico, assegurando ampla concorrência.

Em relação ao orçamento, ainda que tenham sido utilizadas referências com data superior a seis meses, não houve prejuízo à competitividade ou ao interesse público, o que se confirma pelo êxito da licitação e pela compatibilidade das propostas apresentadas com os preços de mercado.

As observações relativas à nomenclatura de

documentos têm natureza formal e não comprometeram a compreensão do objeto nem a execução da obra, uma vez que a Administração dispunha dos projetos e estudos técnicos necessários.

A escolha do regime de contratação integrada decorreu da complexidade do empreendimento, sendo modalidade prevista em lei e amplamente utilizada em obras dessa natureza, justamente para aprimorar a gestão de riscos e reduzir a necessidade de aditivos contratuais.

E, por fim, os apontamentos do **Tribunal de Contas** encontram-se em fase de esclarecimento no âmbito institucional próprio, não havendo, até o momento, qualquer demonstração de prejuízo ao erário.

Íntegra da Ageto

A Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informa que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem em ritmo acelerado e dentro do cronograma estabelecido.

Até o momento, já foram finalizados os serviços de execução do colchão drenante e a recuperação do pavimento asfáltico.

Atualmente, estão em execução os serviços de manutenção de talude, drenagem, remoção do guarda-rodas e o início da construção da estrutura da ciclopasseira.

Ainda serão realizadas a conclusão dos serviços em andamento, além da execução da pavimentação final, sinalização viária e implantação do sistema de iluminação.

A Ageto também informa que o percentual total da obra já executado é de 34% e reforça que segue acompanhando e fiscalizando todas as etapas para garantir segurança, qualidade e melhoria da mobilidade urbana.

Site:

<https://noticias105tocantins.com.br/noticia/5719/ponte-de-palmas-veja-como-esta-o-andamento-e-quando-obra-de-r-98-milhoes-deve-ser-finalizada>

Ponte de Palmas: veja como está o andamento e quando obra de R\$ 98 milhões deve ser finalizada

Por Patrício Reis, g1 Tocantins

As obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos, em **Palmas**, estão completando sete meses. O projeto prevê ampliação das faixas destinadas para os veículos com reestruturação do aterro e retirada do alambrado para pedestres e ciclistas, que serão adaptadas com passarelas feitas de estrutura metálica.

O trânsito vem sendo realizado no sistema pare e siga ao longo da semana.

Ao g1, a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informou que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem dentro do cronograma estabelecido. A Agente informou ainda, que o total da obra executado é de 34% e que acompanha e fiscaliza todas as etapas.

Os serviços de requalificação da Ponte Siqueira Campos completaram sete meses. O projeto prevê ampliação das faixas destinadas para os veículos com reestruturação do aterro e retirada do alambrado para pedestres e ciclistas, que serão adaptadas com passarelas feitas de estrutura metálica. O trânsito vem sendo realizado no sistema pare e siga ao longo da semana.

Ao g1, a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informou que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem dentro do cronograma estabelecido. A Agente informou ainda, que o total da obra executado é de 34% e que acompanha e fiscaliza todas as etapas (veja nota na íntegra abaixo).

Em 2025, a Ageto informou à TV Anhanguera que a ordem de serviço foi assinada no dia 6 de junho de 2025 com data de término prevista para a15/09/2028.

?? Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

A Ponte Siqueira Campos é uma das principais vias de acesso a **Palmas**, ligando a capital à BR-153, passando pelo distrito de Luzimangues, em Porto

Nacional. O valor investido na obra é de R\$ 98 milhões.

Andamento das obras

Com várias frentes de trabalho, os serviços de estudos e execução começaram ainda em julho de 2025 com a retirada das proteções metálicas, serviço que foi realizado na maior parte da estrutura, mas ainda não foi finalizado.

Desde então, foram retiradas as barreiras de concreto new Jersey das duas vazantes e realizada a troca do asfalto nas faixas principais, em toda a extensão da ponte.

Entre dezembro e início de janeiro, os trabalhos se concentraram na estrutura principal da ponte, com a retirada das proteções de concreto e início da preparação do local que deve receber as passarelas.

O trânsito na ponte vem sendo realizado, ao longo da semana, no sistema Pare e Siga. Ao longo dos primeiros meses de obra, longas filas de veículos se formaram causando demora e impactando a rotina dos usuários.

Desde o início de janeiro de 2026, o tempo de espera diminuiu, reduzindo os impactos para quem precisa fazer a travessia.

Contratação e indícios de irregularidades

A requalificação da Ponte Siqueira Campos está sendo tocada por um consórcio, formado pelas empresas EHL LTDA e pela RMG Engenharia, responsáveis pela elaboração e pela execução do projeto estrutural da expansão do trecho.

Em dezembro de 2025, o **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** começou a acompanhar a contratação. Uma análise técnica feita pela obra apontou irregularidades no planejamento da licitação. Foi apontado:

Critério de julgamento inadequado

Orçamento desatualizado

Inconsistências documentais e justificativas impróprias

Justificativa Imprópria para Contratação Integrada

Deficiências no anteprojeto

Transferência Abusiva de Riscos

Diante das irregularidades, o **TCE** intimou agentes públicos e a Ageto para apresentarem justificativas e esclarecimentos.

Nós fizemos uma análise em cima do Estudo Técnico Preliminar e a documentação constante dentro do sistema e as documentações não estão conversando entre si. Está tendo várias divergências de informação. Em cima desse nosso parecer, estamos solicitando esses esclarecimentos para solicitar os projetos executivos, haja vista que o projeto já começou, disse o auditor de controle externo do **TCE** José Ribama Maia Júnior.

A Procuradoria-Geral do Estado informou que a reforma da ponte Siqueira Campos seguiu a nova lei de licitações e foi amplamente divulgada em todo país. Afirmou que o edital ficou aberto por mais de três meses e oito empresas participaram da disputa. Segundo o governo, a obra está sendo executada de forma regular e o critério usado para escolher a empresa foi o maior desconto no valor final, o que ajuda a dar mais transparência e evita problemas no orçamento.

Ainda segundo o estado, a utilização de referências de orçamento com mais de seis meses não afetou a disputa e não causou prejuízo aos cofres públicos. Disse também que a contratação na modalidade integrada ajuda a reduzir riscos e a necessidade de aditivos. Por fim, afirmou que os questionamentos do **TCE** serão respondidos e não há indícios de prejuízos aos cofres públicos.

Entenda o projeto

A via de travessia sobre o lago de **Palmas** é composta pela ponte principal, com 1.042 metros de extensão, duas pontes menores chamadas de vazantes e por grandes trechos de aterro.

Ao todo, são 8,10 quilômetros de extensão. Todas as estruturas precisarão passar por obras e adaptações para a duplicação do trecho.

O projeto prevê uma reestruturação do aterro com a retirada do alambrado para pedestres. As faixas de pedestres e ciclistas serão adaptadas. Segundo o

projeto, o aterro suporta as quatro pistas e também as passagens para pedestre ciclista, assim como as vazantes.

No caso da ponte principal, as passarelas para pedestres e ciclistas serão feitas de estruturas metálicas e fixadas nas laterais.

Íntegra da nota da PGE

A Procuradoria-Geral do Estado esclarece que, de acordo com a informações repassadas pela Ageto, órgão responsável pela reforma da Ponte Siqueira Campos, a licitação da obra da referida ponte foi realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com ampla divulgação nacional.

O edital permaneceu publicado por mais de 90 dias, sem impugnações de licitantes ou manifestações prévias do **Tribunal de Contas**, e o certame contou com a participação de oito empresas. A obra, portanto, encontra-se em execução regular.

O critério de julgamento adotado foi o maior desconto, modalidade expressamente prevista em lei e usualmente utilizada pela Autarquia em obras de engenharia, com o objetivo de conferir maior objetividade ao certame e reduzir riscos como o chamado "jogo de planilha". O procedimento foi eletrônico, assegurando ampla concorrência.

Em relação ao orçamento, ainda que tenham sido utilizadas referências com data superior a seis meses, não houve prejuízo à competitividade ou ao interesse público, o que se confirma pelo êxito da licitação e pela compatibilidade das propostas apresentadas com os preços de mercado.

As observações relativas à nomenclatura de documentos têm natureza formal e não comprometeram a compreensão do objeto nem a execução da obra, uma vez que a Administração dispunha dos projetos e estudos técnicos necessários.

A escolha do regime de contratação integrada decorreu da complexidade do empreendimento, sendo modalidade prevista em lei e amplamente utilizada em obras dessa natureza, justamente para aprimorar a gestão de riscos e reduzir a necessidade de aditivos contratuais.

E, por fim, os apontamentos do **Tribunal de Contas** encontram-se em fase de esclarecimento no âmbito institucional próprio, não havendo, até o momento, qualquer demonstração de prejuízo ao erário.

Íntegra da Ageto

A Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informa que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem em ritmo acelerado e dentro do cronograma estabelecido.

Até o momento, já foram finalizados os serviços de execução do colchão drenante e a recuperação do pavimento asfáltico.

Atualmente, estão em execução os serviços de manutenção de talude, drenagem, remoção do guarda-rodas e o início da construção da estrutura da ciclopasseira.

Ainda serão realizadas a conclusão dos serviços em andamento, além da execução da pavimentação final, sinalização viária e implantação do sistema de iluminação.

A Ageto também informa que o percentual total da obra já executado é de 34% e reforça que segue acompanhando e fiscalizando todas as etapas para garantir segurança, qualidade e melhoria da mobilidade urbana.

Veja mais notícias da região no g1 [Tocantins](#).

Site:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2026/01/26/ponte-de-palmas-veja-como-esta-o-andamento-e-quando-obra-de-r-98-milhoes-deve-ser-finalizada.ghtml>

Veja quem são os 28 prefeitos que se reelegeram em 2024 mesmo tendo contas rejeitadas pelo TCE-TO

Mari Silva

Um levantamento do Jornal Primeira Página mostra que 57 dos 139 municípios do **Tocantins** tiveram as contas do exercício financeiro de 2023 rejeitadas pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**. Apesar das impropriedades apontadas pelo órgão técnico, 28 prefeitos - cerca de 49% do total - foram reeleitos nas eleições municipais de 2024.

Os dados foram apurados a partir da análise das prestações de contas consolidadas do prefeito referentes a 2023. Do total de processos analisados pelo **Tribunal de Contas**, 34 contas foram aprovadas, 48 permanecem pendentes de julgamento e 57 receberam parecer pela rejeição .

O cenário chama atenção e levanta questionamentos sobre como funciona o controle das contas públicas e por qual motivo gestores com contas rejeitadas conseguem permanecer ou retornar ao cargo.

A análise das contas municipais ocorre em etapas. O **Tribunal de Contas** realiza a avaliação técnica , verificando cumprimento de índices constitucionais, equilíbrio fiscal, regularidade contábil e legalidade dos atos administrativos. Ao final, o **TCE** emite um parecer prévio , recomendando a aprovação ou rejeição.

A decisão final, no entanto, não é do Tribunal , mas sim das Câmaras Municipais , que podem manter ou derrubar o parecer, desde que haja o voto favorável de dois terços dos vereadores .

Segundo o advogado Samuell Moraes , especialista em direito público, o julgamento feito pelos vereadores ultrapassa a análise técnica.

A rejeição das contas, mesmo quando confirmada pelo Legislativo municipal, não implica automaticamente em inelegibilidade . Para que um prefeito fique impedido de disputar eleições, a legislação exige que a rejeição:

Esses critérios estão previstos na Lei Complementar nº 64/1990, conhecida como Lei de Inelegibilidades, que foi posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 135/2010, popularmente chamada de Lei da Ficha

Limpa..

O Tribunal Regional Eleitoral do **Tocantins** (TRE-TO) atua apenas após essas etapas, geralmente quando provocado por ações judiciais específicas. O Jornal Primeira Página solicitou esclarecimentos ao Tribunal sobre o tema, mas não obteve retorno até o fechamento desta reportagem.

Abaixo, a lista completa dos 57 municípios que tiveram contas rejeitadas , com os prefeitos responsáveis e a situação eleitoral em 2024 , conforme os documentos oficiais analisados pelo jornal.

Prefeitos reeleitos mesmo com contas rejeitadas (28):

Prefeitos não reeleitos ou que não disputaram (29):

Os dados levantados evidenciam a importância da transparência, o acompanhamento das votações legislativas e o acesso público às informações. Para que o cidadão compreenda como as ações dos gestores afeta o bem estar de seus municípios.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/veja-quem-sao-os-28-prefeitos-que-se-reelegeram-em-2024-mesmo-tendo-contas-rejeitadas-pelo-tce-to/>

MPF alerta sobre uso irregular de emendas pix para show

Contrato para apresentação de Bruno e Marrone foi cancelado após apontamentos do **TCE-TO**

O Ministério Público Federal recomendou que a Prefeitura de Axixá do **Tocantins** não utilize recursos federais de emendas parlamentares individuais, conhecidas como emendas pix, para custear shows e eventos. A orientação ocorreu após a previsão de uso dessas verbas na contratação da dupla Bruno e Marrone, com apresentação marcada para março, posteriormente cancelada.

Segundo o MPF, os planos de trabalho das emendas recebidas pelo município não preveem gastos com espetáculos, sendo os recursos destinados a obras de infraestrutura. O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** também identificou irregularidades na contratação, estimada em R\$ 1,1 milhão, que seria paga em parte com verbas federais transferidas entre 2020 e 2025.

O MPF deu prazo de dez dias para que o município informe se irá acatar a recomendação, alertando que o uso indevido dos recursos pode gerar responsabilização civil, criminal e administrativa.

Fonte: Metrôpoles

Site:

<https://portoferreirahoje.com.br/https://www.portoferreirahoje.com.br/noticia/2026/01/26/mpf-alerta-sobre-uso-irregular-de-emendas-pix-para-show/>

TCE-TO aponta falhas na transparência de emendas em municípios

Um levantamento conduzido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** acendeu alerta sobre a forma como recursos de emendas parlamentares vêm sendo registrados e divulgados por parte de municípios sob sua jurisdição. A análise, realizada no âmbito da 6ª Relatoria da Corte, avaliou a execução de transferências ocorridas ao longo de 2025 e apontou fragilidades que impactam diretamente a qualidade da informação contábil e a transparência pública.

Site: <https://www.cursosmodulos.com.br/Noticia/TCE-TO-aponta-falhas-na-transparencia-de-emendas-em-municipios>

Tribunal de Contas identifica inconsistências contábeis e falhas de transparência em repasses de emendas municipais

Um levantamento conduzido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** acendeu alerta sobre a forma como recursos de emendas parlamentares vêm sendo registrados e divulgados por parte de municípios sob sua jurisdição. A análise, realizada no âmbito da 6ª Relatoria da Corte, avaliou a execução de transferências ocorridas ao longo de 2025 e apontou fragilidades que impactam diretamente a qualidade da informação contábil e a transparência pública.

O estudo contemplou 25 municípios e abrangeu tanto repasses do tipo "fundo a fundo" quanto transferências voluntárias. O trabalho integrou um processo independente da Instrução Normativa nº 3/2025, determinada posteriormente pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que passou a exigir critérios mais rígidos de divulgação e controle das emendas parlamentares por parte de estados e municípios.

Problemas atingem registros contábeis e divulgação de dados

Entre os pontos críticos observados estão inconsistências nos registros contábeis, ausência de detalhamento sobre a aplicação dos valores recebidos e falhas na alimentação de portais da transparência. Na prática, essas lacunas dificultam o rastreamento dos recursos, prejudicam a fiscalização e limitam o controle social sobre o uso das verbas.

Para a área contábil pública, o sinal de alerta é direto: a falta de padronização e de clareza nos lançamentos compromete a fidedignidade das demonstrações e pode expor gestores e responsáveis técnicos a questionamentos por parte dos órgãos de controle.

O tribunal destacou, em material institucional, que a transparência não se resume à divulgação de valores globais. É necessário apresentar informações completas sobre origem, natureza, finalidade e execução dos recursos, de forma que seja possível acompanhar o ciclo do gasto público.

Relação com o debate nacional sobre emendas

Embora o levantamento tenha sido produzido de forma

autônoma, o tema converge com decisões recentes do STF que vêm exigindo maior uniformidade e visibilidade na destinação de emendas parlamentares em estados e municípios. A Corte tem defendido a adoção de modelos de transparência semelhantes aos utilizados pela União, com identificação clara de autores das emendas, beneficiários e objeto dos repasses.

O **TCE-TO** reforçou que seu estudo já tramitava internamente antes dessas decisões, mas reconhece que o contexto nacional amplia a relevância das constatações. O avanço das exigências de transparência tende a pressionar os entes subnacionais a revisarem rotinas contábeis, sistemas e práticas de divulgação de dados.

Orientações aos gestores e impacto para a contabilidade pública

Diante dos achados, a orientação é que as prefeituras reforcem a adequação de seus sistemas contábeis e dos portais da transparência, garantindo que as informações sobre emendas estejam completas, atualizadas e acessíveis. Isso inclui a correta classificação das receitas, a vinculação aos programas e ações correspondentes e a evidenciação da execução da despesa.

Para os profissionais da contabilidade que atuam no setor público, o episódio reforça a necessidade de atenção redobrada à qualidade dos registros, à documentação de suporte e à integração entre contabilidade, planejamento e controle interno. A correta evidenciação das emendas deixou de ser apenas uma exigência formal e passou a ocupar posição central na agenda de fiscalização.

Com o fortalecimento do controle externo e o cruzamento digital de dados, falhas antes tratadas como meramente operacionais passam a representar risco de responsabilização administrativa e, em casos mais graves, de sanções aos gestores.

O cenário aponta para uma tendência clara: transparência e contabilidade de qualidade se consolidam como pilares da governança pública, e as

emendas parlamentares estão no centro desse movimento.

Com informações adaptadas do Jornal de **Tocantins**

Siga o Contábeis no WhatsApp e não perca nenhuma notícia

Site: <https://www.contabeis.com.br/noticias/74821/tce-to-aponta-falhas-na-transparencia-de-emendas-em-municipios/>

Ponte de Palmas: veja como está o andamento e quando obra de R\$ 98 milhões deve ser finalizada

Fonte: G1 **Tocantins**

TCE aponta falhas em contrato do governo para duplicação de ponte; entenda

Os serviços de requalificação da Ponte Siqueira Campos estão completaram sete meses. O projeto prevê ampliação das faixas destinadas para os veículos com reestruturação do aterro e retirada do alambrado para pedestres e ciclistas, que serão adaptadas com passarelas feitas de estrutura metálica. O trânsito vem sendo realizado no sistema pare e siga ao longo da semana.

Ao g1, a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informou que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem dentro do cronograma estabelecido. A Agento informou ainda, que o total da obra executado é de 34% e que acompanha e fiscaliza todas as etapas (veja nota na íntegra abaixo).

Em 2025, a Ageto informou à TV Anhanguera que a ordem de serviço foi assinada no dia 6 de junho de 2025 com data de término prevista para a15/09/2028.

Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

A Ponte Siqueira Campos é uma das principais vias de acesso a **Palmas**, ligando a capital à BR-153, passando pelo distrito de Luzimangues, em Porto Nacional. O valor investido na obra é de R\$ 98 milhões.

Andamento das obras

Obras da ponte entre **Palmas** e Luzimangues

Nonato Carneiro/TV Anhanguera

Com várias frentes de trabalho, os serviços de estudos e execução começaram ainda em julho de 2025 com a retirada das proteções metálicas, serviço que foi realizado na maior parte da estrutura, mas ainda não foi finalizado.

Desde então, foram retiradas as barreiras de concreto new Jersey das duas vazantes e realizada a troca do asfalto nas faixas principais, em toda a extensão da ponte.

Entre dezembro e início de janeiro, os trabalhos se concentraram na estrutura principal da ponte, com a retirada das proteções de concreto e início da preparação do local que deve receber as passarelas.

O trânsito na ponte vem sendo realizado, ao longo da semana, no sistema Pare e Siga. Ao longo dos primeiros meses de obra, longas filas de veículos se formaram causando demora e impactando a rotina dos usuários.

Desde o início de janeiro de 2026, o tempo de espera diminuiu, reduzindo os impactos para quem precisa fazer a travessia.

LEIA MAIS

Projeto de duplicação da ponte de **Palmas** terá passarela metálica para pedestres e ciclistas; veja imagens

Vendedor ambulante tenta retomar a vida após ficar um mês preso injustamente no **Tocantins**: "Confuso pelo que passei"

Contratação e indícios de irregularidades

A requalificação da Ponte Siqueira Campos está sendo tocada por um consórcio, formado pelas empresas EHL LTDA e pela RMG Engenharia, responsáveis pela elaboração e pela execução do projeto estrutural da expansão do trecho.

Em dezembro de 2025, o **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** começou a acompanhar a contratação. Uma análise técnica feita pela obra apontou irregularidades no planejamento da licitação. Foi apontado:

Critério de julgamento inadequado

Orçamento desatualizado

Inconsistências documentais e justificativas impróprias

Justificativa Imprópria para Contratação Integrada

Deficiências no anteprojeto

Transferência Abusiva de Riscos

Diante das irregularidades, o **TCE** intimou agentes públicos e a Ageto para apresentarem justificativas e esclarecimentos.

"Nós fizemos uma análise em cima do Estudo Técnico Preliminar e a documentação constante dentro do sistema e as documentações não estão conversando entre si. Está tendo várias divergências de informação. Em cima desse nosso parecer, estamos solicitando esses esclarecimentos para solicitar os projetos executivos, haja vista que o projeto já começou", disse o auditor de controle externo do **TCE** José Ribama Maia Júnior.

A Procuradoria-Geral do Estado informou que a reforma da ponte Siqueira Campos seguiu a nova lei de licitações e foi amplamente divulgada em todo país. Afirmou que o edital ficou aberto por mais de três meses e oito empresas participaram da disputa. Segundo o governo, a obra está sendo executada de forma regular e o critério usado para escolher a empresa foi o maior desconto no valor final, o que ajuda a dar mais transparência e evita problemas no orçamento.

Ainda segundo o estado, a utilização de referências de orçamento com mais de seis meses não afetou a disputa e não causou prejuízo aos cofres públicos. Disse também que a contratação na modalidade integrada ajuda a reduzir riscos e a necessidade de aditivos. Por fim, afirmou que os questionamentos do **TCE** serão respondidos e não há indícios de prejuízos aos cofres públicos.

Ponte terá passarela metálica para pedestres e ciclistas

Divulgação/Ageto

Entenda o projeto

A via de travessia sobre o lago de **Palmas** é composta pela ponte principal, com 1.042 metros de extensão, duas pontes menores chamadas de vazantes e por grandes trechos de aterro.

Ao todo, são 8,10 quilômetros de extensão. Todas as estruturas precisarão passar por obras e adaptações para a duplicação do trecho.

O projeto prevê uma reestruturação do aterro com a retirada do alambrado para pedestres. As faixas de pedestres e ciclistas serão adaptadas. Segundo o projeto, o aterro suporta as quatro pistas e também as passagens para pedestre ciclista, assim como as vazantes.

No caso da ponte principal, as passarelas para pedestres e ciclistas serão feitas de estruturas metálicas e fixadas nas laterais.

Íntegra da nota da PGE

A Procuradoria-Geral do Estado esclarece que, de acordo com as informações repassadas pela Ageto, órgão responsável pela reforma da Ponte Siqueira Campos, a licitação da obra da referida ponte foi realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com ampla divulgação nacional.

O edital permaneceu publicado por mais de 90 dias, sem impugnações de licitantes ou manifestações prévias do **Tribunal de Contas**, e o certame contou com a participação de oito empresas. A obra, portanto, encontra-se em execução regular.

O critério de julgamento adotado foi o maior desconto, modalidade expressamente prevista em lei e usualmente utilizada pela Autarquia em obras de engenharia, com o objetivo de conferir maior objetividade ao certame e reduzir riscos como o chamado "jogo de planilha". O procedimento foi eletrônico, assegurando ampla concorrência.

Em relação ao orçamento, ainda que tenham sido utilizadas referências com data superior a seis meses, não houve prejuízo à competitividade ou ao interesse público, o que se confirma pelo êxito da licitação e pela compatibilidade das propostas apresentadas com os preços de mercado.

As observações relativas à nomenclatura de documentos têm natureza formal e não comprometeram a compreensão do objeto nem a execução da obra, uma vez que a Administração dispunha dos projetos e estudos técnicos necessários.

A escolha do regime de contratação integrada decorreu da complexidade do empreendimento, sendo modalidade prevista em lei e amplamente utilizada em obras dessa natureza, justamente para aprimorar a gestão de riscos e reduzir a necessidade de aditivos contratuais.

E, por fim, os apontamentos do **Tribunal de Contas** encontram-se em fase de esclarecimento no âmbito institucional próprio, não havendo, até o momento,

qualquer demonstração de prejuízo ao erário.

Íntegra da Ageto

A Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informa que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem em ritmo acelerado e dentro do cronograma estabelecido.

Até o momento, já foram finalizados os serviços de execução do colchão drenante e a recuperação do pavimento asfáltico.

Atualmente, estão em execução os serviços de manutenção de talude, drenagem, remoção do guarda-rodas e o início da construção da estrutura da ciclopasseira.

Ainda serão realizadas a conclusão dos serviços em andamento, além da execução da pavimentação final, sinalização viária e implantação do sistema de iluminação.

A Ageto também informa que o percentual total da obra já executado é de 34% e reforça que segue acompanhando e fiscalizando todas as etapas para garantir segurança, qualidade e melhoria da mobilidade urbana.

Veja mais notícias da região no g1 [Tocantins](#).

Site: <https://www.rio104fm.com.br/ponte-de-palmas-veja-como-esta-o-andamento-e-quando-obra-de-r-98-milhoes-deve-ser-finalizada/>

A requalificação da ponte de Palmas: andamento da obra de R\$ 98 milhões, previsão de conclusão e os apontamentos do TCE (Destaques)

Redação NT

A **Ponte Siqueira Campos**, uma das mais importantes artérias viárias do **Tocantins**, está passando por uma significativa obra de requalificação. Com um investimento robusto de **R\$ 98 milhões**, o projeto visa modernizar e ampliar a capacidade de tráfego, além de criar infraestrutura dedicada para pedestres e ciclistas. No entanto, o andamento da obra, que já completou sete meses de execução, vem sendo acompanhado de perto não apenas pela **Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto)**, mas também pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, que identificou falhas no processo de contratação. Este artigo detalha o status atual do empreendimento, o cronograma previsto para sua finalização em 2028 e os questionamentos levantados pelo órgão de controle.

A Ponte Siqueira Campos, também conhecida como ponte de **Palmas**, transcende sua função básica de travessia sobre o lago de **Palmas**. Ela é um elo vital que conecta a capital do **Tocantins** à **BR-153**, uma das rodovias federais mais importantes do país, e ao distrito de Luzimangues, em Porto Nacional. Sua relevância estende-se ao escoamento da produção agrícola, ao fomento do turismo regional e, principalmente, à mobilidade diária de milhares de cidadãos que transitam entre as localidades. A requalificação, portanto, não é apenas uma obra de engenharia, mas um investimento estratégico no desenvolvimento socioeconômico e na qualidade de vida da população tocantinense, garantindo infraestrutura adequada para as demandas crescentes de transporte e integração regional.

O projeto de requalificação da Ponte Siqueira Campos é ambicioso e complexo, abrangendo uma extensão total de **8,10 quilômetros**, que inclui a ponte principal de 1.042 metros, duas pontes menores (vazantes) e extensos trechos de aterro. A iniciativa foi concebida para reestruturar completamente a infraestrutura existente, adaptando-a às necessidades contemporâneas de mobilidade e segurança.

Um dos pilares do projeto é a **ampliação das faixas destinadas aos veículos**, o que promete melhorar significativamente o fluxo de trânsito e reduzir os congestionamentos. Além disso, a **reestruturação do aterro** visa garantir a estabilidade e a durabilidade de toda a via. Uma inovação fundamental é a **retirada do alambrado** existente e a adaptação da estrutura para receber **passarelas feitas de estrutura metálica** exclusivas para pedestres e ciclistas. Essa medida não só aumenta a segurança para quem se desloca a pé ou de bicicleta, segregando-os do tráfego veicular, mas também incentiva o uso de modais de transporte sustentáveis, alinhando-se às tendências de planejamento urbano moderno que buscam integrar a mobilidade ativa e promover um ambiente mais seguro e acessível para todos os usuários da via.

As obras de requalificação seguem o cronograma estabelecido, com um total de **34%** da obra já executada, conforme informações da Ageto. A ordem de serviço foi assinada em 6 de junho de 2025, e a **previsão de término** está agendada para 15 de setembro de 2028. O consórcio responsável pela elaboração e execução do projeto estrutural da expansão é formado pelas empresas **EHL LTDA** e **RMG Engenharia**, que atuam com diversas frentes de trabalho para cumprir os prazos.

Desde o início dos estudos e da execução, em julho de 2025, várias etapas foram concluídas. Os trabalhos começaram com a **retirada das proteções metálicas**, serviço que abrangeu a maior parte da estrutura da ponte. Subsequentemente, foram removidas as **barreiras de concreto tipo New Jersey** das duas vazantes, e o **asfalto** foi trocado nas faixas principais ao longo de toda a extensão da ponte. Entre dezembro e o início de janeiro, as atividades se concentraram na **estrutura principal**, com a remoção das proteções de concreto e a preparação do local para a instalação das futuras passarelas metálicas. Para garantir a continuidade dos trabalhos e a segurança dos usuários, o **trânsito na ponte** tem sido operado no sistema "Pare e Siga" ao

longo da semana. Nos primeiros meses da obra, essa metodologia gerou ****longas filas e atrasos significativos****, impactando a rotina de quem precisava fazer a travessia. No entanto, desde o início de janeiro de 2026, a Ageto implementou ajustes que ****reduziram o tempo de espera****, minimizando os impactos para os motoristas e otimizando o fluxo diário.

Paralelamente ao avanço físico da obra, o ****Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**** iniciou um acompanhamento detalhado da contratação da requalificação da Ponte Siqueira Campos em dezembro de 2025. Uma análise técnica minuciosa realizada pelo órgão fiscalizador apontou ****indícios de irregularidades no planejamento da licitação****, o que gerou uma série de questionamentos dirigidos aos agentes públicos e à Ageto. O papel do **TCE** é garantir a legalidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos, protegendo o erário de possíveis desvios ou falhas processuais.

Os principais pontos de atenção levantados pelo **TCE/TO** incluem:

1. ****Critério de julgamento inadequado****: O tribunal questionou a metodologia utilizada para selecionar a empresa vencedora, levantando dúvidas sobre a justiça e a competitividade do processo licitatório. Um critério impróprio pode levar à escolha de propostas que não sejam as mais vantajosas para a administração pública, comprometendo a economicidade do projeto.

2. ****Orçamento desatualizado****: A análise indicou que o orçamento de referência utilizado na licitação não estaria em conformidade com os valores de mercado atuais, o que poderia levar a um desequilíbrio contratual ou a um custo final da obra superior ao necessário, impactando diretamente os cofres públicos.

3. ****Inconsistências documentais e justificativas impróprias****: Foram identificadas falhas na documentação apresentada e nas justificativas para determinadas decisões, o que pode comprometer a transparência e a legalidade do processo de contratação.

4. ****Justificativa Imprópria para Contratação Integrada****: A modalidade de contratação integrada, que permite à mesma empresa projetar e executar a obra, é permitida em lei, mas exige justificativas robustas que comprovem sua vantagem para o projeto. O **TCE** questionou a validade dessas justificativas no caso da ponte de **Palmas**, levantando preocupações sobre a adequação da escolha para esta obra específica.

5. ****Deficiências no anteprojeto****: O anteprojeto, documento base para a licitação, apresentou falhas que poderiam gerar incertezas na execução da obra, potenciais aditivos contratuais e até mesmo comprometer a qualidade final do empreendimento.

6. ****Transferência Abusiva de Riscos****: O tribunal apontou que o contrato poderia estar transferindo de forma excessiva riscos do governo para o consórcio contratado, o que, embora comum em contratos de grande porte, pode ser problemático se não estiver balanceado e adequadamente justificado, podendo levar a pleitos futuros e encarecimento da obra.

Diante dessas constatações, o **TCE/TO** ****intimou agentes públicos e a Ageto**** a apresentarem justificativas e esclarecimentos detalhados. O auditor de controle externo, ****José Ribama Maia Júnior****, destacou a existência de ****"várias divergências de informação"*** entre o Estudo Técnico Preliminar e a documentação interna, solicitando os projetos executivos para uma análise mais aprofundada, mesmo com a obra já em andamento.

Em resposta aos apontamentos do **TCE/TO**, a ****Procuradoria-Geral do Estado**** defendeu a regularidade do processo de contratação. O governo informou que a reforma da Ponte Siqueira Campos seguiu rigorosamente a ****nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)**** e que o edital foi ****amplamente divulgado em todo o país****, permanecendo aberto por mais de três meses. Essa transparência atraiu a participação de ****oito empresas****, o que demonstra competitividade no processo. Segundo o estado, o critério de escolha da empresa foi o ****maior desconto no valor final****, o que, na visão do governo, contribui para a transparência e a otimização dos recursos públicos.

Adicionalmente, a Procuradoria-Geral afirmou que a utilização de referências orçamentárias com mais de seis meses ****não afetou a disputa nem causou prejuízo aos cofres públicos****. A escolha da ****modalidade de contratação integrada****, embora questionada pelo **TCE**, é justificada pelo governo como uma ferramenta que ****reduz riscos e a necessidade de aditivos contratuais****, ao concentrar a responsabilidade pelo projeto e execução em um único consórcio. O governo reiterou que ****todos os questionamentos do TCE serão respondidos**** e que, até o momento, ****não há indícios de prejuízos**** ao erário, reforçando o compromisso com a legalidade e a boa aplicação dos recursos públicos na execução de uma obra de tal magnitude e importância para o **Tocantins**.

A requalificação da Ponte Siqueira Campos é, sem

dúvida, um projeto transformador para o **Tocantins**, que promete melhorar substancialmente a infraestrutura de transporte e a qualidade de vida dos cidadãos. Com um investimento significativo e um cronograma definido, a obra avança, trazendo consigo a expectativa de uma conexão mais segura e eficiente entre **Palmas** e importantes regiões do estado. A fiscalização ativa do **Tribunal de Contas**, por sua vez, sublinha a importância da transparência e da conformidade legal em grandes obras públicas, garantindo que os recursos sejam aplicados de maneira correta e que o interesse público seja sempre a prioridade. O diálogo entre o governo e o órgão de controle é essencial para assegurar que a Ponte de **Palmas** seja entregue dentro dos padrões de excelência e legalidade, tornando-se um marco positivo na infraestrutura tocantinense.

Para continuar acompanhando o andamento desta e de outras obras estratégicas, as decisões do **TCE/TO** e todas as notícias que impactam a vida do **Tocantins**, ****mantenha-se informado com o Notícias do Tocantins****. Nosso compromisso é trazer a você um jornalismo aprofundado e relevante. Explore nossos canais para mais análises e atualizações diárias!

Fonte: <https://g1.globo.com>

Site: <https://noticiadotocantins.com.br/a-requalificacao-da-ponte-de-palmas-andamento-da-obra-de-r-98-milhoes-previsao-de-conclusao-e-os-apontamentos-do-tce/>

Ponte de Palmas: veja como está o andamento e quando obra de R\$ 98 milhões deve ser finalizada

TCE aponta falhas em contrato do governo para duplicação de ponte; entenda

Os serviços de requalificação da Ponte Siqueira Campos estão completaram sete meses. O projeto prevê ampliação das faixas destinadas para os veículos com reestruturação do aterro e retirada do alambrado para pedestres e ciclistas, que serão adaptadas com passarelas feitas de estrutura metálica. O trânsito vem sendo realizado no sistema pare e siga ao longo da semana.

Ao g1, a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informou que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem dentro do cronograma estabelecido. A Agento informou ainda, que o total da obra executado é de 34% e que acompanha e fiscaliza todas as etapas (veja nota na íntegra abaixo).

Em 2025, a Ageto informou à TV Anhanguera que a ordem de serviço foi assinada no dia 6 de junho de 2025 com data de término prevista para a15/09/2028.

Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

A Ponte Siqueira Campos é uma das principais vias de acesso a **Palmas**, ligando a capital à BR-153, passando pelo distrito de Luzimangues, em Porto Nacional. O valor investido na obra é de R\$ 98 milhões.

Andamento das obras

Obras da ponte entre **Palmas** e Luzimangues

Nonato Carneiro/TV Anhanguera

Com várias frentes de trabalho, os serviços de estudos e execução começaram ainda em julho de 2025 com a retirada das proteções metálicas, serviço que foi realizado na maior parte da estrutura, mas ainda não foi finalizado.

Desde então, foram retiradas as barreiras de concreto new Jersey das duas vazantes e realizada a troca do

asfalto nas faixas principais, em toda a extensão da ponte.

Entre dezembro e início de janeiro, os trabalhos se concentraram na estrutura principal da ponte, com a retira das proteções de concreto e início da preparação do local que deve receber as passarelas.

O trânsito na ponte vem sendo realizado, ao longo da semana, no sistema Pare e Siga. Ao longo dos primeiros meses de obra, longas filas de veículos se formaram causando demora e impactando a rotina dos usuários.

Desde o início de janeiro de 2026, o tempo de espera diminuiu, reduzindo os impactos para quem precisa fazer a travessia.

LEIA MAIS

Projeto de duplicação da ponte de **Palmas** terá passarela metálica para pedestres e ciclistas; veja imagens

Vendedor ambulante tenta retomar a vida após ficar um mês preso injustamente no **Tocantins**: "Confuso pelo que passei"

Contratação e indícios de irregularidades

A requalificação da Ponte Siqueira Campos está sendo tocada por um consórcio, formado pelas empresas EHL LTDA e pela RMG Engenharia, responsáveis pela elaboração e pela execução do projeto estrutural da expansão do trecho.

Em dezembro de 2025, o **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** começou a acompanhar a contratação. Uma análise técnica feita pela obra apontou irregularidades no planejamento da licitação. Foi apontado:

Critério de julgamento inadequado

Orçamento desatualizado

Inconsistências documentais e justificativas impróprias

Justificativa Imprópria para Contratação Integrada

Deficiências no anteprojeto

Transferência Abusiva de Riscos

Diante das irregularidades, o **TCE** intimou agentes públicos e a Ageto para apresentarem justificativas e esclarecimentos.

"Nós fizemos uma análise em cima do Estudo Técnico Preliminar e a documentação constante dentro do sistema e as documentações não estão conversando entre si. Está tendo várias divergências de informação. Em cima desse nosso parecer, estamos solicitando esses esclarecimentos para solicitar os projetos executivos, haja vista que o projeto já começou", disse o auditor de controle externo do **TCE** José Ribama Maia Júnior.

A Procuradoria-Geral do Estado informou que a reforma da ponte Siqueira Campos seguiu a nova lei de licitações e foi amplamente divulgada em todo país. Afirmou que o edital ficou aberto por mais de três meses e oito empresas participaram da disputa. Segundo o governo, a obra está sendo executada de forma regular e o critério usado para escolher a empresa foi o maior desconto no valor final, o que ajuda a dar mais transparência e evita problemas no orçamento.

Ainda segundo o estado, a utilização de referências de orçamento com mais de seis meses não afetou a disputa e não causou prejuízo aos cofres públicos. Disse também que a contratação na modalidade integrada ajuda a reduzir riscos e a necessidade de aditivos. Por fim, afirmou que os questionamentos do **TCE** serão respondidos e não há indícios de prejuízos aos cofres públicos.

Ponte terá passarela metálica para pedestres e ciclistas

Divulgação/Ageto

Entenda o projeto

A via de travessia sobre o lago de **Palmas** é composta pela ponte principal, com 1.042 metros de extensão, duas pontes menores chamadas de vazantes e por grandes trechos de aterro.

Ao todo, são 8,10 quilômetros de extensão. Todas as estruturas precisarão passar por obras e adaptações para a duplicação do trecho.

O projeto prevê uma reestruturação do aterro com a

retirada do alambrado para pedestres. As faixas de pedestres e ciclistas serão adaptadas. Segundo o projeto, o aterro suporta as quatro pistas e também as passagens para pedestre ciclista, assim como as vazantes.

No caso da ponte principal, as passarelas para pedestres e ciclistas serão feitas de estruturas metálicas e fixadas nas laterais.

Íntegra da nota da PGE

A Procuradoria-Geral do Estado esclarece que, de acordo com as informações repassadas pela Ageto, órgão responsável pela reforma da Ponte Siqueira Campos, a licitação da obra da referida ponte foi realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com ampla divulgação nacional.

O edital permaneceu publicado por mais de 90 dias, sem impugnações de licitantes ou manifestações prévias do **Tribunal de Contas**, e o certame contou com a participação de oito empresas. A obra, portanto, encontra-se em execução regular.

O critério de julgamento adotado foi o maior desconto, modalidade expressamente prevista em lei e usualmente utilizada pela Autarquia em obras de engenharia, com o objetivo de conferir maior objetividade ao certame e reduzir riscos como o chamado "jogo de planilha". O procedimento foi eletrônico, assegurando ampla concorrência.

Em relação ao orçamento, ainda que tenham sido utilizadas referências com data superior a seis meses, não houve prejuízo à competitividade ou ao interesse público, o que se confirma pelo êxito da licitação e pela compatibilidade das propostas apresentadas com os preços de mercado.

As observações relativas à nomenclatura de documentos têm natureza formal e não comprometeram a compreensão do objeto nem a execução da obra, uma vez que a Administração dispunha dos projetos e estudos técnicos necessários.

A escolha do regime de contratação integrada decorreu da complexidade do empreendimento, sendo modalidade prevista em lei e amplamente utilizada em obras dessa natureza, justamente para aprimorar a gestão de riscos e reduzir a necessidade de aditivos contratuais.

E, por fim, os apontamentos do **Tribunal de Contas** encontram-se em fase de esclarecimento no âmbito institucional próprio, não havendo, até o momento, qualquer demonstração de prejuízo ao erário.

Íntegra da Ageto

A Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informa que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem em ritmo acelerado e dentro do cronograma estabelecido.

Até o momento, já foram finalizados os serviços de execução do colchão drenante e a recuperação do pavimento asfáltico.

Atualmente, estão em execução os serviços de manutenção de talude, drenagem, remoção do guarda-rodas e o início da construção da estrutura da ciclopasseira.

Ainda serão realizadas a conclusão dos serviços em andamento, além da execução da pavimentação final, sinalização viária e implantação do sistema de iluminação.

A Ageto também informa que o percentual total da obra já executado é de 34% e reforça que segue acompanhando e fiscalizando todas as etapas para garantir segurança, qualidade e melhoria da mobilidade urbana.

Veja mais notícias da região no g1 [Tocantins](#).

Fonte: G1 [Tocantins](#)

Site: <https://www.radionova104fm.com.br/ponte-de-palmas-veja-como-esta-o-andamento-e-quando-obra-de-r-98-milhoes-deve-ser-finalizada/>

Ponte de Palmas: veja como está o andamento e quando obra de R\$ 98 milhões deve ser finalizada (Tocantins)

TCE aponta falhas em contrato do governo para duplicação de ponte; entenda

Os serviços de requalificação da Ponte Siqueira Campos estão completaram sete meses. O projeto prevê ampliação das faixas destinadas para os veículos com reestruturação do aterro e retirada do alambrado para pedestres e ciclistas, que serão adaptadas com passarelas feitas de estrutura metálica. O trânsito vem sendo realizado no sistema pare e siga ao longo da semana.

Ao g1, a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informou que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem dentro do cronograma estabelecido. A Agento informou ainda, que o total da obra executado é de 34% e que acompanha e fiscaliza todas as etapas (veja nota na íntegra abaixo).

Em 2025, a Ageto informou à TV Anhanguera que a ordem de serviço foi assinada no dia 6 de junho de 2025 com data de término prevista para a15/09/2028.

?? Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

A Ponte Siqueira Campos é uma das principais vias de acesso a **Palmas**, ligando a capital à BR-153, passando pelo distrito de Luzimangues, em Porto Nacional. O valor investido na obra é de R\$ 98 milhões.

Andamento das obras

Obras da ponte entre **Palmas** e Luzimangues

Nonato Carneiro/TV Anhanguera

Com várias frentes de trabalho, os serviços de estudos e execução começaram ainda em julho de 2025 com a retirada das proteções metálicas, serviço que foi realizado na maior parte da estrutura, mas ainda não foi finalizado.

Desde então, foram retiradas as barreiras de concreto new Jersey das duas vazantes e realizada a troca do

asfalto nas faixas principais, em toda a extensão da ponte.

Entre dezembro e início de janeiro, os trabalhos se concentraram na estrutura principal da ponte, com a retira das proteções de concreto e início da preparação do local que deve receber as passarelas.

O trânsito na ponte vem sendo realizado, ao longo da semana, no sistema Pare e Siga. Ao longo dos primeiros meses de obra, longas filas de veículos se formaram causando demora e impactando a rotina dos usuários.

Desde o início de janeiro de 2026, o tempo de espera diminuiu, reduzindo os impactos para quem precisa fazer a travessia.

LEIA MAIS

Projeto de duplicação da ponte de **Palmas** terá passarela metálica para pedestres e ciclistas; veja imagens

Vendedor ambulante tenta retomar a vida após ficar um mês preso injustamente no **Tocantins**: "Confuso pelo que passei"

Contratação e indícios de irregularidades

A requalificação da Ponte Siqueira Campos está sendo tocada por um consórcio, formado pelas empresas EHL LTDA e pela RMG Engenharia, responsáveis pela elaboração e pela execução do projeto estrutural da expansão do trecho.

Em dezembro de 2025, o **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** começou a acompanhar a contratação. Uma análise técnica feita pela obra apontou irregularidades no planejamento da licitação. Foi apontado:

Critério de julgamento inadequado

Orçamento desatualizado

Inconsistências documentais e justificativas impróprias

Justificativa Imprópria para Contratação Integrada

Deficiências no anteprojeto

Transferência Abusiva de Riscos

Diante das irregularidades, o **TCE** intimou agentes públicos e a Ageto para apresentarem justificativas e esclarecimentos.

"Nós fizemos uma análise em cima do Estudo Técnico Preliminar e a documentação constante dentro do sistema e as documentações não estão conversando entre si. Está tendo várias divergências de informação. Em cima desse nosso parecer, estamos solicitando esses esclarecimentos para solicitar os projetos executivos, haja vista que o projeto já começou", disse o auditor de controle externo do **TCE** José Ribama Maia Júnior.

A Procuradoria-Geral do Estado informou que a reforma da ponte Siqueira Campos seguiu a nova lei de licitações e foi amplamente divulgada em todo país. Afirmou que o edital ficou aberto por mais de três meses e oito empresas participaram da disputa. Segundo o governo, a obra está sendo executada de forma regular e o critério usado para escolher a empresa foi o maior desconto no valor final, o que ajuda a dar mais transparência e evita problemas no orçamento.

Ainda segundo o estado, a utilização de referências de orçamento com mais de seis meses não afetou a disputa e não causou prejuízo aos cofres públicos. Disse também que a contratação na modalidade integrada ajuda a reduzir riscos e a necessidade de aditivos. Por fim, afirmou que os questionamentos do **TCE** serão respondidos e não há indícios de prejuízos aos cofres públicos.

Ponte terá passarela metálica para pedestres e ciclistas

Divulgação/Ageto

Entenda o projeto

A via de travessia sobre o lago de **Palmas** é composta pela ponte principal, com 1.042 metros de extensão, duas pontes menores chamadas de vazantes e por grandes trechos de aterro.

Ao todo, são 8,10 quilômetros de extensão. Todas as estruturas precisarão passar por obras e adaptações para a duplicação do trecho.

O projeto prevê uma reestruturação do aterro com a

retirada do alambrado para pedestres. As faixas de pedestres e ciclistas serão adaptadas. Segundo o projeto, o aterro suporta as quatro pistas e também as passagens para pedestre ciclista, assim como as vazantes.

No caso da ponte principal, as passarelas para pedestres e ciclistas serão feitas de estruturas metálicas e fixadas nas laterais.

Íntegra da nota da PGE

A Procuradoria-Geral do Estado esclarece que, de acordo com as informações repassadas pela Ageto, órgão responsável pela reforma da Ponte Siqueira Campos, a licitação da obra da referida ponte foi realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com ampla divulgação nacional.

O edital permaneceu publicado por mais de 90 dias, sem impugnações de licitantes ou manifestações prévias do **Tribunal de Contas**, e o certame contou com a participação de oito empresas. A obra, portanto, encontra-se em execução regular.

O critério de julgamento adotado foi o maior desconto, modalidade expressamente prevista em lei e usualmente utilizada pela Autarquia em obras de engenharia, com o objetivo de conferir maior objetividade ao certame e reduzir riscos como o chamado "jogo de planilha". O procedimento foi eletrônico, assegurando ampla concorrência.

Em relação ao orçamento, ainda que tenham sido utilizadas referências com data superior a seis meses, não houve prejuízo à competitividade ou ao interesse público, o que se confirma pelo êxito da licitação e pela compatibilidade das propostas apresentadas com os preços de mercado.

As observações relativas à nomenclatura de documentos têm natureza formal e não comprometeram a compreensão do objeto nem a execução da obra, uma vez que a Administração dispunha dos projetos e estudos técnicos necessários.

A escolha do regime de contratação integrada decorreu da complexidade do empreendimento, sendo modalidade prevista em lei e amplamente utilizada em obras dessa natureza, justamente para aprimorar a gestão de riscos e reduzir a necessidade de aditivos contratuais.

E, por fim, os apontamentos do **Tribunal de Contas** encontram-se em fase de esclarecimento no âmbito institucional próprio, não havendo, até o momento, qualquer demonstração de prejuízo ao erário.

Íntegra da Ageto

A Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informa que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem em ritmo acelerado e dentro do cronograma estabelecido.

Até o momento, já foram finalizados os serviços de execução do colchão drenante e a recuperação do pavimento asfáltico.

Atualmente, estão em execução os serviços de manutenção de talude, drenagem, remoção do guarda-rodas e o início da construção da estrutura da ciclopasseira.

Ainda serão realizadas a conclusão dos serviços em andamento, além da execução da pavimentação final, sinalização viária e implantação do sistema de iluminação.

A Ageto também informa que o percentual total da obra já executado é de 34% e reforça que segue acompanhando e fiscalizando todas as etapas para garantir segurança, qualidade e melhoria da mobilidade urbana.

Veja mais notícias da região no g1 [Tocantins](#).

Site: <https://diretoereto.com.br/2026/01/26/ponte-de-palmas-veja-como-esta-o-andamento-e-quando-obra-de-r-98-milhoes-deve-ser-finalizada/>

Ponte de Palmas: veja como está o andamento e quando obra de R\$ 98 milhões deve ser finalizada (SLIDE)

TCE aponta falhas em contrato do governo para duplicação de ponte; entenda

Os serviços de requalificação da Ponte Siqueira Campos estão completaram sete meses. O projeto prevê ampliação das faixas destinadas para os veículos com reestruturação do aterro e retirada do alambrado para pedestres e ciclistas, que serão adaptadas com passarelas feitas de estrutura metálica. O trânsito vem sendo realizado no sistema pare e siga ao longo da semana.

Ao g1, a Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informou que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem dentro do cronograma estabelecido. A Agento informou ainda, que o total da obra executado é de 34% e que acompanha e fiscaliza todas as etapas (veja nota na íntegra abaixo).

Em 2025, a Ageto informou à TV Anhanguera que a ordem de serviço foi assinada no dia 6 de junho de 2025 com data de término prevista para a15/09/2028.

A Ponte Siqueira Campos é uma das principais vias de acesso a **Palmas**, ligando a capital à BR-153, passando pelo distrito de Luzimangues, em Porto Nacional. O valor investido na obra é de R\$ 98 milhões.

Andamento das obras

Com várias frentes de trabalho, os serviços de estudos e execução começaram ainda em julho de 2025 com a retirada das proteções metálicas, serviço que foi realizado na maior parte da estrutura, mas ainda não foi finalizado.

Desde então, foram retiradas as barreiras de concreto new Jersey das duas vazantes e realizada a troca do asfalto nas faixas principais, em toda a extensão da ponte.

Entre dezembro e início de janeiro, os trabalhos se concentraram na estrutura principal da ponte, com a retira das proteções de concreto e início da preparação do local que deve receber as passarelas.

O trânsito na ponte vem sendo realizado, ao longo da semana, no sistema Pare e Siga. Ao longo dos primeiros meses de obra, longas filas de veículos se formaram causando demora e impactando a rotina dos usuários.

Desde o início de janeiro de 2026, o tempo de espera diminuiu, reduzindo os impactos para quem precisa fazer a travessia.

LEIA MAIS

Projeto de duplicação da ponte de **Palmas** terá passarela metálica para pedestres e ciclistas; veja imagens

Vendedor ambulante tenta retomar a vida após ficar um mês preso injustamente no **Tocantins**: "Confuso pelo que passei"

Contratação e indícios de irregularidades

A requalificação da Ponte Siqueira Campos está sendo tocada por um consórcio, formado pelas empresas EHL LTDA e pela RMG Engenharia, responsáveis pela elaboração e pela execução do projeto estrutural da expansão do trecho.

Em dezembro de 2025, o **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** começou a acompanhar a contratação. Uma análise técnica feita pela obra apontou irregularidades no planejamento da licitação. Foi apontado:

Critério de julgamento inadequado

Orçamento desatualizado

Inconsistências documentais e justificativas impróprias

Justificativa Imprópria para Contratação Integrada

Deficiências no anteprojeto

Transferência Abusiva de Riscos

Diante das irregularidades, o **TCE** intimou agentes públicos e a Ageto para apresentarem justificativas e esclarecimentos.

"Nós fizemos uma análise em cima do Estudo Técnico Preliminar e a documentação constante dentro do sistema e as documentações não estão conversando entre si. Está tendo várias divergências de informação. Em cima desse nosso parecer, estamos solicitando esses esclarecimentos para solicitar os projetos executivos, haja vista que o projeto já começou", disse o auditor de controle externo do **TCE** José Ribama Maia Júnior.

A Procuradoria-Geral do Estado informou que a reforma da ponte Siqueira Campos seguiu a nova lei de licitações e foi amplamente divulgada em todo país. Afirmou que o edital ficou aberto por mais de três meses e oito empresas participaram da disputa. Segundo o governo, a obra está sendo executada de forma regular e o critério usado para escolher a empresa foi o maior desconto no valor final, o que ajuda a dar mais transparência e evita problemas no orçamento.

Ainda segundo o estado, a utilização de referências de orçamento com mais de seis meses não afetou a disputa e não causou prejuízo aos cofres públicos. Disse também que a contratação na modalidade integrada ajuda a reduzir riscos e a necessidade de aditivos. Por fim, afirmou que os questionamentos do **TCE** serão respondidos e não há indícios de prejuízos aos cofres públicos.

Ponte terá passarela metálica para pedestres e ciclistas

Entenda o projeto

A via de travessia sobre o lago de **Palmas** é composta pela ponte principal, com 1.042 metros de extensão, duas pontes menores chamadas de vazantes e por grandes trechos de aterro.

Ao todo, são 8,10 quilômetros de extensão. Todas as estruturas precisarão passar por obras e adaptações para a duplicação do trecho.

O projeto prevê uma reestruturação do aterro com a retirada do alambrado para pedestres. As faixas de pedestres e ciclistas serão adaptadas. Segundo o projeto, o aterro suporta as quatro pistas e também as passagens para pedestre ciclista, assim como as vazantes.

No caso da ponte principal, as passarelas para pedestres e ciclistas serão feitas de estruturas metálicas e fixadas nas laterais.

Íntegra da nota da PGE

A Procuradoria-Geral do Estado esclarece que, de acordo com as informações repassadas pela Ageto, órgão responsável pela reforma da Ponte Siqueira Campos, a licitação da obra da referida ponte foi realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com ampla divulgação nacional.

O edital permaneceu publicado por mais de 90 dias, sem impugnações de licitantes ou manifestações prévias do **Tribunal de Contas**, e o certame contou com a participação de oito empresas. A obra, portanto, encontra-se em execução regular.

O critério de julgamento adotado foi o maior desconto, modalidade expressamente prevista em lei e usualmente utilizada pela Autarquia em obras de engenharia, com o objetivo de conferir maior objetividade ao certame e reduzir riscos como o chamado "jogo de planilha". O procedimento foi eletrônico, assegurando ampla concorrência.

Em relação ao orçamento, ainda que tenham sido utilizadas referências com data superior a seis meses, não houve prejuízo à competitividade ou ao interesse público, o que se confirma pelo êxito da licitação e pela compatibilidade das propostas apresentadas com os preços de mercado.

As observações relativas à nomenclatura de documentos têm natureza formal e não comprometeram a compreensão do objeto nem a execução da obra, uma vez que a Administração dispunha dos projetos e estudos técnicos necessários.

A escolha do regime de contratação integrada decorreu da complexidade do empreendimento, sendo modalidade prevista em lei e amplamente utilizada em obras dessa natureza, justamente para aprimorar a gestão de riscos e reduzir a necessidade de aditivos contratuais.

E, por fim, os apontamentos do **Tribunal de Contas** encontram-se em fase de esclarecimento no âmbito institucional próprio, não havendo, até o momento, qualquer demonstração de prejuízo ao erário.

Íntegra da Ageto

A Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto) informa que as obras de requalificação da Ponte Siqueira Campos seguem em ritmo acelerado e dentro do cronograma estabelecido.

Até o momento, já foram finalizados os serviços de execução do colchão drenante e a recuperação do

pavimento asfáltico.

Atualmente, estão em execução os serviços de manutenção de talude, drenagem, remoção do guarda-rodas e o início da construção da estrutura da ciclopasselela.

Ainda serão realizadas a conclusão dos serviços em andamento, além da execução da pavimentação final, sinalização viária e implantação do sistema de iluminação.

A Ageto também informa que o percentual total da obra já executado é de 34% e reforça que segue acompanhando e fiscalizando todas as etapas para garantir segurança, qualidade e melhoria da mobilidade urbana.

Veja mais notícias da região no g1 [Tocantins](#).

Site: <https://www.radiocidade879fm.com.br/ponte-de-palmas-veja-como-esta-o-andamento-e-quando-obra-de-r-98-milhoes-deve-ser-finalizada/>

Ex-prefeito de Aparecida do Rio Negro, Suzano Marques, tem bens bloqueados por ação de improbidade administrativa (Estado)

Atitude Tocantins

Da redação

O ex-prefeito de Aparecida do Rio Negro, município localizado na região central do Estado, teve os bens bloqueados por decisão judicial publicada nesta quinta-feira, 22 de janeiro. A liminar foi deferida pelo juiz de direito da Comarca de Novo Acordo, Luatom Bezerra Adelino de Lima, no âmbito de uma ação civil por improbidade administrativa ajuizada pelo Município de Aparecida do Rio Negro.

De acordo com a decisão liminar, durante o período em que esteve à frente da administração municipal, o ex-prefeito teria conduzido de forma irregular o Programa de Regularização Fundiária Urbana (REURB-S) no Setor Flamboyant, atuando simultaneamente como chefe do Poder Executivo e como proprietário e vendedor dos lotes da área beneficiada. Conforme a denúncia, Suzano Marques teria entregue títulos sem validade registral com o objetivo de autopromoção política, mesmo após advertência do Tribunal de Justiça, por meio do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (NUPREF).

De acordo com a decisão o ex-prefeito teria afrontado de maneira consciente a determinação de órgão de controle, já que o ex-prefeito foi expressamente notificado pelo NUPREF, da Corregedoria-Geral da Justiça do TJTO, sobre a vedação da entrega de "títulos simbólicos" sem o devido registro em cartório, e mesmo assim, ciente da ilegalidade e de tal advertência, procedeu com a entrega dos documentos, utilizando-se inclusive da logomarca do Poder Judiciário em faixas e eventos, demonstrando não apenas desídia, mas intenção deliberada de violar a norma para obter dividendos políticos.

Ainda segundo a decisão, o ex-gestor teria utilizado servidores públicos e recursos da administração municipal para fins privados. Entre outros mencionados na decisão está Mem de Sá Pereira, cunhado do ex-prefeito e irmão da ex-primeira-dama, que integraria o suposto esquema e, à época, exercia o cargo de secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

A esposa do ex-prefeito, Luíza Marques, foi incluída no processo pela própria decisão judicial por também figurar como vendedora dos lotes objeto da regularização fundiária. Entre os fundamentos destacados pelo magistrado para a concessão da liminar estão o uso indevido da máquina pública para fins pessoais, a ocorrência de dano ao erário e a ausência de registro em cartório dos títulos emitidos, entre outras irregularidades apontadas.

A decisão determina a indisponibilidade dos bens do ex-prefeito e da ex-primeira-dama, incluindo a realização de bloqueios de ativos financeiros pelo Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD), buscas de veículos no sistema de Restrições Judiciais sobre Veículos Automotores (RENAJUD), levantamento de imóveis em nome dos citados pela Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB).

A liminar determina também que sejam oficiados com urgência o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCE/TO) e o NUPREF.

A medida é passível de recurso, e os envolvidos têm o prazo de 15 dias úteis para apresentação de defesa.

Veja a liminar de Indisponibilidade de bens x SUZANO LINO

Site: <https://atitudeto.com.br/noticias/estado/ex-prefeito-de-aparecida-do-rio-negro-suzano-marques-tem-bens-bloqueados-por-acao-de-improbidade-administrativa/>

Farra das Diárias: Membros do TCE-TO Consomem Mais de R\$ 1,1 Milhão em Viagens sob o Manto da Transparência

O foco da análise recai sobre os gastos com deslocamentos de conselheiros, conselheiros substitutos e integrantes do Ministério Público de Contas. O estudo indica que o valor total autorizado para diárias em 2025 ultrapassou a marca de R\$ 1,3 milhão. Contudo, após considerar as devoluções integrais e parciais registradas em processos administrativos, o valor efetivamente pago pelo **TCE-TO** somou aproximadamente R\$ 1,12 milhão. Este montante foi destinado a cobrir despesas de viagens realizadas tanto em território nacional quanto no exterior, no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025.

Destaques Individuais e o Gasto com Viagens

A análise individualizada dos gastos revela que algumas autoridades concentraram as maiores parcelas do montante pago. O então presidente do **TCE-TO**, **Alberto Sevilha**, figura no topo da lista, com um total de R\$ 246.879,07 pagos em diárias, distribuídos em 22 viagens. Uma parte considerável desse valor está associada a deslocamentos internacionais.

Outro destaque é o conselheiro **Severiano Costandrade**, da 2ª Câmara, que teve R\$ 246.019,81 pagos em diárias, também incluindo viagens nacionais e internacionais. A vice-presidente Doris Coutinho teve R\$ 125.272,13 pagos após a contabilização de devoluções. No âmbito do Ministério Público de Contas, o levantamento apontou um gasto total de R\$ 150.558,84 em diárias durante o mesmo período.

A tabela a seguir resume os principais gastos individuais em diárias no **TCE-TO** em 2025:

Transparência e Justificativa do Gasto Público

O tema das diárias está intrinsecamente ligado à gestão do gasto público, à motivação dos atos administrativos e às regras de transparência. Do ponto de vista legal, o pagamento de diárias exige justificativa clara, prestação de contas

detalhada e estrita aderência às normas internas da Corte e à legislação aplicável.

Questionado sobre o levantamento, o **TCE-TO** informou que todas as viagens realizadas atendem a agendas institucionais e que a Corte exige a apresentação de relatórios e documentos comprobatórios após o retorno dos membros. Essa exigência visa garantir o controle e a legalidade dos gastos efetuados com recursos públicos.

O caso, reforça a importância do controle externo e da transparência pública na fiscalização do uso de verbas destinadas a órgãos de controle, como os Tribunais de Contas, cuja missão primordial é justamente fiscalizar as contas dos demais poderes.

Site: <https://r1palmas.com.br/noticia/1639/farra-das-diarias-membros-do-tce-to-consomem-mais-de-r-1-1-milhao-em-viagens-sob-o-manto-da-transparencia>

Tribunal de Contas defende inclusão do Proerd na grade extracurricular das escolas públicas

Em uma iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, se reuniram nesta quinta-feira, 22, os conselheiros **Alberto Sevilha**, presidente da Corte, e **Severiano Costandrade**, com representantes da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), Polícia Militar (PM) e Secretaria de Estado da Educação (Seduc).

Na pauta, a continuidade da discussão para sensibilizar gestores dos municípios tocantinenses a incluírem o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) na grade extracurricular das escolas públicas em todos os municípios do **Tocantins**.

A iniciativa do **TCETO** se justifica pelo reconhecimento da importância do Proerd como uma política de prevenção ao consumo e ao tráfico de drogas e a violência entre crianças e a juventude no Estado, reafirmando o compromisso e incentivando os gestores a aderirem à proposta.

O Proerd integra as ações do **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, coordenado pela Corte de Contas e com a participação de mais 17 parceiros, fortalecendo a rede de garantia de direitos de crianças de até 6 anos.

Participantes

Participaram da reunião, representantes da Polícia Militar, o presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM) Big Jow, o Juiz Auxiliar do Tribunal de Justiça (TJTO) Arióstenes Guimarães, e representantes da Secretaria de Educação (Seduc).

Site: <https://www.grifon.com.br/noticias/tribunal-de-contas-defende-inclusao-do-proerd-na-grade-extracurricular-das-escolas-publicas-204421>

Parceria entre instituições leva para escolas do Tocantins programa de combate às drogas e à violência

O presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), prefeito de Cristalândia, Big Jow, participou nesta quinta-feira, 22, na presidência do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, de uma reunião que tratou de parceria interinstitucional que levará o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) as escolas dos Municípios tocaninenses.

Além do presidente da ATM, participaram o presidente do **TCE**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e representantes do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJ), Ministério Público do Estado (MPE) da Secretária de Estado da Educação (SEDUC) e da Polícia Militar do Estado o **Tocantins** (PM) - essa última responsável pela execução do PROERD nos Municípios.

Os representantes discutiram a participação de cada organização na parceria, discriminada em Minuta de Termo de Convênio, que será celebrada entre as organizações e as prefeituras que ainda não possuem convênio para a execução do PROERD nas escolas dos Municípios.

O presidente da ATM explica que a contrapartida dos Municípios será de baixo custo, quando comparada aos benefícios e resultados que se esperam com o PROERD junto às crianças e adolescentes. "Trata-se de um valor irrisório frente ao grande compromisso e trabalho que os policiais desempenharão nas escolas dos Municípios, principalmente na parte da informação e conscientização do público-alvo", disse Big Jow.

O presidente da ATM se comprometeu em falar com os prefeitos para apresentar o projeto, com o objetivo de conseguir 100% da adesão dos Municípios tocaninenses. Atualmente, cerca de 20 Municípios possuem parcerias com a Polícia Militar para a execução do PROERD em seus territórios.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/parceria-entre-instituicoes-leva-para-escolas-do-tocantins-programa-de-combate-as-drogas-e-a-violencia/>

PARCERIAS: Municípios terão a oportunidade de contribuir no combate às drogas e à violência entre crianças e adolescentes, por meio do PROERD na (MUNICIPIOS)

Vitor Morais - Ascom ATM

O presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), prefeito de Cristalândia, Big Jow, participou nesta quinta-feira, 22, na presidência do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, de uma reunião que tratou de parceria interinstitucional que levará o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) às escolas dos Municípios tocaninenses.

Além do presidente da ATM, participaram o presidente do **TCE**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e representantes do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJ), Ministério Público do Estado (MPE) da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e da Polícia Militar do Estado o **Tocantins** (PM) - essa última responsável pela execução do PROERD nos Municípios.

Os representantes discutiram a participação de cada organização na parceria, discriminada em Minuta de Termo de Convênio, que será celebrada entre as organizações e as prefeituras que ainda não possuem convênio para a execução do PROERD nas escolas dos Municípios.

O presidente da ATM explica que a contrapartida dos Municípios será de baixo custo, quando comparada aos benefícios e resultados que se esperam com o PROERD junto às crianças e adolescentes. Trata-se de um valor irrisório frente ao grande compromisso e trabalho que os policiais desempenharão nas escolas dos Municípios, principalmente na parte da informação e conscientização do público-alvo, disse Big Jow.

O presidente da ATM se comprometeu em falar com os prefeitos para apresentar o projeto, com o objetivo de conseguir 100% da adesão dos Municípios tocaninenses. Atualmente, cerca de 20 Municípios possuem parcerias com a Polícia Militar para a execução do PROERD em seus territórios.

Site: <http://jtnoticias.com.br/noticia/parcerias-municipios-terao-a-oportunidade-de-contribuir-no-combate-as-drogas-e-a-violencia-entre-criancas-e-adolescentes-por-meio-do-proerd-na/13557>

Municípios do Tocantins fortalecem rede de proteção escolar com ampliação do PROERD (Cidades)

Redação do Portal do Amaral / Fotos: Divulgação

Parceria entre ATM, **TCE**, TJ, MPE, SEDUC e Polícia Militar busca ampliar o programa nas escolas e prevenir drogas e violência entre crianças e adolescentes.

Uma mobilização institucional sem precedentes busca transformar a segurança e a educação no **Tocantins**. Nesta quinta-feira (22), líderes de órgãos de controle e do Poder Executivo se reuniram na presidência do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** para formalizar uma parceria que visa universalizar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) em todos os 139 municípios do estado.

União entre Poderes

A iniciativa reúne o **Tribunal de Contas**, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Secretaria de Estado da Educação. Sob a execução da Polícia Militar, o objetivo é criar uma rede de proteção blindada contra a criminalidade infantil. O presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM) e prefeito de Cristalândia, Big Jow, destacou que a união dessas forças é o alicerce necessário para garantir a eficácia do programa no interior.

Expansão das Metas

Atualmente, apenas cerca de 20 municípios tocantinenses contam com a presença ativa do PROERD. A nova minuta do Termo de Convênio apresentada na reunião serve como um roteiro para que as prefeituras que ainda não possuem o serviço possam aderir rapidamente. O foco é elevar esse número para 100% de adesão, garantindo que nenhum estudante fique desassistido por falta de formalização jurídica.

Baixo Custo Municipal

Um dos pontos centrais da discussão foi a viabilidade financeira para as prefeituras. Big Jow enfatizou que o investimento exigido das gestões municipais é "irrisório" diante do impacto social positivo. A contrapartida financeira é mínima se comparada ao

benefício de ter policiais capacitados dentro das salas de aula, atuando diretamente na conscientização e formação de cidadãos mais resilientes e informados.

Compromisso com Jovens

O PROERD atua no cerne da prevenção, focando na informação como ferramenta de defesa para crianças e adolescentes. Ao final do encontro, o presidente da ATM assumiu o compromisso de liderar a interlocução com os prefeitos tocantinenses para apresentar os detalhes técnicos do projeto. A expectativa é que, com o apoio do **TCE** e do MPE, a implementação ocorra de forma transparente e célere em todo o território estadual.

Tags: ATM combate às drogas Educação **Tocantins**
Gestão municipal Proerd segurança escolar

ATM

combate às drogas

Educação **Tocantins**

Gestão municipal

Proerd

segurança escolar

Site: <https://portaldoamaral.com.br/municipios-do-tocantins-fortalecem-rede-de-protecao-escolar-com-ampliacao-do-proerd/>

Municípios terão a oportunidade de contribuir no combate às drogas e à violência entre crianças e adolescentes, por meio do PROERD nas escolas

O presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), prefeito de Cristalândia, Big Jow, participou nesta quinta-feira, 22, na presidência do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, de uma reunião que tratou de parceria interinstitucional que levará o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) as escolas dos Municípios tocantinenses.

Além do presidente da ATM, participaram o presidente do **TCE**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e representantes do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJ), Ministério Público do Estado (MPE) da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e da Polícia Militar do Estado o **Tocantins** (PM) - essa última responsável pela execução do PROERD nos Municípios.

Os representantes discutiram a participação de cada organização na parceria, discriminada em Minuta de Termo de Convênio, que será celebrada entre as organizações e as prefeituras que ainda não possuem convênio para a execução do PROERD nas escolas dos Municípios.

O presidente da ATM explica que a contrapartida dos Municípios será de baixo custo, quando comparada aos benefícios e resultados que se esperam com o PROERD junto às crianças e adolescentes. "Trata-se de um valor irrisório frente ao grande compromisso e trabalho que os policiais desempenharão nas escolas dos Municípios, principalmente na parte da informação e conscientização do público-alvo", disse Big Jow.

Além do presidente da ATM, participaram o presidente do **TCE**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e representantes do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJ), Ministério Público do Estado (MPE) da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e da Polícia Militar do Estado o **Tocantins** (PM) - essa última responsável pela execução do PROERD nos Municípios.

Os representantes discutiram a participação de cada organização na parceria, discriminada em Minuta de Termo de Convênio, que será celebrada entre as

organizações e as prefeituras que ainda não possuem convênio para a execução do PROERD nas escolas dos Municípios.

O presidente da ATM explica que a contrapartida dos Municípios será de baixo custo, quando comparada aos benefícios e resultados que se esperam com o PROERD junto às crianças e adolescentes. "Trata-se de um valor irrisório frente ao grande compromisso e trabalho que os policiais desempenharão nas escolas dos Municípios, principalmente na parte da informação e conscientização do público-alvo", disse Big Jow.

O presidente da ATM se comprometeu em falar com os prefeitos para apresentar o projeto, com o objetivo de conseguir 100% da adesão dos Municípios tocantinenses. Atualmente, cerca de 20 Municípios possuem parcerias com a Polícia Militar para a execução do PROERD em seus territórios.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/01/22/municipios-terao-a-oportunidade-de-contribuir-no-combate-as-drogas-e-a-violencia-entre-criancas-e-adolescentes-por-meio-do-proerd-nas-escolas/>

Em sessão especial, TCE vai celebrar 37 anos com posse do novo procurador-geral e entrega de medalhas

por Redação

O **Tribunal de Contas (TCE)** vai realizar no dia 4 de fevereiro, a sessão solene especial em comemoração aos 37 anos da Corte. O evento acontece a partir das 14 horas, no auditório Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, na sede administrativa do Tribunal, e contará com uma programação marcada por homenagens institucionais e atos solenes.

DESTAQUES DA CERIMÔNIA

Entre os destaques da cerimônia, estão a entrega do Colar do Mérito Governador Siqueira Campos, a maior honraria concedida pela Corte, e da Medalha do Mérito Funcional, além da posse do novo procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC).

RECONHECIMENTO

O Colar do Mérito Governador Siqueira Campos é destinado a pessoas ou instituições que tenham contribuído de forma relevante e notória para o desenvolvimento do Estado do **Tocantins**. Já a Medalha do Mérito Funcional reconhece servidores do Tribunal que se destacam pelo desempenho, dedicação e comprometimento com a administração pública.

PROCURADOR-GERAL

A programação inclui, ainda, a posse solene do novo procurador-geral de Contas do MPC, Marcos Antonio da Silva Modes - biênio 2026-2027, que assumiu o cargo em 1º de janeiro deste ano.

CRIAÇÃO DO **TCETO**

O **Tribunal de Contas** foi criado pela Lei Estadual nº 001/89, de 23 de janeiro de 1989. Sua instalação ocorreu em 5 de maio do mesmo ano, em Miracema do **Tocantins**, então capital provisória do Estado, após a promulgação da Lei nº 36/89, que estabeleceu as normas para o seu funcionamento imediato.

Site: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/em-sessao-especial-tce-vai-celebrar-37-anos-com-posse-do-novo->

procurador-geral-e-entrega-de-medalhas/

Parcerias: Municípios terão a oportunidade de contribuir no combate às drogas e à violência entre crianças e adolescentes, por meio do PROERD nas escolas (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

O presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), prefeito de Cristalândia, Big Jow, participou nesta quinta-feira, 22, na presidência do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, de uma reunião que tratou de parceria interinstitucional que levará o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) às escolas dos Municípios tocaninenses.

Além do presidente da ATM, participaram o presidente do **TCE**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e representantes do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJ), Ministério Público do Estado (MPE) da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e da Polícia Militar do Estado o **Tocantins** (PM) - essa última responsável pela execução do PROERD nos Municípios.

Os representantes discutiram a participação de cada organização na parceria, discriminada em Minuta de Termo de Convênio, que será celebrada entre as organizações e as prefeituras que ainda não possuem convênio para a execução do PROERD nas escolas dos Municípios.

O presidente da ATM explica que a contrapartida dos Municípios será de baixo custo, quando comparada aos benefícios e resultados que se esperam com o PROERD junto às crianças e adolescentes. "Trata-se de um valor irrisório frente ao grande compromisso e trabalho que os policiais desempenharão nas escolas dos Municípios, principalmente na parte da informação e conscientização do público-alvo", disse Big Jow.

O presidente da ATM se comprometeu em falar com os prefeitos para apresentar o projeto, com o objetivo de conseguir 100% da adesão dos Municípios tocaninenses. Atualmente, cerca de 20 Municípios possuem parcerias com a Polícia Militar para a execução do PROERD em seus territórios.

Site: <https://rr10noticias.com.br/parcerias-municipios-terao-a-oportunidade-de-contribuir-no-combate-as->

***drogas-e-a-violencia-entre-criancas-e-adolescentes-por-
meio-do-proerd-nas-escolas/***

Prazos processuais voltam a contar normalmente

Redação

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** informa que a partir desta quarta-feira, 21, chega ao fim a suspensão dos prazos processuais no âmbito da Corte de Contas.

Os prazos voltam a contar normalmente, uma vez que estavam suspensos em decorrência do recesso regimental, a exceção dos de natureza urgente que se mantiveram ativos.

A suspensão garante igualdade entre as partes e o devido processo legal aos jurisdicionados.

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/01/21/prazos-processuais-voltam-a-contar-normalmente>

TCETO celebra 37 anos com sessão especial e homenagens

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** vai realizar no dia 4 de fevereiro, quarta-feira, a Sessão Solene Especial em comemoração aos 37 anos da Corte. O evento acontece a partir das 14h, no auditório Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, na sede administrativa do Tribunal, e contará com uma programação marcada por homenagens institucionais e atos solenes.

Entre os destaques da cerimônia, estão a entrega do Colar do Mérito Governador Siqueira Campos, a maior honraria concedida pela Corte, e da Medalha do Mérito Funcional, além da posse do novo procurador-geral do Ministério Público de Contas do **Tocantins** (MPCTO).

O Colar do Mérito Governador Siqueira Campos é destinado a pessoas ou instituições que tenham contribuído de forma relevante e notória para o desenvolvimento do Estado do **Tocantins**. Já a Medalha do Mérito Funcional reconhece servidores do Tribunal que se destacam pelo desempenho, dedicação e comprometimento com a administração pública.

A programação inclui, ainda, a posse solene do novo procurador-geral de Contas do MPCTO, Marcos Antonio da Silva Modes - biênio 2026-2027, que assumiu o cargo em 1º de janeiro deste ano.

Entre os destaques da cerimônia, estão a entrega do Colar do Mérito Governador Siqueira Campos, a maior honraria concedida pela Corte, e da Medalha do Mérito Funcional, além da posse do novo procurador-geral do Ministério Público de Contas do **Tocantins** (MPCTO).

O Colar do Mérito Governador Siqueira Campos é destinado a pessoas ou instituições que tenham contribuído de forma relevante e notória para o desenvolvimento do Estado do **Tocantins**. Já a Medalha do Mérito Funcional reconhece servidores do Tribunal que se destacam pelo desempenho, dedicação e comprometimento com a administração pública.

A programação inclui, ainda, a posse solene do novo procurador-geral de Contas do MPCTO, Marcos Antonio da Silva Modes - biênio 2026-2027, que assumiu o cargo em 1º de janeiro deste ano.

Criação do **TCETO**

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** foi criado pela Lei Estadual nº 001/89, de 23 de janeiro de 1989. Sua instalação ocorreu em 5 de maio do mesmo ano, em Miracema do **Tocantins**, então capital provisória do Estado, após a promulgação da Lei nº 36/89, que estabeleceu as normas para o seu funcionamento imediato.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/01/21/tceto-celebra-37-anos-com-sessao-especial-e-homenagens/>

Prazos processuais voltam a contar normalmente a partir desta quarta-feira, 21

Prazos estavam suspensos desde dezembro de 2025 até 20 de janeiro de 2026

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** informa que a partir desta quarta-feira, 21, chega ao fim a suspensão dos prazos processuais no âmbito da Corte de Contas.

Com isso, os prazos voltam a contar normalmente, uma vez que estavam suspensos em decorrência do recesso regimental, a exceção dos de natureza urgente que se mantiveram ativos.

A suspensão garante igualdade entre as partes e o devido processo legal aos jurisdicionados.

Assessoria de Comunicação **TCE-TO**

Site: <https://www.vozdobico.com.br/principal/prazos-processuais-voltam-a-contar-normalmente-a-partir-desta-quarta-feira-21/>

Tribunal de Contas do Tocantins vai completar 37 anos com sessão especial e homenagens

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** vai realizar no dia 4 de fevereiro, quarta-feira, a Sessão Solene Especial em comemoração aos 37 anos da Corte. O evento acontece a partir das 14h, no auditório Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, na sede administrativa do Tribunal, e contará com uma programação marcada por homenagens institucionais e atos solenes.

Entre os destaques da cerimônia, estão a entrega do Colar do Mérito Governador Siqueira Campos, a maior honraria concedida pela Corte, e da Medalha do Mérito Funcional, além da posse do novo procurador-geral do Ministério Público de Contas do **Tocantins** (MPCTO).

O Colar do Mérito Governador Siqueira Campos é destinado a pessoas ou instituições que tenham contribuído de forma relevante e notória para o desenvolvimento do Estado do **Tocantins**. Já a Medalha do Mérito Funcional reconhece servidores do Tribunal que se destacam pelo desempenho, dedicação e comprometimento com a administração pública.

A programação inclui, ainda, a posse solene do novo procurador-geral de Contas do MPCTO, Marcos Antonio da Silva Modes - biênio 2026-2027, que assumiu o cargo em 1º de janeiro deste ano.

Criação do **TCETO**

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** foi criado pela Lei Estadual nº 001/89, de 23 de janeiro de 1989. Sua instalação ocorreu em 5 de maio do mesmo ano, em Miracema do **Tocantins**, então capital provisória do Estado, após a promulgação da Lei nº 36/89, que estabeleceu as normas para o seu funcionamento imediato.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/tribunal-de-contas-do-tocantins-vai-completar-37-anos-com-sessao-especial-e-homenagens/>

Prazos processuais voltam a contar normalmente a partir desta quarta-feira, 21

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** informa que a partir desta quarta-feira, 21, chega ao fim a suspensão dos prazos processuais no âmbito da Corte de Contas.

Com isso, os prazos voltam a contar normalmente, uma vez que estavam suspensos em decorrência do recesso regimental, a exceção dos de natureza urgente que se mantiveram ativos.

A suspensão garante igualdade entre as partes e o devido processo legal aos jurisdicionados.

Site: <https://www.grifon.com.br/noticias/prazos-processuais-voltam-a-contar-normalmente-a-partir-desta-quarta-feira--21-204391>

Prazos processuais do TCE/TO são retomados nesta quarta, 21; órgão celebrará 37 anos

Da Redação e TCE/TO

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** informa que a partir desta quarta-feira, 21, chega ao fim a suspensão dos prazos processuais no âmbito da Corte de Contas. Com isso, os prazos voltam a contar normalmente, uma vez que estavam suspensos em decorrência do recesso regimental, a exceção dos de natureza urgente que se mantiveram ativos. A suspensão garante igualdade entre as partes e o devido processo legal aos jurisdicionados.

O **TCE-TO** informa também que no dia 4 de fevereiro realizará, às 14 horas, no auditório Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, na sede administrativa do órgão, sessão especial para comemorar os 37 da Corte. A programação será marcada por homenagens institucionais e atos solenes, com destaque para a entrega do Colar do Mérito Governador Siqueira Campos, a maior honraria concedida pela Corte, e da Medalha do Mérito Funcional, além da posse do novo procurador-geral do Ministério Público de Contas do **Tocantins (MPCTO)**. Marcos Antonio da Silva Modes - biênio 2026-2027, que assumiu o cargo em 1º de janeiro deste ano.

Site: <https://t1noticias.com.br/curtas/prazos-processuais-do-tceto-sao-retomados-nesta-quarta-21-orgao-celebrara-37-anos/139799/>

Prazos processuais voltam a contar normalmente a partir desta quarta-feira, 21

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** informa que a partir desta quarta-feira, 21, chega ao fim a suspensão dos prazos processuais no âmbito da Corte de Contas.

Com isso, os prazos voltam a contar normalmente, uma vez que estavam suspensos em decorrência do recesso regimental, a exceção dos de natureza urgente que se mantiveram ativos.

A suspensão garante igualdade entre as partes e o devido processo legal aos jurisdicionados.

Site:

<https://www.nortedotocantins.com.br/01/2026/prazos-processuais-voltam-a-contar-normalmente-a-partir-desta-quarta-feira-21/>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

Por: Redação Osasco

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução

orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Site: <https://www.oeste360.com/noticia/302868/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a

rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Site: <https://diganoticias.com.br/noticia/169035/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a

rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Site:

<https://portalbrasilnews.com.br/noticia/170812/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

Por: Redação

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução

orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Site: <https://olhardinamico.com/noticia/166918/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a

rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Site: <https://awtvnews.com.br/noticia/217729/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a

rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Sítio:

<https://boletimpolitico.com.br/noticia/71002/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a

rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Site:

<https://valeuraguaianoticias.com.br/noticia/7138/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

Por: Redação | Tribuna do Povo

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução

orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Sítio:

<https://www.tribunadopovo.com.br/noticia/93270/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a

rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/104488/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

Por: Redação

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução

orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Sítio:

<https://agenciaenfoque.com.br/noticia/12021/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos (Geral)

Por: Redação

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução

orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Site: <https://buritinoticias.com.br/noticia/49896/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a

rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Site:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/43665/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos (Geral)

Por: Redação

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução

orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Site: <https://cntocantins.com.br/noticia/37138/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos (Geral)

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a

rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Sítio:

<https://reportertocantins.com.br/noticia/28968/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

Por: Ribamar Rocha

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução

orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Sítio:

<https://panoramicanews.com/noticia/214422/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

por Camila Mitye/Governo do Tocantins

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução

orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Site: <http://www.to.gov.br/noticias/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos/144n6viyocd7>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a

rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Site:

<https://arenadenoticias.com.br/noticia/141686/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

Governo do Tocantins avança na padronização e na integração dos processos administrativos e contratos (Tocantins)

Carlla Morena

O Governo do **Tocantins** iniciou o processo de padronização e integração da numeração de processos administrativos e contratos do Poder Executivo Estadual. A implementação começou com treinamento conduzido pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), realizado nesta terça-feira, 20, no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do **Tocantins** (Igeprev), com programação até a quarta-feira, 21, reunindo servidores e gestores que atuam diretamente com contratos, contabilidade e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Estado.

A abertura do treinamento foi conduzida pelo secretário de Estado da Administração, Paulo César Benfica Filho, que destacou a importância da iniciativa como um passo concreto na organização dos fluxos internos e na modernização da gestão pública. A ação marca o início da fase prática de implementação da Instrução Normativa Conjunta nº 3/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 6 de janeiro e elaborada pela Secretaria de Estado da Administração (Secad), pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em atendimento a uma recomendação do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**.

Durante a abertura, o secretário explicou que a mudança traz mais clareza e segurança para quem atua na ponta dos processos. "A partir de agora, todo contrato de fornecedor passa a ter uma identidade nos sistemas do Estado. É um número único, que acompanha o contrato do começo ao fim. Isso reduz falhas, evita confusão e permite que o gestor enxergue o processo inteiro, de ponta a ponta", afirmou.

Padronização

Com a padronização, os contratos passam a seguir um fluxo único e obrigatório, com proeminente integração entre o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe-TO) e o Sistema de Gestão Documental (SGD). A integração garantirá o alinhamento das informações desde a formalização do contrato até a execução

orçamentária e financeira; reduzirá divergências de dados; evitará retrabalho; e fortalecerá a rastreabilidade dos processos administrativos e financeiros.

O treinamento tem como foco orientar e apoiar os servidores responsáveis pela condução e registro dos processos contratuais, reforçando a importância do cumprimento do fluxo definido e da correta alimentação dos sistemas. A iniciativa integra a agenda de modernização da gestão pública e evidencia o papel da Secad na coordenação, na organização e na padronização dos processos administrativos do Estado, contribuindo para o fortalecimento da governança e da eficiência da administração pública.

Participaram da abertura, representando a CGE, o superintendente de Gestão e de Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; e a Sefaz, a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva. Também contribuíram para a realização da qualificação os superintendentes da Secretaria de Estado da Administração (Secad), Cleomar Arruda Silva, da Superintendência de Administração e Finanças; e Thomas Thiago Calil, da Superintendência de Transformação Digital e Sistemas da Administração.

Sítio:

<https://vidaeharmonia.com.br/noticia/46175/governo-do-tocantins-avanca-na-padronizacao-e-na-integracao-dos-processos-administrativos-e-contratos>

MPF investiga desvio de verba federal para show

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à Prefeitura de Axixá do **Tocantins** não utilizar recursos de emendas Pix para custear shows artísticos. A recomendação ocorreu após irregularidades apontarem que a contratação de uma dupla sertaneja, no valor de R\$ 1,1 milhão, teria parte do montante custeado com verbas federais destinadas a obras de infraestrutura.

Conforme o MPF, as irregularidades na condução e no valor da licitação foram identificadas pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, quando o município cancelou a apresentação que seria, em parte, custeada com verbas federais oriundas de emendas Pix.

O município havia alegado que os recursos que seriam utilizados para o pagamento dos artistas, incluindo os valores das emendas parlamentares, eram de uso vinculado e exclusivo para o setor artístico, não podendo ser aplicados em saúde ou educação, conforme o MPF.

O órgão ministerial informou que as verbas foram recebidas entre 2020 e 2025 e seriam destinadas apenas ao recapeamento de ruas e à manutenção de estradas locais de Axixá, conforme os planos de trabalho registrados pela própria gestão municipal no portal TransfereGov.br.

A reportagem solicitou posicionamento à prefeitura de Axixá, mas não houve retomo até o fechamento desta edição.

USO EQUIVOCADO

Devido a isso, o Ministério considerou que a compreensão da gestão municipal sobre o uso dos recursos está equivocada. A utilização de verbas destinadas à manutenção de estradas para custear shows ou outras apresentações artísticas fere a transparência e a legalidade da execução orçamentária.

O MPF explica que a finalidade da utilização do recurso deve estar alinhada com o que foi indicado pelo parlamentar federal e registrado pelo próprio beneficiário, no plano de trabalho. A recomendação fixa um prazo de resposta de dez dias úteis, após recebimento.

Site: <https://daqui.opopular.com.br/digital/20-janeiro-2026/daqui-to>

Não pode me comprar , diz Laurez ao rechaçar renúncia para viabilizar projeto de Wanderlei

Notícias do **Tocantins** - A recusa do vice-governador Laurez Moreira (PSD) a uma suposta proposta que teria sido apresentada por aliados do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) é apontada, nos bastidores, como um dos fatores que contribuíram para o mais recente embate público entre os dois e o despejo do gabinete no Palácio Araguaia. O episódio teria atingido diretamente a principal estratégia política de Wanderlei para viabilizar uma eventual candidatura ao Senado em 2026.

De acordo com relatos de bastidores do governo, a proposta envolvia a indicação de Laurez para o cargo de conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**. Em contrapartida, o vice-governador renunciaria ao mandato, permitindo que Wanderlei também deixasse o cargo para disputar o Senado tranquilamente. Laurez, no entanto, teria rejeitado de forma categórica a articulação e reafirmado que seu projeto político permanece sendo disputar o governo do **Tocantins**.

Antes mesmo do afastamento determinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o governador Wanderlei já articulava uma frente política para 2026, tendo o presidente da Assembleia Legislativa, Amélio Cayres (Republicanos), como pré-candidato ao governo. Apesar disso, ele já declarou publicamente por várias vezes que cumprirá o mandato até o fim, porém, aliados reconhecem, em conversas reservadas, que a hipótese de uma candidatura ao Senado sempre foi considerada.

A estratégia da chamada "dupla renúncia" seria semelhante à ocorrida em 2014, com as renúncias de Siqueira Campos e João Oliveira, governador e vice, respectivamente. A saída simultânea de Wanderlei e Laurez beneficiaria Amélio Cayres, que assumiria interinamente o comando do Palácio Araguaia e, com a máquina administrativa nas mãos, sairia fortalecido tanto para uma eventual eleição indireta quanto para a disputa regular de outubro.

Com o retorno de Wanderlei ao cargo, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o governo passou por uma ampla reorganização administrativa e por um redesenho do tabuleiro político, já com foco nas

eleições de 2026. Foi nesse contexto que, segundo fontes próximas ao Palácio Araguaia, aliados do governador voltaram a procurar Laurez, reapresentando a possibilidade de uma vaga no **Tribunal de Contas do Estado** como tentativa de distensionar o ambiente interno e viabilizar a estratégia eleitoral. A nova recusa do vice-governador teria aprofundado ainda mais o desgaste, que acabou extrapolando os bastidores.

A crise ganhou contornos públicos com trocas diretas de acusações. Wanderlei passou a atribuir a Laurez falta de lealdade política, enquanto o vice reagiu de forma contundente. Questionado sobre se a recusa teria contribuído para o agravamento da crise e para o enfraquecimento do projeto de Wanderlei ao Senado, Laurez respondeu de forma direta: "Ele viu que não pode me comprar". Em outra declaração, afirmou que os ataques que vem sofrendo seriam motivados "por vaidades, por interesses pessoais ou outros interesses, que tentam me transformar em algo que eu nunca fui".

Leia também:

Novo cenário

Paralelamente, o cenário político sofreu uma inflexão com a aproximação de Wanderlei ao grupo da senadora Dorinha Seabra (União Brasil), pré-candidata ao governo. O movimento acabou por colocar em segundo plano a construção em torno da candidatura de Amélio Cayres, alterando o desenho originalmente trabalhado pelo núcleo político do governador.

Wanderlei sem cargo após 37 anos

Ao decidir levar o mandato até o fim, Wanderlei ficará, pela primeira vez em 37 anos de vida pública, sem mandato eletivo. Sua trajetória inclui mandatos como vereador em Porto Nacional e **Palmas**, dois mandatos como deputado estadual, a vice-governadoria e a eleição ao governo em 2022.

Reflexos na família Barbosa

A permanência no Palácio Araguaia também impõe

restrições políticas à família Barbosa. Pela legislação eleitoral, a continuidade de Wanderlei no cargo impede que a esposa, a primeira-dama afastada Karynne Sotero, e o filho Rérison Antônio Castro Leite disputem cargos em 2026. Apenas o deputado estadual Léo Barbosa poderia concorrer, restrito à reeleição.

Site: <https://afnoticias.com.br/blog-do-arnaldo-filho/a-recusa-de-laurez-que-melou-as-intencoes-de-wanderlei-de-concorrer-ao-senado>

MPF faz recomendação a prefeito que pagaria show sertanejo com emendas

Samara Schwingel

Após a Prefeitura de Axixá, no **Tocantins**, utilizar emendas parlamentares via "pix" para custear o show da dupla Bruno e Marrone, o Ministério Público Federal (MPF) expediu uma recomendação ao município. Segundo o documento, "nenhum dos planos de trabalho das emendas parlamentares individuais recebidas pelo Município de Axixá do **Tocantins**, do orçamento do ano corrente, destina-se ao custeio de shows ou espetáculos públicos". O evento, que ocorreria em março deste ano, foi cancelado.

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** apontou irregularidades relacionadas à condução e ao valor da contratação. O município cancelou a apresentação da dupla sertaneja.

Segundo as apurações do órgão, o contrato de R\$ 1,1 milhão seria pago, em parte, com verbas federais oriundas de emendas pix, recebidas entre 2020 e 2025 e destinadas especificamente a obras de infraestrutura.

Em 9 de janeiro, o MPF expediu a recomendação ao município por entender que "há risco de que recursos federais, provenientes emendas parlamentares individuais ("Emendas Pix") poderão ser indevidamente utilizadas" pela administração local.

O MPF ainda deu 10 dias para o município informar "se atenderá ou não esta recomendação, apresentando, em qualquer hipótese de negativa, os respectivos fundamentos".

Site: <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/mpf-faz-recomendacao-a-prefeito-que-pagaria-show-sertanejo-com-emendas>

Orçamento do Tocantins para 2026 é sancionado com aumento de recursos.

Por: Redação

O orçamento do Governo do **Tocantins** para o exercício de 2026 foi sancionado, com previsão total de R\$ 19,58 bilhões em receitas e despesas. A matéria destaca que os valores estão previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, documentos que foram publicados no Diário Oficial do Estado nesta quarta-feira, dia 14.

Na sequência, o conteúdo aponta que o orçamento de 2026 representa um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em comparação com o exercício de 2025, o que corresponde a um aumento de 12,6%. Do total previsto, R\$ 11,97 bilhões serão destinados ao Orçamento Fiscal, enquanto R\$ 7,61 bilhões irão para o Orçamento da Seguridade Social, responsável pelo financiamento de áreas como saúde, assistência social e previdência.

A matéria também detalha a distribuição dos recursos entre os Poderes e órgãos autônomos do Estado. A maior parcela ficará com o Poder Executivo, que contará com R\$ 9,54 bilhões. Já o Poder Judiciário terá R\$ 899,3 milhões, a Assembleia Legislativa receberá R\$ 449 milhões, o **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** contará com R\$ 265,1 milhões, o Ministério Público Estadual terá R\$ 366,9 milhões e a Defensoria Pública do Estado (DPE/TO) ficará com R\$ 248,7 milhões.

Por fim, o texto destaca as áreas que concentram os maiores volumes de investimentos no orçamento de 2026. A Saúde lidera a destinação de recursos, com R\$ 3,3 bilhões, atendendo ao mínimo constitucional. A Educação aparece em seguida, com R\$ 2,7 bilhões, enquanto a Segurança Pública contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e outros órgãos ligados à área de justiça e segurança.

De acordo com o governo estadual, o orçamento de 2026 foi elaborado levando em consideração o último ano da atual gestão e prioriza a continuidade dos investimentos em áreas estruturantes, além da manutenção dos serviços públicos. A matéria informa que o planejamento financeiro também contempla ações voltadas à infraestrutura, com destaque para melhorias na malha rodoviária estadual e a execução

de obras de ligação regional.

Na sequência, o conteúdo traz a manifestação do secretário de Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, que explicou que a sanção da Lei Orçamentária Anual encerra o processo legal de definição do orçamento e viabiliza a execução regular das despesas ao longo do ano. Segundo ele, o instrumento garante previsibilidade à gestão financeira do Estado e às políticas públicas previstas para 2026.

A projeção de crescimento da receita está associada ao desempenho da economia estadual. O aumento da arrecadação própria, das transferências correntes e das operações de crédito são citados como fatores que contribuíram para a ampliação do orçamento em relação ao exercício anterior.

Da redação P V Notícias

Site:

<https://pontoevirgulanoticias.com/noticia/32285/orcamento-do-tocantins-para-2026-e-sancionado-com-aumento-de-recursos>

TCE apura possíveis fraudes em contratação feita por prefeitura do TO

Uma investigação conduzida pelo Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) sobre a contratação de mão de obra de serviços gerais pela Prefeitura de Presidente Kennedy resultou na instauração de uma representação pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCE/TO). A medida tem como objetivo apurar possíveis irregularidades na execução contratual e na fiscalização dos pagamentos realizados pelo município. A decisão foi publicada no Boletim Oficial do **TCE** na sexta-feira, 16.

INQUÉRITO CIVIL DESDE 2024

A apuração teve início em 2024, com a instauração do Inquérito Civil Público nº 2024.0012725 pelo MPTO. O procedimento investiga a contratação da microempresária individual Bruna Vieira de Souza, inscrita no CNPJ 50.031.710/0001-57, realizada por meio do Pregão Presencial nº 03/2023 e da Ata de Registro de Preços nº 088/2023, cujo objeto era o fornecimento de mão de obra de serviços gerais ao município.

Em janeiro de 2025, ainda no curso das investigações, o Ministério Público encaminhou pedido formal ao **Tribunal de Contas** solicitando auditoria no procedimento licitatório, bem como nos empenhos e pagamentos efetuados entre abril e outubro de 2023. Nesse período, conforme levantamento do próprio **TCE**, foram pagos R\$ 145.875,25 à empresa contratada.

INDÍCIOS DE FRAUDE E VÍNCULOS FAMILIARES

No ofício enviado ao **TCE**, o MPTO apontou fortes indícios de fraude, pagamentos sem a correspondente prestação dos serviços e possíveis conflitos de interesse. Conforme o órgão ministerial, a contratada seria filha do secretário municipal de Agricultura e prima em segundo grau da esposa do prefeito.

O Ministério Público também destacou que a empresa foi constituída em 22 de março de 2023, após a abertura da licitação, ocorrida em 13 de março do mesmo ano. Ainda segundo o MP, a empresa foi a única participante e vencedora do certame.

Entre outras inconsistências, o órgão apontou que a empresa não teria assinado a ata do pregão nem outros documentos correlatos, encerrou suas

atividades menos de um ano após a constituição, com baixa na Receita Federal em 22 de março de 2024, e emitiu notas fiscais em sequência numérica entre 4 de abril e 20 de outubro de 2023. Os pagamentos teriam sido realizados por meio de cheques nominais, prática considerada atípica na administração pública.

ANÁLISE TÉCNICA DO **TCE**

Com base nas informações apresentadas, o **Tribunal de Contas** instaurou o expediente nº 2826/2025 e determinou a atuação da 1ª Diretoria de Controle Externo. A análise técnica identificou inconsistências nos registros de fiscalização da execução do contrato e divergências entre os serviços pagos e a documentação apresentada pela Prefeitura de Presidente Kennedy.

O prefeito João Batista Cavalcante (PP) e a fiscal do contrato, Alanna Barros Vieira, apresentaram defesa conjunta, na qual sustentaram a regularidade do pregão e afirmaram que os serviços foram devidamente executados. As justificativas foram analisadas pela área técnica do Tribunal.

Na Análise de Defesa nº 110/2025, a unidade técnica concluiu que os argumentos apresentados não afastaram os apontamentos iniciais. O relatório destacou a ausência de comprovação objetiva da execução dos serviços, fragilidades nos relatórios de fiscalização e inconsistências entre documentos administrativos e informações prestadas no âmbito do inquérito ministerial.

NOVA DEFESA

Diante do entendimento técnico, o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** determinou a conversão do expediente em representação, fase que possibilita a responsabilização formal de agentes públicos. Também foi determinada a citação do prefeito municipal e da fiscal do contrato para apresentação de nova defesa no prazo de 15 dias úteis.

Eleito em 2020 e reeleito em 2024, o prefeito de Presidente Kennedy atualmente é filiado ao partido Progressistas.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/tce->

***apura-possiveis-fraudes-em-contratacao-feita-por-
prefeitura-do-to/138155/***

Suspeita de fraude, vínculo familiar e pagamentos de quase R\$ 150 mil levam MP e TCE a apurar contrato em Presidente Kennedy

Samir Leão

Uma investigação do Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) sobre a contratação de mão de obra de serviços gerais pela Prefeitura de Presidente Kennedy levou o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** a instaurar uma representação para apurar possíveis irregularidades na execução contratual e na fiscalização dos pagamentos. A decisão foi publicada no Boletim Oficial do **TCE** nesta sexta-feira, 16.

A apuração teve início em 2024, quando o MPTO instaurou o Inquérito Civil Público nº 2024.0012725 para investigar a contratação da microempresária individual Bruna Vieira de Souza, inscrita no CNPJ 50.031.710/0001-57, no âmbito do Pregão Presencial nº 03/2023 e da Ata de Registro de Preços nº 088/2023. O contrato previa o fornecimento de mão de obra de serviços gerais ao município.

No pedido encaminhado ao **Tribunal de Contas**, em janeiro de 2025, ainda no início das apurações, o Ministério Público solicitou auditoria sobre o procedimento licitatório e sobre empenhos e pagamentos realizados entre abril e outubro de 2023, período no qual, segundo dados levantados pelo **TCE**, foram pagos R\$ 145.875,25 à empresa contratada.

O ofício do MP apontou fortes indícios de fraude e pagamentos sem a correspondente prestação dos serviços, além de destacar que a contratada seria filha do secretário municipal de Agricultura e prima em segundo grau da esposa do prefeito. O órgão também registra que a empresa foi constituída em 22 de março de 2023, após a abertura da licitação, ocorrida em 13 de março, sendo a única participante e vencedora do certame.

Ainda de acordo com o Ministério Público, a empresa não teria assinado a ata do pregão ou outros documentos correlatos, encerrou suas atividades menos de um ano após a constituição, com baixa na Receita Federal em 22 de março de 2024, e emitiu notas fiscais em sequência numérica entre 4 de abril e

20 de outubro de 2023. O MP também apontou que os pagamentos foram realizados por meio de cheques nominais, forma considerada atípica na administração pública.

Apuração no **TCE**

A partir dessas informações, o **Tribunal de Contas** instaurou o expediente nº 2826/2025 e determinou a atuação da 1ª Diretoria de Controle Externo, que identificou inconsistências nos registros de fiscalização da execução contratual e divergências entre os serviços pagos e a documentação apresentada pelo município.

O prefeito de Presidente Kennedy, João Batista Cavalcante (PP), e a fiscal do contrato, Alanna Barros Vieira, apresentaram defesa conjunta, na qual sustentaram a regularidade do pregão e afirmaram que os serviços foram executados. As justificativas foram analisadas pela área técnica do Tribunal.

Na Análise de Defesa nº 110/2025, a unidade técnica concluiu que as explicações não afastaram os apontamentos iniciais, destacando a ausência de comprovação objetiva da execução dos serviços, fragilidades nos relatórios de fiscalização e inconsistências entre documentos administrativos e informações prestadas no âmbito do inquérito ministerial.

Com base nesse entendimento, o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** determinou a conversão do expediente em representação, etapa que permite a responsabilização formal de agentes públicos, e ordenou a citação do prefeito municipal e da fiscal do contrato para apresentação de nova defesa no prazo de 15 dias úteis.

Eleito em 2020 e reeleito em 2024, o prefeito de Presidente Kennedy atualmente é filiado ao Progressistas.

Posição

A reportagem do Jornal Opção **Tocantins** procurou a prefeito da cidade e aguarda posição para atualização da matéria.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/cidades/suspeita-de-fraude-vinculo-familiar-e-pagamentos-de-quase-r-150-mil-levam-mp-e-tce-a-apurar-contrato-em-presidente-kennedy-578731/>

Suspeita de fraude em contratação de serviços em Presidente Kennedy leva Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado a investigar contratos

Vínculos familiares e pagamentos de quase R\$ 150 mil levantam bandeiras vermelhas em apuração sobre execução e fiscalização de contrato pela Prefeitura local.

Uma investigação liderada pelo Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) acerca da contratação de serviços gerais pela Prefeitura de Presidente Kennedy resultou na abertura de um procedimento pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**. A ação visa apurar potenciais irregularidades na execução e fiscalização de um contrato que envolve pagamentos que somam quase R\$ 150 mil, realizados entre abril e outubro de 2023.

O inquérito teve início ainda em janeiro de 2024, quando o MPTO instaurou o Inquérito Civil Público nº 2024.0012725 para examinar a contratação da microempresária Bruna Vieira de Souza, CNPJ 50.031.710/0001-57. Esta contratação foi feita através do Pregão Presencial nº 03/2023 e da Ata de Registro de Preços nº 088/2023, com o objetivo de fornecer mão de obra de serviços gerais ao município.

Segundo informações exigidas pelo **TCE**, a empresa contratada recebeu R\$ 145.875,25 durante o período em análise. O MP solicitou uma auditoria no procedimento licitatório e nos pagamentos efetuados, levantando indícios de fraudes e a possibilidade de pagamentos realizados sem a devida prestação de serviços.

Um dos pontos que mais chama a atenção na investigação é o vínculo familiar da contratada. De acordo com o ofício do MP, Bruna é filha do secretário municipal de Agricultura e prima em segundo grau da esposa do prefeito. Tal relação suscita preocupações sobre a legalidade e a transparência da contratação. Além disso, a empresa foi registrada apenas um dia após a abertura da licitação e foi a única participante a vencer o certame, o que levanta ainda mais dúvidas sobre a idoneidade do processo.

Outros detalhes que emergiram durante a investigação

incluem a falta de assinatura da ata do pregão pela contratada e o encerramento das atividades da empresa menos de um ano após sua constituição, sendo baixa na Receita Federal registrada em março de 2024. Os pagamentos foram realizados via cheques nominais, um método incomum e considerado questionável em plena era da modernização da administração pública.

O próprio **TCE**, com base nas informações apresentadas pelo MP, determinou a instauração do expediente nº 2826/2025, iniciando uma análise das inconsistências nos registros de fiscalização e apontando divergências entre os serviços pagos e as documentações fornecidas pelo município.

Em resposta às acusações, o prefeito João Batista Cavalcante (PP) e a responsável pela fiscalização do contrato, Alanna Barros Vieira, apresentaram uma defesa conjunta. Eles alegaram a regularidade do pregão e a execução dos serviços, justificativas que, ao serem analisadas pela equipe técnica do **TCE**, não conseguiram sanar os apontamentos da investigação. A ausência de comprovações objetivas e as fragilidades nos relatos de fiscalização foram elementos criticados na Análise de Defesa nº 110/2025.

Diante da situação, o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** decidiu converter o expediente em representação, permitindo a responsabilização formal dos agentes públicos envolvidos. O prefeito e a fiscal do contrato foram notificados para apresentarem uma nova defesa num prazo de 15 dias úteis.

Com João Batista sendo reeleito nas eleições de 2024, a situação permanece sob atento escrutínio, enquanto os órgãos públicos aguardam mais esclarecimentos sobre a legalidade da contratação.

A reportagem tentou contato com o prefeito para obter um posicionamento sobre as investigações em andamento, mas não obteve resposta e aguarda retorno para atualizar as informações a respeito do

caso.

Site:

<https://radartocantinense.com.br/2026/01/17/suspeita-de-fraude-em-contratacao-de-servicos-em-presidente-kennedy-leva-ministerio-publico-e-o-tribunal-de-contas-do-estado-a-investigar-contratos/>

MPF recomenda que Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos

Autor(a): Redação

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação à prefeitura de Axixá do **Tocantins** (TO) para que não utilize recursos de emendas parlamentares individuais - as chamadas emendas pix - para o custeio de atividades que não estejam nos planos de trabalho registrados no TransfereGov.br.

Após atuação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, que apontou irregularidades relacionadas à condução e ao valor da licitação, o município cancelou a apresentação de uma dupla sertaneja contratada por R\$1,1 milhão, que seria em parte custeada com verbas federais oriundas de emendas pix, recebidas entre 2020 e 2025 e destinadas especificamente a obras de infraestrutura.

O município, previamente ao cancelamento, havia alegado que os recursos que seriam utilizados para o pagamento dos artistas, incluindo os valores das emendas parlamentares, eram de uso vinculado e exclusivo para o setor artístico, não podendo ser aplicados em saúde ou educação. No entanto, a investigação do MPF constatou que todas as emendas recebidas pelo município no período de 2020 a 2025 tinham como destino o recapeamento de ruas e a manutenção de estradas locais, conforme os planos de trabalho registrados pela própria gestão municipal no portal TransfereGov.br.

Nesse contexto, o MPF considera que a compreensão da gestão municipal sobre o uso dos recursos está equivocada. Na recomendação, o órgão explica ao município que utilizar verbas destinadas à manutenção de estradas para custear show de alto valor ou outras apresentações artísticas fere a transparência e a legalidade da execução orçamentária. A finalidade da utilização do recurso deve estar alinhada com o que foi indicado pelo parlamentar federal e registrado pelo próprio beneficiário, neste caso o município, no plano de trabalho.

Atuação preventiva - Embora o **TCE/TO** tenha suspenso o contrato e o município tenha posteriormente cancelado a licitação, o MPF decidiu expedir a recomendação para evitar que novos

recursos federais sejam utilizados de forma indevida no futuro. O MPF ressalta que o uso de emendas parlamentares em desconformidade com os planos de trabalho sujeita o município e os gestores envolvidos a responsabilidades nas esferas civil, criminal e administrativa.

A recomendação fixa um prazo de resposta de dez dias úteis, após o recebimento. O MPF seguirá acompanhando a execução das emendas destinadas ao município para garantir que o dinheiro público seja aplicado rigorosamente nas áreas para as quais foi aprovado.

Site: <https://agora-to.com.br/mpf-recomenda-que-axixa-do-tocantins-nao-utilize-emendas-pix-para-custear-shows-artisticos/>

MPF recomenda que Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos - Procuradoria da República no Tocantins

Marcio Vilhena

Patrimônio Público

16 de Janeiro de 2026 às 12h50

Município cancelou contratação de dupla sertaneja por R\$ 1,1 milhão, que previa uso de verbas federais destinadas a obras de infraestrutura

Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação à prefeitura de Axixá do **Tocantins** (TO) para que não utilize recursos de emendas parlamentares individuais - as chamadas emendas pix - para o custeio de atividades que não estejam nos planos de trabalho registrados no TransfereGov.br.

Após atuação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, que apontou irregularidades relacionadas à condução e ao valor da licitação, o município cancelou a apresentação de uma dupla sertaneja contratada por R\$1,1 milhão, que seria em parte custeada com verbas federais oriundas de emendas pix, recebidas entre 2020 e 2025 e destinadas especificamente a obras de infraestrutura.

O município, previamente ao cancelamento, havia alegado que os recursos que seriam utilizados para o pagamento dos artistas, incluindo os valores das emendas parlamentares, eram de uso vinculado e exclusivo para o setor artístico, não podendo ser aplicados em saúde ou educação. No entanto, a investigação do MPF constatou que todas as emendas recebidas pelo município no período de 2020 a 2025 tinham como destino o recapeamento de ruas e a manutenção de estradas locais, conforme os planos de trabalho registrados pela própria gestão municipal no portal TransfereGov.br.

Nesse contexto, o MPF considera que a compreensão

da gestão municipal sobre o uso dos recursos está equivocada. Na recomendação, o órgão explica ao município que utilizar verbas destinadas à manutenção de estradas para custear show de alto valor ou outras apresentações artísticas fere a transparência e a legalidade da execução orçamentária. A finalidade da utilização do recurso deve estar alinhada com o que foi indicado pelo parlamentar federal e registrado pelo próprio beneficiário, neste caso o município, no plano de trabalho.

Atuação preventiva - Embora o **TCE/TO** tenha suspenso o contrato e o município tenha posteriormente cancelado a licitação, o MPF decidiu expedir a recomendação para evitar que novos recursos federais sejam utilizados de forma indevida no futuro. O MPF ressalta que o uso de emendas parlamentares em desconformidade com os planos de trabalho sujeita o município e os gestores envolvidos a responsabilidades nas esferas civil, criminal e administrativa.

A recomendação fixa um prazo de resposta de dez dias úteis, após o recebimento. O MPF seguirá acompanhando a execução das emendas destinadas ao município para garantir que o dinheiro público seja aplicado rigorosamente nas áreas para as quais foi aprovado.

Recomendação

Assessoria de Comunicação Social

Procuradoria da República no **Tocantins**

(63) 3219-7231 | 99247-8714 prto-ascom@mpf.mp.br |
Twitter: @mpf_to

<https://saj.mpf.mp.br/>

Fonte MPF

Faça login para deixar um comentário

Site: <https://direitodescomplicado.com/mpf-recomenda-que-axixa-do-tocantins-nao-utilize-emendas-pix-para-custear-shows-artisticos-procuradoria-da-republica-no-tocantins/>

MPF recomenda que prefeitura de Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação à prefeitura de Axixá do **Tocantins** (TO) para que não utilize recursos de emendas parlamentares individuais - as chamadas emendas pix - para o custeio de atividades que não estejam nos planos de trabalho registrados no TransfereGov.br.

Após atuação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, que apontou irregularidades relacionadas à condução e ao valor da licitação, o município cancelou a apresentação de uma dupla sertaneja contratada por R\$1,1 milhão, que seria em parte custeada com verbas federais oriundas de emendas pix, recebidas entre 2020 e 2025 e destinadas especificamente a obras de infraestrutura.

O município, previamente ao cancelamento, havia alegado que os recursos que seriam utilizados para o pagamento dos artistas, incluindo os valores das emendas parlamentares, eram de uso vinculado e exclusivo para o setor artístico, não podendo ser aplicados em saúde ou educação. No entanto, a investigação do MPF constatou que todas as emendas recebidas pelo município no período de 2020 a 2025 tinham como destino o recapeamento de ruas e a manutenção de estradas locais, conforme os planos de trabalho registrados pela própria gestão municipal no portal TransfereGov.br.

Nesse contexto, o MPF considera que a compreensão da gestão municipal sobre o uso dos recursos está equivocada. Na recomendação, o órgão explica ao município que utilizar verbas destinadas à manutenção de estradas para custear show de alto valor ou outras apresentações artísticas fere a transparência e a legalidade da execução orçamentária. A finalidade da utilização do recurso deve estar alinhada com o que foi indicado pelo parlamentar federal e registrado pelo próprio beneficiário, neste caso o município, no plano de trabalho.

Atuação preventiva - Embora o **TCE/TO** tenha suspenso o contrato e o município tenha posteriormente cancelado a licitação, o MPF decidiu expedir a recomendação para evitar que novos recursos federais sejam utilizados de forma indevida no futuro. O MPF ressalta que o uso de emendas

parlamentares em desconformidade com os planos de trabalho sujeita o município e os gestores envolvidos a responsabilidades nas esferas civil, criminal e administrativa.

A recomendação fixa um prazo de resposta de dez dias úteis, após o recebimento. O MPF seguirá acompanhando a execução das emendas destinadas ao município para garantir que o dinheiro público seja aplicado rigorosamente nas áreas para as quais foi aprovado.

Site: <https://ocoletivo.com.br/mpf-recomenda-que-axixa-do-tocantins-nao-utilize-emendas-pix-para-custear-shows-artisticos/>

MPF adverte prefeito após tentativa de bancar show milionário com emendas pix

Após a repercussão da contratação milionária de um show sertanejo em Axixá do **Tocantins**, o Ministério Público Federal (MPF) acionou formalmente o prefeito Auri-Wulange Ribeiro para impedir o uso de recursos de emendas parlamentares individuais - conhecidas como emendas pix - fora das finalidades previstas nos planos de trabalho registrados no sistema TransfereGov.br.

A recomendação foi expedida após a polêmica envolvendo a contratação da dupla Bruno Marrone, ao custo de R\$ 1,1 milhão, contrato que acabou suspenso pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** e posteriormente cancelado pelo próprio município.

TCE APONTOU IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO

A contratação do show foi alvo de determinação do **TCE-TO**, que identificou indícios de irregularidades tanto no processo quanto no valor do cachê artístico. Diante da decisão do órgão de controle, o município optou pelo cancelamento do contrato.

O episódio ganhou ainda mais repercussão por envolver recursos federais provenientes de emendas parlamentares recebidas pelo município entre os anos de 2020 e 2025.

EMENDAS TINHAM DESTINAÇÃO PARA INFRAESTRUTURA

De acordo com o MPF, parte dos recursos que seriam utilizados para custear o cachê artístico tinha destinação específica para obras de infraestrutura, como recapeamento de vias urbanas e manutenção de estradas locais. Essa finalidade consta nos próprios planos de trabalho elaborados pela Prefeitura de Axixá e devidamente registrados no TransfereGov.br.

Antes do cancelamento do contrato, a gestão municipal sustentou que os valores disponíveis para o evento cultural não poderiam ser aplicados em áreas como saúde ou educação, alegando que seriam exclusivos para o setor cultural. A apuração do MPF, no entanto, demonstrou que nenhuma das emendas analisadas previa aplicação em eventos artísticos ou shows.

MPF APONTA INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DA

GESTÃO

Na recomendação encaminhada ao prefeito, o MPF afirma que a interpretação adotada pela administração municipal sobre o uso das emendas é incorreta. O órgão ressalta que a aplicação dos recursos deve obedecer rigorosamente à finalidade definida pelo parlamentar autor da emenda e ao plano de trabalho apresentado pelo próprio município.

Segundo o MPF, utilizar verbas destinadas à manutenção de estradas para financiar shows de alto valor afronta os princípios da legalidade, da transparência e da correta execução orçamentária, além de configurar possível desvio de finalidade.

MEDIDA É PREVENTIVA E PODE GERAR RESPONSABILIZAÇÃO

Embora o contrato já tenha sido suspenso pelo **TCE-TO** e cancelado pela prefeitura, o MPF classificou a recomendação como preventiva, com o objetivo de evitar novas tentativas de uso indevido de recursos federais.

O órgão alertou que o descumprimento das regras pode resultar em responsabilização dos gestores nas esferas civil, administrativa e criminal. A Prefeitura de Axixá do **Tocantins** tem prazo de dez dias úteis para responder formalmente à recomendação.

O MPF informou ainda que seguirá acompanhando a execução das emendas parlamentares destinadas ao município, a fim de assegurar que os recursos públicos sejam aplicados exclusivamente nas áreas para as quais foram aprovados.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/mpf-adverte-prefeito-apos-tentativa-de-bancar-show-milionario-com-emen/138143/>

MPF adverte prefeito após tentativa de bancar show milionário com emendas pix

Após a repercussão da contratação milionária de um show sertanejo em Axixá do **Tocantins**, o Ministério Público Federal (MPF) acionou formalmente o prefeito Auri-Wulange Ribeiro para impedir o uso de recursos de emendas parlamentares individuais - conhecidas como emendas pix - fora das finalidades previstas nos planos de trabalho registrados no sistema TransfereGov.br.

Participe do grupo do O Norte no WhatsApp e receba as notícias no celular.

A recomendação foi expedida após a polêmica envolvendo a contratação da dupla Bruno Marrone, ao custo de R\$ 1,1 milhão, contrato que acabou suspenso pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** e posteriormente cancelado pelo próprio município.

TCE APONTOU IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO

A contratação do show foi alvo de determinação do **TCE-TO**, que identificou indícios de irregularidades tanto no processo quanto no valor do cachê artístico. Diante da decisão do órgão de controle, o município optou pelo cancelamento do contrato.

O episódio ganhou ainda mais repercussão por envolver recursos federais provenientes de emendas parlamentares recebidas pelo município entre os anos de 2020 e 2025.

EMENDAS TINHAM DESTINAÇÃO PARA INFRAESTRUTURA

De acordo com o MPF, parte dos recursos que seriam utilizados para custear o cachê artístico tinha destinação específica para obras de infraestrutura, como recapeamento de vias urbanas e manutenção de estradas locais. Essa finalidade consta nos próprios planos de trabalho elaborados pela Prefeitura de Axixá e devidamente registrados no TransfereGov.br.

Antes do cancelamento do contrato, a gestão municipal sustentou que os valores disponíveis para o evento cultural não poderiam ser aplicados em áreas como saúde ou educação, alegando que seriam exclusivos para o setor cultural. A apuração do MPF, no entanto, demonstrou que nenhuma das emendas analisadas previa aplicação em eventos artísticos ou

shows.

MPF APONTA INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DA GESTÃO

Na recomendação encaminhada ao prefeito, o MPF afirma que a interpretação adotada pela administração municipal sobre o uso das emendas é incorreta. O órgão ressalta que a aplicação dos recursos deve obedecer rigorosamente à finalidade definida pelo parlamentar autor da emenda e ao plano de trabalho apresentado pelo próprio município.

Segundo o MPF, utilizar verbas destinadas à manutenção de estradas para financiar shows de alto valor afronta os princípios da legalidade, da transparência e da correta execução orçamentária, além de configurar possível desvio de finalidade.

MEDIDA É PREVENTIVA E PODE GERAR RESPONSABILIZAÇÃO

Embora o contrato já tenha sido suspenso pelo **TCE-TO** e cancelado pela prefeitura, o MPF classificou a recomendação como preventiva, com o objetivo de evitar novas tentativas de uso indevido de recursos federais.

O órgão alertou que o descumprimento das regras pode resultar em responsabilização dos gestores nas esferas civil, administrativa e criminal. A Prefeitura de Axixá do **Tocantins** tem prazo de dez dias úteis para responder formalmente à recomendação.

O MPF informou ainda que seguirá acompanhando a execução das emendas parlamentares destinadas ao município, a fim de assegurar que os recursos públicos sejam aplicados exclusivamente nas áreas para as quais foram aprovados.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/mpf-adverte-prefeito-apos-tentativa-de-bancar-show-milionario-com-emen/138143/>

MPF recomenda que Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos (Estado)

Atitude Tocantins

da redação

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação à prefeitura de Axixá do **Tocantins** (TO) para que não utilize recursos de emendas parlamentares individuais - as chamadas emendas pix - para o custeio de atividades que não estejam nos planos de trabalho registrados no TransfereGov.br.

Após atuação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, que apontou irregularidades relacionadas à condução e ao valor da licitação, o município cancelou a apresentação de uma dupla sertaneja contratada por R\$1,1 milhão, que seria em parte custeada com verbas federais oriundas de emendas pix, recebidas entre 2020 e 2025 e destinadas especificamente a obras de infraestrutura.

O município, previamente ao cancelamento, havia alegado que os recursos que seriam utilizados para o pagamento dos artistas, incluindo os valores das emendas parlamentares, eram de uso vinculado e exclusivo para o setor artístico, não podendo ser aplicados em saúde ou educação. No entanto, a investigação do MPF constatou que todas as emendas recebidas pelo município no período de 2020 a 2025 tinham como destino o recapeamento de ruas e a manutenção de estradas locais, conforme os planos de trabalho registrados pela própria gestão municipal no portal TransfereGov.br.

Nesse contexto, o MPF considera que a compreensão da gestão municipal sobre o uso dos recursos está equivocada. Na recomendação, o órgão explica ao município que utilizar verbas destinadas à manutenção de estradas para custear show de alto valor ou outras apresentações artísticas fere a transparência e a legalidade da execução orçamentária. A finalidade da utilização do recurso deve estar alinhada com o que foi indicado pelo parlamentar federal e registrado pelo próprio beneficiário, neste caso o município, no plano de trabalho.

Atuação preventiva - Embora o **TCE/TO** tenha suspenso o contrato e o município tenha

posteriormente cancelado a licitação, o MPF decidiu expedir a recomendação para evitar que novos recursos federais sejam utilizados de forma indevida no futuro. O MPF ressalta que o uso de emendas parlamentares em desconformidade com os planos de trabalho sujeita o município e os gestores envolvidos a responsabilidades nas esferas civil, criminal e administrativa.

A recomendação fixa um prazo de resposta de dez dias úteis, após o recebimento. O MPF seguirá acompanhando a execução das emendas destinadas ao município para garantir que o dinheiro público seja aplicado rigorosamente nas áreas para as quais foi aprovado.

Site: <https://atitudeto.com.br/noticias/estado/mpf-recomenda-que-axixa-do-tocantins-nao-utilize-emendas-pix-para-custear-shows-artisticos/>

MPF recomenda que Prefeitura de Axixá não utilize emendas pix para custear shows artísticos

por Redação

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação à prefeitura de Axixá do **Tocantins** para que não utilize recursos de emendas parlamentares individuais, as chamadas emendas pix, para o custeio de atividades que não estejam nos planos de trabalho registrados no TransfereGov.br.

EMENDAS PIX

Após atuação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, que apontou irregularidades relacionadas à condução e ao valor da licitação, o município cancelou a apresentação de uma dupla sertaneja contratada por R\$1,1 milhão, que seria em parte custeada com verbas federais oriundas de emendas pix, recebidas entre 2020 e 2025 e destinadas especificamente a obras de infraestrutura.

PARA SETOR ARTÍSTICO

O município, previamente ao cancelamento, havia alegado que os recursos que seriam utilizados para o pagamento dos artistas, incluindo os valores das emendas parlamentares, eram de uso vinculado e exclusivo para o setor artístico, não podendo ser aplicados em saúde ou educação. No entanto, a investigação do MPF constatou que todas as emendas recebidas pelo município no período de 2020 a 2025 tinham como destino o recapeamento de ruas e a manutenção de estradas locais, conforme os planos de trabalho registrados pela própria gestão municipal no portal TransfereGov.br.

COMPREENSÃO EQUIVOCADA

Nesse contexto, o MPF considera que a compreensão da gestão municipal sobre o uso dos recursos está equivocada. Na recomendação, o órgão explica ao município que utilizar verbas destinadas à manutenção de estradas para custear show de alto valor ou outras apresentações artísticas fere a transparência e a legalidade da execução orçamentária. A finalidade da utilização do recurso deve estar alinhada com o que foi indicado pelo parlamentar federal e registrado pelo próprio beneficiário, neste caso o município, no plano

de trabalho.

ATUAÇÃO PREVENTIVA

Embora o **TCE** tenha suspenso o contrato e o município tenha posteriormente cancelado a licitação, o MPF decidiu expedir a recomendação para evitar que novos recursos federais sejam utilizados de forma indevida no futuro. O MPF ressalta que o uso de emendas parlamentares em desconformidade com os planos de trabalho sujeita o município e os gestores envolvidos a responsabilidades nas esferas civil, criminal e administrativa.

DINHEIRO PÚBLICO

A recomendação fixa um prazo de resposta de dez dias úteis, após o recebimento. O MPF seguirá acompanhando a execução das emendas destinadas ao município para garantir que o dinheiro público seja aplicado rigorosamente nas áreas para as quais foi aprovado.

Site: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/mpf-recomenda-que-prefeitura-de-axixa-nao-utilize-emendas-pix-para-custear-shows-artisticos/>

MPF recomenda que Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos

Redação

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação à Prefeitura de Axixá do **Tocantins** (TO) para que não utilize recursos de emendas parlamentares individuais - as chamadas emendas pix - para o custeio de atividades que não estejam nos planos de trabalho registrados no TransfereGov.br.

Após atuação do **Tribunal de Contas do Estado** (TCE/TO), que apontou irregularidades relacionadas à condução e ao valor da licitação, o município cancelou a apresentação de uma dupla sertaneja contratada por R\$ 1,1 milhão, que seria em parte custeada com verbas federais oriundas de emendas pix, recebidas entre 2020 e 2025 e destinadas especificamente a obras de infraestrutura.

O município, previamente ao cancelamento, havia alegado que os recursos que seriam utilizados para o pagamento dos artistas, incluindo os valores das emendas parlamentares, eram de uso vinculado e exclusivo para o setor artístico, não podendo ser aplicados em saúde ou educação. No entanto, a investigação do MPF constatou que todas as emendas recebidas pelo município no período de 2020 a 2025 tinham como destino o recapeamento de ruas e a manutenção de estradas locais, conforme os planos de trabalho registrados pela própria gestão municipal no portal TransfereGov.br.

Nesse contexto, o MPF considera que a compreensão da gestão municipal sobre o uso dos recursos está equivocada. Na recomendação, o órgão explica ao município que utilizar verbas destinadas à manutenção de estradas para custear show de alto valor ou outras apresentações artísticas fere a transparência e a legalidade da execução orçamentária. A finalidade da utilização do recurso deve estar alinhada com o que foi indicado pelo parlamentar federal e registrado pelo próprio beneficiário, neste caso o município, no plano de trabalho.

Leia também: **TCE/TO** suspende show de R\$ 1 milhão em Axixá do **Tocantins**

Embora o **TCE/TO** tenha suspendido o contrato e o

município tenha posteriormente cancelado a licitação, o MPF decidiu expedir a recomendação para evitar que novos recursos federais sejam utilizados de forma indevida no futuro. O MPF ressalta que o uso de emendas parlamentares em desconformidade com os planos de trabalho sujeita o município e os gestores envolvidos a responsabilidades nas esferas civil, criminal e administrativa.

A recomendação fixa um prazo de resposta de dez dias úteis, após o recebimento. O MPF seguirá acompanhando a execução das emendas destinadas ao município para garantir que o dinheiro público seja aplicado rigorosamente nas áreas para as quais foi aprovado.

Site: <http://conexaoto.com.br/2026/01/16/mpf-recomenda-que-axixa-do-tocantins-nao-utilize-emendas-pix-para-custear-shows-artisticos>

Tocantins terá orçamento de R\$ 19,58 bilhões em 2026, sanciona governador

Andressa Ribeiro

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa (Republicanos), sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026. O valor do orçamento é de R\$ 19,58 bilhões. O aumento é de R\$ 2,19 bilhões, que representa 12,6% a mais que em 2025.

A LDO é o documento que estabelece metas e serve de base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), na qual é especificado o orçamento de cada setor da administração pública, bem como dos órgãos do Legislativo e do Judiciário.

O texto sancionado, após ser aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa, está publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) da última quarta-feira (14).

Entre as prioridades que devem receber recursos estão:

R\$ 3,3 bilhões serão destinados ao setor da Saúde;

R\$ 2,7 bilhões ao setor da Educação;

R\$ 2,1 bilhões devem ser distribuídos à Polícia Militar do **Tocantins** (PMTO), ao Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO), à Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

A aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) antecede a análise e a votação da LOA de 2026, bem como do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

Veja a divisão dos valores entre os poderes:

R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo;

R\$ 449 milhões ao Poder Legislativo;

R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário;

R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado**;

R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual;

R\$ 248,7 milhões para a Defensoria Pública.

A Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026. Do total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro.

Site: <https://daqui.opopular.com.br/geral/tocantins-tera-orcamento-de-r-19-58-bilh-es-em-2026-sanciona-governador-1.3362416>

MPF aciona prefeito de Axixá após tentativa de bancar show milionário com emendas pix

Notícias do **Tocantins** - Após a repercussão da contratação milionária de um show sertanejo, o Ministério Público Federal (MPF) acionou formalmente o prefeito de Axixá do **Tocantins**, Auri-Wulange Ribeiro, para que a prefeitura não utilize recursos de emendas parlamentares individuais - as chamadas emendas pix - fora das finalidades previstas nos planos de trabalho registrados no sistema TransfereGov.br.

A manifestação do MPF ocorre depois da polêmica envolvendo a contratação da dupla Bruno Marrone, ao custo de R\$ 1,1 milhão. O contrato foi suspenso por determinação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**, que apontou irregularidades na condução do processo licitatório e no valor da contratação, e acabou sendo cancelado pelo próprio município.

Auri Ribeiro é pré-candidato a deputado estadual nas eleições de 2026 e deverá renunciar ao cargo em abril para cumprir o prazo legal de desincompatibilização eleitoral. O episódio ocorre em um momento politicamente sensível para a gestão municipal.

Veja também

De acordo com o MPF, parte do cachê artístico seria custeada com recursos federais oriundos de emendas parlamentares recebidas entre 2020 e 2025. Essas verbas, no entanto, tinham destinação específica: obras de infraestrutura, como recapeamento de vias urbanas e manutenção de estradas locais. Essa finalidade consta nos planos de trabalho elaborados pela própria prefeitura e registrados no TransfereGov.br.

Antes do cancelamento do contrato, o município sustentou que os recursos utilizados para pagar os artistas, inclusive os oriundos de emendas parlamentares, seriam de uso exclusivo para o setor cultural, não podendo ser aplicados em áreas como saúde ou educação. A investigação do MPF, contudo, desmontou esse argumento. Segundo o órgão, nenhuma das emendas recebidas por Axixá no período analisado previa aplicação em eventos artísticos.

Na recomendação, o MPF afirma que a interpretação da gestão municipal sobre o uso dos recursos públicos está equivocada. O órgão é enfático ao apontar que a

utilização de verbas destinadas à manutenção de estradas para financiar shows de alto valor fere os princípios da legalidade, da transparência e da correta execução orçamentária. A aplicação do recurso deve obedecer rigorosamente ao que foi indicado pelo parlamentar federal autor da emenda e ao plano de trabalho registrado pelo próprio município.

Embora o contrato já tenha sido suspenso pelo **TCE-TO** e posteriormente cancelado, o MPF classificou a medida como preventiva. O objetivo é evitar que novas tentativas de uso indevido de recursos federais voltem a ocorrer. O órgão alerta que o descumprimento das regras pode resultar em responsabilização dos gestores nas esferas civil, administrativa e criminal.

A prefeitura de Axixá do **Tocantins** tem prazo de dez dias úteis para responder formalmente à recomendação. O MPF informou que seguirá acompanhando a execução das emendas parlamentares destinadas ao município, a fim de garantir que o dinheiro público seja aplicado estritamente nas áreas para as quais foi aprovado.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/mpf-aciona-prefeito-de-axixa-apos-tentativa-de-bancar-show-milionario-com-emendas-pix>

MPF recomenda que cidade Axixá não use verba de asfalto para custear shows

DICOM MPTO

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação à prefeitura de Axixá do **Tocantins** (TO) para que não utilize recursos de emendas parlamentares individuais - as chamadas emendas pix - para o custeio de atividades que não estejam nos planos de trabalho registrados no TransfereGov.br.

Após atuação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, que apontou irregularidades relacionadas à condução e ao valor da licitação, o município cancelou a apresentação de uma dupla sertaneja contratada por R\$1,1 milhão, que seria em parte custeada com verbas federais oriundas de emendas pix, recebidas entre 2020 e 2025 e destinadas especificamente a obras de infraestrutura.

O município, previamente ao cancelamento, havia alegado que os recursos que seriam utilizados para o pagamento dos artistas, incluindo os valores das emendas parlamentares, eram de uso vinculado e exclusivo para o setor artístico, não podendo ser aplicados em saúde ou educação.

No entanto, a investigação do MPF constatou que todas as emendas recebidas pelo município no período de 2020 a 2025 tinham como destino o recapeamento de ruas e a manutenção de estradas locais, conforme os planos de trabalho registrados pela própria gestão municipal no portal TransfereGov.br.

Nesse contexto, o MPF considera que a compreensão da gestão municipal sobre o uso dos recursos está equivocada. Na recomendação, o órgão explica ao município que utilizar verbas destinadas à manutenção de estradas para custear show de alto valor ou outras apresentações artísticas fere a transparência e a legalidade da execução orçamentária. A finalidade da utilização do recurso deve estar alinhada com o que foi indicado pelo parlamentar federal e registrado pelo próprio beneficiário, neste caso o município, no plano de trabalho.

Atuação preventiva - Embora o **TCE/TO** tenha suspenso o contrato e o município tenha posteriormente cancelado a licitação, o MPF decidiu expedir a recomendação para evitar que novos recursos federais sejam utilizados de forma indevida

no futuro. O MPF ressalta que o uso de emendas parlamentares em desconformidade com os planos de trabalho sujeita o município e os gestores envolvidos a responsabilidades nas esferas civil, criminal e administrativa.

A recomendação fixa um prazo de resposta de dez dias úteis, após o recebimento. O MPF seguirá acompanhando a execução das emendas destinadas ao município para garantir que o dinheiro público seja aplicado rigorosamente nas áreas para as quais foi aprovado.

Site: <https://araguainanoticias.com.br/noticia/mpf-recomenda-que-cidade-axixa-nao-use-verba-de-asfalto-para-custear-shows/43043>

Após cancelamento do show de Bruno E Marrone, MPF alerta Axixá do Tocantins sobre uso de emendas pix

Rozeane Feitosa

O Ministério Público Federal (MPF) emitiu uma recomendação à Prefeitura de Axixá do **Tocantins** para que os recursos de emendas parlamentares individuais - as chamadas emendas pix - sejam utilizados exclusivamente nas atividades previstas nos planos de trabalho cadastrados no portal TransfereGov.br.

A medida ocorre após o **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** identificar irregularidades na licitação de um show de dupla sertaneja contratado por R\$ 1,1 milhão, que seria parcialmente custeado com verbas federais provenientes de emendas pix recebidas entre 2020 e 2025, originalmente destinadas a obras de infraestrutura. O município cancelou a apresentação do show após a constatação das inconsistências.

Antes do cancelamento, a prefeitura havia informado que os recursos seriam aplicados no setor artístico e que não poderiam ser usados em áreas como saúde ou educação. No entanto, a investigação do MPF apontou que todas as emendas recebidas no período tinham como finalidade o recapeamento de ruas e a manutenção de estradas, conforme os planos de trabalho registrados pelo próprio município no TransfereGov.br.

Segundo a recomendação, "utilizar verbas destinadas à manutenção de estradas para custear show de alto valor ou outras apresentações artísticas fere a transparência e a legalidade da execução orçamentária". O MPF esclarece que a destinação do recurso deve corresponder ao que foi indicado pelo parlamentar federal e registrado pelo município no plano de trabalho.

Embora o **TCE/TO** tenha suspenso o contrato e o município cancelado a licitação, o MPF reforça que a recomendação tem caráter preventivo, buscando evitar o uso inadequado de recursos federais no futuro. O órgão alerta que a aplicação de emendas em desacordo com os planos de trabalho pode gerar responsabilidades civis, criminais e administrativas aos gestores envolvidos.

A prefeitura tem prazo de dez dias úteis para responder à recomendação. O MPF continuará acompanhando a execução das emendas destinadas ao município para assegurar que os recursos públicos sejam aplicados estritamente nas áreas aprovadas.

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/apos-cancelamento-do-show-de-bruno-marrone-mpf-alerta-axixa-do-tocantins-sobre-uso-de-emendas-pix-578680/>

MPF recomenda que Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos (Patrimônio Público)

Município cancelou contratação de dupla sertaneja por R\$ 1,1 milhão, que previa uso de verbas federais destinadas a obras de infraestrutura

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação à prefeitura de Axixá do **Tocantins** (TO) para que não utilize recursos de emendas parlamentares individuais - as chamadas emendas pix - para o custeio de atividades que não estejam nos planos de trabalho registrados no TransfereGov.br.

Após atuação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, que apontou irregularidades relacionadas à condução e ao valor da licitação, o município cancelou a apresentação de uma dupla sertaneja contratada por R\$1,1 milhão, que seria em parte custeada com verbas federais oriundas de emendas pix, recebidas entre 2020 e 2025 e destinadas especificamente a obras de infraestrutura.

O município, previamente ao cancelamento, havia alegado que os recursos que seriam utilizados para o pagamento dos artistas, incluindo os valores das emendas parlamentares, eram de uso vinculado e exclusivo para o setor artístico, não podendo ser aplicados em saúde ou educação. No entanto, a investigação do MPF constatou que todas as emendas recebidas pelo município no período de 2020 a 2025 tinham como destino o recapeamento de ruas e a manutenção de estradas locais, conforme os planos de trabalho registrados pela própria gestão municipal no portal TransfereGov.br.

Nesse contexto, o MPF considera que a compreensão da gestão municipal sobre o uso dos recursos está equivocada. Na recomendação, o órgão explica ao município que utilizar verbas destinadas à manutenção de estradas para custear show de alto valor ou outras apresentações artísticas fere a transparência e a legalidade da execução orçamentária. A finalidade da utilização do recurso deve estar alinhada com o que foi indicado pelo parlamentar federal e registrado pelo próprio beneficiário, neste caso o município, no plano de trabalho.

Atuação preventiva - Embora o **TCE/TO** tenha suspenso o contrato e o município tenha

posteriormente cancelado a licitação, o MPF decidiu expedir a recomendação para evitar que novos recursos federais sejam utilizados de forma indevida no futuro. O MPF ressalta que o uso de emendas parlamentares em desconformidade com os planos de trabalho sujeita o município e os gestores envolvidos a responsabilidades nas esferas civil, criminal e administrativa.

A recomendação fixa um prazo de resposta de dez dias úteis, após o recebimento. O MPF seguirá acompanhando a execução das emendas destinadas ao município para garantir que o dinheiro público seja aplicado rigorosamente nas áreas para as quais foi aprovado.

Recomendação

Site: <https://www.mpf.mp.br/to/sala-de-imprensa/noticias-to/mpf-recomenda-que-axixa-do-tocantins-nao-utilize-emendas-pix-para-custear-shows-artisticos>

Orçamento do Tocantins para 2026 prevê R\$ 19,58 bilhões e crescimento de 12,6%

Adilvan Nogueira

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. A estimativa de receita e a fixação de despesas para o exercício financeiro de 2026 totalizam R\$ 19,58 bilhões, um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa crescimento de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado na quarta-feira (14).

Do total previsto, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, que engloba áreas como saúde, previdência e assistência social.

O governador afirmou que a proposta consolida as prioridades do governo no último ano da gestão.

"Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na in-

fraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa Wan-derlei Barbosa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explicou que a sanção da LOA encerra o processo legislativo conforme a legislação vigente.

"O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça Maurício.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a LOA estabelece a distribuição dos recursos entre os Poderes e órgãos autônomos do Estado. Do total de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bi-

Estadual.

Desse montante, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**; R\$ 366,9 milhões

ao Ministério Público do **Tocantins** (MPTO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública do Estado (DPE-TO).

Áreas priorizadas

Entre as áreas com maior volume de recursos, a Saúde contará com R\$ 3,3 bilhões, atendendo ao percentual mínimo constitucional de 12%.

A Educação receberá R\$ 2,7 bilhões, destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Já a Segurança Pública terá orçamento de R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Secretaria da Cidadania e Justiça e a Secretaria da Segurança Pública.

Receitas

Segundo o governo estadual, o crescimento do orçamento para 2026 é impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, com reflexos no aumento da arrecadação de recursos próprios, como impostos e taxas, além de transferências correntes e operações de crédito.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/wp-content/uploads/2026/01/Pagina-0S.pdf>

lhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro

Orçamento do Tocantins para 2026 prevê R\$ 19,58 bilhões e crescimento de 12,6%

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. A estimativa de receita e a fixação de despesas para o exercício financeiro de 2026 totalizam R\$ 19,58 bilhões, um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa crescimento de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado na quarta-feira (14).

Do total previsto, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, que engloba áreas como saúde, previdência e assistência social.

O governador afirmou que a proposta consolida as prioridades do governo no último ano da gestão.

"Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa Wanderlei Barbosa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explicou que a sanção da LOA encerra o processo legislativo conforme a legislação vigente.

"O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça Maurício.

Divisão por Poderes Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a LOA estabelece a distribuição dos recursos entre os Poderes e órgãos autônomos do Estado. Do total de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro Estadual.

Desse montante, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado**

do Tocantins (TCE-TO); R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público do **Tocantins** (MPTO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública do Estado (DPE-TO).

Áreas priorizadas Entre as áreas com maior volume de recursos, a Saúde contará com R\$ 3,3 bilhões, atendendo ao percentual mínimo constitucional de 12%.

A Educação receberá R\$ 2,7 bilhões, destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Já a Segurança Pública terá orçamento de R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Secretaria da Cidadania e Justiça e a Secretaria da Segurança Pública.

Receitas Segundo o governo estadual, o crescimento do orçamento para 2026 é impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, com reflexos no aumento da arrecadação de recursos próprios, como impostos e taxas, além de transferências correntes e operações de crédito.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/wp-content/uploads/2026/01/Pagina-0S.pdf>

Combustível, superfaturamento e silêncio oficial: denúncia expõe suspeitas de irregularidades na Prefeitura de Combinado

Impacto Tocantins

Um documento protocolado no Ministério Público do Estado do **Tocantins** lança luz sobre um possível esquema de irregularidades envolvendo a Prefeitura Municipal de Combinado, no sudeste do estado. A denúncia, apresentada por três vereadores do município, aponta indícios de desvio de combustível, superfaturamento e falhas graves em processos licitatórios, levantando suspeitas sobre a gestão de recursos públicos em um dos setores mais sensíveis da administração municipal.

A origem da denúncia

O expediente, assinado pelos vereadores Leandro da Ambulância (Leandro da Silva Rodrigues), Adelício Cavalcante e Paulo César Xavier de Oliveira, conhecido como "Paulo Ditim", foi encaminhado à Promotoria de Justiça Especializada de **Palmas** e detalha uma série de inconsistências na licitação destinada à compra de combustíveis para a frota municipal.

Segundo o documento, o valor estimado da licitação alcança R\$ 3.298.359,75, um montante que chamou a atenção dos órgãos de controle por destoar fortemente da realidade financeira recente do município.

Alerta do **Tribunal de Contas**

O próprio **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, em expediente datado de 10 de abril de 2025, apontou uma discrepância significativa entre o valor estimado da nova licitação e o histórico de gastos do município no exercício de 2024, que teria sido inferior a R\$ 1.900.000,00.

Na prática, isso significa que a Prefeitura estaria se preparando para gastar quase o dobro do que desembolsou no ano anterior com o mesmo tipo de despesa - um salto que, segundo os denunciantes, não encontra justificativa técnica ou administrativa clara.

Controle Interno ignorado

As suspeitas ganham ainda mais peso com a manifestação do próprio Controle Interno Municipal. De acordo com o Parecer nº 01/2025, o órgão recomendou a redução imediata do valor estimado da licitação para patamar inferior a R\$ 2.200.000,00.

Mesmo assim, conforme a denúncia, a recomendação teria sido simplesmente ignorada pela gestão municipal, que manteve o valor elevado e seguiu com o processo.

Suspeitas de desvio e superfaturamento

Além do valor da licitação, o documento também relata indícios de:

Possível desvio de combustível, com consumo incompatível com a frota existente;

Superfaturamento, a partir de preços e quantidades que não condizem com a média histórica do município;

Falhas no planejamento e na fiscalização, o que pode ter aberto brechas para desperdício ou uso indevido de recursos públicos.

Os vereadores pedem que o Ministério Público aprofunde as investigações, requisitando documentos, contratos, notas fiscais e relatórios de abastecimento para verificar se houve dano ao erário.

Impacto para a população

Combinado é um município de pequeno porte, onde cada real do orçamento público faz diferença direta na qualidade dos serviços básicos. Para moradores ouvidos pela reportagem, a possibilidade de que milhões de reais tenham sido mal utilizados em combustível enquanto áreas como saúde, educação e infraestrutura enfrentam dificuldades causa indignação e revolta.

"Se esse dinheiro fosse bem aplicado, daria para melhorar estradas, escolas e o atendimento no posto de saúde. A gente sente no dia a dia quando o recurso some", relata um morador que pediu para não ser identificado.

O que diz a Prefeitura

Até o fechamento desta reportagem, a Prefeitura de Combinado não havia se manifestado oficialmente sobre as acusações nem sobre os apontamentos do **Tribunal de Contas** e do Controle Interno Municipal.

A equipe de reportagem permanece à disposição para publicar a versão da administração municipal assim que houver um posicionamento.

Próximos passos

O caso agora está sob análise do Ministério Público do **Tocantins**, que pode instaurar procedimento investigatório, requisitar informações adicionais e, caso confirme as irregularidades, propor ações por improbidade administrativa ou outras medidas judiciais cabíveis.

Enquanto isso, a denúncia reacende o debate sobre a transparência na gestão pública em pequenos municípios e o papel dos órgãos de controle e da sociedade na fiscalização do uso do dinheiro público.

Esta reportagem foi elaborada com base em denúncia formal encaminhada ao Ministério Público do Estado do **Tocantins** e em apontamentos do **Tribunal de Contas** e do Controle Interno Municipal, conforme documento "Denúncia/Representação por Desvio de Combustível, Superfaturamento e Outras Irregularidades na Prefeitura Municipal de Combinado - TO"

Por Juca Silva

Site: <https://impactotocantins.com.br/combustivel-superfaturamento-e-silencio-oficial-denuncia-expoe-suspeitas-de-irregularidades-na-prefeitura-de-combinado/>

MPF aponta uso indevido de emendas pix e orienta Axixá do Tocantins a seguir planos do TransfereGov

Redação

O Ministério Público Federal expediu recomendação à Axixá do **Tocantins** para que o município não utilize recursos de emendas parlamentares individuais - conhecidas como emendas pix - no custeio de despesas que não estejam previstas nos planos de trabalho registrados no TransfereGov.br .

A medida ocorre após atuação do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** , que apontou irregularidades relacionadas à condução e ao valor de uma licitação. Diante disso, a prefeitura cancelou a contratação de uma dupla sertaneja avaliada em R\$ 1,1 milhão, cujo pagamento seria parcialmente custeado com verbas federais oriundas de emendas pix recebidas entre 2020 e 2025 e destinadas, conforme os registros oficiais, a obras de infraestrutura.

Antes do cancelamento, o município havia sustentado que os recursos previstos para o pagamento dos artistas, inclusive os provenientes das emendas parlamentares, seriam de uso vinculado ao setor artístico, não podendo ser aplicados em áreas como saúde ou educação. A apuração do MPF, no entanto, identificou que todas as emendas recebidas no período tinham como finalidade o recapeamento de vias e a manutenção de estradas locais, conforme os planos de trabalho informados pela própria gestão municipal no TransfereGov.br.

Com base nisso, o MPF avaliou que a interpretação da prefeitura sobre a destinação dos recursos estava equivocada. Na recomendação, o órgão esclarece que empregar verbas destinadas à manutenção de estradas para financiar shows de alto valor ou outras apresentações artísticas viola princípios de transparência e legalidade da execução orçamentária. Segundo o MPF, a aplicação dos recursos deve observar rigorosamente a finalidade indicada pelo parlamentar e registrada pelo beneficiário no plano de trabalho.

Embora o **TCE-TO** tenha suspenso o contrato e o município tenha, posteriormente, cancelado a licitação, o MPF decidiu expedir a recomendação com caráter

preventivo, a fim de evitar o uso indevido de novos repasses federais. O órgão destaca que a utilização de emendas parlamentares em desacordo com os planos de trabalho pode resultar em responsabilização civil, administrativa e criminal dos gestores envolvidos.

A recomendação estabelece prazo de dez dias úteis para resposta, contado a partir do recebimento do documento. O MPF informou que continuará acompanhando a execução das emendas destinadas a Axixá do **Tocantins** para assegurar que os recursos públicos sejam aplicados exclusivamente nas áreas aprovadas.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/mpf-aponta-uso-indevido-de-emendas-pix-e-orienta-axixa-do-tocantins-a-seguir-planos-do-transferegov/>

AXIXÁ: MPF aciona prefeito Auri-Wulange após tentativa de bancar show milionário com emendas pix

Após a repercussão da contratação milionária de um show sertanejo, o Ministério Público Federal (MPF) acionou formalmente o prefeito de Axixá do **Tocantins**, Auri-Wulange Ribeiro, para que a prefeitura não utilize recursos de emendas parlamentares individuais - as chamadas emendas pix - fora das finalidades previstas nos planos de trabalho registrados no sistema TransfereGov.br.

A manifestação do MPF ocorre depois da polêmica envolvendo a contratação da dupla Bruno Marrone, ao custo de R\$ 1,1 milhão. O contrato foi suspenso por determinação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**, que apontou irregularidades na condução do processo licitatório e no valor da contratação, e acabou sendo cancelado pelo próprio município.

Auri Ribeiro é pré-candidato a deputado estadual nas eleições de 2026 e deverá renunciar ao cargo em abril para cumprir o prazo legal de desincompatibilização eleitoral. O episódio ocorre em um momento politicamente sensível para a gestão municipal.

De acordo com o MPF, parte do cachê artístico seria custeada com recursos federais oriundos de emendas parlamentares recebidas entre 2020 e 2025. Essas verbas, no entanto, tinham destinação específica: obras de infraestrutura, como recapeamento de vias urbanas e manutenção de estradas locais. Essa finalidade consta nos planos de trabalho elaborados pela própria prefeitura e registrados no TransfereGov.br.

Antes do cancelamento do contrato, o município sustentou que os recursos utilizados para pagar os artistas, inclusive os oriundos de emendas parlamentares, seriam de uso exclusivo para o setor cultural, não podendo ser aplicados em áreas como saúde ou educação. A investigação do MPF, contudo, desmontou esse argumento. Segundo o órgão, nenhuma das emendas recebidas por Axixá no período analisado previa aplicação em eventos artísticos.

Na recomendação, o MPF afirma que a interpretação da gestão municipal sobre o uso dos recursos públicos está equivocada. O órgão é enfático ao apontar que a

utilização de verbas destinadas à manutenção de estradas para financiar shows de alto valor fere os princípios da legalidade, da transparência e da correta execução orçamentária. A aplicação do recurso deve obedecer rigorosamente ao que foi indicado pelo parlamentar federal autor da emenda e ao plano de trabalho registrado pelo próprio município.

Embora o contrato já tenha sido suspenso pelo **TCE-TO** e posteriormente cancelado, o MPF classificou a medida como preventiva. O objetivo é evitar que novas tentativas de uso indevido de recursos federais voltem a ocorrer. O órgão alerta que o descumprimento das regras pode resultar em responsabilização dos gestores nas esferas civil, administrativa e criminal.

A prefeitura de Axixá do **Tocantins** tem prazo de dez dias úteis para responder formalmente à recomendação. O MPF informou que seguirá acompanhando a execução das emendas parlamentares destinadas ao município, a fim de garantir que o dinheiro público seja aplicado estritamente nas áreas para as quais foi aprovado. (AF Notícias)

Site: <https://bico24horas.com.br/bico-do-papagaio/axixa-mpf-aciona-prefeito-auri-wulange-apos-tentativa-de-bancar-show-milionario-com-emendas-pix/>

MPF recomenda que Axixá do Tocantins não utilize emendas pix para custear shows artísticos (Patrimônio Público)

Município cancelou contratação de dupla sertaneja por R\$ 1,1 milhão, que previa uso de verbas federais destinadas a obras de infraestrutura

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação à prefeitura de Axixá do **Tocantins** (TO) para que não utilize recursos de emendas parlamentares individuais - as chamadas emendas pix - para o custeio de atividades que não estejam nos planos de trabalho registrados no TransfereGov.br.

Após atuação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, que apontou irregularidades relacionadas à condução e ao valor da licitação, o município cancelou a apresentação de uma dupla sertaneja contratada por R\$1,1 milhão, que seria em parte custeada com verbas federais oriundas de emendas pix, recebidas entre 2020 e 2025 e destinadas especificamente a obras de infraestrutura.

O município, previamente ao cancelamento, havia alegado que os recursos que seriam utilizados para o pagamento dos artistas, incluindo os valores das emendas parlamentares, eram de uso vinculado e exclusivo para o setor artístico, não podendo ser aplicados em saúde ou educação. No entanto, a investigação do MPF constatou que todas as emendas recebidas pelo município no período de 2020 a 2025 tinham como destino o recapeamento de ruas e a manutenção de estradas locais, conforme os planos de trabalho registrados pela própria gestão municipal no portal TransfereGov.br.

Nesse contexto, o MPF considera que a compreensão da gestão municipal sobre o uso dos recursos está equivocada. Na recomendação, o órgão explica ao município que utilizar verbas destinadas à manutenção de estradas para custear show de alto valor ou outras apresentações artísticas fere a transparência e a legalidade da execução orçamentária. A finalidade da utilização do recurso deve estar alinhada com o que foi indicado pelo parlamentar federal e registrado pelo próprio beneficiário, neste caso o município, no plano de trabalho.

Atuação preventiva - Embora o **TCE/TO** tenha suspenso o contrato e o município tenha

posteriormente cancelado a licitação, o MPF decidiu expedir a recomendação para evitar que novos recursos federais sejam utilizados de forma indevida no futuro. O MPF ressalta que o uso de emendas parlamentares em desconformidade com os planos de trabalho sujeita o município e os gestores envolvidos a responsabilidades nas esferas civil, criminal e administrativa.

A recomendação fixa um prazo de resposta de dez dias úteis, após o recebimento. O MPF seguirá acompanhando a execução das emendas destinadas ao município para garantir que o dinheiro público seja aplicado rigorosamente nas áreas para as quais foi aprovado.

Recomendação

Site: <https://www.mpf.mp.br/to/sala-de-imprensa/noticias-to/mpf-recomenda-que-axixa-do-tocantins-nao-utilize-emendas-pix-para-custear-shows-artisticos>

AXIXÁ: Auri ia tirar recursos de asfalto e estradas para bancar show de Bruno e Marrone, diz MPF

Folha do Bico

A investigação conduzida pelo Ministério Público Federal apontou que todas as emendas parlamentares individuais recebidas pelo município de Axixá do **Tocantins** entre 2020 e 2025 tinham destinação claramente definida: recapeamento de vias urbanas e manutenção de estradas vicinais. Essa constatação, baseada nos planos de trabalho registrados pela própria gestão municipal no portal TransfereGov.br, embasou a recomendação expedida pelo MPF para impedir o uso dessas verbas em finalidades distintas das previamente aprovadas, como a contratação de eventos artísticos de alto custo.

O alerta ocorre após a atuação do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, que identificou irregularidades em uma licitação para a contratação de uma dupla sertaneja ao custo de R\$ 1,1 milhão, valor que seria parcialmente custeado com recursos federais oriundos das chamadas emendas pix. Embora o município tenha alegado, inicialmente, que os recursos possuíam uso exclusivo para o setor cultural, a apuração do MPF concluiu que essa interpretação não encontra respaldo legal, já que a vinculação formal das emendas sempre esteve associada a obras de infraestrutura viária.

Na recomendação, o MPF destaca que a aplicação de recursos públicos em desacordo com os planos de trabalho compromete a legalidade, a transparência e a correta execução orçamentária. Mesmo após a suspensão do contrato e o cancelamento da licitação, o órgão adotou uma atuação preventiva para evitar reincidências, fixando prazo de dez dias úteis para resposta do município e advertindo que o uso indevido de emendas pode gerar responsabilização civil, administrativa e criminal dos gestores envolvidos.

Site: <https://folhadobico.com.br/axixa-auri-ia-tirar-recursos-de-asfalto-e-estradas-para-bancar-show-de-bruno-e-marrone-diz-mpf/>

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre após esposa atuar como relatora e votar no próprio julgamento

A Justiça do **Tocantins** anulou a aprovação das contas do ex-prefeito de Novo Alegre referentes aos anos de 2005 a 2008, ao reconhecer graves irregularidades no julgamento realizado pela Câmara Municipal em 2023. A decisão foi proferida pelo juiz Eduardo Barbosa Fernandes, da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias, e publicada na última terça-feira (13).

A sentença atende a uma ação popular movida por três moradores do município, que denunciaram a violação de princípios constitucionais e a falta de transparência no processo legislativo que contrariou o parecer técnico do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, o qual recomendava a rejeição das contas do ex-gestor.

O ponto central da ação foi a atuação direta da esposa do ex-prefeito no julgamento. Conforme os autos, a vereadora presidia a Comissão de Finanças, foi relatora do processo e ainda participou da votação que resultou na aprovação das contas do próprio marido - situação que, segundo o juiz, caracteriza conflito de interesses e compromete a legitimidade do ato legislativo.

Na decisão, o magistrado foi enfático ao afirmar que a conduta fere os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa. Para ele, a participação da parlamentar "instala uma situação objetiva de conflito de interesses, incompatível com a função fiscalizatória e de controle que cabe ao Poder Legislativo".

Além do vínculo familiar, o juiz apontou outra irregularidade grave: o descumprimento do quórum mínimo exigido pela Constituição. Em um município com nove vereadores, como Novo Alegre, são necessários ao menos seis votos - o equivalente a dois terços da Câmara - para derrubar um parecer do **Tribunal de Contas** que recomenda a rejeição de contas públicas. No entanto, apenas três parlamentares participaram da votação.

A falta de transparência também pesou na decisão. O julgamento ocorreu por meio de votação secreta e com restrição ao acesso da população à sessão. Segundo

o magistrado, essa combinação "fragiliza a legitimidade democrática do julgamento, oculta a identificação dos votos e dificulta o controle social sobre a atuação dos representantes eleitos".

Com a sentença, a aprovação das contas perdeu validade, e a Câmara Municipal foi obrigada a realizar um novo julgamento. O juiz determinou que a sessão seja pública, com livre acesso da população, e proibiu a participação da vereadora - esposa do ex-prefeito - tanto na relatoria quanto na votação.

Para que a Câmara volte a contrariar o parecer do **TCE**, será necessário o voto favorável de pelo menos dois terços dos vereadores aptos a votar.

A decisão ainda cabe recurso ao Tribunal de Justiça.

Reportagem: Allessandro Ferreira / Agência **Tocantins**

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/104380/justica-anula-aprovacao-de-contas-de-ex-prefeito-de-novo-alegre-apos-esposa-atuar-como-relatora-e-votar-no-proprio-julgamento>

Com estimativa de receita para este ano de R\$ 19,58 bilhões, governador sanciona lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

por Redação

O governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

RECURSOS

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

PRIORIDADES DO GOVERNO

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício

financeiro de 2026", reforça o secretário.

DIVISÃO POR PODERES

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE).

ÁREAS PRIORIZADAS

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar (PM), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBM), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

RECEITAS

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://clebertoledo.com.br/politica/com-estimativa-de-receita-para-este-ano-de-r-1958-bilhoes-governador-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor representa um aumento de 12,6% em relação à LOA de 2025

Da Assessoria

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027-202601151747>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Governo do Tocantins / Foto: Adilvan Nogueira | Governo do Tocantins

Estimativa de arrecadação e fixação de gastos para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor representa um aumento de 12,6% em relação à LOA de 2025.

Estimativa de arrecadação e fixação de gastos para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor representa um aumento de 12,6% em relação à LOA de 2025.

Estimativa de arrecadação e fixação de gastos para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor representa um aumento de 12,6% em relação à LOA de 2025.

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

"Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos

estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**",

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

"O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026",

Divisão por Poderes

Divisão por Poderes

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

Receitas

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://portaldoamaral.com.br/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

TOCANTINS - O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

(SECOM-TO)

Sítio:

<https://www.vozdobico.com.br/principal/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://bonfimdigital.com/noticia/17915/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://ocoletivo.com.br/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027/>

Com aumento de 12,6%, Tocantins aprova orçamento de R\$ 19,58 bilhões para 2026

Por: Redação

O orçamento do Governo do **Tocantins** para 2026 foi sancionado e prevê um total de R\$ 19,58 bilhões em receitas e despesas. O valor consta na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, publicadas no Diário Oficial do Estado desta quarta-feira, 14.

O volume de recursos representa um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao orçamento de 2025, crescimento de 12,6%. Do total previsto, R\$ 11,97 bilhões serão aplicados no Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões no Orçamento da Seguridade Social, que financia áreas como saúde, assistência social e previdência.

A maior fatia dos recursos do Tesouro Estadual ficará com o Poder Executivo, que contará com R\$ 9,54 bilhões. Os demais Poderes e órgãos autônomos também têm valores definidos: o Judiciário receberá R\$ 899,3 milhões; a Assembleia Legislativa, R\$ 449 milhões; o **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, R\$ 265,1 milhões; o Ministério Público Estadual, R\$ 366,9 milhões; e a Defensoria Pública do Estado (DPE/TO), R\$ 248,7 milhões.

Entre as áreas que concentram os maiores volumes de recursos, a Saúde aparece em primeiro lugar, com R\$ 3,3 bilhões, atendendo ao mínimo constitucional. A Educação terá R\$ 2,7 bilhões, enquanto a Segurança Pública contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e órgãos da área de justiça e segurança.

Segundo o governo estadual, o orçamento de 2026 foi elaborado considerando o último ano da atual gestão e prevê a continuidade de investimentos em áreas estruturantes, além da manutenção dos serviços públicos. Também estão previstas ações de infraestrutura, incluindo melhorias na malha rodoviária estadual e obras de ligação regional. O secretário de Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, afirmou que a sanção da LOA encerra o processo legal de definição do orçamento e permite a execução regular das despesas ao longo do ano. Ele destacou que o instrumento dá previsibilidade à gestão financeira e às políticas públicas previstas para 2026.

A projeção de crescimento da receita está relacionada

ao desempenho da economia estadual, com aumento da arrecadação própria, transferências correntes e operações de crédito, fatores que contribuíram para a ampliação do orçamento em comparação com o ano anterior.

Site:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/93099/com-aumento-de-12-6-tocantins-aprova-orcamento-de-r-19-58-bilhoes-para-2026>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Por: Helder Peixoto

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://www.blogdohp.com/noticia/224223/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://jalapaonews.com.br/estado/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-20242027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Por: Maria Mandú

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://www.mustach.com.br/noticia/75591/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Por: Portal WR News

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://portalwrnews.com.br/noticia/72328/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins** Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://r1palmas.com.br/noticia/1626/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Por: Redação

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://www.chapadaemalerta.com.br/noticia/41434/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Por: Redação

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://ibi.org.br/noticia/217788/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Tocantins aprova orçamento de quase R\$ 20 bilhões para 2026

O orçamento do Governo do **Tocantins** para 2026 foi sancionado e prevê um total de R\$ 19,58 bilhões em receitas e despesas. Os valores constam na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, publicados no Diário Oficial do Estado desta quarta-feira (14).

O montante representa um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao orçamento de 2025, o que corresponde a um crescimento de 12,6%.

DISTRIBUIÇÃO

Do total previsto, R\$ 11,97 bilhões serão destinados ao Orçamento Fiscal, enquanto R\$ 7,61 bilhões compõem o Orçamento da Seguridade Social, responsável pelo financiamento de áreas como saúde, assistência social e previdência.

A maior parte dos recursos do Tesouro Estadual ficará sob responsabilidade do Poder Executivo, que contará com R\$ 9,54 bilhões para execução das políticas públicas.

VALORES DESTINADOS

Os demais Poderes e órgãos autônomos também tiveram seus orçamentos definidos na LOA 2026. O Poder Judiciário receberá R\$ 899,3 milhões. A Assembleia Legislativa terá R\$ 449 milhões.

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** contará com R\$ 265,1 milhões. O Ministério Público Estadual terá R\$ 366,9 milhões e a Defensoria Pública do Estado (DPE/TO) ficará com R\$ 248,7 milhões.

LIDERAM INVESTIMENTOS

Entre as áreas com maior volume de recursos, a Saúde lidera, com R\$ 3,3 bilhões, atendendo ao mínimo constitucional. A Educação terá orçamento de R\$ 2,7 bilhões.

Já a Segurança Pública contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e demais órgãos da área de justiça e segurança.

EXPECTATIVA DE INVESTIMENTOS

Segundo o governo estadual, o orçamento de 2026 foi

elaborado considerando o último ano da atual gestão e prevê a continuidade de investimentos em áreas estruturantes, além da manutenção dos serviços públicos essenciais.

Estão previstas ações de infraestrutura, como melhorias na malha rodoviária estadual e obras de ligação regional. O secretário de Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, destacou que a sanção da LOA encerra o processo legal e garante previsibilidade à execução financeira ao longo do ano.

A projeção de crescimento da receita está associada ao desempenho da economia estadual, ao aumento da arrecadação própria, às transferências correntes e às operações de crédito, fatores que contribuíram para a ampliação do orçamento em relação a 2025.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/estado/tocantins-aprova-orcamento-de-quase-r-20-bilhoes-para-2026/138110/>

Tocantins aprova orçamento de quase R\$ 20 bilhões para 2026

O orçamento do Governo do **Tocantins** para 2026 foi sancionado e prevê um total de R\$ 19,58 bilhões em receitas e despesas. Os valores constam na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, publicados no Diário Oficial do Estado desta quarta-feira (14).

Participe do grupo do O Norte no WhatsApp e receba as notícias no celular.

O montante representa um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao orçamento de 2025, o que corresponde a um crescimento de 12,6%.

DISTRIBUIÇÃO

Do total previsto, R\$ 11,97 bilhões serão destinados ao Orçamento Fiscal, enquanto R\$ 7,61 bilhões compõem o Orçamento da Seguridade Social, responsável pelo financiamento de áreas como saúde, assistência social e previdência.

A maior parte dos recursos do Tesouro Estadual ficará sob responsabilidade do Poder Executivo, que contará com R\$ 9,54 bilhões para execução das políticas públicas.

VALORES DESTINADOS

Os demais Poderes e órgãos autônomos também tiveram seus orçamentos definidos na LOA 2026. O Poder Judiciário receberá R\$ 899,3 milhões. A Assembleia Legislativa terá R\$ 449 milhões.

O **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** contará com R\$ 265,1 milhões. O Ministério Público Estadual terá R\$ 366,9 milhões e a Defensoria Pública do Estado (DPE/TO) ficará com R\$ 248,7 milhões.

LIDERAM INVESTIMENTOS

Entre as áreas com maior volume de recursos, a Saúde lidera, com R\$ 3,3 bilhões, atendendo ao mínimo constitucional. A Educação terá orçamento de R\$ 2,7 bilhões.

Já a Segurança Pública contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e demais órgãos da área de justiça e segurança.

EXPECTATIVA DE INVESTIMENTOS

Segundo o governo estadual, o orçamento de 2026 foi elaborado considerando o último ano da atual gestão e prevê a continuidade de investimentos em áreas estruturantes, além da manutenção dos serviços públicos essenciais.

Estão previstas ações de infraestrutura, como melhorias na malha rodoviária estadual e obras de ligação regional. O secretário de Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, destacou que a sanção da LOA encerra o processo legal e garante previsibilidade à execução financeira ao longo do ano.

A projeção de crescimento da receita está associada ao desempenho da economia estadual, ao aumento da arrecadação própria, às transferências correntes e às operações de crédito, fatores que contribuíram para a ampliação do orçamento em relação a 2025.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/estado/tocantins-aprova-orcamento-de-quase-r-20-bilhoes-para-2026/138110/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Notícias)

Por: Redação

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

--

Site: <https://tonoticia.com.br/noticia/18323/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governo sanciona orçamento de 2026

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/01/16/REDETVPALMAS>

TO-09.37.16-09.40.54-1768574270.mp4

ORÇAMENTO ANUAL: Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (TOCANTINS)

Secom Governo do Tocantins

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**, frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026, reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <http://jtinoticias.com.br/noticia/orcamento-anual-governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027/13469>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Tocantins)

Kennedy Linhares

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://cearaempauta.com.br/noticia/97485/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Com aumento de 12,6%, Tocantins aprova orçamento de R\$ 19,58 bilhões para 2026

Júlia Carvalho

O orçamento do Governo do **Tocantins** para 2026 foi sancionado e prevê um total de R\$ 19,58 bilhões em receitas e despesas. O valor consta na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, publicadas no Diário Oficial do Estado desta quarta-feira, 14.

O volume de recursos representa um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao orçamento de 2025, crescimento de 12,6%. Do total previsto, R\$ 11,97 bilhões serão aplicados no Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões no Orçamento da Seguridade Social, que financia áreas como saúde, assistência social e previdência.

A maior fatia dos recursos do Tesouro Estadual ficará com o Poder Executivo, que contará com R\$ 9,54 bilhões. Os demais Poderes e órgãos autônomos também têm valores definidos: o Judiciário receberá R\$ 899,3 milhões; a Assembleia Legislativa, R\$ 449 milhões; o **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, R\$ 265,1 milhões; o Ministério Público Estadual, R\$ 366,9 milhões; e a Defensoria Pública do Estado (DPE/TO), R\$ 248,7 milhões.

Entre as áreas que concentram os maiores volumes de recursos, a Saúde aparece em primeiro lugar, com R\$ 3,3 bilhões, atendendo ao mínimo constitucional. A Educação terá R\$ 2,7 bilhões, enquanto a Segurança Pública contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e órgãos da área de justiça e segurança.

Segundo o governo estadual, o orçamento de 2026 foi elaborado considerando o último ano da atual gestão e prevê a continuidade de investimentos em áreas estruturantes, além da manutenção dos serviços públicos. Também estão previstas ações de infraestrutura, incluindo melhorias na malha rodoviária estadual e obras de ligação regional. O secretário de Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, afirmou que a sanção da LOA encerra o processo legal de definição do orçamento e permite a execução regular das despesas ao longo do ano. Ele destacou que o instrumento dá previsibilidade à gestão financeira e às políticas públicas previstas para 2026.

A projeção de crescimento da receita está relacionada

ao desempenho da economia estadual, com aumento da arrecadação própria, transferências correntes e operações de crédito, fatores que contribuíram para a ampliação do orçamento em comparação com o ano anterior.

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/com-aumento-de-126-tocantins-aprova-orcamento-de-r-1958-bilhoes-para-2026-578555/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

por Governo do Tocantins

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <http://www.to.gov.br/noticias/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-20242027/5zpy09f1ymk9>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Por: Redação Osasco

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://www.oeste360.com/noticia/301800/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://anoticiadigital.com.br/noticia/304959/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Redação

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos. (SecomTO)

Site: <http://conexaoto.com.br/2026/01/15/governador-wanderlei-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Wanderlei sanciona orçamento de R\$ 19,58 bilhões para 2026, com aumento de R\$ 2,19 bi

Governo do Tocantins

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão.

"Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

"O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://araguainanoticias.com.br/noticia/wanderlei-sanciona-orcamento-de-r-19-58-bilhoes-para-2026-com-aumento-de-r-2-19-bi/43027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/43507/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://boletimpolitico.com.br/noticia/70848/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador sanciona orçamento com estimativa de R\$ 19,5 bilhões para o Tocantins este ano

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$

11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site:

<https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/governador-sanciona-orcamento-com-estimativa-de-r-195-bilhoes-para-o-tocantins-este-ano/>

Governador sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao

Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site:

<https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/governador-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/104348/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Por: Redação

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://agenciaenfoque.com.br/noticia/11968/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site:

<https://valearaguaianoticias.com.br/noticia/6971/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://awtvnews.com.br/noticia/216990/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Por: Redação

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://olhardinamico.com/noticia/165669/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://diganoticias.com.br/noticia/167653/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://portalbrasilnews.com.br/noticia/169431/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Geral)

Por: Redação

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://cntocantins.com.br/noticia/36955/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Geral)

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://reportertocantins.com.br/noticia/28773/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Por: Redação | Tribuna do Povo

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/93091/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Por: Redação

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://gazetatocantina.com.br/noticia/10946/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Bate-papo com Gutierres Torquato, deputado estadual

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/01/15/RDIONOVAFMG>

URUPITO-08.18.44-08.45.54-1768478187.mp3

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Por: Ribamar Rocha

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://panoramicanews.com/noticia/213686/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://nafesta.com.br/noticia/78734/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre pela Câmara

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/01/15/RDIOHITSPALM>

ASTO-07.47.32-07.49.41-1768476420.mp3

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site:

<https://www.nortedotocantins.com.br/01/2026/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027-2/>

Com receita de R\$ 19,58 bilhões, governador sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Notícias)

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões.

O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

"O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino.

Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://araguainaurgente.com.br/com-receita-de-r-1958-bilhoes-governador-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor representa um aumento de 12,6% em relação à LOA de 2025

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://radartocantinense.com.br/2026/01/15/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027-2/>

GOVERNADOR WANDERLEI BARBOSA SANCIONA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E PLANO PLURIANUAL 2024/2027 (Notícias)

Palmas em Foco

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://palmasemfoco.com.br/politica/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027/>

Orçamento do Tocantins para 2026 prevê R\$ 19,58 bilhões e crescimento de 12,6% em relação a 2025

Divulgação

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. A estimativa de receita e a fixação de despesas para o exercício financeiro de 2026 totalizam R\$ 19,58 bilhões, um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa crescimento de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado na quarta-feira (14).

Do total previsto, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, que engloba áreas como saúde, previdência e assistência social.

O governador afirmou que a proposta consolida as prioridades do governo no último ano da gestão.

"Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa Wanderlei Barbosa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explicou que a sanção da LOA encerra o processo legislativo conforme a legislação vigente.

"O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça Maurício.

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a LOA estabelece a distribuição dos recursos entre os Poderes e órgãos autônomos do Estado. Do total de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro Estadual.

Desse montante, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público do **Tocantins (MPTO)**; e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública do Estado (DPE-TO).

Entre as áreas com maior volume de recursos, a Saúde contará com R\$ 3,3 bilhões, atendendo ao percentual mínimo constitucional de 12%. A Educação receberá R\$ 2,7 bilhões, destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Já a Segurança Pública terá orçamento de R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Secretaria da Cidadania e Justiça e a Secretaria da Segurança Pública.

Segundo o governo estadual, o crescimento do orçamento para 2026 é impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, com reflexos no aumento da arrecadação de recursos próprios, como impostos e taxas, além de transferências correntes e operações de crédito.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/orcamento-do-tocantins-para-2026-preve-r-1958-bilhoes-e-crescimento-de-126-em-relacao-a-2025/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona orçamento com estimativa de R\$ 19,58 bilhões para o Tocantins este ano

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. " Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins** ", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. " O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026 ", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://bico24horas.com.br/estado/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-orcamento-com-estimativa-de-r-1958-bilhoes-para-o-tocantins-este-ano/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

por Governo do **Tocantins**

Site: <https://www.portalbenicio.com.br/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Notícias)

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Secretaria da Comunicação Social

<http://http://secom.to.gov.br>

Site: <https://portalvemcomnoticias.com/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027-2/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

Autor(a): Redação

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://agora-to.com.br/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027-3/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Estado)

Redação

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://gpinews.com.br/estado/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027-2/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Governo do Tocantins)

Redação

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://gazetadegurupi.com.br/tocantins/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027-2/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Estado do Tocantins)

Redação Panorama

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://panoramatocantins.com/noticia/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027/1472>

Governo sanciona a LOA e a revisão do PPA 2024/2027; despesa estimada em R\$ 19,58 bi

Da Redação e Governo do Tocantins

O Diário Oficial do Estado do **Tocantins** (DOE) trouxe em sua edição desta quarta-feira, 14, a publicação das sanções das Leis Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%.

Do valor total estimado para as despesas, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Entre os setores do Poder Executivo que receberão mais recursos, destaca-se a Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado

pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Na avaliação do governador Wanderlei Barbosa, a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/governo-sanciona-a-loa-e-a-revisao-do-ppa-20242027-despesa-estimada-em-r-1958-bi/139715/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (ESTADO)

Redação do Portal RR10 Notícias

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://rr10noticias.com.br/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027-2/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Banner Principal)

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a recursos ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site: <https://jornaltocantinsnews.com.br/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027/>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027 (Tocantins)

Carlla Moreira

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o

principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Sítio:

<https://vidaeharmonia.com.br/noticia/46054/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

Governador Wanderlei Barbosa sanciona Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual 2024/2027

O governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2026 e a Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024/2027. A estimativa de receita e fixação de despesa para este ano é de R\$ 19,58 bilhões. O valor aponta um aumento de R\$ 2,19 bilhões em relação à LOA de 2025, o que representa um percentual de 12,6%. As sanções foram publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) dessa quarta-feira, 14.

Do total, R\$ 11,97 bilhões destinam-se ao Orçamento Fiscal e R\$ 7,61 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social, assegurando recursos para a manutenção dos serviços públicos essenciais e para a execução das ações prioritárias do Governo do Estado.

O chefe do Executivo ressalta que a Lei Orçamentária de 2026 consolida as prioridades do governo no último ano de gestão. "Este é um orçamento para cuidar das pessoas, garantir o pagamento em dia de fornecedores e prestadores de serviços e concluir investimentos estruturantes, na Educação, Saúde e na infraestrutura com ação contínua de melhoria das rodovias estaduais, como a ponte que liga o Vale do Araguaia à Capital, **Palmas**, além de fortalecer a infraestrutura dos municípios, deixando bases sólidas para o futuro do **Tocantins**", frisa.

O secretário de Estado do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, explica que a sanção da LOA conclui regularmente o processo legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "O ato consolida um instrumento essencial de planejamento, que assegura transparência, previsibilidade e segurança jurídica à execução orçamentária e à implementação das políticas públicas no exercício financeiro de 2026", reforça o secretário.

Divisão por Poderes

Formalizada pela Lei nº 4.950, de 14 de janeiro de 2026, a Lei Orçamentária Anual consolida-se como o principal instrumento de planejamento e execução das políticas públicas estaduais para o exercício de 2026.

Do montante total previsto de R\$ 19,58 bilhões, R\$ 11,77 bilhões correspondem a Recursos Ordinários do Tesouro. Desse total, R\$ 9,54 bilhões serão destinados ao Poder Executivo; R\$ 899,3 milhões ao Poder Judiciário; R\$ 449 milhões à Assembleia Legislativa; R\$ 265,1 milhões ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**; R\$ 366,9 milhões ao Ministério Público Estadual (MPE/TO); e R\$ 248,7 milhões à Defensoria Pública (DPE/TO).

Áreas priorizadas pelo Governo do **Tocantins**

Entre os setores que receberão mais recursos, destaca-se o da Saúde, com R\$ 3,3 bilhões, cumprindo-se o percentual mínimo de 12% previsto pela Constituição Federal. A Educação é a segunda maior área contemplada, com R\$ 2,7 bilhões, diante da prerrogativa da manutenção e desenvolvimento do ensino. Já a área de Segurança contará com R\$ 2,1 bilhões, distribuídos entre a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** (PMTO), o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do **Tocantins** (CBMTO), a Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju) e a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

Receitas

O orçamento de 2026 projeta um crescimento de R\$ 2,19 bilhões em relação ao exercício atual, o que representa um percentual de 12,6%, impulsionado pelo avanço do Produto Interno Bruto Estadual que tem incrementado a arrecadação com recursos próprios (impostos, taxas e contribuições de melhoria), de transferências correntes e operação de créditos.

Site:

<https://arenadenoticias.com.br/noticia/140778/governador-wanderlei-barbosa-sanciona-lei-orcamentaria-anual-e-plano-plurianual-2024-2027>

TCETO divulga 21ª edição do Informativo de Jurisprudência

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** lançou a 21ª edição do seu Informativo de Jurisprudência, referente ao mês de dezembro. A publicação mensal compila as principais decisões proferidas pela Corte de Contas, divulgadas no Boletim Oficial, com o objetivo de facilitar o acesso dos jurisdicionados e da sociedade às deliberações mais relevantes em temas como contratações públicas, licitações e prestação de contas.

Entre os destaques desta edição, encontra-se o Acórdão nº 1193/2025, que identificou diversas irregularidades no transporte escolar do município de Aparecida do Rio Negro, incluindo a ausência de equipamentos obrigatórios, resultando na aplicação de multa ao gestor do Fundo Municipal de Educação.

O Acórdão nº 1192/2025 aponta para a falta de informações no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Lajeado/TO, em desacordo com as exigências legais de transparência da gestão fiscal.

O Informativo também destaca o Acórdão nº 1241/2025, que declarou a ilegalidade e aplicou multa à prefeitura de Bom Jesus do **Tocantins** devido a um sobrepreço de 122,43% na locação de veículos para a Prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde.

Entre os destaques desta edição, encontra-se o Acórdão nº 1193/2025, que identificou diversas irregularidades no transporte escolar do município de Aparecida do Rio Negro, incluindo a ausência de equipamentos obrigatórios, resultando na aplicação de multa ao gestor do Fundo Municipal de Educação.

O Acórdão nº 1192/2025 aponta para a falta de informações no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Lajeado/TO, em desacordo com as exigências legais de transparência da gestão fiscal.

O Informativo também destaca o Acórdão nº 1241/2025, que declarou a ilegalidade e aplicou multa à prefeitura de Bom Jesus do **Tocantins** devido a um sobrepreço de 122,43% na locação de veículos para a Prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde.

Ademais, o Acórdão nº 1211/2025 julgou irregulares as contas do ordenador de despesas do Fundo Municipal de Saúde de Carmolândia (TO), referentes ao exercício de 2023, determinando à atual gestão a

adoção de medidas para evitar a reincidência das impropriedades.

A Resolução 1918/2025 enumera irregularidades na contratação de empresa para gerenciamento de abastecimento de combustíveis da Prefeitura de Palmeirópolis, declarando a ilegalidade do Pregão Eletrônico e determinando a realização de novos procedimentos licitatórios em conformidade com a legislação.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/01/14/tceto-divulga-21a-edicao-do-informativo-de-jurisprudencia/>

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre após esposa participar da votação na Câmara Municipal

O juiz Eduardo Barbosa Fernandes, da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias, anulou uma decisão da Câmara Municipal de Novo Alegre que havia aprovado as contas de um ex-prefeito referentes aos exercícios de 2005 a 2008. A sentença, desta terça-feira (13/1), foi proferida em ação popular movida por três pessoas do município e determina que o Poder Legislativo realize um novo julgamento, que deve seguir regras de transparência e imparcialidade.

Ajuizada em outubro passado, a ação questiona a validade da sessão da Câmara realizada em 2023, que aprovou as contas do ex-prefeito ao contrariar parecer técnico do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, o qual recomendava a rejeição.

Conforme o processo, os autores afirmam ter havido imoralidade administrativa e impedimento legal ao apontarem que a vereadora relatora dos processos nas comissões do Legislativo era a esposa do ex-prefeito. A ação sustenta que ela presidia a Comissão de Finanças, atuou como relatora e votou a favor das contas do esposo. Os autores também apontam nulidade pela realização de votação secreta no julgamento, quando deveria ter sido em sessão aberta.

Ao analisar o processo, o juiz identificou conflito de interesses, falta de votos suficientes e ausência de transparência como irregularidades que comprometem a validade do ato legislativo. Para o juiz, a participação da esposa em todo o processo fere os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa por comprometer a necessária isenção do órgão julgador e instalar situação objetiva de conflito de interesses, o que não é compatível com a função de controle exercida pelo Poder Legislativo.

Além da questão familiar, o magistrado destacou que a Câmara não respeitou o número mínimo de votos exigido pela Constituição. Conforme a sentença, para derrubar um parecer do Tribunal de Contas que recomenda a rejeição de contas, são necessários os votos de dois terços dos vereadores. Em Novo Alegre, que possui nove parlamentares, seriam necessários seis votos, ressalta o juiz, ao apontar que apenas três vereadores participaram da votação.

Outra falha apontada pelo juiz é a votação secreta e a restrição do acesso do público à sessão. O magistrado reforçou que o julgamento de contas públicas deve ser transparente e permitir que a população fiscalize a atuação de seus representantes. A combinação entre votação secreta e limitação do acesso do público fragilizou a legitimidade democrática do julgamento, ocultando a identificação dos votos e dificultando o controle social, o que se revela incompatível com o modelo constitucional da Administração Pública, afirma o juiz.

Ao julgar procedente a ação, o juiz anulou a votação, e a aprovação das contas perdeu a validade. A Câmara Municipal de Novo Alegre deve realizar um novo julgamento das contas de 2005 a 2008, conforme a determinação do juiz, que fixou algumas obrigações para a nova sessão.

A vereadora, esposa do ex-prefeito, está proibida de participar da votação ou relatar o processo, e a votação deve ser aberta e pública, com livre acesso da população. E, para rejeitar o parecer do Tribunal de Contas que pede a reprovação das contas, serão necessários os votos de pelo menos dois terços dos vereadores aptos a votar.

Cabe recurso da decisão ao Tribunal de Justiça.

Site: <https://jalapaonoticias.com.br/noticia/43484/justica-anula-aprovacao-de-contas-de-ex-prefeito-de-novo-alegre-apos-esposa-participar-da-votacao-na-camara-municipal>

Aprovação de contas de ex-prefeito é anulada após esposa participar da votação na Câmara

Notícias do **Tocantins** -

A Justiça anulou a aprovação das contas do ex-prefeito de Novo Alegre, Paulino Pereira dos Santos, conhecido como "Paulo", referentes aos exercícios de 2005 a 2008. A decisão é do juiz Eduardo Barbosa Fernandes, da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias, que considerou irregular o julgamento realizado pela Câmara Municipal em 2023 e determinou a realização de uma nova análise pelo Poder Legislativo, com regras de transparência e imparcialidade.

A sentença, proferida nesta terça-feira (13/1), atendeu a uma ação popular ajuizada em outubro do ano passado por três moradores do município. A ação questionava a validade da sessão legislativa que aprovou as contas do ex-prefeito, eleito em 2004 para governar o município no período de 2005 a 2008, apesar de parecer técnico do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCE/TO) recomendar a rejeição.

Ao analisar o caso, o magistrado identificou uma série de irregularidades que comprometeram a legalidade do ato legislativo. Entre elas, destacou o conflito de interesses envolvendo a vereadora relatora dos processos nas comissões da Câmara, que à época era esposa do ex-prefeito. Segundo a decisão, ela presidia a Comissão de Finanças, atuou como relatora e ainda votou favoravelmente às contas do próprio marido, situação que, para o juiz, fere os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa.

Na sentença, o juiz afirmou que a participação da vereadora em todas as etapas do julgamento comprometeu "a necessária isenção do órgão julgador e instalou situação objetiva de conflito de interesses", incompatível com a função constitucional de controle exercida pelo Legislativo municipal.

Outro ponto central da decisão foi o descumprimento do quórum constitucional exigido para derrubar parecer do **Tribunal de Contas**. Conforme ressaltou o magistrado, a Constituição determina que a rejeição de um parecer técnico que recomenda a reprovação das contas só pode ocorrer com o voto favorável de dois terços dos vereadores. Em Novo Alegre, onde a

Câmara é composta por nove parlamentares, seriam necessários seis votos. No entanto, apenas três vereadores participaram da votação que aprovou as contas.

O juiz também apontou como irregular a realização de votação secreta e a restrição do acesso do público à sessão. Para ele, o julgamento de contas públicas deve ocorrer de forma aberta, permitindo o acompanhamento e a fiscalização da sociedade. "A combinação entre votação secreta e limitação do acesso do público fragilizou a legitimidade democrática do julgamento, ocultando a identificação dos votos e dificultando o controle social, o que se revela incompatível com o modelo constitucional da Administração Pública", registrou na decisão.

Com o reconhecimento das ilegalidades, o magistrado julgou procedente a ação popular, anulou a votação e retirou a validade da aprovação das contas. A Câmara Municipal de Novo Alegre deverá realizar um novo julgamento das contas referentes aos exercícios de 2005 a 2008, obedecendo às determinações judiciais.

Entre as obrigações impostas, está a proibição de participação da vereadora - esposa do ex-prefeito - tanto na relatoria quanto na votação do processo. A nova sessão deverá ter votação aberta, ampla publicidade e livre acesso da população. Além disso, para contrariar o parecer do **Tribunal de Contas** que recomenda a rejeição das contas, será exigido o voto favorável de, no mínimo, dois terços dos vereadores aptos a votar.

A decisão ainda cabe recurso ao Tribunal de Justiça do **Tocantins**.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/justica-anula-aprovacao-de-contas-de-ex-prefeito-de-novo-alegre-apos-esposa-participar-da-votacao-na-camara-municipal>

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito após esposa participar da votação na Câmara Municipal

Redação

O juiz Eduardo Barbosa Fernandes, da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias, anulou uma decisão da Câmara Municipal de Novo Alegre que havia aprovado as contas de um ex-prefeito referentes aos exercícios de 2005 a 2008. A sentença, desta terça-feira (13/1), foi proferida em ação popular movida por três pessoas do município e determina que o Poder Legislativo realize um novo julgamento, que deve seguir regras de transparência e imparcialidade.

Ajuizada em outubro passado, a ação questiona a validade da sessão da Câmara realizada em 2023, que aprovou as contas do ex-prefeito ao contrariar parecer técnico do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, o qual recomendava a rejeição.

Conforme o processo, os autores afirmam ter havido imoralidade administrativa e impedimento legal ao apontarem que a vereadora relatora dos processos nas comissões do Legislativo era a esposa do ex-prefeito. A ação sustenta que ela presidia a Comissão de Finanças, atuou como relatora e votou a favor das contas do esposo. Os autores também apontam nulidade pela realização de votação secreta no julgamento, quando deveria ter sido em sessão aberta.

Ao analisar o processo, o juiz identificou conflito de interesses, falta de votos suficientes e ausência de transparência como irregularidades que comprometem a validade do ato legislativo. Para o juiz, a participação da esposa em todo o processo fere os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa por comprometer a necessária isenção do órgão julgador e instalar situação objetiva de conflito de interesses, o que não é compatível com a função de controle exercida pelo Poder Legislativo.

Além da questão familiar, o magistrado destacou que a Câmara não respeitou o número mínimo de votos exigido pela Constituição. Conforme a sentença, para derrubar um parecer do Tribunal de Contas que recomenda a rejeição de contas, são necessários os votos de dois terços dos vereadores. Em Novo Alegre, que possui nove parlamentares, seriam necessários seis votos, ressalta o juiz, ao apontar que apenas três

vereadores participaram da votação.

Outra falha apontada pelo juiz é a votação secreta e a restrição do acesso do público à sessão. O magistrado reforçou que o julgamento de contas públicas deve ser transparente e permitir que a população fiscalize a atuação de seus representantes. A combinação entre votação secreta e limitação do acesso do público fragilizou a legitimidade democrática do julgamento, ocultando a identificação dos votos e dificultando o controle social, o que se revela incompatível com o modelo constitucional da Administração Pública, afirma o juiz.

Ao julgar procedente a ação, o juiz anulou a votação, e a aprovação das contas perdeu a validade. A Câmara Municipal de Novo Alegre deve realizar um novo julgamento das contas de 2005 a 2008, conforme a determinação do juiz, que fixou algumas obrigações para a nova sessão.

A vereadora, esposa do ex-prefeito, está proibida de participar da votação ou relatar o processo, e a votação deve ser aberta e pública, com livre acesso da população. E, para rejeitar o parecer do Tribunal de Contas que pede a reprovação das contas, serão necessários os votos de pelo menos dois terços dos vereadores aptos a votar.

Cabe recurso da decisão ao Tribunal de Justiça. (TJ/TO)

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/01/14/justica-anula-aprovacao-de-contas-de-ex-prefeito-apos-esposa-participar-da-votacao-na-camara-municipal>

Conflito de interesses leva justiça a anular votação de contas de ex-prefeito

A Justiça determinou a anulação da decisão da Câmara Municipal de Novo Alegre que havia aprovado as contas de um ex-prefeito referentes aos exercícios de 2005 a 2008. A sentença foi proferida nesta terça-feira (13) pelo juiz Eduardo Barbosa Fernandes, da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias.

Participe do grupo do O Norte no WhatsApp e receba as notícias no celular.

A decisão atende a uma ação popular proposta por três moradores do município e ainda cabe recurso ao Tribunal de Justiça do **Tocantins**.

IRREGULARIDADES APONTADAS NO JULGAMENTO

Na análise do processo, o magistrado apontou diversas irregularidades na sessão legislativa realizada em 2023, quando as contas foram aprovadas mesmo diante de parecer técnico do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** que recomendava a rejeição.

Entre os problemas identificados estão conflito de interesses, descumprimento de quórum constitucional, votação secreta e restrição de acesso do público à sessão.

CONFLITO DE INTERESSES ENVOLVENDO VEREADORA

A sentença destacou que a vereadora responsável pela relatoria nas comissões era esposa do ex-prefeito cujas contas estavam em julgamento. Ela presidia a Comissão de Finanças, atuou como relatora e votou favoravelmente à aprovação.

Para o juiz, essa participação comprometeu os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa, ao afetar a isenção exigida do órgão julgador e configurar conflito de interesses incompatível com a função de controle do Legislativo.

QUÓRUM CONSTITUCIONAL NÃO FOI RESPEITADO

Outro ponto central da decisão foi o descumprimento do quórum mínimo exigido pela Constituição para afastar parecer contrário do **Tribunal de Contas**. Em

Novo Alegre, que possui nove vereadores, seriam necessários ao menos seis votos favoráveis.

No entanto, apenas três parlamentares participaram da votação, o que, segundo o juiz, torna inválida a decisão legislativa.

VOTAÇÃO SECRETA E FALTA DE TRANSPARÊNCIA

A sentença também criticou a realização de votação secreta e a limitação do acesso do público à sessão. De acordo com o magistrado, o julgamento de contas públicas deve ocorrer de forma aberta, garantindo transparência e controle social.

Com o reconhecimento das irregularidades, a aprovação das contas foi anulada. A Câmara Municipal deverá realizar novo julgamento, com sessão pública, respeito ao quórum constitucional e sem a participação da vereadora impedida.

Site: <https://www.portalonorte.com.br/politica/conflito-de-interesses-leva-justica-a-anular-votacao-de-contas-de-ex-p/138076/>

Conflito de interesses leva justiça a anular votação de contas de ex-prefeito

A Justiça determinou a anulação da decisão da Câmara Municipal de Novo Alegre que havia aprovado as contas de um ex-prefeito referentes aos exercícios de 2005 a 2008. A sentença foi proferida nesta terça-feira (13) pelo juiz Eduardo Barbosa Fernandes, da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias.

A decisão atende a uma ação popular proposta por três moradores do município e ainda cabe recurso ao Tribunal de Justiça do **Tocantins**.

IRREGULARIDADES APONTADAS NO JULGAMENTO

Na análise do processo, o magistrado apontou diversas irregularidades na sessão legislativa realizada em 2023, quando as contas foram aprovadas mesmo diante de parecer técnico do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** que recomendava a rejeição.

Entre os problemas identificados estão conflito de interesses, descumprimento de quórum constitucional, votação secreta e restrição de acesso do público à sessão.

CONFLITO DE INTERESSES ENVOLVENDO VEREADORA

A sentença destacou que a vereadora responsável pela relatoria nas comissões era esposa do ex-prefeito cujas contas estavam em julgamento. Ela presidia a Comissão de Finanças, atuou como relatora e votou favoravelmente à aprovação.

Para o juiz, essa participação comprometeu os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa, ao afetar a isenção exigida do órgão julgador e configurar conflito de interesses incompatível com a função de controle do Legislativo.

QUÓRUM CONSTITUCIONAL NÃO FOI RESPEITADO

Outro ponto central da decisão foi o descumprimento do quórum mínimo exigido pela Constituição para afastar parecer contrário do **Tribunal de Contas**. Em Novo Alegre, que possui nove vereadores, seriam necessários ao menos seis votos favoráveis.

No entanto, apenas três parlamentares participaram da votação, o que, segundo o juiz, torna inválida a decisão legislativa.

VOTAÇÃO SECRETA E FALTA DE TRANSPARÊNCIA

A sentença também criticou a realização de votação secreta e a limitação do acesso do público à sessão. De acordo com o magistrado, o julgamento de contas públicas deve ocorrer de forma aberta, garantindo transparência e controle social.

Com o reconhecimento das irregularidades, a aprovação das contas foi anulada. A Câmara Municipal deverá realizar novo julgamento, com sessão pública, respeito ao quórum constitucional e sem a participação da vereadora impedida.

Site: <https://www.portalonorte.com.br/politica/conflito-de-interesses-leva-justica-a-anular-votacao-de-contas-de-ex-p/138076/>

Prefeitura de Palmas mantém fornecedores da merenda escolar sem pagamento e descumpre prazo prometido

A Prefeitura Municipal de **Palmas**, sob a gestão do prefeito José Eduardo de Siqueira Campos (Podemos), vem acumulando críticas pela recorrente falta de pagamento de contratos e compromissos assumidos com fornecedores. O problema, já noticiado diversas vezes pelo R1 **Palmas**, atinge diferentes áreas da administração municipal, como Infraestrutura, Zeladoria e Saúde, onde há relatos de atrasos constantes e até de empresas que nunca receberam pelos serviços prestados.

ATRASO COM FORNECEDORES DA MERENDA ESCOLAR

Um dos casos mais graves envolve fornecedores das unidades escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Empresários responsáveis pelo fornecimento de merenda escolar relatam viver uma situação de desespero financeiro e precariedade, após meses sem receber pelos alimentos entregues às escolas da rede municipal.

Segundo os fornecedores, quando o prefeito José Eduardo assumiu a gestão municipal, a Prefeitura já acumulava débitos referentes à merenda escolar fornecida até dezembro de 2024. Mesmo assim, as empresas continuaram abastecendo as unidades escolares até 31 de julho de 2025, na expectativa de regularização dos pagamentos.

A situação se agravou com a edição da Medida Provisória nº 7, conhecida como "MP da Merenda", que alterou o modelo de gestão descentralizada nas escolas e centralizou o controle na SEMED. Paralelamente, a Prefeitura realizou uma contratação emergencial para fornecimento de merenda no segundo semestre de 2025, em um valor superior a R\$ 33 milhões - contrato que passou a ser questionado pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**. A partir desse momento, os antigos fornecedores afirmam ter sido literalmente "escanteados", ficando sem respostas e sem receber pelos produtos já entregues.

A BUSCA POR SOLUÇÃO

Diante do fechamento das portas da SEMED e da

ausência de qualquer definição sobre os pagamentos, os empresários buscaram apoio na Câmara Municipal de **Palmas**, no início de agosto de 2025. Após reunião com vereadores, conseguiram a intermediação de um encontro com a gestão municipal, marcado para o dia 18 de agosto de 2025, na própria SEMED.

Na ocasião, os fornecedores se reuniram com o secretário-chefe do Gabinete do Prefeito, Carlos Júnior; o secretário de Planejamento, André Chegum; a secretária de Educação, Anice Moura; o secretário da Casa Civil, Rolf Vidal; e o secretário de Comunicação, Élcio Mendes, além de vereadores que acompanharam a reunião. Após ouvirem as reclamações e a insatisfação dos empresários que estavam sem receber desde dezembro de 2024 até julho de 2025, os representantes da gestão municipal assumiram o compromisso de que, em até 60 dias, começariam a quitar os débitos existentes.

PROMESSA NÃO CUMPRIDA

No entanto, o compromisso não foi cumprido. No próximo dia 18 de janeiro de 2026, completam-se 90 dias além do prazo de 60 dias solicitado pela própria gestão para iniciar os pagamentos. Até o momento, nenhum dos fornecedores da merenda escolar recebeu qualquer valor referente às dívidas acumuladas.

Em relato ao R1 **Palmas**, pedindo para não serem identificados, empresários relataram sentimento de frustração e indignação, afirmando que se sentem enganados pela Prefeitura de **Palmas**. Segundo eles, a postura da gestão municipal demonstra uma tentativa de empurrar o problema para o esquecimento, deixando dívidas milionárias sem solução e comprometendo a sobrevivência de empresas que garantiram a alimentação de milhares de alunos da rede municipal.

Site: <https://r1palmas.com.br/noticia/1624/prefeitura-de-palmas-mantem-fornecedores-da-merenda-escolar-sem-pagamento-e-descumpre-prazo-prometido>

Após esposa participar de votação na Câmara, justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre

O juiz Eduardo Barbosa Fernandes, da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias, anulou a decisão da Câmara Municipal de Novo Alegre que havia aprovado as contas de um ex-prefeito referentes aos exercícios de 2005 a 2008. A sentença foi proferida nesta terça-feira (13), no âmbito de uma ação popular ajuizada por três moradores do município, e determina a realização de um nN pelo Legislativo, com observância dos princípios da transparência e da imparcialidade.

A ação, protocolada em outubro de 2025, questiona a legalidade da sessão realizada em 2023, quando os vereadores aprovaram as contas do ex-gestor mesmo diante de parecer técnico do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, que recomendava a rejeição.

Segundo os autores, houve imoralidade administrativa e impedimento legal no julgamento, uma vez que a vereadora responsável pela relatoria dos processos nas comissões legislativas era esposa do ex-prefeito. Conforme apontado, ela presidia a Comissão de Finanças, atuou como relatora e votou favoravelmente à aprovação das contas do marido. A ação também sustenta a nulidade do julgamento em razão da realização de votação secreta, quando o procedimento deveria ocorrer em sessão aberta ao público.

Ao analisar o caso, o magistrado reconheceu a existência de conflito de interesses, ausência do quórum constitucional mínimo e falta de transparência, irregularidades que, segundo a decisão, comprometem a validade do ato legislativo. Para o juiz, a participação da esposa do ex-prefeito em todas as fases do processo viola os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa, ao comprometer a necessária isenção do órgão julgador.

A sentença também destacou o descumprimento do número mínimo de votos exigido pela Constituição. De acordo com o entendimento do juiz, para derrubar um parecer do **Tribunal de Contas** que recomenda a rejeição de contas, é necessária a aprovação por dois terços dos vereadores. Em Novo Alegre, onde a Câmara é composta por nove parlamentares, seriam necessários ao menos seis votos favoráveis, porém apenas três vereadores participaram da votação.

Outro ponto considerado irregular foi a realização de votação secreta e a limitação do acesso do público à sessão. Para o magistrado, o julgamento de contas públicas deve ocorrer de forma transparente, permitindo o controle social. "A combinação entre votação secreta e limitação do acesso do público fragilizou a legitimidade democrática do julgamento, ocultando a identificação dos votos e dificultando o controle social, o que se revela incompatível com o modelo constitucional da Administração Pública", afirmou na decisão.

Com o julgamento procedente da ação, a aprovação das contas foi anulada. A Câmara Municipal de Novo Alegre deverá realizar novo julgamento das contas referentes aos anos de 2005 a 2008, cumprindo as determinações judiciais. Entre elas, está a proibição de participação da vereadora, esposa do ex-prefeito, tanto na relatoria quanto na votação do processo, além da exigência de votação aberta, pública e com livre acesso da população.

A decisão estabelece ainda que, para rejeitar o parecer do **Tribunal de Contas** que recomenda a reprovação das contas, será necessário o voto favorável de pelo menos dois terços dos vereadores aptos a votar. Cabe recurso da sentença ao Tribunal de Justiça do **Tocantins**.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/municipios/apos-esposa-participar-de-votacao-na-camara-justica-anula-aprovacao-de-contas-de-ex-prefeito-de-novo-alegre/>

Aprovação de contas de ex-prefeito em Novo Alegre é anulada após esposa integrar votação na Câmara

Júlia Carvalho

A Justiça determinou a anulação da decisão da Câmara Municipal de Novo Alegre que havia aprovado as contas de um ex-prefeito relativas aos exercícios de 2005 a 2008. A sentença foi proferida nesta terça-feira, 13, pelo juiz Eduardo Barbosa Fernandes, da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias, no julgamento de uma ação popular proposta por três moradores do município.

A decisão ainda cabe recurso ao Tribunal de Justiça do **Tocantins**.

Com a decisão, o Poder Legislativo municipal deverá realizar um novo julgamento das contas, observando critérios de transparência, imparcialidade e respeito às normas constitucionais. A ação foi ajuizada em outubro do ano passado e questionou a validade da sessão realizada em 2023, na qual a Câmara aprovou as contas mesmo diante de parecer técnico do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** que recomendava a rejeição.

Ao analisar o caso, o magistrado apontou uma série de irregularidades no processo legislativo. Entre elas, a existência de conflito de interesses, uma vez que a vereadora responsável pela relatoria nas comissões era esposa do ex-prefeito cujas contas estavam em julgamento. Segundo a sentença, ela presidia a Comissão de Finanças, atuou como relatora e votou favoravelmente à aprovação das contas.

Para o juiz, essa participação comprometeu os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa, ao afetar a isenção exigida do órgão julgador e configurar situação objetiva de conflito de interesses, incompatível com a função de controle exercida pelo Legislativo.

A decisão também destacou o descumprimento do quórum mínimo exigido pela Constituição para afastar parecer contrário do **Tribunal de Contas**. Conforme a sentença, são necessários os votos favoráveis de dois terços dos vereadores. Em Novo Alegre, que possui nove parlamentares, o mínimo seria de seis votos. No entanto, apenas três vereadores participaram da

votação.

Outro ponto considerado irregular foi a realização de votação secreta e a restrição de acesso do público à sessão. O juiz ressaltou que o julgamento de contas públicas deve ocorrer de forma aberta, permitindo o acompanhamento da população. Segundo ele, a combinação de votação secreta com limitação do acesso fragilizou a legitimidade democrática do julgamento e dificultou o controle social.

Com o reconhecimento das irregularidades, a votação foi anulada e a aprovação das contas perdeu validade. A Câmara Municipal deverá realizar nova sessão para analisar as contas dos exercícios de 2005 a 2008. Na nova votação, a vereadora impedida não poderá participar nem relatar o processo, a sessão deverá ser pública e aberta à população, e eventual rejeição do parecer do **Tribunal de Contas** dependerá do voto favorável de, no mínimo, dois terços dos vereadores aptos.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/aprovacao-de-contas-de-ex-prefeito-em-novo-alegre-e-anulada-apos-esposa-integrar-votacao-na-camara-578450/>

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre após esposa participar da votação na Câmara Municipal

Da Assessoria

O juiz Eduardo Barbosa Fernandes, da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias, anulou uma decisão da Câmara Municipal de Novo Alegre que havia aprovado as contas de um ex-prefeito referentes aos exercícios de 2005 a 2008. A sentença, desta terça-feira (13/1), foi proferida em ação popular movida por três pessoas do município e determina que o Poder Legislativo realize um novo julgamento, que deve seguir regras de transparência e imparcialidade.

Ajuizada em outubro passado, a ação questiona a validade da sessão da Câmara realizada em 2023, que aprovou as contas do ex-prefeito ao contrariar parecer técnico do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, o qual recomendava a rejeição.

Conforme o processo, os autores afirmam ter havido imoralidade administrativa e impedimento legal ao apontarem que a vereadora relatora dos processos nas comissões do Legislativo era a esposa do ex-prefeito. A ação sustenta que ela presidia a Comissão de Finanças, atuou como relatora e votou a favor das contas do esposo. Os autores também apontam nulidade pela realização de votação secreta no julgamento, quando deveria ter sido em sessão aberta.

Ao analisar o processo, o juiz identificou conflito de interesses, falta de votos suficientes e ausência de transparência como irregularidades que comprometem a validade do ato legislativo. Para o juiz, a participação da esposa em todo o processo fere os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa por comprometer a necessária isenção do órgão julgador e instalar situação objetiva de conflito de interesses, o que não é compatível com a função de controle exercida pelo Poder Legislativo.

Além da questão familiar, o magistrado destacou que a Câmara não respeitou o número mínimo de votos exigido pela Constituição. Conforme a sentença, para derrubar um parecer do Tribunal de Contas que recomenda a rejeição de contas, são necessários os votos de dois terços dos vereadores. Em Novo Alegre, que possui nove parlamentares, seriam necessários seis votos, ressalta o juiz, ao apontar que apenas três

vereadores participaram da votação.

Outra falha apontada pelo juiz é a votação secreta e a restrição do acesso do público à sessão. O magistrado reforçou que o julgamento de contas públicas deve ser transparente e permitir que a população fiscalize a atuação de seus representantes. A combinação entre votação secreta e limitação do acesso do público fragilizou a legitimidade democrática do julgamento, ocultando a identificação dos votos e dificultando o controle social, o que se revela incompatível com o modelo constitucional da Administração Pública, afirma o juiz.

Ao julgar procedente a ação, o juiz anulou a votação, e a aprovação das contas perdeu a validade. A Câmara Municipal de Novo Alegre deve realizar um novo julgamento das contas de 2005 a 2008, conforme a determinação do juiz, que fixou algumas obrigações para a nova sessão.

A vereadora, esposa do ex-prefeito, está proibida de participar da votação ou relatar o processo, e a votação deve ser aberta e pública, com livre acesso da população. E, para rejeitar o parecer do Tribunal de Contas que pede a reprovação das contas, serão necessários os votos de pelo menos dois terços dos vereadores aptos a votar.

Cabe recurso da decisão ao Tribunal de Justiça.

Site:

<http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/justica-anula-aprovacao-de-contas-de-ex-prefeito-de-novo-alegre-apos-esposa-participar-da-votacao-na-camara-municipal>

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre

O juiz Eduardo Barbosa Fernandes, da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias, anulou uma decisão da Câmara Municipal de Novo Alegre que havia aprovado as contas de um ex-prefeito referentes aos exercícios de 2005 a 2008. A sentença, desta terça-feira (13/1), foi proferida em ação popular movida por três pessoas do município e determina que o Poder Legislativo realize um novo julgamento, que deve seguir regras de transparência e imparcialidade.

Ajuizada em outubro passado, a ação questiona a validade da sessão da Câmara realizada em 2023, que aprovou as contas do ex-prefeito ao contrariar parecer técnico do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, o qual recomendava a rejeição.

Conforme o processo, os autores afirmam ter havido imoralidade administrativa e impedimento legal ao apontarem que a vereadora relatora dos processos nas comissões do Legislativo era a esposa do ex-prefeito. A ação sustenta que ela presidia a Comissão de Finanças, atuou como relatora e votou a favor das contas do esposo. Os autores também apontam nulidade pela realização de votação secreta no julgamento, quando deveria ter sido em sessão aberta.

Ao analisar o processo, o juiz identificou conflito de interesses, falta de votos suficientes e ausência de transparência como irregularidades que comprometem a validade do ato legislativo. Para o juiz, a participação da esposa em todo o processo fere os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa por comprometer "a necessária isenção do órgão julgador e instalar situação objetiva de conflito de interesses", o que não é compatível com a função de controle exercida pelo Poder Legislativo.

Além da questão familiar, o magistrado destacou que a Câmara não respeitou o número mínimo de votos exigido pela Constituição. Conforme a sentença, para derrubar um parecer do Tribunal de Contas que recomenda a rejeição de contas, são necessários os votos de dois terços dos vereadores. Em Novo Alegre, que possui nove parlamentares, seriam necessários seis votos, ressalta o juiz, ao apontar que apenas três vereadores participaram da votação.

Outra falha apontada pelo juiz é a votação secreta e a restrição do acesso do público à sessão. O magistrado reforçou que o julgamento de contas públicas deve ser

transparente e permitir que a população fiscalize a atuação de seus representantes. "A combinação entre votação secreta e limitação do acesso do público fragilizou a legitimidade democrática do julgamento, ocultando a identificação dos votos e dificultando o controle social, o que se revela incompatível com o modelo constitucional da Administração Pública", afirma o juiz.

Ao julgar procedente a ação, o juiz anulou a votação, e a aprovação das contas perdeu a validade. A Câmara Municipal de Novo Alegre deve realizar um novo julgamento das contas de 2005 a 2008, conforme a determinação do juiz, que fixou algumas obrigações para a nova sessão.

A vereadora, esposa do ex-prefeito, está proibida de participar da votação ou relatar o processo, e a votação deve ser aberta e pública, com livre acesso da população. E, para rejeitar o parecer do Tribunal de Contas que pede a reprovação das contas, serão necessários os votos de pelo menos dois terços dos vereadores aptos a votar.

Cabe recurso da decisão ao Tribunal de Justiça.

Site: <https://www.portalstylo.com.br/noticial/justica-anula-aprovacao-de-contas-de-ex-prefeito-de-novo-alegre>

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre pela Câmara

Da Redação e TJTO

O juiz Eduardo Barbosa Fernandes, da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias, anulou uma decisão da Câmara Municipal de Novo Alegre que havia aprovado as contas de um ex-prefeito referentes aos exercícios de 2005 a 2008. A sentença, desta terça-feira (13/1), foi proferida em ação popular movida por três pessoas do município e determina que o Poder Legislativo realize um novo julgamento, que deve seguir regras de transparência e imparcialidade.

Ajuizada em outubro passado, a ação questiona a validade da sessão da Câmara realizada em 2023, que aprovou as contas do ex-prefeito ao contrariar parecer técnico do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, o qual recomendava a rejeição.

Conforme o processo, os autores afirmam ter havido imoralidade administrativa e impedimento legal ao apontarem que a vereadora relatora dos processos nas comissões do Legislativo era a esposa do ex-prefeito. A ação sustenta que ela presidia a Comissão de Finanças, atuou como relatora e votou a favor das contas do esposo. Os autores também apontam nulidade pela realização de votação secreta no julgamento, quando deveria ter sido em sessão aberta.

Ao analisar o processo, o juiz identificou conflito de interesses, falta de votos suficientes e ausência de transparência como irregularidades que comprometem a validade do ato legislativo. Para o juiz, a participação da esposa em todo o processo fere os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa por comprometer a necessária isenção do órgão julgador e instalar situação objetiva de conflito de interesses, o que não é compatível com a função de controle exercida pelo Poder Legislativo.

Além da questão familiar, o magistrado destacou que a Câmara não respeitou o número mínimo de votos exigido pela Constituição. Conforme a sentença, para derrubar um parecer do Tribunal de Contas que recomenda a rejeição de contas, são necessários os votos de dois terços dos vereadores. Em Novo Alegre, que possui nove parlamentares, seriam necessários seis votos, ressalta o juiz, ao apontar que apenas três vereadores participaram da votação.

Outra falha apontada pelo juiz é a votação secreta e a

restrição do acesso do público à sessão. O magistrado reforçou que o julgamento de contas públicas deve ser transparente e permitir que a população fiscalize a atuação de seus representantes. A combinação entre votação secreta e limitação do acesso do público fragilizou a legitimidade democrática do julgamento, ocultando a identificação dos votos e dificultando o controle social, o que se revela incompatível com o modelo constitucional da Administração Pública, afirma o juiz.

Ao julgar procedente a ação, o juiz anulou a votação, e a aprovação das contas perdeu a validade. A Câmara Municipal de Novo Alegre deve realizar um novo julgamento das contas de 2005 a 2008, conforme a determinação do juiz, que fixou algumas obrigações para a nova sessão.

A vereadora, esposa do ex-prefeito, está proibida de participar da votação ou relatar o processo, e a votação deve ser aberta e pública, com livre acesso da população. E, para rejeitar o parecer do Tribunal de Contas que pede a reprovação das contas, serão necessários os votos de pelo menos dois terços dos vereadores aptos a votar.

Cabe recurso da decisão ao Tribunal de Justiça.

Site: <https://t1noticias.com.br/politica/justica-anula-aprovacao-de-contas-de-ex-prefeito-de-novo-alegre-pela-camara/139701/>

Prefeito de Combinado cumpre agenda em Palmas em busca de recursos para o fortalecimento econômico e melhoria da qualidade de vida

Com foco na captação de recursos e no fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do município, o prefeito de Combinado, Dione do Pastel (Republicanos), cumpre uma série de agendas institucionais em **Palmas** nesta terça-feira, 13, e quarta-feira, 14, acompanhado do vice-prefeito Darilson Carvalho (Progressistas), vereadores aliados e secretários municipais.

Integram a comitiva a primeira-dama e secretária municipal de Assistência Social, Letícia Azevedo, os vereadores Tody Ayres (vice-presidente da Câmara Municipal), Silvana Belo e Sérgio Rezende, além dos secretários Willian Borges (Educação), Pedro Lourenço (Saúde), Gilmar Drebes (Gestor de Contratos), Mauro Henrique (Limpeza Pública) e Fernanda Souza (Secretária de Gabinete). A agenda tem como objetivo apresentar demandas prioritárias que visam à melhoria da qualidade de vida da população combinadense.

Na manhã desta terça-feira, o prefeito esteve no gabinete do deputado estadual e vice-presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), Léo Barbosa (Republicanos). Durante o encontro, foram apresentadas demandas consideradas estratégicas, especialmente na área da saúde. O parlamentar, parceiro da gestão municipal, reafirmou o compromisso de destinar emendas parlamentares ao município, além de atuar junto ao Governo do Estado e às pastas do Executivo estadual para viabilizar investimentos em educação, cultura, infraestrutura e turismo.

Ainda no período da tarde, a comitiva liderada por Dione do Pastel se reuniu com o deputado estadual e pré-candidato à Câmara Federal, Jair Farias. Na ocasião, o vice-prefeito Darilson Carvalho apresentou demandas voltadas à melhoria dos serviços de saúde e protocolou um ofício solicitando a destinação de uma emenda parlamentar para a aquisição de uma ambulância, com o objetivo de reforçar o atendimento à população do município.

Também nesta terça-feira, os representantes de Combinado estiveram com a deputada estadual Professora Janad Valcari (PL), onde apresentaram novas reivindicações que buscam ampliar investimentos e garantir avanços em áreas essenciais para o bem-estar dos munícipes.

Agenda na quarta-feira - 14

A agenda institucional segue na quarta-feira, 14, com compromissos no **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, além de reuniões na Secretaria Estadual da Saúde, Ageto e Intertins, no Palácio Araguaia José Wilson Siqueira Campos, onde a comitiva deverá se reunir com o governador Wanderlei Barbosa.

A mobilização política da gestão municipal reforça o compromisso da administração de Combinado em buscar parcerias e recursos que promovam o desenvolvimento econômico e social do município, garantindo melhorias concretas para a população.

Texto e fotos: Allessandro Ferreira / Assessoria

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/104306/prefeito-de-combinado-cumpre-agenda-em-palmas-em-busca-de-recursos-para-o-fortalecimento-economico-e-melhoria-da-qualidade-de-vida>

Relatório aponta falhas em transparência e contabilidade de emendas PIX em 25 municípios do TO

Recursos de emendas parlamentares transferidos diretamente aos cofres municipais, sem exigência de convênios ou projetos prévios, apresentam falhas de controle e transparência em cidades do **Tocantins**. A constatação é de levantamento do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** sobre a aplicação das chamadas transferências especiais, conhecidas como emendas PIX.

O diagnóstico consta da Resolução nº 1775/2025-Pleno, aprovada em sessão virtual do Pleno da Corte e relatada pelo conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**. O levantamento analisou 25 municípios sob a jurisdição da 6ª Relatoria do tribunal.

PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O estudo técnico avaliou transferências fundo a fundo e transferências voluntárias em três etapas: planejamento, execução e elaboração de relatórios. A análise compreendeu o período entre julho e setembro de 2025.

Segundo o relatório acolhido pelo plenário, a unidade de controle externo identificou baixa representatividade das informações nos portais da transparência e inconsistências nos registros contábeis, o que compromete a rastreabilidade dos recursos públicos oriundos de emendas parlamentares.

MUNICÍPIOS NÃO REGISTRARAM EMENDAS DE FORMA ADEQUADA

De acordo com o **TCE**, parte dos municípios analisados não registra corretamente as emendas no SICAP Contábil, sistema oficial de prestação de contas, nem utiliza contas bancárias específicas para movimentação dos recursos, como determina a legislação estadual.

Foram alvo das determinações os municípios de Aragominas, Araguaína, Araguaçu, Arapoema, Babaçulândia, Bandeirantes do **Tocantins**, Barra do Ouro, Bom Jesus do **Tocantins**, Campos Lindos, Carmolândia, Centenário, Filadélfia, Goiatins, Itacajá,

Itapiratins, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Pau D'Arco, Pedro Afonso, Recursolândia, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do **Tocantins**, Tupirama e Tupiratins.

PRAZOS AOS GESTORES

O tribunal determinou que os gestores municipais realizem a escrituração contábil e orçamentária correta de todas as emendas parlamentares federais e estaduais, além de utilizarem conta bancária específica para a execução das transferências especiais.

As exigências seguem o Decreto Estadual nº 6.439/2022 e a Instrução Normativa **TCE/TO** nº 03/2022. Também foi determinada a publicação completa e tempestiva dos valores recebidos e aplicados nos portais da transparência, obrigação que atinge 21 dos 25 municípios analisados.

DECISÕES DO STF ORIENTAM FISCALIZAÇÃO

Embora tenha caráter informativo, o levantamento dialoga diretamente com decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que reforçam a necessidade de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares, especialmente após os questionamentos envolvendo o chamado Orçamento Secreto.

Nesse contexto, o **TCE** recomendou à Presidência da Corte a elaboração de um ato normativo específico para disciplinar a fiscalização das emendas parlamentares estaduais e municipais, alinhado às diretrizes fixadas pelo STF na ADPF 854. Os relatórios também foram encaminhados à Atricon e à AMPCON, entidades que acompanham o tema em nível nacional, com audiência prevista no Supremo para março de 2026.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/relatorio-aponta-falhas-em-transparencia-e-contabilidade-de-emendas/138054/>

Relatório aponta falhas em transparência e contabilidade de emendas PIX em 25 municípios do TO

Recursos de emendas parlamentares transferidos diretamente aos cofres municipais, sem exigência de convênios ou projetos prévios, apresentam falhas de controle e transparência em cidades do **Tocantins**. A constatação é de levantamento do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** sobre a aplicação das chamadas transferências especiais, conhecidas como emendas PIX.

Participe do grupo do O Norte no WhatsApp e receba as notícias no celular.

O diagnóstico consta da Resolução nº 1775/2025-Pleno, aprovada em sessão virtual do Pleno da Corte e relatada pelo conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**. O levantamento analisou 25 municípios sob a jurisdição da 6ª Relatoria do tribunal.

PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O estudo técnico avaliou transferências fundo a fundo e transferências voluntárias em três etapas: planejamento, execução e elaboração de relatórios. A análise compreendeu o período entre julho e setembro de 2025.

Segundo o relatório acolhido pelo plenário, a unidade de controle externo identificou baixa representatividade das informações nos portais da transparência e inconsistências nos registros contábeis, o que compromete a rastreabilidade dos recursos públicos oriundos de emendas parlamentares.

MUNICÍPIOS NÃO REGISTRARAM EMENDAS DE FORMA ADEQUADA

De acordo com o **TCE**, parte dos municípios analisados não registra corretamente as emendas no SICAP Contábil, sistema oficial de prestação de contas, nem utiliza contas bancárias específicas para movimentação dos recursos, como determina a legislação estadual.

Foram alvo das determinações os municípios de Aragominas, Araguaína, Araguañã, Arapoema,

Babaçulândia, Bandeirantes do **Tocantins**, Barra do Ouro, Bom Jesus do **Tocantins**, Campos Lindos, Carmolândia, Centenário, Filadélfia, Goiatins, Itacajá, Itapiratins, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Pau D'Arco, Pedro Afonso, Recursolândia, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do **Tocantins**, Tupirama e Tupiratins.

PRAZOS AOS GESTORES

O tribunal determinou que os gestores municipais realizem a escrituração contábil e orçamentária correta de todas as emendas parlamentares federais e estaduais, além de utilizarem conta bancária específica para a execução das transferências especiais.

As exigências seguem o Decreto Estadual nº 6.439/2022 e a Instrução Normativa **TCE/TO** nº 03/2022. Também foi determinada a publicação completa e tempestiva dos valores recebidos e aplicados nos portais da transparência, obrigação que atinge 21 dos 25 municípios analisados.

DECISÕES DO STF ORIENTAM FISCALIZAÇÃO

Embora tenha caráter informativo, o levantamento dialoga diretamente com decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que reforçam a necessidade de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares, especialmente após os questionamentos envolvendo o chamado Orçamento Secreto.

Nesse contexto, o **TCE** recomendou à Presidência da Corte a elaboração de um ato normativo específico para disciplinar a fiscalização das emendas parlamentares estaduais e municipais, alinhado às diretrizes fixadas pelo STF na ADPF 854. Os relatórios também foram encaminhados à Atricon e à AMPCON, entidades que acompanham o tema em nível nacional, com audiência prevista no Supremo para março de 2026.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/relatorio-aponta-falhas-em-transparencia-e-contabilidade->

de-emendas/138054/

Relatório aponta falhas em transparência e contabilidade de emendas PIX em 25 municípios do Tocantins

Por: Redação

Recursos de emendas parlamentares transferidos diretamente aos cofres municipais, sem convênios ou projetos prévios, apresentam falhas de controle e transparência em cidades do **Tocantins**. A situação foi identificada em levantamento do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que analisou a aplicação das chamadas transferências especiais, conhecidas como emendas PIX, em 25 municípios sob a jurisdição da 6ª Relatoria da Corte.

O diagnóstico consta da Resolução nº 1775/2025-Pleno, aprovada em sessão virtual e relatada pelo conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**. O levantamento analisou transferências fundo a fundo e transferências voluntárias em três etapas: planejamento, execução e elaboração de relatório, entre julho e setembro de 2025.

Segundo o relatório técnico acolhido pelo plenário, a unidade de controle externo constatou baixa representatividade das informações nos portais de transparência e inconsistências nos registros contábeis, o que compromete a rastreabilidade dos recursos públicos oriundos de emendas parlamentares.

Municípios notificados

Foram alvo das determinações os municípios de Aragominas, Araguaína, Araguanã, Arapoema, Babaçulândia, Bandeirantes do **Tocantins**, Barra do Ouro, Bom Jesus do **Tocantins**, Campos Lindos, Carmolândia, Centenário, Filadélfia, Goiatins, Itacajá, Itapiratins, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Pau D'Arco, Pedro Afonso, Recursolândia, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do **Tocantins**, Tupirama e Tupiratins.

De acordo com o tribunal, parte desses municípios não registra adequadamente as emendas recebidas no SICAP Contábil, sistema oficial de prestação de contas, nem utiliza contas bancárias específicas para movimentação dos recursos, como exige a legislação estadual.

Determinações e prazos

A Corte determinou que os gestores municipais façam a escrituração contábil e orçamentária correta de todas as emendas parlamentares federais e estaduais, além da utilização exclusiva de conta bancária específica para execução das transferências especiais, conforme o Decreto Estadual nº 6.439/2022 e a Instrução Normativa **TCE/TO** nº 03/2022.

Também foi exigida a publicação tempestiva e completa dos valores recebidos e aplicados nos portais da transparência. A obrigação alcança 21 dos 25 municípios analisados, que apresentaram falhas mais evidentes na divulgação dos dados.

STF no radar

O levantamento tem caráter informativo, mas dialoga diretamente com as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a necessidade de maior transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares, especialmente após os questionamentos envolvendo o chamado Orçamento Secreto.

Nesse contexto, o **TCE** recomendou à sua Presidência a elaboração de um ato normativo específico para disciplinar a fiscalização das emendas parlamentares estaduais e municipais, alinhado às diretrizes fixadas pelo STF na ADPF 854. A Corte também determinou o envio dos relatórios à Atricon e à AMPCON, entidades que subsidiam o acompanhamento nacional do tema, com audiência prevista no Supremo para março de 2026.

Sítio:

<https://www.tribunadopovo.com.br/noticia/92994/relatorio-aponta-falhas-em-transparencia-e-contabilidade-de-emendas-pix-em-25-municipios-do-tocantins>

Relatório aponta falhas em transparência e contabilidade de emendas PIX em 25 municípios do Tocantins

Samir Leão

Recursos de emendas parlamentares transferidos diretamente aos cofres municipais, sem convênios ou projetos prévios, apresentam falhas de controle e transparência em cidades do **Tocantins**. A situação foi identificada em levantamento do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que analisou a aplicação das chamadas transferências especiais, conhecidas como emendas PIX, em 25 municípios sob a jurisdição da 6ª Relatoria da Corte.

O diagnóstico consta da Resolução nº 1775/2025-Pleno, aprovada em sessão virtual e relatada pelo conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**. O levantamento analisou transferências fundo a fundo e transferências voluntárias em três etapas: planejamento, execução e elaboração de relatório, entre julho e setembro de 2025.

Segundo o relatório técnico acolhido pelo plenário, a unidade de controle externo constatou baixa representatividade das informações nos portais de transparência e inconsistências nos registros contábeis, o que compromete a rastreabilidade dos recursos públicos oriundos de emendas parlamentares.

Municípios notificados

Foram alvo das determinações os municípios de Aragominas, Araguaína, Araguanã, Arapoema, Babaçulândia, Bandeirantes do **Tocantins**, Barra do Ouro, Bom Jesus do **Tocantins**, Campos Lindos, Carmolândia, Centenário, Filadélfia, Goiatins, Itacajá, Itapiratins, Muricilândia, Nova Olinda, Palmeirante, Pau D'Arco, Pedro Afonso, Recursolândia, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do **Tocantins**, Tupirama e Tupiratins.

De acordo com o tribunal, parte desses municípios não registra adequadamente as emendas recebidas no SICAP Contábil, sistema oficial de prestação de contas, nem utiliza contas bancárias específicas para movimentação dos recursos, como exige a legislação estadual.

Determinações e prazos

A Corte determinou que os gestores municipais façam a escrituração contábil e orçamentária correta de todas as emendas parlamentares federais e estaduais, além da utilização exclusiva de conta bancária específica para execução das transferências especiais, conforme o Decreto Estadual nº 6.439/2022 e a Instrução Normativa **TCE/TO** nº 03/2022.

Também foi exigida a publicação tempestiva e completa dos valores recebidos e aplicados nos portais da transparência. A obrigação alcança 21 dos 25 municípios analisados, que apresentaram falhas mais evidentes na divulgação dos dados.

STF no radar

O levantamento tem caráter informativo, mas dialoga diretamente com as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a necessidade de maior transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares, especialmente após os questionamentos envolvendo o chamado Orçamento Secreto.

Nesse contexto, o **TCE** recomendou à sua Presidência a elaboração de um ato normativo específico para disciplinar a fiscalização das emendas parlamentares estaduais e municipais, alinhado às diretrizes fixadas pelo STF na ADPF 854. A Corte também determinou o envio dos relatórios à Atricon e à AMPCON, entidades que subsidiam o acompanhamento nacional do tema, com audiência prevista no Supremo para março de 2026.

Sítio:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/cidades/relatorio-aponta-falhas-em-transparencia-e-contabilidade-de-emendas-pix-em-25-municipios-do-tocantins-578371/>

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre após esposa participar da votação na Câmara Municipal

Autor(a): Redação

O juiz Eduardo Barbosa Fernandes, da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias, anulou uma decisão da Câmara Municipal de Novo Alegre que havia aprovado as contas de um ex-prefeito referentes aos exercícios de 2005 a 2008. A sentença, desta terça-feira (13/1), foi proferida em ação popular movida por três pessoas do município e determina que o Poder Legislativo realize um novo julgamento, que deve seguir regras de transparência e imparcialidade.

Ajuizada em outubro passado, a ação questiona a validade da sessão da Câmara realizada em 2023, que aprovou as contas do ex-prefeito ao contrariar parecer técnico do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, o qual recomendava a rejeição.

Conforme o processo, os autores afirmam ter havido imoralidade administrativa e impedimento legal ao apontarem que a vereadora relatora dos processos nas comissões do Legislativo era a esposa do ex-prefeito. A ação sustenta que ela presidia a Comissão de Finanças, atuou como relatora e votou a favor das contas do esposo. Os autores também apontam nulidade pela realização de votação secreta no julgamento, quando deveria ter sido em sessão aberta.

Ao analisar o processo, o juiz identificou conflito de interesses, falta de votos suficientes e ausência de transparência como irregularidades que comprometem a validade do ato legislativo. Para o juiz, a participação da esposa em todo o processo fere os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa por comprometer "a necessária isenção do órgão julgador e instalar situação objetiva de conflito de interesses", o que não é compatível com a função de controle exercida pelo Poder Legislativo.

Além da questão familiar, o magistrado destacou que a Câmara não respeitou o número mínimo de votos exigido pela Constituição. Conforme a sentença, para derrubar um parecer do Tribunal de Contas que recomenda a rejeição de contas, são necessários os votos de dois terços dos vereadores. Em Novo Alegre, que possui nove parlamentares, seriam necessários seis votos, ressalta o juiz, ao apontar que apenas três

vereadores participaram da votação.

Outra falha apontada pelo juiz é a votação secreta e a restrição do acesso do público à sessão. O magistrado reforçou que o julgamento de contas públicas deve ser transparente e permitir que a população fiscalize a atuação de seus representantes. "A combinação entre votação secreta e limitação do acesso do público fragilizou a legitimidade democrática do julgamento, ocultando a identificação dos votos e dificultando o controle social, o que se revela incompatível com o modelo constitucional da Administração Pública", afirma o juiz.

Ao julgar procedente a ação, o juiz anulou a votação, e a aprovação das contas perdeu a validade. A Câmara Municipal de Novo Alegre deve realizar um novo julgamento das contas de 2005 a 2008, conforme a determinação do juiz, que fixou algumas obrigações para a nova sessão.

A vereadora, esposa do ex-prefeito, está proibida de participar da votação ou relatar o processo, e a votação deve ser aberta e pública, com livre acesso da população. E, para rejeitar o parecer do Tribunal de Contas que pede a reprovação das contas, serão necessários os votos de pelo menos dois terços dos vereadores aptos a votar.

Cabe recurso da decisão ao Tribunal de Justiça.

Site: <https://agora-to.com.br/justica-anula-aprovacao-de-contas-de-ex-prefeito-de-novo-alegre-apos-esposa-participar-da-votacao-na-camara-municipal/>

Justiça anula aprovação de contas de ex-prefeito de Novo Alegre após esposa participar da votação na Câmara Municipal

O juiz Eduardo Barbosa Fernandes, da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias, anulou uma decisão da Câmara Municipal de Novo Alegre que havia aprovado as contas de um ex-prefeito referentes aos exercícios de 2005 a 2008. A sentença, desta terça-feira (13/1), foi proferida em ação popular movida por três pessoas do município e determina que o Poder Legislativo realize um novo julgamento, que deve seguir regras de transparência e imparcialidade.

Ajuizada em outubro passado, a ação questiona a validade da sessão da Câmara realizada em 2023, que aprovou as contas do ex-prefeito ao contrariar parecer técnico do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, o qual recomendava a rejeição.

Conforme o processo, os autores afirmam ter havido imoralidade administrativa e impedimento legal ao apontarem que a vereadora relatora dos processos nas comissões do Legislativo era a esposa do ex-prefeito. A ação sustenta que ela presidia a Comissão de Finanças, atuou como relatora e votou a favor das contas do esposo. Os autores também apontam nulidade pela realização de votação secreta no julgamento, quando deveria ter sido em sessão aberta.

Ao analisar o processo, o juiz identificou conflito de interesses, falta de votos suficientes e ausência de transparência como irregularidades que comprometem a validade do ato legislativo. Para o juiz, a participação da esposa em todo o processo fere os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa por comprometer a necessária isenção do órgão julgador e instalar situação objetiva de conflito de interesses, o que não é compatível com a função de controle exercida pelo Poder Legislativo.

Além da questão familiar, o magistrado destacou que a Câmara não respeitou o número mínimo de votos exigido pela Constituição. Conforme a sentença, para derrubar um parecer do Tribunal de Contas que recomenda a rejeição de contas, são necessários os votos de dois terços dos vereadores. Em Novo Alegre, que possui nove parlamentares, seriam necessários seis votos, ressalta o juiz, ao apontar que apenas três vereadores participaram da votação.

Outra falha apontada pelo juiz é a votação secreta e a restrição do acesso do público à sessão. O magistrado reforçou que o julgamento de contas públicas deve ser transparente e permitir que a população fiscalize a atuação de seus representantes. A combinação entre votação secreta e limitação do acesso do público fragilizou a legitimidade democrática do julgamento, ocultando a identificação dos votos e dificultando o controle social, o que se revela incompatível com o modelo constitucional da Administração Pública, afirma o juiz.

Ao julgar procedente a ação, o juiz anulou a votação, e a aprovação das contas perdeu a validade. A Câmara Municipal de Novo Alegre deve realizar um novo julgamento das contas de 2005 a 2008, conforme a determinação do juiz, que fixou algumas obrigações para a nova sessão.

A vereadora, esposa do ex-prefeito, está proibida de participar da votação ou relatar o processo, e a votação deve ser aberta e pública, com livre acesso da população. E, para rejeitar o parecer do Tribunal de Contas que pede a reprovação das contas, serão necessários os votos de pelo menos dois terços dos vereadores aptos a votar.

Cabe recurso da decisão ao Tribunal de Justiça.

Site:

<https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/justica-anula-aprovacao-de-contas-de-ex-prefeito-de-novo-alegre-apos-esposa-participar-da-votacao-na-camara-municipal>

FIM DO PROJETO LAUREZ? Oposição se fragmenta e redesenha cenário político no Tocantins

Erica Lima

A semana começa com um ambiente de expectativa e intensa movimentação nos bastidores da política tocantinense. A oposição ao governo de Wanderlei Barbosa tenta se reorganizar para montar uma chapa de terceira via competitiva para as eleições gerais de outubro, em meio a um cenário de fragmentação, perda de apoios e reposicionamento estratégico de lideranças.

Os movimentos mais recentes indicam que o projeto que até o fim de 2025 era tratado como o único polo oposicionista viável, liderado pelo vice-governador Laurez Moreira e por membros da família Abreu, dá sinais claros de desgaste. A articulação, que tinha Laurez como candidato natural ao governo do Estado, vem perdendo sustentação política, apoiadores e protagonismo, o que pode não apenas enfraquecer, mas até inviabilizar sua candidatura.

A divisão interna abriu espaço para o surgimento de novos projetos e nomes no campo oposicionista. Lideranças como a ex-prefeita de **Palmas**, Cinthia Ribeiro, o ex-prefeito Carlos Amastha e o deputado federal Vicentinho Júnior passaram a discutir uma alternativa fora do eixo Laurez-Abreu e já aparecem como pré-candidatos ao Palácio Araguaia.

Entre os novos desenhos em construção, o que desponta como mais viável, até o momento, é o de Vicentinho Júnior. Antes tratado como pré-candidato ao Senado, o deputado federal passou a ser considerado um nome competitivo para disputar o governo do Estado. As negociações avançam e a expectativa é de que ele aproveite a próxima janela partidária para deixar o Progressistas (PP) e se filiar ao PSDB, partido comandado no **Tocantins** por Cinthia Ribeiro, movimento que pode consolidar uma nova frente oposicionista.

Com essa reorganização, cresce a percepção de que Laurez Moreira e os Abreus, o senador Irajá Abreu e a ex-senadora Kátia Abreu, correm o risco de ficar politicamente isolados, sem o apoio de figuras estratégicas e com dificuldade de ampliar alianças. Desde que deixou o posto de governador interino,

Laurez perdeu tração política. Mesmo mantendo agendas pelo interior do Estado, não conseguiu atrair novos apoios de peso nem demonstrar capacidade de reaglutinar o campo opositor.

Enquanto a oposição se divide e tenta se reinventar, no Palácio Araguaia os rumores também se intensificam. Cresce a especulação de que o governador Wanderlei Barbosa voltou a analisar a possibilidade de deixar o comando do Executivo para viabilizar sua candidatura ao Senado e, ao mesmo tempo, abrir caminho para a candidatura de sua esposa, Karynne Sotero, à Câmara dos Deputados.

Dentro dessa lógica, voltou a circular com força a hipótese de uma manobra política envolvendo o vice-governador Laurez Moreira. A possibilidade de oferta de uma vaga no **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** é citada nos bastidores como forma de induzir sua renúncia ao mandato, impedindo que assuma o governo em caso de saída de Wanderlei. Nesse cenário, o comando do Executivo cairia nas mãos do presidente da Assembleia Legislativa, Amélio Cayres.

. As próximas semanas prometem negociações intensas, alianças improváveis e mudanças rápidas de rota. No **Tocantins**, o jogo sucessório está longe de definido - e ainda há muita água para passar por essa ponte.

Site: <https://www.portalstylo.com.br/noticia/fim-do-projeto-laurez-oposicao-se-fragmenta-e-redesenha-cenario-politico-no-tocantins-as-vesperas-das-eleicoes>

MP cobra regras rígidas e transparência total para emendas parlamentares em Tocantinópolis e Luzinópolis

Folha do Bico

Uma recomendação emitida pelo Ministério Público do Estado do **Tocantins** colocou as Câmaras Municipais de Tocantinópolis e Luzinópolis, no centro do debate sobre transparência e controle do uso de emendas parlamentares. O documento estabelece uma série de exigências para que os Legislativos de ambos os municípios regulamentem, de forma clara e objetiva, a destinação dos recursos públicos indicados por vereadores, alinhando a prática local a decisões recentes de órgãos de controle.

Entre os principais pontos, o Ministério Público cobra a criação de um ato normativo específico que detalhe todo o processo das emendas, desde a identificação nominal do parlamentar autor até a definição precisa do beneficiário final e do objeto financiado. A recomendação também impõe a apresentação prévia de planos de trabalho, com justificativa do interesse público, estimativa de custos e cronograma de execução, além de critérios objetivos para a priorização dos recursos, evitando decisões genéricas ou sem lastro técnico.

O texto avança ainda sobre a execução financeira, ao exigir contas bancárias exclusivas para cada emenda, rastreabilidade total dos valores e comunicação obrigatória ao **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**. Essas medidas seguem diretrizes da Instrução Normativa nº 3/2025 e reforçam o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal, especialmente no que trata da ADPF 854, que determinou maior transparência e controle sobre emendas parlamentares em todo o país.

O Ministério Público fixou como prazo final o dia 1º de janeiro de 2026 para que todas as adequações estejam concluídas, deixando claro que a execução das emendas no próximo exercício só poderá ocorrer após a implementação integral das regras de transparência. O órgão também alertou que o descumprimento, sem justificativa formal, pode resultar em responsabilização administrativa e judicial dos agentes públicos envolvidos, elevando o tema ao patamar de prioridade institucional e política no município.

Site: <https://folhadobico.com.br/mp-cobra-regras-rigidas-e-transparencia-total-para-emendas-parlamentares-em-tocantinopolis-e-luzinopolis/>

Contas de 2023 apontam repasse de R\$ 728 mil a mais à Câmara de Araguaína

Samir Leão

A Câmara Municipal de Araguaína recebeu R\$ 728.334,31 a mais em repasses ao longo de 2023 em razão de falha na metodologia de cálculo do duodécimo. A inconsistência aparece na análise das contas do exercício, apreciadas pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**.

As contas de ordenador de despesas referentes a 2023 foram julgadas regulares com ressalvas, conforme o Acórdão nº 1233/2025, aprovado por unanimidade pela **Primeira Câmara** do Tribunal. O processo analisou a gestão do então presidente da Câmara, Marcos Antônio Duarte da Silva.

De acordo com o acórdão, o valor excedente resultou da inclusão em duplicidade de parte da receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) na base de cálculo do duodécimo, no cumprimento de decisão judicial. O exame técnico também apontou superávit orçamentário e financeiro e o cumprimento dos limites constitucionais e legais, com exceção do limite de despesa total do Poder Legislativo municipal.

A decisão determinou que a atual gestão da Câmara Municipal de Araguaína, presidida por Max Fleury, formalize acordo com a prefeitura para a recomposição do valor repassado em excesso. O acórdão também estabeleceu a adoção de medidas administrativas para evitar a repetição das impropriedades identificadas na análise.

O julgamento registrou ainda que as contribuições patronais ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) não atingiram os percentuais legais durante o exercício de 2023. Segundo o voto do relator, os pontos foram sanados no curso da instrução processual.

O acórdão determinou a ciência da decisão ao gestor responsável à época, ao contador da câmara e ao prefeito de Araguaína, Wagner Rodrigues. O texto também registra que o julgamento das contas não interfere na apuração de outros atos de gestão em tramitação nem na cobrança de eventuais multas ou débitos.

A decisão foi relatada pelo conselheiro **Manoel Pires dos Santos**, com participação dos conselheiros **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, presidente da **Primeira Câmara**, e **Doris de Miranda Coutinho**, além de manifestação do Ministério Público de Contas.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/cidades/contas-de-2023-apontam-repasse-de-r-728-mil-a-mais-a-camara-de-araguaina-578102/>

Laurez explica reajuste da água e cutuca Wanderlei: gestão não empurra problemas, resolve

Notícias do **Tocantins** - Com a afirmação "gestão não empurra problemas, resolve", o vice-governador Laurez Moreira (PSD) se manifestou após críticas à sua atuação durante os três meses em que exerceu interinamente o comando do Governo do Estado, no período de afastamento do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos).

Após o retorno ao cargo, Wanderlei atribuiu vários problemas à gestão interina, como a suspensão do Programa Jovem Trabalhador, a interrupção dos atendimentos odontológicos do plano Servir e o reajuste de 9,37% na tarifa de água.

Em nota, Laurez Moreira afirmou que sua atuação à frente do Executivo estadual foi pautada pela legalidade, transparência e responsabilidade administrativa, destacando que decisões adotadas no período tiveram fundamento jurídico e buscaram evitar impactos maiores à população no médio e longo prazo.

Leia também

Sobre o reajuste na conta de água, um dos pontos mais questionados, o vice-governador explicou que a medida não teve caráter político, mas decorreu de obrigação contratual reconhecida pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e pelo Poder Judiciário. Segundo ele, a recomposição tarifária foi limitada à inflação acumulada pelo IPCA, no percentual de 9,37%.

De acordo com Laurez, a alternativa seria adiar o cumprimento do contrato, o que poderia resultar em um reajuste futuro acumulado superior a 40%, com impacto ainda maior para os consumidores. "A decisão foi tomada para evitar que a população fosse surpreendida no futuro", afirmou.

O vice-governador também informou que determinou a revisão do contrato com a concessionária de água, com o objetivo de garantir a retomada de obras e investimentos no sistema, além de assegurar segurança jurídica ao Estado. Ele destacou ainda que o cumprimento do contrato é condição para viabilizar a aplicação da nova Tarifa Social, que pode beneficiar

mais de 440 mil tocantinenses.

Em relação às demais críticas envolvendo programas sociais e serviços vinculados ao Estado, Laurez Moreira sustentou que sua gestão buscou enfrentar problemas estruturais e evitar a postergação de decisões sensíveis. Para ele, a responsabilidade fiscal e administrativa exige que medidas impopulares sejam adotadas quando necessárias, desde que amparadas pela lei.

"O que fiz foi agir como gestor público, cumprindo a legislação e os contratos no tempo certo, sem empurrar problemas para frente", afirmou o vice-governador.

Laurez Moreira concluiu destacando que governar, mesmo em caráter interino, exige decisões técnicas e responsabilidade institucional, especialmente em contextos de passivos acumulados por gestões anteriores.

Site: <https://afnoticias.com.br/estado/laurez-explica-reajuste-da-agua-e-cutuca-wanderlei-gestao-nao-empurra-problemas-resolve>

Grupo Laurez se divide: Amastha e Vicente Jr querem disputar

Roberta Tum

O **Tocantins** não é para amadores. Aqui as alianças políticas se fazem e se desfazem quando não criam raízes, com uma facilidade assustadora.

É assim que, pouco mais de um mês do retorno do governador Wanderlei Barbosa ao poder, o grupo costurado pelo vice-governador Laurez Moreira (PSD) vai se desfazendo como um castelo de cartas.

Na conversa longa que tive ontem à tarde com o deputado federal Vicente Jr, ouvi dele que tem por Laurez estima e consideração, mas que se o vice for candidato "vai bater chapa comigo", afirma. Vicentinho Jr está de malas prontas para o PSDB, numa articulação que começou pelas mãos de Vicente pai, via Aécio Neves, presidente do tucanato.

Os dois não se falaram nos últimos dias. Um desencontro de ligações e já não houve mais diálogo. "Vamos falar, no tempo dele", espera Vicente.

Crescendo nos últimos meses nas intenções de voto ao Senado, Vicente Jr foi bombardeado por setores da mídia nacional e local com acusações de movimentar empresa de fachada, com cifras astronômicas que seriam objeto de propina ligadas a contratos na secretaria da Educação.

No bojo do processo, o entendimento do Ministro Kássio Nunes Marques é de que a PF não conseguiu demonstrar com clareza envolvimento do deputado para justificar que ele e a esposa fossem alvo de mandados de busca e apreensão.

Abaixo, trecho do processo ao qual o T1 Notícias teve acesso.

A Overclean tem muito a desenrolar no processo de investigações até se transformar num inquérito. Mais perto disso está a Operação Fames-19 e a Nêmesis, que afastaram o governador e que ainda mantem restrições à primeira-dama.

Na rua, muitos acham que Wanderlei foi absolvido. E é nessa tecla que Vicente Jr, na oposição, bate: "as investigações continuam e são graves, com muitos indícios de práticas delitivas".

Amastha coloca o nome e encontra caixa de ressonância

O vácuo que ficou com a impermanência de Laurez Moreira no governo e que provocou a ruptura em seu derredor, fez surgir outro pré-candidato ao governo: o vereador da Capital e ex-prefeito Carlos Amastha, do PSB.

Ao colocar seu nome num encontro de mulheres socialistas no final do ano, como opção ao governo do Estado, o vereador talvez não esperasse a repercussão que recebeu. Diferente de ser descredenciado, Amastha viu antigos apoiadores o procurarem e movimentou o cenário.

A razão disso é uma só: não existe até aqui contraponto firme à pré-candidatura da Senadora Professora Dorinha.

Ela que tem mandato - não perde nada disputando - tem partido, tempo de TV e recursos do fundo eleitoral, vem acompanhada de duas máquinas de fazer votos: o senador Eduardo Gomes e o deputado federal Carlos Gaguim. Porém, não existe campanha ganha de véspera e o ano promete ataques de lado a lado com o protagonismo de candidaturas de direita no Estado, disputando o mesmo nicho de votos.

A esta altura, resta saber como fica Laurez, que iniciou o ano se defendendo de acusações do governo sobre ações da interinidade. O grupo que permanece com ele parece lento e sonolento em traçar estratégias e segurar em torno de si os que amealhou na interinidade.

Nos bastidores a conversa é uma só: Barbosa teria mandado lhe oferecer novamente vaga no **TCE**, com a condição de que o vice renuncie. Neste cenário, Barbosa renunciaria em seguida. Amélio Cayres, presidente da Aleto assume o governo e vai à reeleição. Com Léo Barbosa assumindo a presidência.

O que muda todo jogo.

O ano começa interessante. Como num cassino, qualquer aposta é arriscada. Quem arrisca palpite? Eu, não.

Site: <https://t1noticias.com.br/blog-da-tum/grupo-laurez->

se-divide-amastha-e-vicente-jr-querem-disputar/139645/

Laurez rebate Wanderlei e questiona possível suspensão do reajuste da tarifa de água (Economia)

admin

O vice-governador Laurez Moreira subiu o tom na resposta às críticas feitas pelo governador Wanderlei Barbosa acerca do reajuste de 9,37% nas tarifas da BRK Ambiental concedido durante sua gestão interina. Em nota oficial, Laurez defendeu que a decisão não foi política, mas uma "obrigação jurídica" para evitar um prejuízo maior à população no futuro.

A nota do vice-governador foi publicada no final da tarde desta quarta-feira, 7, em decorrência da determinação do governador Wanderlei Barbosa para que a Agência Tocantinense de Regulação (ATR) analise imediatamente o reajuste na tarifa de água cobrada pela empresa BRK Ambiental para cancelar o aumento, que está previsto na Resolução nº 13/2025, de 5 de novembro de 2025.

Em sua defesa, Laurez argumenta na nota que o estado vivia um cenário de omissão e que a tarifa estava sem a correção pelo IPCA e que o reajuste represado poderia ultrapassar 40% nos próximos anos, criando um impacto impagável para as famílias. A nota do vice informa que o acordo para o reajuste foi balizado por decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e do Judiciário, de modo a regularizar contratos que estavam travados.

Laurez argumentou ainda que a regularização contratual é o que garante a continuação de obras de saneamento e, principalmente, a aplicação da Nova Tarifa Social, que beneficia mais de 440 mil tocaninenses de baixa renda. "O que fiz foi agir como gestor público. Cumpri a lei, evitei um impacto injusto às famílias e busquei o melhor para a população. Gestão responsável é resolver no tempo certo, não empurrar problemas", afirmou Laurez.

O episódio da tarifa de água soma-se a outros e evidencia o rompimento público entre o governador e seu vice. Enquanto Wanderlei tenta se distanciar do aumento tarifário - alegando falta de transparência na publicação do ato -, Laurez se posiciona como o gestor que "limpou a casa" e enfrentou passivos financeiros e jurídicos deixados pela administração principal, incluindo rombos na saúde e pendências

contratuais. O cenário agora aguarda os desdobramentos da comissão criada por Wanderlei para revisar os atos da gestão interina, o que deve manter a temperatura política elevada no **Tocantins** no início deste ano de 2026.

Confira abaixo a nota na íntegra:

Gestão Não Empurra Problemas, Resolve!

Durante o período em que estive à frente do Governo do Estado, atuei com transparência, respeito à legalidade e, acima de tudo, responsabilidade com as pessoas do **Tocantins**.

O acordo com a companhia de água não foi uma decisão política, nem de conveniência. Foi uma obrigação jurídica e contratual, reconhecida pelo **Tribunal de Contas do Estado** e pelo Poder Judiciário. Diante de anos de omissão, optei por uma solução equilibrada: autorizei apenas a recomposição da inflação, pelo IPCA, limitada a 9,37%, para evitar que a população fosse surpreendida, no futuro, com um reajuste acumulado que poderia ultrapassar 40%.

Ao mesmo tempo, determinei que as partes revisassem o contrato para garantir a retomada de obras e investimentos, assegurando segurança jurídica e proteção ao cidadão. Essa postura responsável é fundamental também para permitir a aplicação da nova Tarifa Social, que pode beneficiar mais de 440 mil tocaninenses.

O que fiz foi agir como gestor público. Cumpri a lei, evitei um impacto injusto às famílias e busquei o melhor para a população do **Tocantins**. Isso é governar com responsabilidade.

Gestão responsável é cumprir a lei e os contratos no tempo certo, não empurrar problemas com a barriga.

Site: <https://perfilto.com/2026/01/09/laurez-rebate-wanderlei-e-questiona-possivel-suspensao-do-reajuste-da-tarifa-de-agua/>

Gestão Não Empurra Problemas, Resolve! (Banner Principal)

Durante o período em que estive à frente do Governo do Estado, atuei com transparência, respeito à legalidade e, acima de tudo, responsabilidade com as pessoas do **Tocantins**.

O acordo com a companhia de água não foi uma decisão política, nem de conveniência. Foi uma obrigação jurídica e contratual, reconhecida pelo **Tribunal de Contas do Estado** e pelo Poder Judiciário. Diante de anos de omissão, optei por uma solução equilibrada: autorizei apenas a recomposição da inflação, pelo IPCA, limitada a 9,37%, para evitar que a população fosse surpreendida, no futuro, com um reajuste acumulado que poderia ultrapassar 40%.

Ao mesmo tempo, determinei que as partes revisassem o contrato para garantir a retomada de obras e investimentos, assegurando segurança jurídica e proteção ao cidadão. Essa postura responsável é fundamental também para permitir a aplicação da nova Tarifa Social, que pode beneficiar mais de 440 mil tocaninenses.

O que fiz foi agir como gestor público. Cumpri a lei, evitei um impacto injusto às famílias e busquei o melhor para a população do **Tocantins**. Isso é governar com responsabilidade.

Site: <https://jornaltocantinsnews.com.br/gestao-nao-empurra-problemas-resolve/>

Como jogo festivo entre amigos de Djalminha e Alex Dias, e desafio de futvôlei levou a investigação na Prefeitura de Lajeado

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** determinou a instauração de uma Tomada de Contas Especial para apurar despesas feitas pela Prefeitura de Lajeado na organização do Festival Cultural, Gastronômico e Esportivo do município realizando no início de 2025. A decisão alcança contratações diretas efetuadas por meio das dispensas de licitação nº 20, 21 e 22/2025, vinculadas à realização de competições esportivas, atividades culturais e à logística de atletas.

O festival reuniu shows, desafios de futevôlei e um jogo festivo entre amigos dos ex-jogadores Djalminha e Alex Dias. Por trás da programação, porém, havia uma série de despesas previstas, como pagamento de cachês, contratação de arbitragem e serviços de gestão esportiva, além de custos com estruturas, hospedagem, alimentação e transporte. Esses gastos estão descritos nos autos examinados pela área técnica e detalhados no parecer do Ministério Público de Contas.

A apuração teve origem em denúncia anônima registrada na Ouvidoria do **TCE/TO**, que apontou possíveis irregularidades em contratações realizadas sem licitação para viabilizar o evento. A Terceira Diretoria de Controle Externo analisou os processos e identificou fragilidades no planejamento das despesas e na comprovação da execução dos serviços contratados.

De acordo com o Relatório Técnico nº 18/2025 e com a Análise de Defesa nº 157/2025, uma das dispensas envolveu a organização das competições esportivas, com previsão de contratação de equipe técnica, arbitragem, apoio operacional e serviços ligados à realização dos jogos. Outra dispensa tratou da logística dos atletas, incluindo custos com deslocamento, hospedagem e alimentação. Também constaram despesas relacionadas à estrutura do evento, como montagem de espaços e apoio às atividades esportivas.

O Ministério Público de Contas destacou que, embora haja indícios da realização do festival, não foram apresentados documentos fiscais e financeiros suficientes para comprovar a liquidação regular das despesas, como notas fiscais detalhadas, comprovantes bancários de pagamento, relação nominal de atletas e prestadores de serviços, além de registros completos no sistema SICAP-LCO. Segundo o órgão, essa ausência impede a verificação precisa de quanto foi pago, a quem e em quais condições.

Outro ponto apontado refere-se à falta de orçamento detalhado por serviço, o que dificultou a análise da formação dos preços e da compatibilidade dos valores contratados com os praticados no mercado. A instrução técnica também registrou falhas na alimentação dos dados obrigatórios nos sistemas de controle, comprometendo a transparência das despesas vinculadas ao evento.

No voto que fundamentou a decisão, o relator do processo, conselheiro **José Wagner Praxedes**, ressaltou que a controvérsia não se limita a impropriedades formais nos procedimentos de dispensa de licitação, mas envolve a impossibilidade de aferir a regular execução das despesas públicas, situação que eleva o risco de prejuízo ao erário e inviabiliza o controle externo.

Tomada de Contas

Com base nas conclusões da unidade técnica e no parecer do Ministério Público de Contas, o Pleno do **TCE** acatou a instauração de Tomada de Contas Especial, instrumento destinado à apuração aprofundada dos fatos. O procedimento terá como objetivos a verificação da execução das despesas do festival, a identificação dos responsáveis diretos e indiretos e a quantificação de eventual dano aos cofres públicos.

A decisão determina que o processo siga para nova fase de instrução, com coleta de documentos, análise

detalhada dos gastos e garantia do contraditório e da ampla defesa aos responsáveis. Somente após a conclusão da Tomada de Contas Especial o Tribunal avaliará a existência de prejuízo e a eventual aplicação de sanções ou imputação de débito.

Prefeitura

A prefeitura foi procurada pela reportagem e a matéria será atualizada assim que a posição for emitida.

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/justica/como-jogo-festivo-entre-amigos-de-djaminha-e-alex-dias-e-desafio-de-futvolei-levou-a-investigacao-na-prefeitura-de-lajeado-578070/>

Obra de quase R\$ 100 milhões na Ponte Siqueira Campos é alvo de fiscalização do TCE

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** identificou supostas irregularidades na fase de planejamento da Concorrência Eletrônica nº 90010/2024, conduzida pela Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto), que prevê obras de readequação da Ponte Siqueira Campos, na rodovia TO-080.

Participe do grupo do O Norte no WhatsApp e receba as notícias no celular.

O valor estimado do contrato é de R\$ 98.026.102,14, com recursos do Tesouro Estadual, para intervenções em um trecho de 8,10 quilômetros.

FISCALIZAÇÃO E OBJETO DA CONTRATAÇÃO

A análise consta em despacho da 5ª Relatoria do **TCE**, da conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, assinado no dia 5 de janeiro de 2026, a partir de fiscalização realizada pela Coordenadoria de Auditoria de Engenharia (CAENG).

O processo trata da contratação integrada de empresa responsável pela elaboração do projeto executivo e pela execução das obras, incluindo adequações de faixas de rolamento, acostamentos, ciclovias, sinalização, análise estrutural da ponte e a construção de uma ciclopasseira metálica.

PONTE LIGA **PALMAS** A LUZIMANGUES

Inaugurada em 2002, a estrutura, com 1.042 metros de extensão, era conhecida como Ponte da Amizade e da Integração. Ela está localizada na TO-080, ligando **Palmas** ao distrito de Luzimangues, em Porto Nacional.

Em maio de 2024, foi sancionada pelo governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) a Lei nº 4.392, que passou a denominar a ponte sobre o Lago de **Palmas** como Governador José Wilson Siqueira Campos.

PRINCIPAIS ACHADOS APONTADOS PELO **TCE**

O relatório técnico aponta seis achados principais. O primeiro trata do critério de julgamento definido no

edital como "maior desconto". Segundo a unidade técnica, diante da complexidade do objeto, o mais adequado seria o critério "técnica e preço".

Outro ponto refere-se ao orçamento estimado, elaborado com base em tabelas de preços com data-base de 2023, apesar de o edital ter sido publicado em agosto de 2024, o que indica defasagem superior a seis meses.

A fiscalização também identificou inconsistências nos documentos preparatórios. O Estudo Técnico Preliminar menciona a possibilidade de "contratação direta", incompatível com o porte da licitação, além do uso incorreto do termo "projeto básico" em um regime que exige anteprojeto.

Também foi questionada a justificativa para adoção da contratação integrada, baseada na deficiência do anteprojeto, entendimento que contraria a legislação e a jurisprudência, já que o modelo não deve ser utilizado para suprir falhas de planejamento.

O **TCE** apontou ainda que o anteprojeto não constitui uma peça técnica unificada, reunindo documentos de processos anteriores e sem atender plenamente às exigências da Lei nº 14.133/2021. Por fim, foi identificada cláusula considerada abusiva, que transfere aos licitantes a responsabilidade por falhas ou omissões dos projetos, quando a alocação de riscos deveria ocorrer exclusivamente por meio da matriz de riscos.

CITAÇÕES, PRAZOS E ANDAMENTO DO PROCESSO

Diante dos achados, o relator admitiu o caso como representação e determinou a citação e intimação de gestores, técnicos e agentes públicos envolvidos na elaboração do edital, do orçamento e dos documentos preparatórios.

Entre os intimados está o presidente da Ageto, Túlio Parreira Labre, que tem prazo de 15 dias úteis para apresentar esclarecimentos e informar eventuais medidas adotadas para correção das falhas apontadas. O consórcio contratado também foi

intimado e pode se manifestar nos autos.

Após as respostas, o processo retorna à CAENG para nova instrução e, em seguida, ao Ministério Público de Contas. A eventual suspensão do procedimento licitatório ainda depende das manifestações dos responsáveis.

O Governo do **Tocantins** foi procurado e a matéria será atualizada assim que houver posicionamento oficial.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/estado/obra-de-quase-r-100-milhoes-na-ponte-siqueira-campos-e-alvo-de-fiscali/137937/>

Obra de quase R\$ 100 milhões na Ponte Siqueira Campos é alvo de fiscalização do TCE

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** identificou supostas irregularidades na fase de planejamento da Concorrência Eletrônica nº 90010/2024, conduzida pela Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto), que prevê obras de readequação da Ponte Siqueira Campos, na rodovia TO-080.

O valor estimado do contrato é de R\$ 98.026.102,14, com recursos do Tesouro Estadual, para intervenções em um trecho de 8,10 quilômetros.

FISCALIZAÇÃO E OBJETO DA CONTRATAÇÃO

A análise consta em despacho da 5ª Relatoria do **TCE**, da conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, assinado no dia 5 de janeiro de 2026, a partir de fiscalização realizada pela Coordenadoria de Auditoria de Engenharia (CAENG).

O processo trata da contratação integrada de empresa responsável pela elaboração do projeto executivo e pela execução das obras, incluindo adequações de faixas de rolamento, acostamentos, ciclovias, sinalização, análise estrutural da ponte e a construção de uma ciclopasseira metálica.

PONTE LIGA **PALMAS** A LUZIMANGUES

Inaugurada em 2002, a estrutura, com 1.042 metros de extensão, era conhecida como Ponte da Amizade e da Integração. Ela está localizada na TO-080, ligando **Palmas** ao distrito de Luzimangues, em Porto Nacional.

Em maio de 2024, foi sancionada pelo governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) a Lei nº 4.392, que passou a denominar a ponte sobre o Lago de **Palmas** como Governador José Wilson Siqueira Campos.

PRINCIPAIS ACHADOS APONTADOS PELO **TCE**

O relatório técnico aponta seis achados principais. O primeiro trata do critério de julgamento definido no edital como "maior desconto". Segundo a unidade técnica, diante da complexidade do objeto, o mais adequado seria o critério "técnica e preço".

Outro ponto refere-se ao orçamento estimado, elaborado com base em tabelas de preços com data-base de 2023, apesar de o edital ter sido publicado em agosto de 2024, o que indica defasagem superior a seis meses.

A fiscalização também identificou inconsistências nos documentos preparatórios. O Estudo Técnico Preliminar menciona a possibilidade de "contratação direta", incompatível com o porte da licitação, além do uso incorreto do termo "projeto básico" em um regime que exige anteprojeto.

Também foi questionada a justificativa para adoção da contratação integrada, baseada na deficiência do anteprojeto, entendimento que contraria a legislação e a jurisprudência, já que o modelo não deve ser utilizado para suprir falhas de planejamento.

O **TCE** apontou ainda que o anteprojeto não constitui uma peça técnica unificada, reunindo documentos de processos anteriores e sem atender plenamente às exigências da Lei nº 14.133/2021. Por fim, foi identificada cláusula considerada abusiva, que transfere aos licitantes a responsabilidade por falhas ou omissões dos projetos, quando a alocação de riscos deveria ocorrer exclusivamente por meio da matriz de riscos.

CITAÇÕES, PRAZOS E ANDAMENTO DO PROCESSO

Diante dos achados, o relator admitiu o caso como representação e determinou a citação e intimação de gestores, técnicos e agentes públicos envolvidos na elaboração do edital, do orçamento e dos documentos preparatórios.

Entre os intimados está o presidente da Ageto, Túlio Parreira Labre, que tem prazo de 15 dias úteis para apresentar esclarecimentos e informar eventuais medidas adotadas para correção das falhas apontadas. O consórcio contratado também foi intimado e pode se manifestar nos autos.

Após as respostas, o processo retorna à CAENG para

nova instrução e, em seguida, ao Ministério Público de Contas. A eventual suspensão do procedimento licitatório ainda depende das manifestações dos responsáveis.

O Governo do **Tocantins** foi procurado e a matéria será atualizada assim que houver posicionamento oficial.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/estado/obra-de-quase-r-100-milhoes-na-ponte-siqueira-campos-e-alvo-de-fiscal/137937/>

Câmara de Cristalândia entra na mira do TCE/TO por suspeita de serviços "fantasmas" em obra

Multimídia:

*[http://midia.smi.srv.br/audio/2026/01/08/RDIOPARASOFM
104FM-11.45.43-11.48.48-1767884285.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2026/01/08/RDIOPARASOFM104FM-11.45.43-11.48.48-1767884285.mp3)*

Laurez defende correção tarifária da BRK e afirma que decisão evitou aumento mais severo no futuro

Por: Redação

As notas divulgadas pelo então presidente da Agência Tocantinense de Regulação (ATR) durante a gestão interina e pelo vice-governador Laurez Moreira (PSB) apresentam uma justificativa técnica e jurídica para o reajuste de 9,37% nas tarifas de água e esgoto da BRK Ambiental no **Tocantins**, em vigor desde dezembro de 2025. As manifestações foram publicadas após o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) criticar publicamente o aumento e anunciar medidas para tentar cancelá-lo.

De acordo com a nota assinada por Saulo Sardinha Milhomem, presidente da ATR à época, a atualização tarifária prevista na Resolução ATR nº 13/2025, de 5 de novembro de 2025, teve como objetivo enfrentar os efeitos de três anos consecutivos de congelamento das tarifas. Segundo ele, a manutenção desse cenário poderia resultar, no futuro, em um reajuste acumulado próximo de 40%.

"O reajuste de 9,37% foi definido justamente para evitar esse impacto abrupto e mais oneroso à população, corrigindo apenas a inflação acumulada no período, com base no IPCA", afirma a nota. O texto destaca que não houve aumento real de tarifa, mas apenas recomposição inflacionária referente ao período entre setembro de 2023 e agosto de 2025.

A ATR também sustenta que a decisão seguiu obrigações legais e contratuais, com respaldo na Lei Federal nº 11.445/2007, além de normas técnicas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e entendimentos dos órgãos de controle, incluindo o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**. A agência argumenta ainda que o congelamento artificial das tarifas não elimina custos, apenas posterga correções, o que pode gerar impactos mais severos no futuro.

Outro ponto abordado na nota é a publicidade do ato, a ATR afirma que a resolução foi publicada no site oficial da agência, garantindo transparência e acesso público às informações, embora o governador tenha criticado a ausência de publicação no Diário Oficial do Estado.

Já o vice-governador Laurez Moreira, que esteve à frente do Executivo durante o período interino, defende que a autorização do reajuste não teve motivação política, mas caráter estritamente técnico e jurídico. Segundo ele, a recomposição inflacionária era uma obrigação reconhecida tanto pelo **Tribunal de Contas** quanto pelo Poder Judiciário.

Laurez afirma que optou por uma "solução equilibrada", ao autorizar apenas a correção pelo IPCA, limitada a 9,37%, como forma de evitar que a população fosse impactada futuramente por um aumento acumulado mais elevado. Em sua manifestação, ele também destaca que determinou a revisão do contrato com a concessionária para viabilizar a retomada de obras e investimentos no sistema de saneamento.

"O que fiz foi cumprir a lei, evitar um impacto injusto às famílias e buscar o melhor para a população do **Tocantins**", diz a nota, que também menciona a possibilidade de ampliação dos benefícios da Tarifa Social, com potencial alcance de mais de 440 mil tocantinenses.

As manifestações ocorrem em meio à decisão do governador Wanderlei Barbosa de determinar uma análise administrativa imediata para verificar a possibilidade de cancelamento do reajuste. O processo, segundo o governo, está sob responsabilidade da ATR e deverá ser encaminhado posteriormente à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) para avaliação jurídica.

Site:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/92838/laurez-defende-correcao-tarifaria-da-brk-e-afirma-que-decisao-evitou-aumento-mais-severo-no-futuro>

TCE-TO aponta falhas no planejamento de licitação de R\$ 98 milhões para obras na Ponte Siqueira Campos

Por: Redação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** apontou a existência de supostas irregularidades na fase de planejamento da Concorrência Eletrônica nº 90010/2024, conduzida pela Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto). O certame trata de obras de readequação da Ponte Siqueira Campos, localizada na rodovia TO-080, em um trecho de 8,10 quilômetros. O valor estimado do contrato é de R\$ 98.026.102,14, com recursos do Tesouro Estadual.

A constatação consta em despacho da 5ª Relatoria do **TCE**, sob responsabilidade da conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, assinado em 5 de janeiro de 2026. A análise decorre de fiscalização realizada pela Coordenadoria de Auditoria de Engenharia (CAENG). O processo prevê a contratação integrada de uma empresa que ficará responsável tanto pela elaboração do projeto executivo quanto pela execução das obras, incluindo adequações nas faixas de rolamento, acostamentos, ciclovias, sinalização, análise estrutural da ponte e a construção de uma ciclopasseira metálica.

Inaugurada em 2002, a estrutura possui 1.042 metros de extensão e era anteriormente conhecida como Ponte da Amizade e da Integração. A ponte está situada na Rodovia TO-080, no trecho que liga o município de **Palmas** a Luzimangues, distrito de Porto Nacional. Em maio de 2024, foi sancionada pelo governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa (Republicanos), a Lei nº 4.392, que passou a denominar a ponte sobre o Lago de **Palmas** como Governador José Wilson Siqueira Campos.

De acordo com o relatório técnico elaborado pela unidade de auditoria, foram identificados seis achados considerados relevantes na fase de planejamento da contratação. O primeiro diz respeito ao critério de julgamento definido no edital como "maior desconto". Segundo a análise, diante da complexidade do objeto, que envolve soluções técnicas variadas e elevada responsabilidade estrutural, a legislação aponta maior adequação do critério "técnica e preço", que permitiria avaliar não apenas o valor ofertado, mas também a

qualidade técnica das propostas.

O segundo achado está relacionado ao orçamento estimado da contratação, que foi elaborado com base em tabelas de preços com datas-base de 2023. Como o edital da Concorrência Eletrônica foi publicado apenas em agosto de 2024, a unidade técnica aponta uma defasagem superior a seis meses nos valores de referência utilizados, o que pode comprometer a fidedignidade do orçamento.

O relatório também aponta a existência de inconsistências e contradições nos documentos que compõem a fase preparatória do certame. O Estudo Técnico Preliminar (ETP), por exemplo, menciona em determinado trecho a possibilidade de "contratação direta", o que é incompatível com uma licitação desse porte e complexidade. Além disso, foi identificado o uso incorreto da expressão "projeto básico", mesmo se tratando de um regime de contratação integrada, que exige a apresentação de anteprojeto como referência inicial para os licitantes.

Outro ponto levantado pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** refere-se à justificativa apresentada para a adoção do regime de contratação integrada. Conforme o relatório, a opção foi fundamentada na deficiência do anteprojeto existente, o que contraria entendimentos técnicos e jurisprudenciais, uma vez que esse modelo de contratação não deve ser utilizado para suprir falhas de planejamento por parte da administração pública.

A fiscalização também apontou que o anteprojeto apresentado não configura uma peça técnica unificada. O documento reúne materiais oriundos de processos anteriores e, conforme registrado no próprio Estudo Técnico Preliminar (ETP), não atende integralmente às exigências legais previstas na Lei nº 14.133/2021.

O sexto achado identificado trata da existência de uma cláusula considerada abusiva no edital, que transfere aos licitantes a responsabilidade por falhas, omissões ou incorreções dos projetos. O Tribunal destaca que a correta alocação de riscos deve ocorrer exclusivamente por meio da matriz de riscos, de forma

clara e equilibrada, não podendo ser repassada de maneira genérica às empresas participantes.

Diante dos elementos apurados, o relator admitiu o caso como representação e determinou a citação e intimação de gestores, técnicos e agentes públicos envolvidos na elaboração do edital, do orçamento, do Estudo Técnico Preliminar e dos demais documentos preparatórios. Entre os intimados está o presidente da Ageto, Túlio Parreira Labre, que recebeu ciência formal do processo e dispõe de prazo de 15 dias úteis para apresentar esclarecimentos e documentação sobre eventuais medidas administrativas adotadas para sanar os achados apontados.

O consórcio contratado também foi intimado e poderá se manifestar nos autos, caso entenda necessário. Após o encerramento do prazo para apresentação das respostas, o processo retornará à Coordenadoria de Auditoria de Engenharia (CAENG) para nova instrução e, posteriormente, será encaminhado ao Ministério Público de Contas, que deverá emitir parecer. A eventual suspensão do procedimento licitatório ainda dependerá da análise das manifestações dos responsáveis.

Da redação P V Notícias

Site: <https://pontoevirgulanoticias.com/noticia/32261/tce-to-aponta-falhas-no-planejamento-de-licitacao-de-r-98-milhoes-para-obras-na-ponte-siqueira-campos>

Governo do Tocantins afirma que licitação da Ponte Siqueira Campos seguiu a lei e está em execução regular

Samir Leão

O Governo do **Tocantins**, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, informou que a licitação para a reforma da Ponte Siqueira Campos, na rodovia TO-080, foi conduzida em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com ampla divulgação nacional. A obra, orçada em R\$ 98 milhões e executada pela Ageto, órgão responsável pelo projeto, encontra-se em andamento.

De acordo com a nota, o edital permaneceu publicado por mais de 90 dias, sem impugnações de licitantes ou manifestações prévias do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**, e contou com a participação de oito empresas. O critério de julgamento adotado foi o "maior desconto", modalidade prevista em lei e considerada usual pela autarquia em obras de engenharia, com o objetivo de conferir objetividade ao certame e reduzir riscos de manipulação de planilhas.

O governo também destacou que, mesmo com o orçamento elaborado a partir de referências com data superior a seis meses, não houve prejuízo à competitividade nem ao interesse público, o que se confirma pelo êxito da licitação e pela compatibilidade das propostas com os preços de mercado. Quanto à nomenclatura dos documentos, a administração afirmou que as observações do **TCE** possuem caráter formal e não comprometeram a compreensão do objeto nem a execução da obra.

Segundo a PGE, a escolha do regime de contratação integrada se justificou pela complexidade do empreendimento, modalidade prevista em lei e amplamente utilizada para aprimorar a gestão de riscos e reduzir a necessidade de aditivos contratuais. Por fim, os apontamentos do **Tribunal de Contas** estão em fase de esclarecimento institucional, e, até o momento, não há demonstração de prejuízo ao erário.

Leia também: Tribunal aponta indícios de irregularidades em licitação de R\$ 98 milhões da Ageto para obras na Ponte Siqueira Campos

Nota do Governo

Nota Ponte Siqueira Campos

A Procuradoria-Geral do Estado esclarece que, de acordo com as informações repassadas pela Ageto, órgão responsável pela reforma da Ponte Siqueira Campos, a licitação da obra da referida ponte foi realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com ampla divulgação nacional.

O edital permaneceu publicado por mais de 90 dias, sem impugnações de licitantes ou manifestações prévias do **Tribunal de Contas**, e o certame contou com a participação de oito empresas. A obra, portanto, encontra-se em execução regular.

O critério de julgamento adotado foi o maior desconto, modalidade expressamente prevista em lei e usualmente utilizada pela Autarquia em obras de engenharia, com o objetivo de conferir maior objetividade ao certame e reduzir riscos como o chamado "jogo de planilha". O procedimento foi eletrônico, assegurando ampla concorrência.

Em relação ao orçamento, ainda que tenham sido utilizadas referências com data superior a seis meses, não houve prejuízo à competitividade ou ao interesse público, o que se confirma pelo êxito da licitação e pela compatibilidade das propostas apresentadas com os preços de mercado.

As observações relativas à nomenclatura de documentos têm natureza formal e não comprometeram a compreensão do objeto nem a execução da obra, uma vez que a Administração dispunha dos projetos e estudos técnicos necessários.

A escolha do regime de contratação integrada decorreu da complexidade do empreendimento, sendo modalidade prevista em lei e amplamente utilizada em obras dessa natureza, justamente para aprimorar a gestão de riscos e reduzir a necessidade de aditivos contratuais.

E, por fim, os apontamentos do **Tribunal de Contas** encontram-se em fase de esclarecimento no âmbito institucional próprio, não havendo, até o momento, qualquer demonstração de prejuízo ao erário.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/tocantins/governo-do-tocantins-afirma-que-licitacao-da-ponte-siqueira-campos-seguiu-a-lei-e-esta-em-execucao-regular-577993/>

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS

| Reforma Tributária: riqueza ou estagnação para os Municípios do Tocantins? (Opinião)

por Redação

A aprovação da Reforma Tributária em Brasília não foi apenas uma mudança de leis; foi um sinal de alerta que precisa ecoar em cada um dos 139 municípios do **Tocantins**. Para além das letras frias da Emenda Constitucional nº 132 e dos novos Projetos de Lei Complementar (PLP 68 e 108), estamos diante de um ultimato histórico.

Encerra-se o tempo em que as Prefeituras podiam apenas esperar pelos repasses federais para sobreviver. A nova regra do jogo é clara: ou os nossos Municípios precisam acelerar sua profissionalização agora, ou condenarão suas populações a décadas de irrelevância e estagnação. A reforma não é um evento para o futuro; é a urgência absoluta de 2026.

A maioria das nossas cidades vive com o "pires na mão", dependendo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para fechar a folha de pagamento. A Reforma Tributária traz a chave para quebrar essa corrente de dependência, mas ela exige que o gestor municipal saiba girar a fechadura.

A grande revolução é a mudança do local do imposto: ele deixará de ficar na cidade onde o produto foi fabricado (geralmente no Sul e Sudeste) e virá integralmente para a cidade onde vive o consumidor. Isso é uma excelente notícia para o **Tocantins**, um estado consumidor. Com a reforma, o imposto da geladeira, do carro ou do serviço de streaming ficará aqui.

Mas muita atenção: o dinheiro não virá automaticamente. Ele só chegará se o Município tiver um cadastro impecável de seus habitantes. Se o sistema nacional não souber que o consumidor mora em **Palmas**, Araguaína, Gurupi ou em uma cidade do Bico do Papagaio, o recurso irá para outro lugar.

Nesse novo cenário, a tecnologia será a melhor amiga do cofre público. O novo sistema prevê o chamado Split Payment - um pagamento dividido instantâneo. Quando o cidadão passar o cartão na padaria ou na loja de material de construção, o banco separará automaticamente a parte do imposto e a enviará para

a conta pública. Acaba-se a sonegação e o dinheiro entra na hora. Porém, para que essa "mágica digital" aconteça, a casa precisa estar arrumada. Municípios com cadastros desatualizados e sem tecnologia ficarão fora dessa revolução de liquidez e perderão recursos vitais.

Outro ponto que toca diretamente na ferida da nossa economia estadual é a mineração. O **Tocantins** é uma terra rica, e a mineração é motor de emprego e renda. A nova lei cria o "Imposto Seletivo", apelidado de "imposto do pecado", que taxará a extração de minérios em até 1%. Precisamos de firmeza política aqui: tratar a nossa produção mineral - base para o desenvolvimento e para a agricultura - com a mesma lógica punitiva do cigarro é um erro estratégico. Se a mineração encolher por excesso de tributos, encolhe também a Compensação Financeira (CFEM), secando a fonte de royalties que hoje financia a saúde e a educação em diversas cidades tocantinenses.

Precisamos também falar de governança e união. O antigo ISS, gerido isoladamente, vai acabar. Entra em cena o Comitê Gestor, um "superfisco" nacional. Isso assusta, mas também abre portas. O **Tocantins**, através de suas lideranças e da união dos prefeitos, precisa ocupar cadeiras nesse comitê. Se não tivermos auditores qualificados defendendo os interesses dos nossos municípios nas instâncias de julgamento, seremos engolidos pelos interesses dos grandes estados. A luta solitária, neste novo cenário, é o caminho para a derrota.

O relógio está correndo e o prazo é cruel. A regra de transição determina que o nível de receita garantida para os municípios pelos próximos 50 anos (2029 a 2078) será calculado com base na média de arrecadação entre 2024 e 2028. Ou seja: o trabalho do Prefeito(a) atual vai definir o futuro financeiro das próximas gerações. Quem "dormir no ponto" na arrecadação hoje, estará contratando pobreza para o município pelo próximo meio século.

Por isso, é hora de substituir o amadorismo pela inteligência fiscal. A administração tributária municipal não pode mais ser um departamento esquecido no fundo da prefeitura. Ela precisa ser o cérebro da

gestão, cruzando dados, atualizando o IPTU (que continua sendo 100% nosso e vital para a autonomia) e fiscalizando com tecnologia de ponta.

A Reforma Tributária derrubou os muros que protegiam a ineficiência. A "miragem" se dissipou e agora encaramos o deserto do real. Mas o deserto também é lugar de oportunidade para quem sabe se guiar. Os municípios tocantinenses que se prepararem agora, saneando suas contas e defendendo suas riquezas, sairão desse processo mais fortes e verdadeiramente autônomos. Já os que ignorarem os ventos da mudança, infelizmente, restarão como meros espectadores do progresso alheio.

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS

É advogado, graduado em Direito pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2008), Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2014). Doutor em Direito pelo UniCEUB. Professor da Fbr e Professor Convidado do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UFT. Ex-Diretor Presidente da Mineratins. Ex - Secretário Estadual da Fazenda Estadual do **Tocantins**. Ex-assessor especial da Presidência do **TCE do Tocantins**. Ex-assessor especial da Procurador Geral de Contas do **TCE do Tocantins**. Ex-membro da comissão de ensino jurídico da OAB/MG. Pesquisador do Centro Universitário de Brasília. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público e Direito da Mineração, atuando principalmente nos seguintes temas: Terceiro Setor, Direito da Mineração; Direito Tributário. direitos fundamentais, educação em direitos humanos, cidadania e direito e Seguridade Social. Membro dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor (NEPATS) da UCB/DF, Políticas Públicas e Juspositivismo, Jusmoralismo e Justiça Política do UNICEUB. Editor Executivo da REPATS.

Site: <https://clebertoledo.com.br/opiniaol/julio-edstron-secundino-santos-reforma-tributaria-riqueza-ou-estagnacao-para-os-municipios-do-tocantins/>

Obra da Câmara Municipal entra na mira do TCE por suspeita de superfaturamento

A Câmara Municipal de Cristalândia passou a ser alvo de investigação do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** após a identificação de indícios de suposto superfaturamento em uma obra executada pelo Legislativo municipal. A apuração tramita no processo nº 14652/2025, sob relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**, da 1ª Relatoria da Corte de Contas.

Participe do grupo do O Norte no WhatsApp e receba as notícias no celular.

O procedimento teve início a partir de denúncia encaminhada à Ouvidoria do Tribunal, que apontou possíveis irregularidades na obra de construção do muro de fechamento e da cobertura do estacionamento da garagem da Câmara.

PAGAMENTOS POR SERVIÇOS NÃO EXECUTADOS

De acordo com a Unidade Técnica do **TCE-TO**, a fiscalização identificou pagamentos por serviços previstos na planilha orçamentária que não teriam sido efetivamente executados. O relatório destaca inconsistências entre o que foi contratado e o que foi constatado na execução física da obra.

O principal apontamento recai sobre a Composição nº 001 do orçamento, que inclui serviços de armação e concretagem de lajes. Segundo a equipe técnica, esses elementos não foram encontrados na estrutura do muro, indicando possível cobrança indevida.

DETERMINAÇÃO DE GLOSA DE VALORES

Diante dos indícios, o conselheiro relator determinou a glosa dos valores correspondentes aos serviços considerados não executados. A medida implica a suspensão do pagamento ou a devolução dos recursos aos cofres públicos, caso já tenham sido repassados.

No despacho, **Manoel Pires dos Santos** destacou que, neste estágio inicial, a atuação do Tribunal tem caráter pedagógico e preventivo, com o objetivo de permitir que os responsáveis apresentem esclarecimentos e promovam eventuais correções.

GESTOR E ENGENHEIRO NOTIFICADOS

O presidente da Câmara Municipal de Cristalândia, Manoel Lacerda de Oliveira Neto, e o engenheiro responsável pelo projeto, Danilo Rodrigues Andrade, foram formalmente notificados pelo **TCE-TO**.

O gestor tem prazo de 15 dias úteis para apresentar documentos que comprovem a regularidade da contratação da empresa RL Vanderley Cia Ltda., incluindo boletins de medição, relatórios fotográficos e notas fiscais.

Já o engenheiro deverá apresentar o projeto estrutural do muro e adequar a planilha orçamentária da obra, excluindo os itens considerados indevidos pela fiscalização.

POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS

O relator alertou que, caso as inconsistências não sejam devidamente justificadas ou corrigidas, o procedimento poderá ser convertido em Representação formal. Nessa hipótese, os responsáveis poderão ser multados e o caso poderá impactar o julgamento das contas anuais da Câmara Municipal.

O processo segue em fase de diligências e aguarda a apresentação das informações solicitadas para nova análise técnica do **Tribunal de Contas**.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/obra-da-camara-municipal-entra-na-mira-do-tce-por-suspeita/137955/>

Obra da Câmara Municipal entra na mira do TCE por suspeita de superfaturamento

A Câmara Municipal de Cristalândia passou a ser alvo de investigação do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** após a identificação de indícios de suposto superfaturamento em uma obra executada pelo Legislativo municipal. A apuração tramita no processo nº 14652/2025, sob relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**, da 1ª Relatoria da Corte de Contas.

O procedimento teve início a partir de denúncia encaminhada à Ouvidoria do Tribunal, que apontou possíveis irregularidades na obra de construção do muro de fechamento e da cobertura do estacionamento da garagem da Câmara.

PAGAMENTOS POR SERVIÇOS NÃO EXECUTADOS

De acordo com a Unidade Técnica do **TCE-TO**, a fiscalização identificou pagamentos por serviços previstos na planilha orçamentária que não teriam sido efetivamente executados. O relatório destaca inconsistências entre o que foi contratado e o que foi constatado na execução física da obra.

O principal apontamento recai sobre a Composição nº 001 do orçamento, que inclui serviços de armação e concretagem de lajes. Segundo a equipe técnica, esses elementos não foram encontrados na estrutura do muro, indicando possível cobrança indevida.

DETERMINAÇÃO DE GLOSA DE VALORES

Diante dos indícios, o conselheiro relator determinou a glosa dos valores correspondentes aos serviços considerados não executados. A medida implica a suspensão do pagamento ou a devolução dos recursos aos cofres públicos, caso já tenham sido repassados.

No despacho, **Manoel Pires dos Santos** destacou que, neste estágio inicial, a atuação do Tribunal tem caráter pedagógico e preventivo, com o objetivo de permitir que os responsáveis apresentem esclarecimentos e promovam eventuais correções.

GESTOR E ENGENHEIRO NOTIFICADOS

O presidente da Câmara Municipal de Cristalândia, Manoel Lacerda de Oliveira Neto, e o engenheiro

responsável pelo projeto, Danilo Rodrigues Andrade, foram formalmente notificados pelo **TCE-TO**.

O gestor tem prazo de 15 dias úteis para apresentar documentos que comprovem a regularidade da contratação da empresa RL Vanderley Cia Ltda., incluindo boletins de medição, relatórios fotográficos e notas fiscais.

Já o engenheiro deverá apresentar o projeto estrutural do muro e adequar a planilha orçamentária da obra, excluindo os itens considerados indevidos pela fiscalização.

POSSÍVEIS DESDOBRAMENTOS

O relator alertou que, caso as inconsistências não sejam devidamente justificadas ou corrigidas, o procedimento poderá ser convertido em Representação formal. Nessa hipótese, os responsáveis poderão ser multados e o caso poderá impactar o julgamento das contas anuais da Câmara Municipal.

O processo segue em fase de diligências e aguarda a apresentação das informações solicitadas para nova análise técnica do **Tribunal de Contas**.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/obra-da-camara-municipal-entra-na-mira-do-tce-por-suspeita/137955/>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins**

(CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocanтинense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão

ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da

Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação

ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <https://jalapaonews.com.br/meio-ambiente/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Laurez defende correção tarifária da BRK e afirma que decisão evitou aumento mais severo no futuro

Júlia Carvalho

As notas divulgadas pelo então presidente da Agência Tocantinense de Regulação (ATR) durante a gestão interina e pelo vice-governador Laurez Moreira (PSB) apresentam uma justificativa técnica e jurídica para o reajuste de 9,37% nas tarifas de água e esgoto da BRK Ambiental no **Tocantins**, em vigor desde dezembro de 2025. As manifestações foram publicadas após o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) criticar publicamente o aumento e anunciar medidas para tentar cancelá-lo.

De acordo com a nota assinada por Saulo Sardinha Milhomem, presidente da ATR à época, a atualização tarifária prevista na Resolução ATR nº 13/2025, de 5 de novembro de 2025, teve como objetivo enfrentar os efeitos de três anos consecutivos de congelamento das tarifas. Segundo ele, a manutenção desse cenário poderia resultar, no futuro, em um reajuste acumulado próximo de 40%.

"O reajuste de 9,37% foi definido justamente para evitar esse impacto abrupto e mais oneroso à população, corrigindo apenas a inflação acumulada no período, com base no IPCA", afirma a nota. O texto destaca que não houve aumento real de tarifa, mas apenas recomposição inflacionária referente ao período entre setembro de 2023 e agosto de 2025.

A ATR também sustenta que a decisão seguiu obrigações legais e contratuais, com respaldo na Lei Federal nº 11.445/2007, além de normas técnicas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e entendimentos dos órgãos de controle, incluindo o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**. A agência argumenta ainda que o congelamento artificial das tarifas não elimina custos, apenas posterga correções, o que pode gerar impactos mais severos no futuro.

Outro ponto abordado na nota é a publicidade do ato, a ATR afirma que a resolução foi publicada no site oficial da agência, garantindo transparência e acesso público às informações, embora o governador tenha criticado a ausência de publicação no Diário Oficial do Estado.

Já o vice-governador Laurez Moreira, que esteve à frente do Executivo durante o período interino, defende que a autorização do reajuste não teve motivação política, mas caráter estritamente técnico e jurídico. Segundo ele, a recomposição inflacionária era uma obrigação reconhecida tanto pelo **Tribunal de Contas** quanto pelo Poder Judiciário.

Laurez afirma que optou por uma "solução equilibrada", ao autorizar apenas a correção pelo IPCA, limitada a 9,37%, como forma de evitar que a população fosse impactada futuramente por um aumento acumulado mais elevado. Em sua manifestação, ele também destaca que determinou a revisão do contrato com a concessionária para viabilizar a retomada de obras e investimentos no sistema de saneamento.

"O que fiz foi cumprir a lei, evitar um impacto injusto às famílias e buscar o melhor para a população do **Tocantins**", diz a nota, que também menciona a possibilidade de ampliação dos benefícios da Tarifa Social, com potencial alcance de mais de 440 mil tocantinenses.

As manifestações ocorrem em meio à decisão do governador Wanderlei Barbosa de determinar uma análise administrativa imediata para verificar a possibilidade de cancelamento do reajuste. O processo, segundo o governo, está sob responsabilidade da ATR e deverá ser encaminhado posteriormente à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) para avaliação jurídica.

Entenda:

Wanderlei Barbosa critica aumento de 9,37% na conta de água e diz que irá cancelar reajuste autorizado pela gestão interina

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/laurez-defende-correcao-tarifaria-da-brk-e-afirma-que-decisao-evitou-aumento-mais-severo-no-futuro-577969/>

O Vice Governador do Tocantins, responde ao Governador Wanderlei Barbosa, que anunciou que iria vetar o aumento autorizado pelo vice, durante a sua permanência no governo interino

Por: Redação

Durante o período em que estive à frente do Governo do Estado, atuei com transparência, respeito à legalidade e, acima de tudo, responsabilidade com as pessoas do **Tocantins**.

O acordo com a companhia de água não foi uma decisão política, nem de conveniência. Foi uma obrigação jurídica e contratual, reconhecida pelo **Tribunal de Contas do Estado** e pelo Poder Judiciário. Diante de anos de omissão, optei por uma solução equilibrada: autorizei apenas a recomposição da inflação, pelo IPCA, limitada a 9,37%, para evitar que a população fosse surpreendida, no futuro, com um reajuste acumulado que poderia ultrapassar 40%.

Ao mesmo tempo, determinei que as partes revisassem o contrato para garantir a retomada de obras e investimentos, assegurando segurança jurídica e proteção ao cidadão. Essa postura responsável é fundamental também para permitir a aplicação da nova Tarifa Social, que pode beneficiar mais de 440 mil tocantinenses.

O que fiz foi agir como gestor público. Cumpri a lei, evitei um impacto injusto às famílias e busquei o melhor para a população do **Tocantins**. Isso é governar com responsabilidade. Gestão responsável é cumprir a lei e os contratos no tempo certo, não empurrar problemas com a barriga. Laurez Moreira Vice-governador do **Tocantins**

Site:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/92829/o-vice-governador-do-tocantins-responde-ao-governador-wanderlei-barbosa-que-anunciou-que-iria-vetar-o-aumento-autorizado-pelo-vice-durante-a-sua-permanencia-no-governo-interino>

TCE aponta irregularidades no contrato do governo estadual para duplicação de ponte

Multimídia: [http://midia.smi.srv.br/video/2026/01/08/BDT - 08-01-2026 - TCE aponta irregularidades no contrato do governo estadual para duplicação de ponte.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2026/01/08/BDT-08-01-2026-TCE-aponta-irregularidades-no-contrato-do-governo-estadual-para-duplicacao-de-ponte.mp4)

Laurez Moreira defende responsabilidade na gestão pública e esclarece recomposição tarifária (Política)

Redação

O vice-governador do **Tocantins**, Laurez Moreira, manifestou-se publicamente para esclarecer as decisões tomadas durante o período em que esteve à frente do Executivo Estadual. Em defesa de uma gestão pública pautada na transparência e no respeito à legalidade, Laurez enfatizou que o acordo relacionado à tarifa de água e esgoto não foi uma escolha política, mas sim o cumprimento de obrigações jurídicas e contratuais.

Segundo ele, a medida visou evitar que omissões passadas resultassem em prejuízos ainda maiores para a população no futuro.

Equilíbrio financeiro e segurança jurídica

A decisão de autorizar a recomposição inflacionária pelo IPCA, limitada a 9,37%, foi apresentada como uma alternativa estratégica para impedir um reajuste acumulado que poderia ultrapassar 40%. Laurez Moreira destacou que sua postura buscou garantir a segurança jurídica necessária para a retomada de investimentos em obras de infraestrutura pela concessionária.

Para o vice-governador, a gestão pública eficiente exige enfrentar problemas históricos com soluções equilibradas, assegurando que o cidadão não seja surpreendido por aumentos desproporcionais decorrentes da falta de planejamento.

Proteção social e investimentos

Além da regularização contratual, Laurez pontuou que a revisão do contrato é o que permite a aplicação da nova Tarifa Social, programa que possui potencial para beneficiar mais de 440 mil tocaninenses em situação de vulnerabilidade.

Ele reforçou que governar com responsabilidade significa cumprir leis e contratos no tempo correto, em vez de postergar decisões que podem gerar crises financeiras graves ao Estado e aos consumidores. Portanto, a nota reafirma o compromisso com uma administração que resolve passivos técnicos para

garantir a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais no **Tocantins**.

Confira a nota na íntegra:

Durante o período em que estive à frente do Governo do Estado, atuei com transparência, respeito à legalidade e, acima de tudo, responsabilidade com as pessoas do **Tocantins**.

O acordo com a companhia de água não foi uma decisão política, nem de conveniência. Foi uma obrigação jurídica e contratual, reconhecida pelo **Tribunal de Contas do Estado** e pelo Poder Judiciário. Diante de anos de omissão, optei por uma solução equilibrada: autorizei apenas a recomposição da inflação, pelo IPCA, limitada a 9,37%, para evitar que a população fosse surpreendida, no futuro, com um reajuste acumulado que poderia ultrapassar 40%.

Ao mesmo tempo, determinei que as partes revisassem o contrato para garantir a retomada de obras e investimentos, assegurando segurança jurídica e proteção ao cidadão. Essa postura responsável é fundamental também para permitir a aplicação da nova Tarifa Social, que pode beneficiar mais de 440 mil tocaninenses.

Site: <https://gpinews.com.br/politica/laurez-moreira-defende-responsabilidade-na-gestao-publica-e-esclarece-recomposicao-tarifaria/>

Laurez rebate Wanderlei e questiona possível suspensão do reajuste da tarifa de água

Da Redação

O vice-governador Laurez Moreira subiu o tom na resposta às críticas feitas pelo governador Wanderlei Barbosa acerca do reajuste de 9,37% nas tarifas da BRK Ambiental concedido durante sua gestão interina. Em nota oficial, Laurez defendeu que a decisão não foi política, mas uma obrigação jurídica para evitar um prejuízo maior à população no futuro.

A nota do vice-governador foi publicada no final da tarde desta quarta-feira, 7, em decorrência da determinação do governador Wanderlei Barbosa para que a Agência Tocantinense de Regulação (ATR) analise imediatamente o reajuste na tarifa de água cobrada pela empresa BRK Ambiental para cancelar o aumento, que está previsto na Resolução nº 13/2025, de 5 de novembro de 2025.

Em sua defesa, Laurez argumenta na nota que o estado vivia um cenário de omissão e que a tarifa estava sem a correção pelo IPCA e que o reajuste represado poderia ultrapassar 40% nos próximos anos, criando um impacto impagável para as famílias. A nota do vice informa que o acordo para o reajuste foi balizado por decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e do Judiciário, de modo a regularizar contratos que estavam travados.

Laurez argumentou ainda que a regularização contratual é o que garante a continuação de obras de saneamento e, principalmente, a aplicação da Nova Tarifa Social, que beneficia mais de 440 mil tocantinenses de baixa renda. O que fiz foi agir como gestor público. Cumpri a lei, evitei um impacto injusto às famílias e busquei o melhor para a população. Gestão responsável é resolver no tempo certo, não empurrar problemas, afirmou Laurez.

O episódio da tarifa de água soma-se a outros e evidencia o rompimento público entre o governador e seu vice. Enquanto Wanderlei tenta se distanciar do aumento tarifário - alegando falta de transparência na publicação do ato -, Laurez se posiciona como o gestor que limpou a casa e enfrentou passivos financeiros e jurídicos deixados pela administração principal, incluindo rombos na saúde e pendências contratuais. O cenário agora aguarda os desdobramentos da comissão criada por Wanderlei para revisar os atos da gestão interina, o que deve

manter a temperatura política elevada no **Tocantins** no início deste ano de 2026.

Confira abaixo a nota na íntegra:

Gestão Não Empurra Problemas, Resolve!

Durante o período em que estive à frente do Governo do Estado, atuei com transparência, respeito à legalidade e, acima de tudo, responsabilidade com as pessoas do **Tocantins**.

O acordo com a companhia de água não foi uma decisão política, nem de conveniência. Foi uma obrigação jurídica e contratual, reconhecida pelo **Tribunal de Contas do Estado** e pelo Poder Judiciário. Diante de anos de omissão, optei por uma solução equilibrada: autorizei apenas a recomposição da inflação, pelo IPCA, limitada a 9,37%, para evitar que a população fosse surpreendida, no futuro, com um reajuste acumulado que poderia ultrapassar 40%.

Ao mesmo tempo, determinei que as partes revisassem o contrato para garantir a retomada de obras e investimentos, assegurando segurança jurídica e proteção ao cidadão. Essa postura responsável é fundamental também para permitir a aplicação da nova Tarifa Social, que pode beneficiar mais de 440 mil tocantinenses.

O que fiz foi agir como gestor público. Cumpri a lei, evitei um impacto injusto às famílias e busquei o melhor para a população do **Tocantins**. Isso é governar com responsabilidade.

Gestão responsável é cumprir a lei e os contratos no tempo certo, não empurrar problemas com a barriga.

Site: <https://t1noticias.com.br/politica/laurez-rebate-wanderlei-e-questiona-possivel-suspensao-do-reajuste-da-tarifa-de-agua/139630/>

Laurez Moreira se manifesta após governo anunciar estudos para barrar reajuste da BRK Ambiental autorizado na gestão interina

Erica Lima

Após o governador Wanderlei Barbosa anunciar que determinou a realização de estudos com o objetivo de cancelar o reajuste de 9,37% nas tarifas de água e esgoto praticadas pela BRK Ambiental, o vice-governador Laurez Moreira se manifestou publicamente nas redes sociais para justificar a decisão tomada durante o período em que esteve à frente do Governo do **Tocantins** de forma interina.

Em publicações feitas na plataforma X (antigo Twitter), Laurez afirmou que sua gestão foi pautada pela transparência, respeito à legalidade e responsabilidade com a população tocaninense. Segundo ele, o acordo firmado com a concessionária não teve motivação política ou de conveniência, mas atendeu a uma obrigação jurídica e contratual, reconhecida tanto pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** quanto pelo Poder Judiciário.

Ainda conforme o vice-governador, a autorização do reajuste teve como base a recomposição inflacionária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), limitada a 9,37%. Laurez argumenta que a medida buscou evitar um impacto maior no futuro, uma vez que o acúmulo de anos sem correção poderia resultar em um aumento superior a 40%, surpreendendo a população.

O Governo do **Tocantins**, em material enviado à imprensa, apontou possíveis irregularidades no processo. Entre elas, a ausência de publicação da resolução que autorizou o reajuste no Diário Oficial do Estado, fato considerado ainda mais sensível por se tratar de um processo em andamento e diante de um posicionamento anterior do próprio governo contrário ao aumento.

Apesar disso, o reajuste já está em vigor e vem sendo aplicado nos 46 municípios tocaninenses atendidos pela BRK Ambiental. Com a determinação do governador Wanderlei Barbosa para aprofundar os estudos técnicos e jurídicos, o governo avalia agora a possibilidade de suspender ou cancelar o aumento, enquanto o debate sobre legalidade, impacto social e segurança jurídica segue no centro das discussões.

Site: <https://www.portalstylo.com.br/noticia/laurez-moreira-se-manifesta-apos-governo-anunciar-estudos-para-barrar-reajuste-da-brk-ambiental-autorizado-na-gestao-interina>

De Bariloche a Orlando: viagens de conselheiros e procuradores do TCE/TO custaram R\$ 1,12 milhão em diárias em 2025

Um levantamento do Jornal Opção **Tocantins** mostra que o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** autorizou mais de R\$ 1,3 milhão em diárias ao longo de 2025 para custear deslocamentos de conselheiros, conselheiros substitutos e dirigentes da Corte. Após devoluções integrais e parciais registradas nos processos administrativos, o valor efetivamente pago somou R\$ 1,12 milhão.

Os dados constam em registros oficiais de empenho, liquidação, pagamento e devolução, disponíveis no Portal da Transparência do próprio tribunal, e abrangem viagens realizadas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025, em território nacional e no exterior.

Presidente

O presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, recebeu R\$ 246.879,07 em diárias referentes a 22 viagens realizadas em 2025. Desse total, R\$ 203.798,15 correspondem a seis deslocamentos internacionais, que concentraram a maior parte dos valores pagos no período.

As viagens ao exterior tiveram como destinos Ushuaia, Mendoza, Província de Chaco e San Carlos de Bariloche, na Argentina, além de Salamanca, na Espanha, e Cidade do Panamá, no Panamá. Os maiores valores individuais aparecem nas agendas em Salamanca (R\$ 45.944,74), Cidade do Panamá (R\$ 41.234,93) e Bariloche (R\$ 36.320,62).

Em um dos deslocamentos, para Mendoza, houve devolução parcial de R\$ 12.599,47, registrada em razão do retorno antecipado do conselheiro ao Brasil.

Vice-presidência

A vice-presidente da Corte, conselheira Doris Terezinha Pinto Cordeiro de Miranda Coutinho, teve R\$ 161.451,05 autorizados em diárias em 2025. Desse total, R\$ 36.178,92 foram devolvidos integralmente, referentes a duas viagens que não ocorreram. O valor efetivamente pago no período soma R\$ 125.272,13, distribuído em dez deslocamentos.

Corregedoria e Instituto de Contas

O corregedor do **TCE/TO**, conselheiro **José Wagner Praxedes**, recebeu R\$ 105.087,30 em diárias relativas a nove viagens ao longo do ano. Os registros analisados não indicam devoluções. As agendas incluíram compromissos no Brasil e no exterior, ligados a congressos, seminários e visitas institucionais.

Já o conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**, diretor do Instituto de Contas do **TCE/TO**, recebeu R\$ 165.551,77 em diárias em 2025, referentes a 16 viagens nacionais e internacionais. Os maiores valores concentram-se em deslocamentos para a África e a Europa, associados a cursos e eventos institucionais.

Ouvidoria

O ouvidor do **TCE/TO**, **Manoel Pires dos Santos**, recebeu R\$ 37.806,45 em diárias, relativas a 14 deslocamentos, todos em território nacional. As agendas incluíram compromissos em Santa Catarina, Roraima, Amapá, Paraíba e em municípios do **Tocantins**. Não há registro de devoluções.

Câmaras apresentam contrastes

Na presidência da 1ª Câmara, o conselheiro **Napoleão de Souza Luz Sobrinho** recebeu R\$ 2.453,25 em diárias, referentes a dois deslocamentos dentro do **Tocantins**. Um deles teve devolução parcial após retorno antecipado.

Já o presidente da 2ª Câmara, conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar, concentrou um dos maiores volumes individuais pagos em 2025: R\$ 246.019,81. O conselheiro teve mais de 30 autorizações de viagem, com agendas nacionais e internacionais. O total inicialmente autorizado chegou a R\$ 295.391,03, mas R\$ 49.371,22 foram devolvidos em razão de cancelamentos ou redução de períodos de viagem.

Entre os destinos internacionais aparecem Salamanca, Cidade do Panamá, San Carlos de Bariloche, Lisboa, Mendoza e Província de Chaco.

Conselheiros substitutos

Os conselheiros substitutos do **TCE/TO** receberam, juntos, R\$ 43.666,20 em diárias em 2025. Todos os deslocamentos ocorreram no Brasil, sem registro de devoluções.

Márcio Aluizio Moreira Gomes concentrou o maior valor do grupo, com R\$ 17.659,28, seguido por Leondiniz Gomes (R\$ 14.846,72) e Orlando Alves da Silva (R\$ 11.160,20).

Ministério Público de Contas

No Ministério Público de Contas, os procuradores receberam R\$ 150.558,84 em diárias em 2025, considerando apenas valores efetivamente pagos.

O procurador-geral Marcos Antonio da Silva Modes recebeu R\$ 47.877,21, com destaque para uma viagem internacional a Orlando (EUA).

Oziel Pereira dos Santos concentrou o maior valor individual entre os procuradores, com R\$ 69.124,32, em agendas no Brasil e no exterior.

José Roberto Torres Gomes teve duas autorizações com devolução integral e recebeu R\$ 24.488,99 em valores líquidos.

Zailon Miranda Labre Rodrigues recebeu R\$ 9.068,32, referentes a deslocamentos nacionais.

Metodologia

O levantamento tem como base dados públicos do Portal da Transparência do **TCE/TO** e considera pagamentos registrados no exercício financeiro de 2025, a partir de empenhos, liquidações, ordens bancárias e registros de devolução disponíveis nos sistemas oficiais da Corte.

Procurado pela reportagem, o **TCE** informou que a participação de seus representantes em eventos e agendas institucionais, no Brasil ou no exterior, atende a convites ou a interesses diretos da instituição, com temas relacionados às atribuições da Corte, como inovação no controle público. Segundo o tribunal, as viagens seguem normas internas e a legislação vigente, com pagamento de diárias destinadas a custear alimentação, hospedagem e deslocamentos locais, calculadas conforme o número de dias de afastamento, com meia diária no dia de retorno.

A Corte de Contas afirmou ainda que, após as viagens, os participantes devem apresentar relatórios e documentos comprobatórios por meio do Sistema

Eletrônico de Informação (SEI), como forma de acompanhamento, transparência e avaliação dos resultados institucionais.

Site: <https://www.palmasaqui.com.br/destaque/de-bariloche-a-orlando-viagens-de-conselheiros-e-procuradores-do-tce-to-custaram-r-112-milhao-em-diarias-em-2025/>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocantinense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site:

<https://www.chapadaemalerta.com.br/noticia/40877/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Laurez Moreira Admite em Nota Que Reajustou a Tarifa de Água

Durante seu período à frente da gestão interina do Estado do **Tocantins**, o vice-governador Laurez Moreira (PSD) afirma que atuou com base na transparência, respeito à legalidade e, primordialmente, responsabilidade com os cidadãos tocaninenses. Em um comunicado à imprensa, Laurez esclareceu a natureza do acordo firmado com a companhia de água, destacando que a decisão não foi de cunho político ou de conveniência, mas sim uma obrigação jurídica e contratual.

Essa obrigação, conforme ressaltado pelo vice-governador, foi reconhecida tanto pelo **Tribunal de Contas do Estado** quanto pelo Poder Judiciário. Diante de um histórico de omissões que se estendia por anos, ele optou por uma solução equilibrada. Laurez autorizou apenas a recomposição inflacionária, baseada no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), limitada a 9,37%. O objetivo dessa medida foi evitar que a população fosse surpreendida no futuro com um reajuste acumulado que poderia exceder 40%.

Simultaneamente, o vice-governador determinou que as partes envolvidas revisassem o contrato. Essa revisão visava garantir a retomada de obras e investimentos, assegurando a segurança jurídica e a proteção dos direitos do cidadão. Enfatizou ainda que essa postura responsável é crucial para viabilizar a implementação da nova Tarifa Social, que tem o potencial de beneficiar mais de 440 mil tocaninenses.

Laurez Moreira concluiu sua declaração afirmando que sua atuação foi a de um gestor público. Ele cumpriu a lei, preveniu um impacto financeiro injusto para as famílias e buscou o melhor para a população do **Tocantins**, caracterizando sua gestão como governar com responsabilidade. Ele reforçou que a gestão responsável implica em cumprir a lei e os contratos no tempo certo, sem procrastinar a resolução de problemas.

A Nota é uma resposta a um vídeo do governador Wanderlei Barbosa (REP) publicado hoje nas redes sociais sobre o aumento de 9,37% da tarifa de água da BRK Ambiental autorizado por Laurez Moreira quando da gestão interina.

Gestão Não Empurra Problemas, Resolve!

Durante o período em que estive à frente do Governo do Estado, atuei com transparência, respeito à legalidade e, acima de tudo, responsabilidade com as pessoas do **Tocantins**.

O acordo com a companhia de água não foi uma decisão política, nem de conveniência. Foi uma obrigação jurídica e contratual, reconhecida pelo **Tribunal de Contas do Estado** e pelo Poder Judiciário. Diante de anos de omissão, optei por uma solução equilibrada: autorizei apenas a recomposição da inflação, pelo IPCA, limitada a 9,37%, para evitar que a população fosse surpreendida, no futuro, com um reajuste acumulado que poderia ultrapassar 40%.

Ao mesmo tempo, determinei que as partes revisassem o contrato para garantir a retomada de obras e investimentos, assegurando segurança jurídica e proteção ao cidadão. Essa postura responsável é fundamental também para permitir a aplicação da nova Tarifa Social, que pode beneficiar mais de 440 mil tocaninenses.

O que fiz foi agir como gestor público. Cumpri a lei, evitei um impacto injusto às famílias e busquei o melhor para a população do **Tocantins**. Isso é governar com responsabilidade.

Gestão responsável é cumprir a lei e os contratos no tempo certo, não empurrar problemas com a barriga.

Laurez Moreira

Vice-governador do **Tocantins**

Site: <https://r1palmas.com.br/noticia/1611/laurez-moreira-admite-em-emite-nota-que-reajustou-a-tarifa-de-agua>

VEJA A NOTA NA ÍNTEGRA ABAIXO

NOTA REAJUSTE DA BRK: Ex-governador interino se manifestar sobre autorização de reajuste da tarifa de água.

*Gestão não empurra Problemas, resolv (POLÍTICA)

Ascom Vice Governador

Durante o período em que estive à frente do Governo do Estado, atuei com transparência, respeito à legalidade e, acima de tudo, responsabilidade com as pessoas do **Tocantins**.

O acordo com a companhia de água não foi uma decisão política, nem de conveniência. Foi uma obrigação jurídica e contratual, reconhecida pelo **Tribunal de Contas do Estado** e pelo Poder Judiciário. Diante de anos de omissão, optei por uma solução equilibrada: autorizei apenas a recomposição da inflação, pelo IPCA, limitada a 9,37%, para evitar que a população fosse surpreendida, no futuro, com um reajuste acumulado que poderia ultrapassar 40%.

Ao mesmo tempo, determinei que as partes revisassem o contrato para garantir a retomada de obras e investimentos, assegurando segurança jurídica e proteção ao cidadão. Essa postura responsável é fundamental também para permitir a aplicação da nova Tarifa Social, que pode beneficiar mais de 440 mil tocaninenses.

O que fiz foi agir como gestor público. Cumpri a lei, evitei um impacto injusto às famílias e busquei o melhor para a população do **Tocantins**. Isso é governar com responsabilidade.

Gestão responsável é cumprir a lei e os contratos no tempo certo, não empurrar problemas com a barriga.

Site: <http://jtnoticias.com.br/noticia/nota-reajuste-da-brk-ex-governador-interino-se-manifestar-sobre-autorizacao-de-reajuste-da-tarifa-de-agua-gestao-nao-empurra-problemas-resolv/13412>

TCE aponta falhas em contrato do governo para duplicação de ponte; entenda

Multimídia:

http://midia.smi.srv.br/video/2026/01/08/ja%202%c2%aa%20edi%c3%a7%c3%a3o%20%e2%80%93%20to%20_%20tce%20aponta%20falhas%20em%20contrato%20do%20governo%20para%20duplica%c3%a7%c3%a3o%20de%20ponte%3b%20entenda%20_%20globoplay.mp4

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <https://ibi.org.br/noticia/216711/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

De Bariloche a Orlando: viagens de conselheiros e procuradores do TCE/TO custaram R\$ 1,12 milhão em diárias em 2025

Samir Leão

Um levantamento do Jornal Opção **Tocantins** mostra que o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** autorizou mais de R\$ 1,3 milhão em diárias ao longo de 2025 para custear deslocamentos de conselheiros, conselheiros substitutos e dirigentes da Corte. Após devoluções integrais e parciais registradas nos processos administrativos, o valor efetivamente pago somou R\$ 1,12 milhão.

Os dados constam em registros oficiais de empenho, liquidação, pagamento e devolução, disponíveis no Portal da Transparência do próprio tribunal, e abrangem viagens realizadas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025, em território nacional e no exterior.

Presidente

O presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, recebeu R\$ 246.879,07 em diárias referentes a 22 viagens realizadas em 2025. Desse total, R\$ 203.798,15 correspondem a seis deslocamentos internacionais, que concentraram a maior parte dos valores pagos no período.

As viagens ao exterior tiveram como destinos Ushuaia, Mendoza, Província de Chaco e San Carlos de Bariloche, na Argentina, além de Salamanca, na Espanha, e Cidade do Panamá, no Panamá. Os maiores valores individuais aparecem nas agendas em Salamanca (R\$ 45.944,74), Cidade do Panamá (R\$ 41.234,93) e Bariloche (R\$ 36.320,62).

Em um dos deslocamentos, para Mendoza, houve devolução parcial de R\$ 12.599,47, registrada em razão do retorno antecipado do conselheiro ao Brasil.

Vice-presidência

A vice-presidente da Corte, conselheira Doris Terezinha Pinto Cordeiro de Miranda Coutinho, teve R\$ 161.451,05 autorizados em diárias em 2025. Desse total, R\$ 36.178,92 foram devolvidos integralmente, referentes a duas viagens que não ocorreram. O valor efetivamente pago no período soma R\$ 125.272,13,

distribuído em dez deslocamentos.

Corregedoria e Instituto de Contas

O corregedor do **TCE/TO**, conselheiro **José Wagner Praxedes**, recebeu R\$ 105.087,30 em diárias relativas a nove viagens ao longo do ano. Os registros analisados não indicam devoluções. As agendas incluíram compromissos no Brasil e no exterior, ligados a congressos, seminários e visitas institucionais.

Já o conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**, diretor do Instituto de Contas do **TCE/TO**, recebeu R\$ 165.551,77 em diárias em 2025, referentes a 16 viagens nacionais e internacionais. Os maiores valores concentram-se em deslocamentos para a África e a Europa, associados a cursos e eventos institucionais.

Ouvidoria

O ouvidor do **TCE/TO**, **Manoel Pires dos Santos**, recebeu R\$ 37.806,45 em diárias, relativas a 14 deslocamentos, todos em território nacional. As agendas incluíram compromissos em Santa Catarina, Roraima, Amapá, Paraíba e em municípios do **Tocantins**. Não há registro de devoluções.

Câmaras apresentam contrastes

Na presidência da 1ª Câmara, o conselheiro **Napoleão de Souza Luz Sobrinho** recebeu R\$ 2.453,25 em diárias, referentes a dois deslocamentos dentro do **Tocantins**. Um deles teve devolução parcial após retorno antecipado.

Já o presidente da 2ª Câmara, conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar, concentrou um dos maiores volumes individuais pagos em 2025: R\$ 246.019,81. O conselheiro teve mais de 30 autorizações de viagem, com agendas nacionais e internacionais. O total inicialmente autorizado chegou a R\$ 295.391,03, mas R\$ 49.371,22 foram devolvidos em razão de cancelamentos ou redução de períodos de viagem.

Entre os destinos internacionais aparecem Salamanca,

Cidade do Panamá, San Carlos de Bariloche, Lisboa, Mendoza e Província de Chaco.

Conselheiros substitutos

Os conselheiros substitutos do **TCE/TO** receberam, juntos, R\$ 43.666,20 em diárias em 2025. Todos os deslocamentos ocorreram no Brasil, sem registro de devoluções.

Márcio Aluizio Moreira Gomes concentrou o maior valor do grupo, com R\$ 17.659,28, seguido por Leondiniz Gomes (R\$ 14.846,72) e Orlando Alves da Silva (R\$ 11.160,20).

Ministério Público de Contas

No Ministério Público de Contas, os procuradores receberam R\$ 150.558,84 em diárias em 2025, considerando apenas valores efetivamente pagos.

O procurador-geral Marcos Antonio da Silva Modes recebeu R\$ 47.877,21, com destaque para uma viagem internacional a Orlando (EUA).

Oziel Pereira dos Santos concentrou o maior valor individual entre os procuradores, com R\$ 69.124,32, em agendas no Brasil e no exterior.

José Roberto Torres Gomes teve duas autorizações com devolução integral e recebeu R\$ 24.488,99 em valores líquidos.

Zailon Miranda Labre Rodrigues recebeu R\$ 9.068,32, referentes a deslocamentos nacionais.

Metodologia

O levantamento tem como base dados públicos do Portal da Transparência do **TCE/TO** e considera pagamentos registrados no exercício financeiro de 2025, a partir de empenhos, liquidações, ordens bancárias e registros de devolução disponíveis nos sistemas oficiais da Corte.

Procurado pela reportagem, o **TCE** informou que a participação de seus representantes em eventos e agendas institucionais, no Brasil ou no exterior, atende a convites ou a interesses diretos da instituição, com temas relacionados às atribuições da Corte, como inovação no controle público. Segundo o tribunal, as viagens seguem normas internas e a legislação vigente, com pagamento de diárias destinadas a custear alimentação, hospedagem e deslocamentos locais, calculadas conforme o número de dias de afastamento, com meia diária no dia de retorno.

A Corte de Contas afirmou ainda que, após as

viagens, os participantes devem apresentar relatórios e documentos comprobatórios por meio do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), como forma de acompanhamento, transparência e avaliação dos resultados institucionais.

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/tocantins/de-barilhoce-a-orlando-viagens-de-conselheiros-e-procuradores-do-tce-to-custaram-r-112-milhao-em-diarias-em-2025-577961/>

Ex-presidente da ATR rebate governador Wanderlei e diz que reajuste de 9,37% na conta de água e esgoto foi apenas reposição do IPCA após três anos sem correção

Atitude Tocantins

Após o governador Wanderlei Barbosa atribuir a autorização do reajuste ao período em que Laurez Moreira chefiou o governo em exercício, o ex-presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização (ATR) durante a gestão interina do governo Laurez, Saulo Sardinha Milhomem, afirma que medida recompôs inflação após três anos sem atualização; embate ocorre em meio à ruptura entre governador e vice.

Por Wesley Silas

A atualização de 9,37% nas tarifas de água e esgoto da BRK Ambiental no **Tocantins** ganhou contornos políticos em ano eleitoral, após declaração do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) nas redes sociais. Em resposta, o então presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização (ATR) durante a gestão interina do governo Laurez, Saulo Sardinha Milhomem, afirmou que o percentual decorre de reposição inflacionária pelo IPCA, formalizada na Resolução ATR nº 13/2025, e não representa aumento real.

O debate ocorre após a ruptura política entre o vice-governador Laurez Moreira (PSD) e o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos), o que ampliou a disputa de narrativas sobre decisões administrativas e regulatórias.

Em postagem no Instagram, o governador Wanderlei Barbosa declarou que, durante os 90 dias em que o vice-governador Laurez Moreira esteve à frente do governo em exercício, teria sido autorizada a elevação de 9,37% nas tarifas de água e esgoto no Estado.

A publicação impulsionou a discussão pública sobre quem assumiu a responsabilidade política pela atualização tarifária - um tema sensível por envolver serviço essencial e impacto direto no orçamento das famílias.

Na nota à imprensa, Saulo Sardinha Milhomem sustentou que a atualização foi fixada na Resolução ATR nº 13/2025, publicada em 05 de novembro de 2025, após negociação entre agência e concessionária para enfrentar um cenário de três anos seguidos de congelamento tarifário.

Segundo a ATR, o percentual de 9,37% corresponde à inflação acumulada medida pelo IPCA, considerando o período de setembro de 2023 a agosto de 2025. A agência afirma que a medida busca evitar um reajuste concentrado no futuro, que poderia representar impacto maior ao consumidor.

A ATR também argumenta que o reajuste decorre de obrigações legais e contratuais, com respaldo em:

O reajuste de 9,37% nas tarifas da BRK, tornou-se alvo de disputa pública após postagem do governador Wanderlei Barbosa. Em ano eleitoral e com a relação política rompida entre Wanderlei e Laurez, o tema passou a integrar um embate de versões.

Conforme a Resolução ATR nº 13/2025, publicada em 05 de novembro de 2025, a atualização das tarifas de água e esgoto da BRK Ambiental no **Tocantins** foi negociada entre a ATR e a concessionária para enfrentar um problema concreto: três anos consecutivos de congelamento tarifário, que, se mantidos, resultariam em um aumento acumulado próximo de 40% no futuro.

O reajuste de 9,37% foi definido justamente para evitar esse impacto abrupto e mais oneroso à população, corrigindo apenas a inflação acumulada no período, com base no IPCA, referente aos anos de setembro de 2023 a agosto de 2025. Não há aumento real de tarifa, apenas reposição inflacionária.

Trata-se de uma obrigação legal e contratual, respaldada por normas técnicas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e por determinações expressas dos órgãos de controle, incluindo o **Tribunal de Contas do Estado do**

Tocantins (TCE-TO), que reconhece a legalidade da metodologia tarifária adotada.

É importante destacar que o congelamento artificial de tarifas não elimina custos, apenas os posterga, gerando correções mais severas e prejudiciais no futuro. A decisão técnica tomada buscou proteger o consumidor, evitando um impacto muito maior adiante, garantindo a continuidade dos serviços, a capacidade de investimento e a qualidade do abastecimento de água e do esgotamento sanitário.

A Resolução ATR nº 13/2025, que formaliza o reajuste, foi publicada no site oficial da ATR, assegurando transparência, publicidade e acesso público a todas as informações do processo.

Saulo Sardinha Milhomem

Presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização (ATR) durante gestão interina do Governo do **Tocantins**

Site: <https://atitudeto.com.br/politica/ex-presidente-da-atr-rebate-governador-wanderlei-e-diz-que-reajuste-de-937-na-conta-de-agua-e-esgoto-foi-apenas-reposicao-do-ipca-apos-tres-anos-sem-correcao/>

Câmara de Cristalândia entra na mira do TCE por suspeita de serviços fantasmas em obra

Notícias do **Tocantins** - A Câmara Municipal de Cristalândia passou a ser alvo de investigação do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** após a identificação de indícios de suposto superfaturamento em uma obra realizada pelo Legislativo municipal. A apuração tramita no processo nº 14652/2025, sob relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**, da 1ª Relatoria da Corte.

De acordo com despacho do relator, o procedimento foi instaurado a partir de denúncia encaminhada à Ouvidoria do Tribunal, que apontou possíveis irregularidades na obra de construção do muro de fechamento e da cobertura do estacionamento da garagem da Câmara. Conforme a Unidade Técnica, foram identificados pagamentos por serviços previstos na planilha orçamentária que não teriam sido executados.

Serviços fantasmas na planilha

O relatório técnico aponta como um dos principais problemas a Composição nº 001 do orçamento da obra. Segundo a fiscalização, houve cobrança por serviços de armação e concretagem de lajes, embora esses elementos não tenham sido constatados na execução física do muro.

"Há itens na composição que não foram executados, como armação e concretagem de lajes", registra a Unidade Técnica no parecer encaminhado à relatoria. Diante dos indícios, o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** determinou a glosa dos valores relacionados a esses serviços, medida que implica a suspensão do pagamento ou a devolução dos recursos aos cofres públicos.

No despacho, o relator ressaltou que, neste momento, a atuação do Tribunal tem caráter "pedagógico e preventivo", permitindo que os responsáveis possam sanar eventuais falhas antes da adoção de sanções mais severas.

Leia também:

Notificação e prazos

O atual presidente da Câmara Municipal de Cristalândia, Manoel Lacerda de Oliveira Neto, e o engenheiro responsável pelo projeto, Danilo Rodrigues Andrade, foram formalmente notificados pelo **TCE-TO**. O gestor tem prazo de 15 dias úteis para apresentar documentos que comprovem a regularidade da contratação da empresa RL Vanderley Cia Ltda., incluindo boletins de medição, relatórios fotográficos e notas fiscais.

Já o engenheiro deverá apresentar o projeto estrutural do muro e promover a adequação da planilha orçamentária, com a exclusão dos itens considerados indevidos. A determinação do Tribunal prevê, inclusive, a correção formal da composição de custos utilizada na obra.

Consequências legais

Apesar da abordagem inicial orientativa, o conselheiro relator advertiu que o expediente poderá ser autuado como Representação caso as irregularidades não sejam devidamente justificadas ou corrigidas após a análise da documentação solicitada.

Se confirmadas as falhas, o processo poderá resultar na aplicação de multas aos responsáveis e gerar reflexos negativos no julgamento das contas anuais da Câmara Municipal de Cristalândia. O caso segue agora para a fase de diligências, aguardando o retorno das informações por parte dos notificados para nova manifestação técnica do Tribunal.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/camara-de-cristalandia-vira-alvo-do-tce-to-por-indicios-de-superfaturamento-em-obra>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional (Notícias)

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet , com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado , voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

--

Site: <https://tonoticia.com.br/noticia/18286/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Tribunal aponta indícios de irregularidades em licitação de R\$ 98 milhões da Ageto para obras na Ponte Siqueira Campos

Por: Redação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** identificou supostas irregularidades na fase de planejamento da Concorrência Eletrônica nº 90010/2024, conduzida pela Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto), que prevê obras de readequação da Ponte Siqueira Campos, na rodovia TO-080, em trecho de 8,10 quilômetros. O valor estimado do contrato chega a R\$ 98.026.102,14, com recursos do Tesouro Estadual.

A análise consta em despacho da 5ª Relatoria do **TCE**, da conselheira **Doris de Miranda Coutinho** e assinado no dia 5 de janeiro de 2026, a partir de fiscalização realizada pela Coordenadoria de Auditoria de Engenharia (CAENG). O processo envolve a contratação integrada de empresa responsável tanto pela elaboração do projeto executivo quanto pela execução das obras, incluindo adequações de faixas de rolamento, acostamentos, ciclovias, sinalização, análise estrutural da ponte e construção de uma ciclopassarela metálica.

Inaugurada em 2002, a estrutura, que tem 1,042 metros de extensão, era conhecida como Ponte da Amizade e da Integração, está localizada na Rodovia TO-080, no trecho que conecta o município de **Palmas** a Luzimangues, distrito de Porto Nacional. Em maio de 2024, foi sancionada pelo governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa (Republicanos), a Lei nº 4.392, que denominou a ponte sobre o Lago de **Palmas** com o nome Governador José Wilson Siqueira Campo.

Apontamentos

De acordo com o relatório técnico, foram identificados seis achados principais. O primeiro trata do critério de julgamento adotado no edital, definido como "maior desconto". A unidade técnica aponta que, diante da complexidade do objeto e da necessidade de soluções técnicas diversas, a legislação indica maior adequação do critério "técnica e preço".

O segundo achado refere-se ao orçamento estimado da contratação, elaborado com base em tabelas de preços com datas-base de 2023. O edital, no entanto,

foi publicado em agosto de 2024, o que indica defasagem superior a seis meses nos valores de referência.

Também constam inconsistências e contradições nos documentos da fase preparatória. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) menciona, em determinado trecho, a possibilidade de "contratação direta", incompatível com uma licitação desse porte. Além disso, há uso incorreto da expressão "projeto básico" em um regime que exige a apresentação de anteprojeto.

Outro ponto levantado pelo **TCE/TO** diz respeito à justificativa adotada para o uso da contratação integrada. Segundo o relatório, a escolha do regime baseou-se na deficiência do anteprojeto existente, o que contraria entendimentos técnicos e jurisprudenciais, já que esse modelo não se destina a suprir falhas de planejamento da administração.

A fiscalização também apontou que o anteprojeto apresentado não constitui uma peça técnica unificada. O documento reúne materiais de processos anteriores e, conforme o próprio ETP, não atende plenamente às exigências legais previstas na Lei nº 14.133/2021.

Por fim, o sexto achado aponta a existência de cláusula considerada abusiva, que transfere aos licitantes a responsabilidade por falhas, omissões ou incorreções dos projetos. O Tribunal indica que a alocação de riscos deve ocorrer exclusivamente por meio da matriz de riscos, de forma equilibrada.

Intimações e citações

Diante desses elementos, o relator admitiu o caso como representação e determinou a citação e intimação de gestores, técnicos e agentes públicos envolvidos na elaboração do edital, do orçamento, do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e dos documentos preparatórios. Entre os intimados está Túlio Parreira Labre, presidente da Ageto, que recebeu ciência formal do processo e tem prazo de 15 dias úteis para apresentar esclarecimentos e documentação sobre eventuais medidas administrativas adotadas para correção dos achados. O consórcio contratado também recebeu intimação e pode se manifestar nos

autos, caso queira.

Após o prazo de resposta, os autos retornam à CAENG para nova instrução e, na sequência, ao Ministério Público de Contas, que deve se pronunciar sobre o caso. A análise sobre eventual suspensão do procedimento licitatório ainda depende das manifestações dos responsáveis.

Posição

O Governo do **Tocantins** foi procurado e a matéria será atualizada assim que a posição for emitida.

Site:

<https://www.tribunadopovo.com.br/noticia/92808/tribunal-aponta-indicios-de-irregularidades-em-licitacao-de-r-98-milhoes-da-ageto-para-obras-na-ponte-siqueira-campos>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

Fábia Lázaro/Governo do Tocantins | Foto: Marcel de Paula/Governo do Tocantins

Em ações integradas ao longo de 2025, Semarh fortaleceu governança ambiental, ampliou combate a incêndios e consolidou **Tocantins** como referência em sustentabilidade nacional e internacional

Em ações integradas ao longo de 2025, Semarh fortaleceu governança ambiental, ampliou combate a incêndios e consolidou **Tocantins** como referência em sustentabilidade nacional e internacional

Em ações integradas ao longo de 2025, Semarh fortaleceu governança ambiental, ampliou combate a incêndios e consolidou **Tocantins** como referência em sustentabilidade nacional e internacional

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das

mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das

queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocantinense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Agenda Internacional

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Tocantins Restaura

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa

prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

Encontro

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação

dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

Gestão das águas

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

Gestão resíduos sólidos

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do

estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

Assessoria do Colegiado

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc)

desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Tags: Governo do **Tocantins** políticas ambientais
protagonismo internacional sustentabilidade

Governo do **Tocantins**

políticas ambientais

protagonismo internacional

sustentabilidade

Site: <https://portaldoamaral.com.br/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional/>

Prefeitura do TO é suspeita de pagar combustível de veículos parados em oficinas

O Ministério Público do Estado do **Tocantins** (MPTO) instaurou um inquérito civil público para apurar supostas irregularidades na gestão das despesas com combustíveis da frota municipal de Combinado, no sudeste do estado. A medida foi formalizada por meio de portaria publicada no Diário Oficial do MP nesta terça-feira, 6.

Participe do grupo do O Norte no WhatsApp e receba as notícias no celular.

A investigação teve início após representação apresentada por vereadores do município, que apontaram indícios de abastecimento irregular de veículos públicos.

CONSUMO INCOMPATÍVEL

Segundo a representação, há suspeita de registros de consumo incompatíveis com a realidade operacional da frota, além de possível abastecimento de veículos que estariam parados em oficinas mecânicas. Entre os veículos citados estão uma van e dois caminhões pertencentes ao município.

O MP informou que análises preliminares de documentos, como notas de empenho e relatórios de liquidação, indicam pagamentos à empresa Irmãos Queiroz Ltda. com volumes de combustível acima da média esperada, considerando a quilometragem efetivamente percorrida.

QUEM SÃO OS INVESTIGADOS

O inquérito apura possível prática de atos de improbidade administrativa que possam ter causado dano ao erário ou enriquecimento ilícito. Figuras como investigados o prefeito de Combinado, Dione Mendes da Silva (Republicanos), gestores dos Fundos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, além da empresa fornecedora de combustíveis.

De acordo com o MPTO, será necessário aprofundar as apurações para individualizar responsabilidades e quantificar eventual prejuízo aos cofres públicos.

MEDIDAS DETERMINADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Entre as primeiras diligências, o MP requisitou ao

município cópia integral dos processos de pagamento relacionados aos abastecimentos investigados, mapas de bordo dos veículos, justificativas técnicas para o consumo registrado e documentos que comprovem que os veículos estavam em operação nas datas indicadas. Também foi solicitada a identificação dos ordenadores de despesas responsáveis pelos pagamentos realizados em 2025.

A empresa Irmãos Queiroz Ltda. deverá apresentar cupons fiscais, comprovantes de abastecimento assinados pelos motoristas e relatórios do sistema de controle de frota, com dados de consumo médio e hodômetro. O MP também determinou a realização de mandado de constatação em oficinas mecânicas citadas na denúncia.

TCE E PRÓXIMOS PASSOS DA APURAÇÃO

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCE-TO) foi oficiado para encaminhar informações e possíveis relatórios de auditoria relacionados ao Pregão Presencial nº 01/2025, que trata da aquisição de combustíveis pelo município.

Após a coleta dos documentos, os autos serão encaminhados à assessoria técnica contábil do MP para análise da compatibilidade entre o volume de combustível pago e a capacidade operacional da frota. A portaria prevê ainda a oitiva da pregoeira do município, Laina Matos Tavares, marcada para o dia 21 de janeiro, por videoconferência.

A Prefeitura de Combinado e a empresa citada não se manifestaram oficialmente. O espaço permanece aberto para esclarecimentos.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/prefeitura-e-suspeita-de-pagar-combustivel-de-veiculos-parados-em-ofic/137942/>

Prefeitura do TO é suspeita de pagar combustível de veículos parados em oficinas

O Ministério Público do Estado do **Tocantins** (MPTO) instaurou um inquérito civil público para apurar supostas irregularidades na gestão das despesas com combustíveis da frota municipal de Combinado, no sudeste do estado. A medida foi formalizada por meio de portaria publicada no Diário Oficial do MP nesta terça-feira, 6.

A investigação teve início após representação apresentada por vereadores do município, que apontaram indícios de abastecimento irregular de veículos públicos.

CONSUMO INCOMPATÍVEL

Segundo a representação, há suspeita de registros de consumo incompatíveis com a realidade operacional da frota, além de possível abastecimento de veículos que estariam parados em oficinas mecânicas. Entre os veículos citados estão uma van e dois caminhões pertencentes ao município.

O MP informou que análises preliminares de documentos, como notas de empenho e relatórios de liquidação, indicam pagamentos à empresa Irmãos Queiroz Ltda. com volumes de combustível acima da média esperada, considerando a quilometragem efetivamente percorrida.

QUEM SÃO OS INVESTIGADOS

O inquérito apura possível prática de atos de improbidade administrativa que possam ter causado dano ao erário ou enriquecimento ilícito. Figuram como investigados o prefeito de Combinado, Dione Mendes da Silva (Republicanos), gestores dos Fundos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, além da empresa fornecedora de combustíveis.

De acordo com o MPTO, será necessário aprofundar as apurações para individualizar responsabilidades e quantificar eventual prejuízo aos cofres públicos.

MEDIDAS DETERMINADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Entre as primeiras diligências, o MP requisitou ao município cópia integral dos processos de pagamento relacionados aos abastecimentos investigados, mapas de bordo dos veículos, justificativas técnicas para o

consumo registrado e documentos que comprovem que os veículos estavam em operação nas datas indicadas. Também foi solicitada a identificação dos ordenadores de despesas responsáveis pelos pagamentos realizados em 2025.

A empresa Irmãos Queiroz Ltda. deverá apresentar cupons fiscais, comprovantes de abastecimento assinados pelos motoristas e relatórios do sistema de controle de frota, com dados de consumo médio e hodômetro. O MP também determinou a realização de mandado de constatação em oficinas mecânicas citadas na denúncia.

TCE E PRÓXIMOS PASSOS DA APURAÇÃO

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCE-TO) foi oficiado para encaminhar informações e possíveis relatórios de auditoria relacionados ao Pregão Presencial nº 01/2025, que trata da aquisição de combustíveis pelo município.

Após a coleta dos documentos, os autos serão encaminhados à assessoria técnica contábil do MP para análise da compatibilidade entre o volume de combustível pago e a capacidade operacional da frota. A portaria prevê ainda a oitiva da pregoeira do município, Laina Matos Tavares, marcada para o dia 21 de janeiro, por videoconferência.

A Prefeitura de Combinado e a empresa citada não se manifestaram oficialmente. O espaço permanece aberto para esclarecimentos.

Site:

<https://www.portalonorte.com.br/noticias/municipios/prefeitura-e-suspeita-de-pagar-combustivel-de-veiculos-parados-em-ofic/137942/>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda as ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins**

(CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocantinense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão

ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da

Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação

ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <https://nafesta.com.br/noticia/78414/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins**

(CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão

ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da

Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação

ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <https://diganoticias.com.br/noticia/165759/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins**

(CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão

ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da

Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação

ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site:

<https://portalbrasilnews.com.br/noticia/167520/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

Por: Redação Osasco

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <https://www.oeste360.com/noticia/300227/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <https://olhardinamico.com/noticia/163886/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

Por: Gazeta do Bico

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <https://gazetadobico.com.br/noticia/11777/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocantinense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site:

<https://agenciaenfoque.com.br/noticia/11864/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins**

(CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocantinense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão

ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da

Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação

ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site:

<https://valearaguaianoticias.com.br/noticia/6695/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins**

(CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocantinense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão

ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da

Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet , com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado , voltado à formação

ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/104120/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional (Meio Ambiente)

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <https://cntocantins.com.br/noticia/36670/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional (Meio Ambiente)

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins**

(CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocantinense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão

ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da

Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação

ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site:

<https://reportertocantins.com.br/noticia/28465/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Prefeitura de Combinado é investigada por suspeita de pagar combustível de veículos que estariam parados em oficinas

Rozeane Feitosa

O Ministério Público do Estado do **Tocantins** (MPTO) instaurou um inquérito civil público para apurar supostas irregularidades na gestão de despesas com combustíveis da frota municipal de Combinado, no sudeste do estado. A investigação foi formalizada por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Ministério Público desta terça-feira, 6.

A apuração teve início a partir de uma representação apresentada por vereadores do município, que relataram indícios de abastecimento irregular de veículos públicos, incluindo registros de consumo considerados incompatíveis com a realidade operacional e a suspeita de abastecimento de veículos que estariam parados em oficinas mecânicas. Entre os veículos citados estão uma van e dois caminhões.

De acordo com o Ministério Público, diligências iniciais e documentos analisados, como notas de empenho e relatórios de liquidação, apontam pagamentos feitos à empresa Irmãos Queiroz Ltda. com volumes de combustível que destoariam da média esperada e da quilometragem efetivamente percorrida pelos veículos. As informações indicam a necessidade de aprofundamento investigativo para individualizar eventuais condutas e quantificar possível prejuízo ao erário.

O inquérito tem como objetivo apurar a prática de atos de improbidade administrativa que possam ter resultado em enriquecimento ilícito ou dano aos cofres públicos. Figuram como investigados o prefeito de Combinado, Dione Mendes da Silva (Republicanos), gestores dos Fundos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, além da empresa fornecedora de combustíveis.

Medidas determinadas pelo MPTO

Entre as primeiras medidas determinadas pelo MPTO está a requisição, ao município, de cópia integral dos processos de pagamento relacionados aos abastecimentos investigados, mapas de bordo dos veículos, justificativas técnicas para o consumo registrado e documentos que comprovem que os

veículos estavam em operação nas datas dos abastecimentos. Também foi solicitada a identificação formal dos ordenadores de despesas responsáveis pelos pagamentos em 2025.

A empresa Irmãos Queiroz Ltda. foi notificada a apresentar cupons fiscais, comprovantes de abastecimento assinados pelos motoristas e relatórios do sistema de gestão de frota com informações sobre consumo médio e hodômetro. Além disso, o Ministério Público determinou a realização de mandado de constatação em oficinas mecânicas citadas na denúncia, para verificar se os veículos permaneceram parados nesses locais e por quanto tempo.

TCE

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** também foi oficiado para encaminhar informações e eventuais relatórios de auditoria relacionados ao Pregão Presencial nº 01/2025, que trata da aquisição de combustíveis. Após a coleta dos documentos, os autos deverão ser encaminhados à assessoria técnica contábil do MP para análise da compatibilidade entre o volume de combustível pago e a capacidade operacional dos veículos.

A portaria ainda prevê a oitiva da pregoeira do município, Laina Matos Tavares, marcada para o próximo dia 21 de janeiro, por meio de videoconferência. O Jornal Opção **Tocantins** entrou em contato com a Prefeitura de Combinado e aguarda posicionamento. A reportagem não conseguiu contato com a empresa citada, mas o espaço continua aberto para manifestação.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/prefeitura-de-combinado-e-investigada-por-suspeita-de-pagar-combustivel-de-veiculos-que-estariam-parados-em-oficinas-577898/>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site:

<https://gazetatocantina.com.br/noticia/10714/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

Por: Redação | Tribuna do Povo

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocantinense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site:

<https://www.tribunadopovo.com.br/noticia/92795/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins**

(CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão

ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da

Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet , com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado , voltado à formação

ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/43265/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional (Meio Ambiente)

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <https://buritinoticias.com.br/noticia/49854/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Tribunal aponta indícios de irregularidades em licitação de R\$ 98 milhões da Ageto para obras na Ponte Siqueira Campos

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** identificou supostas irregularidades na fase de planejamento da Concorrência Eletrônica nº 90010/2024, conduzida pela Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (Ageto), que prevê obras de readequação da Ponte Siqueira Campos, na rodovia TO-080, em trecho de 8,10 quilômetros. O valor estimado do contrato chega a R\$ 98.026.102,14, com recursos do Tesouro Estadual.

A análise consta em despacho da 5ª Relatoria do **TCE**, da conselheira **Doris de Miranda Coutinho** e assinado no dia 5 de janeiro de 2026, a partir de fiscalização realizada pela Coordenadoria de Auditoria de Engenharia (CAENG). O processo envolve a contratação integrada de empresa responsável tanto pela elaboração do projeto executivo quanto pela execução das obras, incluindo adequações de faixas de rolamento, acostamentos, ciclovias, sinalização, análise estrutural da ponte e construção de uma ciclopassarela metálica.

Inaugurada em 2002, a estrutura, que tem 1,042 metros de extensão, era conhecida como Ponte da Amizade e da Integração, está localizada na Rodovia TO-080, no trecho que conecta o município de **Palmas** a Luzimangues, distrito de Porto Nacional. Em maio de 2024, foi sancionada pelo governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa (Republicanos), a Lei nº 4.392, que denominou a ponte sobre o Lago de **Palmas** com o nome Governador José Wilson Siqueira Campo.

Apontamentos

De acordo com o relatório técnico, foram identificados seis achados principais. O primeiro trata do critério de julgamento adotado no edital, definido como "maior desconto". A unidade técnica aponta que, diante da complexidade do objeto e da necessidade de soluções técnicas diversas, a legislação indica maior adequação do critério "técnica e preço".

O segundo achado refere-se ao orçamento estimado da contratação, elaborado com base em tabelas de preços com datas-base de 2023. O edital, no entanto,

foi publicado em agosto de 2024, o que indica defasagem superior a seis meses nos valores de referência.

Também constam inconsistências e contradições nos documentos da fase preparatória. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) menciona, em determinado trecho, a possibilidade de "contratação direta", incompatível com uma licitação desse porte. Além disso, há uso incorreto da expressão "projeto básico" em um regime que exige a apresentação de anteprojeto.

Outro ponto levantado pelo **TCE/TO** diz respeito à justificativa adotada para o uso da contratação integrada. Segundo o relatório, a escolha do regime baseou-se na deficiência do anteprojeto existente, o que contraria entendimentos técnicos e jurisprudenciais, já que esse modelo não se destina a suprir falhas de planejamento da administração.

A fiscalização também apontou que o anteprojeto apresentado não constitui uma peça técnica unificada. O documento reúne materiais de processos anteriores e, conforme o próprio ETP, não atende plenamente às exigências legais previstas na Lei nº 14.133/2021.

Por fim, o sexto achado aponta a existência de cláusula considerada abusiva, que transfere aos licitantes a responsabilidade por falhas, omissões ou incorreções dos projetos. O Tribunal indica que a alocação de riscos deve ocorrer exclusivamente por meio da matriz de riscos, de forma equilibrada.

Intimações e citações

Diante desses elementos, o relator admitiu o caso como representação e determinou a citação e intimação de gestores, técnicos e agentes públicos envolvidos na elaboração do edital, do orçamento, do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e dos documentos preparatórios. Entre os intimados está Túlio Parreira Labre, presidente da Ageto, que recebeu ciência formal do processo e tem prazo de 15 dias úteis para apresentar esclarecimentos e documentação sobre eventuais medidas administrativas adotadas para correção dos achados. O consórcio contratado também recebeu intimação e pode se manifestar nos

autos, caso queira.

Após o prazo de resposta, os autos retornam à CAENG para nova instrução e, na sequência, ao Ministério Público de Contas, que deve se pronunciar sobre o caso. A análise sobre eventual suspensão do procedimento licitatório ainda depende das manifestações dos responsáveis.

Posição

O Governo do **Tocantins** foi procurado e a matéria será atualizada assim que a posição for emitida.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/tocantins/tribunal-aponta-indicios-de-irregularidades-em-licitacao-de-r-98-milhoes-da-ageto-para-obras-na-ponte-siqueira-campos-577873/>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

por Fábila Lázaro/Governo do Tocantins

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocantinense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <http://www.to.gov.br/noticias/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional/5hv66ff98cs8>

Ex-presidente da ATR rebate ordem de cancelamento e defende reajuste

Da Redação

Após o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) determinar a análise para cancelar o reajuste de 9,37% nas contas de água e esgoto da BRK, o ex-presidente interino da Agência Tocantinense de Regulação (ATR), Saulo Sardinha Milhomem, publicou uma nota nesta quarta-feira, 7, defendendo a legalidade e a necessidade do aumento aprovado durante sua gestão.

Milhomem, que chefiava a ATR quando a Resolução nº 13/2025 foi emitida em novembro de 2025, argumentou que o ajuste corrige apenas a inflação acumulada medida pelo IPCA entre setembro de 2023 e agosto de 2025. Ele afirmou que o reajuste foi necessário após três anos de congelamento tarifário, sob risco de um aumento acumulado futuro próximo de 40%.

"Não há aumento real de tarifa, apenas recomposição inflacionária. A decisão técnica buscou proteger o consumidor, evitando um impacto muito maior adiante", disse na nota, reforçando que a medida seguia normas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e tinha parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO).

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/ex-presidente-da-atr-rebate-ordem-de-cancelamento-e-defende-reajuste/139628/>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional (Governo do Tocantins)

Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocantinense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <https://gazetadegurupi.com.br/tocantins/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional/>

TOCANTINS ENCERRA 2025 COM AVANÇOS HISTÓRICOS NA POLÍTICA AMBIENTAL E CLIMÁTICA (Notícias)

Palmas em Foco

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocantinense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <https://palmasemfoco.com.br/politica/meio-ambiente/tocantins-encerra-2025-com-avancos-historicos-na-politica-ambiental-e-climatica/>

Semarh divulga balanço de 2025 com avanços em combate a incêndios e gestão ambiental

Da Redação com informações do Governo do Tocantins

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) divulgou nesta quarta-feira, 7, um balanço das ações executadas pela pasta em 2025. Entre os destaques estão o controle dos incêndios e desmatamentos; recuperação de áreas degradadas; regularização ambiental; ampliação de parcerias estratégicas; além do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (Jredd+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

A gestão estadual pontuou que as ações foram desenvolvidas de forma integrada e envolveram órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil. O governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", disse.

Destaques

Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins). O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, para promover a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias

indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de Redd+

(Jredd+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-Invest Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, necessária para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no Programa Jurisdicional de Redd+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão Trees, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do

Tocantins, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet , com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado , voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/semarh-divulga-balanco-de-2025-com-avancos-em-combate-a-incendios-e-gestao-ambiental/139622/>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional (Tocantins)

Carlla Morena

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocantinense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site:

<https://vidaeharmonia.com.br/noticia/45883/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

Autor(a): Fábila Lázaro

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos

Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins** (CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já

iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no

Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de

Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet , com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização

ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado , voltado à formação ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Site: <https://agora-to.com.br/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional/>

Governo do Tocantins avança em políticas ambientais e fortalece protagonismo internacional

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), encerrou o ano de 2025 com um balanço amplamente positivo, marcado por avanços estruturantes na política ambiental, fortalecimento da governança climática e consolidação do Estado como referência nacional e internacional em sustentabilidade.

Ao longo do ano, a pasta concentrou esforços no controle, prevenção e monitoramento do desmatamento e dos incêndios florestais, na recuperação de áreas degradadas, na regularização ambiental e na ampliação de parcerias estratégicas com instituições nacionais e organismos internacionais.

Destaca-se ainda a ações voltadas à implementação do Programa Jurisdicional de Redução das Emissões dos Gases do Efeito de Estufa oriundo do Desmatamento e Degradação Florestal (JREDD+) e o diálogo com o setor agroprodutivo na construção de políticas climáticas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada, envolvendo órgãos estaduais, municípios, setor produtivo, povos indígenas, comunidades tradicionais e a sociedade civil, reafirmando o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável, participativa e alinhada aos desafios das mudanças climáticas.

O governador Wanderlei Barbosa destacou que os avanços alcançados em 2025 reforçam o compromisso do Governo do **Tocantins** com uma política ambiental responsável e alinhada aos desafios climáticos. "Fortalecemos a governança ambiental, ampliamos a prevenção aos incêndios florestais e avançamos em parcerias estratégicas que consolidaram o **Tocantins** como referência nacional e internacional em sustentabilidade", afirmou.

Entre os principais destaques está o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais. Em 2025, o Governo do **Tocantins** lançou o Plano Integrado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, elaborado de forma conjunta pela Semarh, Corpo de Bombeiros Militar do **Tocantins**

(CBMTO) e Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins).

O plano previu investimentos de R\$ 17,1 milhões, estruturados nos eixos de prevenção, monitoramento e combate, ampliando a capacidade operacional do estado frente aos eventos climáticos extremos.

O projeto Foco no Fogo, em parceria com as instituições que compõem o Comitê do Fogo, visitou 60 municípios, promovendo a conscientização ambiental sobre a prevenção às queimadas ilegais. Ao todo, foram realizadas cerca de 2,6 mil ações, alcançando aproximadamente 20 mil pessoas em comunidades rurais, propriedades agrícolas, aldeias indígenas e escolas.

As ações foram intensificadas, principalmente, nos municípios mais críticos em relação às queimadas ilegais como Caseara, Angico, Esperantina, Lagoa da Confusão, Araguatins, Maurilândia e Palmeiras do **Tocantins**.

Outro marco estratégico foi o lançamento do Portal do Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). A plataforma consolidou dados ambientais, com mapas interativos e análises geoespaciais de alta complexidade, permitindo o monitoramento contínuo do desmatamento, das queimadas, dos recursos hídricos e de indicadores ambientais. A ferramenta fortalece a transparência, a tomada de decisão baseada em evidências e o apoio à formulação de políticas públicas ambientais em todo o território tocaninense.

Para o secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcello Lelis, o balanço de 2025 reflete um trabalho consistente e integrado. "Avançamos em políticas estruturantes, fortalecemos parcerias nacionais e internacionais e colocamos o **Tocantins** no centro do debate climático, sempre conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental", destacou.

A perspectiva para 2026 é ampliar as ações já iniciadas, atrair novos investimentos sustentáveis e consolidar o **Tocantins** como referência em gestão

ambiental, clima e conservação dos biomas Cerrado e Amazônia.

Agenda Internacional

Na agenda internacional, o **Tocantins** teve participação destacada na Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), realizada em Belém/PA, entre os dias 10 e 21 de novembro.

O protagonismo ambiental do Estado ganhou reconhecimento internacional e despertou o interesse de potenciais compradores dos créditos de carbono oriundos do Programa Jurisdicional de REDD+ (JREDD+), reforçando a credibilidade do **Tocantins** no mercado climático global.

Ainda no campo da cooperação internacional, o Governo do **Tocantins** avançou em parcerias estratégicas com a União Europeia, garantindo aporte de 155 mil euros, por meio do programa AL-INVEST Verde, para a implantação da ferramenta CAR 2.0, essencial para a regularização ambiental rural e para a plataforma Selo Verde no estado.

Tocantins Restaura

Outro destaque foi o lançamento do programa **Tocantins** Restaura, formalizado com a assinatura na Suíça, 25 de janeiro de 2025, do Protocolo de Negociação para Restauração Florestal. A iniciativa prevê a recuperação inicial de até 14 mil hectares de áreas degradadas localizadas no interior do Parque Estadual do Cantão com investimento estimado em R\$ 120 milhões, envolvendo comunidades locais e gerando benefícios ambientais, sociais e econômicos. O programa é fruto de parcerias com a **Tocantins** Parcerias (Topar) e o Fundo Sylvania, apoiado pela Mercuria Energy Trading e pela Geonoma.

Na agenda climática e de bioeconomia, o Estado avançou significativamente com o projeto SustenTO - Promovendo a Bioeconomia, Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais no **Tocantins**, submetido ao Fundo Amazônia.

Em 2025, o projeto teve sua elegibilidade reconhecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), passou por visita técnica e fase final de avaliação. Com investimento previsto de R\$ 56 milhões, a iniciativa deverá fortalecer a governança ambiental, reduzir emissões e impulsionar a transição para uma economia de baixo carbono.

O ano também foi marcado por avanços decisivos no Programa Jurisdicional de REDD+. O Governo do **Tocantins** realizou 44 Oficinas Participativas da

Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), etapa obrigatória de salvaguardas socioambientais, garantindo a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e demais segmentos da sociedade.

O Estado também recebeu auditoria internacional do padrão TREES, com visitas técnicas a comunidades e instituições, etapa fundamental para a certificação e futura creditação dos resultados do programa.

Encontro

A Semarh promoveu em junho o 1º Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente do **Tocantins**, reunindo gestores no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Na ocasião, os municípios que apresentaram melhor desempenho foram premiados com o Oscar do ICMS-Ecológico. "Foram contemplados 12 municípios: Jaú do **Tocantins**, Cachoeirinha, São Salvador do **Tocantins**, Santa Tereza do **Tocantins**, Guaraí, Caseara, Tocantinópolis, Maurilândia, Tocantínia, Lajeado, Palmeirópolis e Porto Nacional.

O evento reforçou a união entre Estado e municípios, com foco na gestão do ICMS Ecológico, erradicação dos lixões e uso do portal Cigma como instrumentos para fortalecer a política ambiental municipal.

Gestão das águas

O Governo do **Tocantins** celebrou ainda a entrega da primeira etapa do projeto Plantando Água, o maior programa de recuperação de nascentes do estado. A iniciativa prevê a recuperação de 200 hectares de Áreas de Preservação Permanente, distribuídos em bacias hidrográficas prioritárias, com foco na segurança hídrica e na conservação do Cerrado.

A Rede Hidrometeorológica do **Tocantins** foi ampliada com a instalação de 10 novas Plataformas de Coleta de Dados, totalizando 77 estações em operação. Em 2025, foram realizadas 39 visitas técnicas de monitoramento, garantindo acompanhamento contínuo de 29 bacias hidrográficas. O acompanhamento da qualidade da água também foi intensificado, com análises trimestrais em 80 pontos distribuídos por 61 municípios, reforçando o controle e a gestão dos recursos hídricos no estado.

A Sala de Situação da Semarh manteve funcionamento permanente, com a emissão de 204 boletins sobre chuvas, níveis dos rios e alertas de eventos extremos, além da participação no Monitor de Secas, com 12 diagnósticos mensais.

O relatório destaca ainda o fortalecimento dos sete Comitês de Bacias Hidrográficas, que promoveram ações de mobilização social, educação ambiental e recuperação ambiental, incluindo a coleta de mais de 15,5 toneladas de sementes de 48 espécies nativas, ampliando a participação social e a governança hídrica no **Tocantins**.

Gestão resíduos sólidos

O **Tocantins** deu um passo importante rumo à sustentabilidade e à gestão eficiente de resíduos sólidos ao firmar um Termo de Compromisso com o Governo Federal para a liberação de R\$ 31 milhões, por meio do Ministério das Cidades.

Os recursos serão destinados à estruturação e ampliação da coleta seletiva nos municípios que integram o Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento das regiões sul e centro-oeste do estado (Coder-TO Sul/Centro-Oeste).

Com a implantação do sistema, aproximadamente 150 famílias de catadores devem ser beneficiadas diretamente nos municípios contemplados: Aliança do **Tocantins**, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri do **Tocantins**, Crixás do **Tocantins**, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do **Tocantins**, Nova Rosalândia, Oliveira de Fátima, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Pugmil, Sandolândia, São Salvador do **Tocantins**, São Valério da Natividade, Talismã e Gurupi.

Em 2025, os municípios de Juarina e Muricilândia encerraram oficialmente seus lixões e avançaram para a gestão adequada de resíduos sólidos.

Destaque também para a segunda edição do concurso estande sustentável durante a Feira de Tecnologia Agropecuária do **Tocantins** (Agrotins 2025) que coletou mais de duas toneladas de resíduos recicláveis evitando que chegassem ao aterro sanitário e gerando renda para as cooperativas de recicláveis do município de **Palmas**.

Na agenda ainda socioambiental, a Semarh foi parceira do Programa **Tocantins** Amigo do Pet, com ações de castração gratuita, atendimentos veterinários, vacinação, feiras de adoção e educação ambiental, fortalecendo políticas públicas voltadas ao bem-estar animal. O projeto começou por Aliança e se expandiu para Dianópolis, integrando a rede Cuidar para fortalecer políticas públicas e conscientizar sobre a causa animal.

Além disso, as ações de educação e conscientização ambiental ganharam destaque com a execução do projeto Sementinhas do Cerrado, voltado à formação

ambiental de crianças e jovens, incentivando o cuidado com a natureza, a preservação dos recursos hídricos e a valorização do bioma Cerrado desde a infância.

Já o projeto Praia Consciente reforçou a sensibilização da população sobre o uso responsável das praias fluviais, promovendo práticas sustentáveis, o descarte correto de resíduos e a proteção dos ecossistemas aquáticos, contribuindo para a mudança de comportamento e o fortalecimento da cultura ambiental no **Tocantins**.

Assessoria do Colegiado

A Assessoria de Unidades Colegiadas (Assuc) desempenhou um papel estratégico na governança ambiental, hídrica, climática, educacional e de proteção animal do **Tocantins**, atuando como unidade responsável por garantir a fluidez institucional e a segurança jurídico-administrativa das instâncias colegiadas vinculadas à Semarh. Ao longo do ano, a Assuc coordenou aproximadamente 123 reuniões, incluindo todas as instâncias colegiadas.

Fonte: Governo do **Tocantins**

Site: <https://bicorural.com.br/governo-do-tocantins-avanca-em-politicas-ambientais-e-fortalece-protagonismo-internacional/>

TCE-TO aponta possíveis irregularidades em licitação de R\$ 98 mi para obras na Ponte Siqueira Campos (Tocantins)

Redação O Fato

Órgão aponta critério de julgamento inadequado, orçamento defasado e cláusula abusiva

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE-TO)** identificou possíveis irregularidades no planejamento da Concorrência Eletrônica nº 90010/2024 da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura (AGETO) para execução de obras de readequação da Ponte Siqueira Campos (rodovia TO-080).

Os serviços incluem faixas de rodagem, ciclovias, sinalização e construção de uma ciclopasseira metálica. O valor estimado do contrato é de R\$ 98.026.102,14, com recursos do Tesouro Estadual.

Entre as possíveis falhas indicadas pelo **TCE-TO** estão o critério de julgamento inadequado, sendo utilizado o de "Maior Desconto", quando a complexidade da obra e o regime de contratação integrada exigiriam "Técnica e Preço".

Além disso, a Corte apontou orçamento defasado e inconsistências documentais como a menção à contratação direta que, conforme o Tribunal, é incompatível com uma licitação no valor de R\$ 98 milhões.

Nesse sentido, o **TCE** também apontou justificativa indevida para contratação integrada, anteprojeto deficiente e inadequado, além de cláusula abusiva que prevê a transferência de riscos da administração para os licitantes em caso de falhas nos projetos.

Diante disso, o Tribunal determinou a citação e intimação de gestores, técnicos e agentes públicos envolvidos na elaboração do edital, do orçamento, do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e dos documentos preparatórios. Entre eles, o presidente da Ageto, Túlio Parreira Labre, que terá 15 dias para apresentar defesa ou esclarecimentos.

O Consórcio Ponte Siqueira Campos, empresa contratada, também foi intimado para se manifestar sobre os achados.

Confira o despacho nº 1/2026 - 5ª Relatoria

Leia mais:

Prefeitura de **Palmas** define jornada de seis horas ininterruptas para órgãos municipais

Acesse o nosso perfil no Instagram

Site: <https://portalofato.com.br/2026/01/07/tce-to-aponta-possiveis-irregularidades-em-licitacao-de-r-98-mi-para-obras-na-ponte-siqueira-campos/>

Retorno de férias.

O Conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, **José Wagner Praxedes** (D), após o período de férias durante as festividades de fim de ano, percorreu diversos destinos turísticos, entre eles Ushuaia, El Calafate, Buenos Aires, São Paulo e Balneário Camboriú e em Goiânia nesta terça-feira (06) aproveitou a passagem pela capital para rever o amigo e cerimonialista José Bomfim, em um agradável almoço no Restaurante Kabanais, localizado na área gastronômica do Flamboyant Shopping Center.

O casal Lilia Beatriz e Raimundo e Nonato preparou uma agradável surpresa para celebrar o aniversário do odontólogo Magno Pinheiro.

A comemoração, mantida em sigilo, aconteceu durante dias de recesso e descanso nas relaxantes águas quentes de Caldas Novas.

Tudo transcorreu sob a atenta vigilância de Cláudio Valente (E), garantindo momentos de descontração e celebração entre amigos.

Gegê Gerais e Rosely de Castro Gerais já de retorno das férias de fim de ano, que foram desfrutadas em Arraial D'Ajuda, no litoral sul da Bahia. O casal esteve hospedado na charmosa Pousada Vila do Beco localizada na badalada Praia de Mucugê.

Na foto, Gegê e Lili Gerais aparecem em uma agradável noite no restaurante Mangutti. Do lado esquerdo o amigo Comandante Thiago Endres Moreno, o genro Pedro Cade e a filha Gennifer Gerais Cade, celebrando momentos de confraternização e boa gastronomia.

Durante o verão, é fundamental cuidar da alimentação e da hidratação. O nutricionista Fellipe Junior orienta o consumo de alimentos leves, como frutas, saladas e refeições equilibradas, além da ingestão frequente de água. Esses cuidados ajudam a manter o corpo saudável, hidratado e com mais energia nos dias mais quentes.

Site: <https://diario9.com/retorno-de-ferias/>

Entenda decisão da Justiça que suspende ato de Wanderlei Barbosa em disputa por comando de órgão de contas

Andressa Ribeiro

Uma disputa jurídica pelo cargo de procurador-geral de contas levou a Justiça a suspender um ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e restabelecer a nomeação para a função, que havia sido feita pelo vice-governador Laurez Moreira. Entenda os motivos da decisão e os desdobramentos do caso.

O desembargador Gil de Araújo Corrêa suspendeu, no dia 31 de dezembro, o ato de Wanderlei Barbosa (Republicanos) que cancelava a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes como novo procurador-geral no Ministério Público de Contas (MPC) para o biênio 2026/2027.

Conforme a liminar, Marcos Antônio havia sido escolhido ainda em novembro do ano passado, por meio da lista tríplice, pelo vice-governador Laurez Moreira (PSD), durante o afastamento do governador Wanderlei Barbosa do cargo.

Porém, no início de dezembro do ano passado, Wanderlei, que havia sido afastado por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante a operação policial Fames-19, retornou ao cargo e publicou ato que cancelou a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes. No lugar dele, o governador nomeou José Roberto Torres Gomes, no dia 29 de dezembro de 2025.

Após o cancelamento da posse, Marcos Antônio recorreu à Justiça alegando que sua nomeação já estava garantida e constituía um ato jurídico válido, que não poderia ser desfeito apenas "por vontade política do governador".

Com isso, o desembargador Gil de Araújo entendeu que a primeira nomeação foi legal e que o governador titular não tinha o direito de anulá-la sem motivo previsto em lei. Ele ainda destacou que o ato de cancelamento não foi devidamente justificado. Entre os pontos da decisão constam:

Competência exaurida: Com a assinatura do ato por Laurez Moreira, o Estado exerceu seu poder de

escolha, o que impede o titular de refazer a indicação após o retorno.

Falta de motivação: O cancelamento da nomeação de Modes carece de fundamentos jurídicos ou fatos que justifiquem a anulação, o que torna o ato arbitrário.

Estabilidade administrativa: A tentativa de revisão sem vício de legalidade gera instabilidade jurídica inadmissível.

Na época, o JTo procurou o posicionamento do governador sobre a decisão de suspensão do ato, mas não houve retorno.

Posse de novo procurador-geral

Marcos Antônio foi empossado como procurador-geral de contas do Ministério Público de Contas do Estado do **Tocantins** na quinta-feira (1º). O termo de posse foi assinado em reunião com a presença do presidente do Tribunal, conselheiro **Alberto Sevilha**, e técnicos.

A decisão judicial reconheceu que a minha nomeação foi legítima, que não houve nenhuma necessidade posterior de anulação ou vício nela, tanto que não foi demonstrado em momento algum, e que havia a necessidade de se dar posse imediata, porque a instituição não pode ficar acéfala de um representante legitimamente constituído", comentou o procurador Marcos Antônio em entrevista à TV Anhanguera.

O mandato para o cargo é de dois anos, a partir de 1º de janeiro de 2026. O termo de posse assinado pelo procurador-geral de contas foi publicado no boletim oficial do **Tribunal de Contas** do dia 1º de janeiro de 2026.

Caiado comenta ataque dos EUA à Venezuela: "que a democracia, a liberdade e a prosperidade se instalem no país"

Prefeito questiona sanção de lei que muda sistema do transporte da Grande Goiânia

Ex-governador e líder histórico do **Tocantins**: saiba quem foi Moisés Avelino

Relembre afastamento

Wanderlei Barbosa e a primeira-dama foram afastados no dia 3 de setembro de 2025. A decisão foi do ministro Mauro Campbell, do STJ, mas depois foi referendada pela Corte Especial do órgão. Os dois são suspeitos de desvios de recursos públicos realizados em 2020 e 2021, momento em que foi declarado estado de emergência em saúde pública por conta da pandemia de Covid-19.

Na época, Wanderlei seria o responsável pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), órgão que recebia os recursos que iriam ajudar a população durante a pandemia. Segundo a PF, Wanderlei Barbosa teria mantido um esquema de desvios através de contratações ilícitas.

As investigações apontam que Karynne teria intermediado as contratações, atuado na organização da parte documental, no cumprimento dos requisitos necessários ao recebimento de recursos públicos, e tomado ciência da distribuição das vantagens indevidas previamente combinadas.

A Polícia Federal investiga crimes de frustração do caráter competitivo de licitação, peculato, corrupção passiva, lavagem de capitais e formação de organização criminosa.

Wanderlei Barbosa também foi alvo novamente da Polícia Federal no dia 12 de novembro de 2025, suspeito de tentar atrapalhar as investigações da Operação Fames-19 sobre o desvio de cestas básicas durante a pandemia. Na época foram cumpridos 24 mandados de busca e apreensão em Palmas e Santa Tereza do **Tocantins**.

A PF identificou indícios de que alguns investigados teriam se prevalecido de seus cargos e utilizado veículos oficiais para retirar e transportar documentos e materiais de interesse da investigação. Isso causou embaraço às investigações, que ainda se encontram em curso e tramitam sob sigilo na Corte Especial do STJ.

Site: <https://daqui.opopular.com.br/geral/entenda-decis-o-da-justica-que-suspende-ato-de-wanderlei-barbosa-em-disputa-por-comando-de-org-o-de-contas-1.3357362>

Eduardo Siqueira Campos: "não governo para agradar avaliações e sim com metas e rigor com o dinheiro público"

Por: Redação

Eleito prefeito de Palmas nas eleições de 2024 pelo Podemos, Eduardo Siqueira Campos nasceu em Campinas (SP) e construiu uma carreira política marcada por diferentes cargos eletivos e funções administrativas. Filho do ex-governador José Wilson Siqueira Campos, ingressou na vida pública em 1988, ao se eleger deputado federal. Mais tarde, comandou a Prefeitura de Palmas por dois mandatos, entre 1992 e 1997, foi senador da República e integrou o governo estadual como secretário de Planejamento e de Relações Institucionais.

Ao fazer um balanço de sua trajetória e do primeiro ano à frente da Prefeitura de Palmas, o prefeito Eduardo Siqueira Campos afirmou na entrevista da semana do Jornal Opção **Tocantins** que sua história na política foi construída ao longo de décadas de atuação em diferentes funções públicas e marcada por episódios pessoais difíceis. Segundo ele, a experiência acumulada ao longo da carreira o qualifica para o cargo que ocupa atualmente.

Ao tratar de questionamentos e críticas que surgem ao longo da vida política, Eduardo afirmou que não há condenações contra ele relacionadas à administração pública ou à sua honra. "Como toda vida pública, há questionamentos. Mas traga uma condenação de qualquer natureza ligada à administração pública, ao meu mandato, à minha honra - não existe." Segundo ele, investigações e ataques fazem parte do ambiente político. "Ataques, operações, isso faz parte da vida pública. Isso não muda quem eu sou."

Na entrevista, o prefeito também falou sobre sua trajetória pessoal, marcada por dificuldades desde a infância e por perdas familiares. Ele relatou que a convivência com o pai foi um período de aprendizado e preparação. "Minha infância foi dura. A convivência com meu pai foi cheia de aprendizado. Ele me escolheu entre os filhos e me preparou." Eduardo mencionou ainda a morte do pai, em 2023, aos 94 anos. "Perdê-lo em 2023 foi muito difícil, ainda mais quando tudo indicava que ele veria minha eleição."

Qual balanço o senhor faz do primeiro ano da sua

gestão e o que projeta para 2026?

Veja, eu não sou muito adepto dessa questão de ficar buscando aprovação ou avaliação positiva junto a terceiros. O que me move são metas pessoais e o rigor que eu me imponho diante da coisa pública.

Para mim, a vida é como um grande pára-brisa: a gente precisa olhar para frente, mas também ter um retrovisor pequeno para saber de onde veio. Meus olhos estão voltados para o futuro, mas é preciso entender o que está acontecendo hoje. Eu não governo para agradar avaliações, governo com metas e rigor com o dinheiro público.

Eu gostaria de ter realizado uma série de outras ações, mas fiquei impedido por fatores que não se tratam de jogar problemas no colo de terceiros. É impossível encerrar uma transição com um número que está no **Tribunal de Contas do Estado** chamado "despesa do exercício anterior". Não se deve confundir isso com restos a pagar. Restos a pagar é quando você empenha, tem dinheiro em conta e deixa o recurso para o próximo gestor. Já a despesa do exercício anterior é diferente: você precisa ir atrás de processos.

Encontrei dois restaurantes comunitários, na região norte, absolutamente vandalizados, destruídos e sem funcionamento havia três anos. Fizemos o investimento e os reabrimos. Eles estavam completamente esquecidos.

Hoje, são equipamentos de alta qualidade, com dez aparelhos de ar-condicionado de 60 mil BTUs em cada unidade, oferecendo refeições em ambiente climatizado e com qualidade.

Faço sempre a conta para mostrar onde o custeio da Prefeitura atual. São cerca de 4 mil refeições por dia, com custo contratado de R\$ 12 por prato. A população paga R\$ 3, e o município subsidia os outros R\$ 9. Isso representa R\$ 36 mil por dia. Em 22 dias úteis, são aproximadamente R\$ 792 mil por mês, o que chega a cerca de R\$ 9,5 milhões por ano.

Durmo mais tranquilo sabendo que são mais de um

milhão de refeições fornecidas anualmente. Não existe verba específica para Réveillon na área da cultura. É uma opção administrativa.

Para se ter uma ideia, o Réveillon de 2023 custou exatamente R\$ 9,5 milhões, o mesmo valor do custo anual dos dois restaurantes comunitários. Foram cerca de 30 mil pessoas presentes. Houve registros de confusão, furtos, disparos e outros problemas.

Eu me pergunto se essas 30 mil pessoas não teriam outras opções de lazer. Não houve impacto relevante no comércio local. Não eram pessoas de fora; eram moradores da própria cidade.

Não é uma escolha entre Réveillon ou comida. É uma coincidência de valores que ajuda a refletir. Um cachê de uma dupla dessas chega a R\$ 800 mil por mês.

Voltando ao geral, encontrei a Casa da Mulher com uma placa de inauguração, mas sem instalação elétrica, sem fiação, sem móveis, sem ar-condicionado e sem pintura. Para mim, inauguração é quando o serviço funciona.

A ministra ficou bastante contrariada e determinou que, no mês de maio deste ano, mês da mulher, a obra deveria estar pronta. Foi extremamente difícil, mas hoje a Casa da Mulher está em pleno funcionamento. Houve custeio do ministério, mas o município precisou investir recursos próprios para viabilizar a entrega.

Também encontrei o restaurante comunitário com o jantar fechado, que foi reaberto. A Casa da Mulher fechada, que foi reaberta. Ao visitar os CRAS, vi unidades com estruturas comprometidas, algumas literalmente caindo. Os conselheiros tutelares estavam desesperados.

Iniciamos um trabalho de recuperação. O CRAS do bairro Santa Bárbara, por exemplo, será entregue agora em janeiro. Além disso, existem as casas-abrigo, que acolhem crianças sem pai nem mãe, que nunca foram adotadas e que são responsabilidade do município.

Essas casas eram alugadas e apresentavam mofo, goteiras e condições inadequadas. A secretária Polyanna esteve lá, se emocionou, chorou. Aquilo nos tocou profundamente e nos motivou a agir. Alugamos uma casa ao lado, fizemos a reforma e devolvemos a dignidade. Isso foi feito.

Hoje, há 120 moradores em situação de rua que passaram a ser atendidos por meio de busca ativa. Todos os dias são oferecidas 120 refeições, com apoio de veículo e acompanhamento de assistente social.

Na última gestão, a Secretaria de Ação Social teve sete secretárias. Isso mostra que não houve continuidade em uma das políticas públicas mais importantes.

Dentro desta avaliação, quais são as políticas públicas essenciais que tiveram destaque na gestão?

O Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a educação. São três eixos fundamentais. Partimos, então, para a recuperação do sistema de assistência social.

Estamos reformando os CRAS, reformando casas de passagem e participando de todas as reuniões com o Ministério Público, com juízes, com o Tribunal de Justiça e com os conselhos. E o que a gente ouvia? "É a primeira vez que um prefeito e uma secretária participam da abertura do Conselho de Alimentação." O Caisan, que é o Conselho de Segurança Alimentar.

Nós fomos enfrentando ações civis públicas que tramitam há cinco anos, obrigando o município a entregar todos os CRAS, veículos novos e uma série de estruturas. São ações que o município recorreu por cinco ou seis anos e que agora chegaram à fase de cumprimento de sentença, exigindo que tudo seja feito de uma vez. Isso amplia significativamente o custeio.

Saúde - Passando para a saúde, eu entreguei pelo menos cinco Unidades Básicas de Saúde extraordinárias, em locais estratégicos. Essas UBS também estavam com estruturas comprometidas. Resolveu tudo? Não. Ainda há um desafio enorme, com inúmeras UBS que precisam ser restauradas.

Quando se reforma uma UBS, muitas vezes é praticamente uma nova unidade, porque são feitas melhorias estruturais e ampliação de serviços. O objetivo é fazer funcionar, ampliar especialidades. Hoje, não se ouve mais falar em falta generalizada de medicamentos. Houve situações pontuais, normalmente ligadas a licitações fracassadas. Acabou aquela queixa recorrente de falta de remédio.

Postos de saúde com medicamentos, UBS reformadas, mais de cinco: Buritirana, Taquaruçu Grande, Santa Bárbara, 503 Norte, 1504 Sul, 1506 Sul. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) também foi totalmente reformado. Houve reconstrução da cozinha da UPA Norte, que estava em condições precárias, além da recomposição das equipes das UPAs.

Voltando aos eixos: SUAS, SUS e educação. Vou lhe dar alguns dados. Em 2024, Palmas foi a capital brasileira com maior índice de transmissão vertical, de

mãe para feto, de HIV, além de altos índices de sífilis e HPV. Foi uma situação triste.

Em dezembro, a secretária municipal de Saúde foi convocada para receber um prêmio nacional, porque Palmas foi o município brasileiro que mais conseguiu reverter esse cenário. Viramos essa lógica. O que aconteceu? Um sistema de vacinação em massa, silencioso, com busca ativa de quem não estava vacinado. Trabalhamos fortemente na prevenção e fomos premiados por isso.

Educação - Saindo do SUS e indo para a educação, qual era o grande problema? O diretor da escola fazia tudo: comprava merenda, cuidava do telhado, da piscina, das reformas, contratava contador, advogado. Nada contra o diretor, que é pedagogo, mas isso não é função pedagógica.

Faço uma comparação: você é jornalista. Se eu disser que, além de apurar e escrever, você tem que consertar goteira, arrumar ar-condicionado e reformar a redação, você deixa de exercer sua essência profissional. Foi isso que buscamos corrigir.

Começamos pela merenda escolar. São 43 mil crianças que frequentam diariamente CMEIs ou escolas de tempo integral. Hoje, todas as escolas têm em seus depósitos arroz tipo 1, feijão tipo 1, leite, inclusive sem lactose para quem precisa, frutas e três tipos de proteínas por semana.

As proteínas chegam às terças e quintas: peixe, carne embalada a vácuo diretamente do frigorífico e frango - coxa e sobrecoxa. Além disso, cumprimos a compra mínima da agricultura familiar, com 70%.

Hoje, posso afirmar: se em uma escola as crianças comem tilápia, em outra podem estar com galinhada, em outra com carne moída ou carne de panela. Todas recebem proteína, três vezes por semana, com variação. As 82 unidades escolares estão niveladas em padrão A de alimentação.

Tem criança que se alimenta basicamente na escola. Hoje, são no mínimo três refeições por dia. Pegue 43 mil crianças e multiplique por três: são 129 mil refeições diárias.

Antes, isso não acontecia. Às vezes era apenas uma refeição, dependia do que a diretora conseguia comprar. Hoje, há nutricionista, cardápio, supervisão e compras centralizadas. Você não compra um saco de arroz de 10 quilos pelo mesmo preço quando compra um ou quando compra cinco mil. Isso é economia de escala e democratização da alimentação.

Também estamos mudando a lógica administrativa. Há

diretoras que não conseguiram prestar contas nos últimos três anos. Um consertava uma janela por R\$ 200, outro por R\$ 500. Um consertava um ar-condicionado por R\$ 300, outro por R\$ 500. Isso é desperdício.

Não me chame isso de tirar dinheiro da escola. Eu estou tirando dinheiro de atravessador. Estou ganhando em escala. Consertamos a vida de 43 mil alunos.

Transporte público - Vamos para o outro eixo: transporte coletivo urbano. Isso é um caos, e não há como negar. Hoje, Palmas é a única capital brasileira com frota 100% climatizada. Antes, eram 100 ônibus alugados, muitos antigos, alguns pegando fogo, gerando um cenário caótico.

Hoje, começamos com 140 ônibus, mais 14 de reserva. Identificamos situações em que havia ônibus disputando passageiros, quatro veículos no mesmo trecho, todos com assentos vazios. Isso acontece em uma cidade onde não se cobra passagem aos sábados,

Alguns ônibus retornaram, sim, mas fizemos uma mudança importante: eu só pago quilômetro rodado. A prefeitura não tem relação com garagem, combustível, peças ou salário de motorista. Eu pago o quilômetro rodado, e o cidadão entra com R\$ 4,85.

Somos a única capital brasileira com 100% da frota zero quilômetro, 100% com ar-condicionado e com Wi-Fi. Eu não desqualifico o transporte coletivo urbano. Pode melhorar? Claro que pode. Tem mês em que não recebo nenhuma reclamação na ouvidoria. Às vezes alguém diz que no sábado está demorando. Mas é gratuito. Temos uma meta de quilômetros rodados.

O sábado e o domingo não são exatamente iguais à segunda-feira, porque quem paga de segunda a sexta também está pagando o transporte gratuito de sábado, domingo e feriados. Isso faz parte do processo de democratização e de igualdade. Não se pode penalizar quem paga durante a semana, ainda mais considerando que a tarifa é de R\$ 4,85.

A receita acaba ficando mais frágil por causa disso. A concessão foi mantida, mas a matriz foi totalmente alterada. Antes, a prefeitura alugava ônibus por cerca de R\$ 48 mil por unidade, independentemente de rodar ou não. Mesmo parado, o valor era pago. Ônibus velhos.

Hoje, pagamos por quilômetro rodado, com ônibus zero quilômetro e climatizados. Não há mais preocupação com garagem, combustível ou

manutenção.

Concluímos, então, o terceiro eixo, que foi o transporte coletivo urbano.

Infraestrutura - Fizemos a recuperação total da avenida que liga ao Taquari, a antiga Teotônio Segurado, hoje Avenida Siqueira Campos. Era uma via extremamente deteriorada, com ciclovia ao lado e alto risco de acidentes. Hoje está bem sinalizada e com asfalto de qualidade.

Mais de 35 mil pessoas moram no Taquari, o maior setor da cidade. Essa via passa pelos Aurenys, segue até o centro. Também estamos fazendo o sentido Leste-Oeste, com a Avenida I e a Avenida Goiás, que cortam do Jardim Aurenly I ao Jardim Aurenly II.

Em Taquaralto, há a Avenida Taquaruçu, uma das principais vias, além da Avenida **Tocantins**. Fizemos incontáveis reuniões e vamos iniciar agora a readequação dessa avenida.

De forma geral, avançamos muito no asfalto. O distrito de Palmas está recebendo pavimentação. O acesso Norte, Água Fria, Água Boa, condomínios, tudo em execução. Fizemos asfaltos estratégicos em todas as regiões. Na região Sul, consertamos paralelas da Avenida **Tocantins**, em Taquaralto.

Quando se tem uma malha antiga, basta chover para surgirem buracos. Por isso, outra questão importante é a drenagem. A cidade parou de fazer macrodrenagem. A prefeita Cinthia iniciou uma obra na LO-21; eu estou concluindo. Isso permite abrir bocas de lobo das quadras laterais e criar emissários.

Palmas precisa de um novo plano diretor de macrodrenagem. As mudanças climáticas trouxeram chuvas mais intensas e concentradas. Isso está sendo tratado em projetos. Isso é mobilidade.

Aprovamos R\$ 169 milhões no PAC para o Corredor de Mobilidade, que sai do Taquari, atravessa os Aurenys e chega à ponte do Bertaville, conectando à BR-010. Em janeiro, encomendei o projeto. Trata-se de uma ponte estaiada, um projeto delicado, que precisa ser muito bem estudado.

Essa via vai integrar o Plano Diretor à região Sul. Este ano, conseguimos R\$ 10 milhões para projetos complementares, que já estão prontos. Para 2026, temos mais de R\$ 50 milhões garantidos no orçamento. Metade do valor da ponte já está assegurada antes mesmo do início da obra. Vamos fazer a ponte do Bertaville.

Sobre a duplicação da Teotônio Segurado, o projeto

está pronto e buscaremos financiamento. A ponte dos Cruz, em Taquaruçu, tinha 35 anos, era de madeira e estava caindo. Já foi entregue.

Sobre a Avenida **Tocantins**, realizamos inúmeras reuniões com comerciantes e ambulantes, apresentamos três opções de projeto. Agora vamos retirar a ciclovia, refazer o asfalto e devolver uma Avenida **Tocantins** digna.

Quanto aos buracos, estamos recuperando a malha viária com asfalto de qualidade e refazendo o sistema de drenagem. Pensamos estrategicamente na parte Norte, Sul e na mobilidade urbana.

Há também os equipamentos urbanos, que impactam diretamente a qualidade de vida. É muito ruim chegar à praça da sua quadra e encontrar tudo escuro, sujo e abandonado. Recuperamos muitas praças. Para quê? Para fortalecer a convivência das famílias no fim da tarde.

Na área comercial, temos a Arca de Taquaralto. O projeto já existia, mas não havia recursos. Licitamos e executamos. Está pronta e bonita. Alguns comerciantes reclamam de energia, mas não é papel da prefeitura fornecer energia individual ou estoque. O que fizemos foi restaurar o Banco do Povo, que vai financiar estoque e conceder crédito aos comerciantes da Arca.

No Camelódromo, o projeto está pronto e as obras começam no início do ano. No Jardim Aurenly III, uma promessa de asfalto de 32 anos, estamos executando. São inúmeras ruas já asfaltadas.

Não paramos em nenhuma frente. Estamos restaurando o Parque do Povo. A cidade não tinha mais um grande auditório para formaturas, apresentações e eventos. O Espaço Cultural está destruído. Não foi prioridade no primeiro ano, mas agora entraremos na recuperação de dois grandes equipamentos: a Praça do AYRTON SENNA, que será uma das maiores praças de Palmas, e o Espaço Cultural.

Isso permitirá, por exemplo, retomar o Salão do Livro. Fernanda Montenegro esteve aqui, ajudou a dar nome ao teatro e me perguntou como ele estava. Fico constrangido em responder. Não havia cadeiras, estava abandonado.

Houve momentos em que a prefeitura ficou sem dinheiro, sim. O custeio aumentou, mas não com salários. Pelo contrário: fiz um corte de 30% no número de carros oficiais e mais 30% no valor do DAS, o que gerou uma economia de 23%.

Pagamos o 13º na data correta, a folha de dezembro no dia 23, e agora estamos ajustando os pagamentos aos fornecedores. Para a imprensa, foi um ano muito difícil, porque não conseguimos anunciar tudo o que foi colocado à disposição da população. Mas 2026 será um ano muito melhor.

Falo sempre de gasto público. Em 2024, houve um show do Alok no aniversário de Palmas, com custo de R\$ 8 milhões. O que fizemos no aniversário da cidade? O desfile cívico.

Festival Gastronômico de Taquaruçu em 2024: R\$ 12,5 milhões. Em 2025: R\$ 4,5 milhões. Uma economia de R\$ 8 milhões. As atrações não eram as mesmas, o palco não era tão grandioso, mas com R\$ 8 milhões a menos, considero que foi excelente. Ana Vitória, Fafá de Belém. Isso é cultura. Ano que vem virão outras atrações, mas com menos gasto e melhor estrutura, sem aquele camarote enorme do prefeito, maior do que todo o resto.

Quais seriam essas prioridades orçamentárias, prefeito? Principalmente quando o senhor fala dessa limitação financeira que o município está passando atualmente.

Bom, então vamos lá. A ponte do Bertaville vai começar no ano que vem. Eu espero que em meados de maio, por volta do dia 20 de maio, eu possa estar dando a ordem de serviço. É uma ponte que vai levar um ano e meio, no máximo.

Conquistar o financiamento para a duplicação da antiga Teotônio, hoje Avenida Siqueira Campos, porque aí você iria até o Taquari em pista dupla e futuramente até a Vila Graciosa.

Então, em termos de mobilidade urbana, os três grandes eixos são a BR-010, a NS-10 com a ponte do Bertaville e a duplicação da Teotônio. São obras que, principalmente a ponte do Bertaville, como eu te falei, eu quero até o dia 20 dar a ordem de serviço.

Quero também contratar o financiamento para a duplicação da Siqueira Campos, antiga Teotônio. Nós temos um pacote de R\$ 169 milhões. Os projetos estão todos entregues. O ministro Renan Filho veio aqui, e o que ele disse foi: "Prefeito, parabéns". Na verdade, foi o ministro Jader que disse isso, porque era algo ligado à questão das cidades. Ele falou: "Parabéns, prefeito Eduardo. A única capital da região Norte que conseguiu se habilitar no PAC com um projeto maravilhoso". Palavras do ministro.

Então vamos atrás de iniciar essas obras, que são custeadas inteiramente pelo PAC. Os projetos estão sendo encaminhados.

Em termos de mobilidade urbana, vamos falar da malha asfáltica. Você vai ver um banho de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), porque agora eu estou com financiamento do Banco do Brasil. Consegui aprovar, tirar na Secretaria do Tesouro Nacional a certidão de regularidade previdenciária, que o município tinha apenas por liminar.

Nós resolvemos todos os problemas, entregamos o RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), que é o nosso PreviPalmas. Ele está totalmente blindado com o Banco do Brasil. Veja o que muitos fizeram. Eu não quero criticar ninguém, mas olha essas questões de outros bancos. Eu não quero falar de banco específico, porque pode parecer crítica, mas eu estou falando do Banco do Brasil.

Então, o fundo de pensão, além de ter o certificado de regularidade previdenciária, está entregue ao Banco do Brasil, blindado contra qualquer coisa. O plano de saúde da Geap está funcionando com plenitude para os servidores. É o melhor plano de saúde que tem hoje no mercado de Palmas.

De uma forma geral, já que a gente precisa de uma reavaliação da macrodrenagem, vamos tentar também um financiamento, porque são obras caras. Essa obra da LO-21, que a prefeita começou e que eu vou terminar - eu vou fazer 70%, ela fez 30%, pouco importa - custa em torno de R\$ 36 milhões.

Mas essa é uma LO. Quantas outras a gente tem que vão precisar disso? Mais oito, para jogar no lago. Então você está falando de R\$ 200 milhões, R\$ 300 milhões em plano de macrodrenagem. É outro financiamento que a gente vai ter que captar.

Vou fazer a pista do Kartódromo, que está mais da metade acabada, para trazer uma etapa do Campeonato Brasileiro de Kart.

Como a gestão conseguiu descentralizar a iluminação e as apresentações natalinas para bairros? O que mudou na forma de planejar e executar os eventos públicos em Palmas?

Falando um pouco deste ano, a iluminação de Natal teve no Taquari, no Taquaralto, nos Aurenys, na Palmas Brasil Norte, na Avenida Siqueira Campo. E o Parque Cesamar, eu vou te dizer uma coisa: eu acho que ele nunca ficou tão lindo quanto agora.

Aí você pergunta: "O que isso custa?". Custa R\$ 3,5 milhões. Descentralizado, contando peças que foram para todos os bairros, carretas, grupos de apresentações. Eu não tive Papai Noel alugado, não tive casinha de Papai Noel alugada.

Foi o Natal da reciclagem, do reaproveitamento, da pintura, da restauração. Deu para fazer um Parque Cesamar lindíssimo, deu para fazer a itinerância, que incluiu até a zona rural. Buritirana teve iluminação, Taquaruçu teve iluminação, Taquaralto teve iluminação, Aurenys teve iluminação, e teve itinerância de apresentações natalinas, coral, peça teatral. Tudo isso com R\$ 3,5 milhões.

Aí eu pergunto para você: lembra de 2018, 2019, 2023, aqueles R\$ 18 milhões? Casinha de Papai Noel a R\$ 800 mil, Papai Noel alugado a R\$ 400 mil. Eu não paguei aluguel. Foram 80% de reaproveitamento e 20% de aquisição e aluguel.

São aproximadamente R\$ 42 milhões de economia. E a gente nem está falando de política pública de saúde ou assistência social, estamos falando de eventos.

O que eu fiz com essa diferença? Está nos postinhos de saúde, nas praças, no asfalto de qualidade. Tem gente que fala: "Ah, o festival não foi tão bom". Mas um festival gastronômico de R\$ 12,5 milhões contra um de R\$ 4 milhões, bem feito, dá para aceitar até que a gente recupere tudo.

Eu não queria transformar isso num comparativo. Eu só quero dizer que a gente escolheu um caminho, e esse caminho está sendo sentido pela cidade.

Em todas as áreas, a gente procurou mexer, mesmo com dificuldade financeira, mudando essa matriz do gasto público. Só esses números já mostram isso.

De que forma a prefeitura está respondendo ao aumento da demanda por creches causado pelo crescimento da população?

Agora, olha a mudança da população de Palmas em sete anos. Isso aqui virou uma loucura. A cidade ganhou um segundo turno em três anos.

Palmas cresceu muito e a gente ficou com um déficit enorme. Eu já estou quase concluindo uma escola de tempo integral lá no Taquari. Até julho, nós temos hoje um déficit de cerca de 2.700 vagas em creche. Eu não acho que são 2.700, eu acho que são 3.000. Então, até julho, eu vou colocar 3.000 crianças na creche.

Vou colocar seis refeições por dia, creches bem equipadas, com tudo de melhor. Um CEMEI hoje leva um ano e meio para ser construído. Eu comecei em janeiro e vou inaugurar em março, com um ano e três meses. Como colocar 3.000 crianças em vagas até julho? É um desafio, mas as mães agradecem.

A ausência da festa de Réveillon gerou polêmica em

Palmas. Por que a prefeitura decidiu não realizar o evento?

Sobre os eventos, tem gente que diz que eu tirei dinheiro da cultura para colocar na saúde ou na assistência social, e não é isso. A gente não tem uma verba escrita "cultura". A gente faz um orçamento e precisamos priorizar a economia diante da situação atual. Sempre que você fala de Arraiá da Capital, festival gastronômico, luzes de Natal, Páscoa, são eventos que aquecem a economia.

A gente faz esses eventos junto com o CDL, com a Associação Comercial, com o objetivo de fixar o cidadão em Palmas, de fazer com que ele fique aqui. Temos eventos no calendário: Festival da Jabuticaba em Taquaruçu, Festival Gastronômico, Arraiá da Capital.

Tem como otimizar e gastar menos? Tem. O governo do Estado faz o festival de quadrilhas. Dez dias depois, não dá para fazer junto? Pensando como um todo, olha o tamanho da estrutura. Dá para usar a mesma estrutura: uma noite festival de quadrilhas, outra noite Arraiá da Capital, depois volta, alternando.

Como está hoje a relação institucional da prefeitura com o governo do Estado?

O meu relacionamento institucional com o governo do Estado propiciou ao governador três coisas: a autorização renovada do Parque Tecnológico, o microparcelamento aprovado da Cidade do Automóvel e a escritura do CAIC para iniciar a reforma. Isso foi o mínimo entre eu e o governador Wanderlei. Isso é institucionalidade. Não tem briguinha política. Apoio político é outra coisa. Institucionalidade é a palavra.

Eu trabalho para a população. Quero que você ligue para qualquer membro da bancada e veja se não houve essa afirmação: mais de dez anos sem um prefeito de Palmas ir a Brasília buscar recursos. É verdade que os recursos só vão entrar agora por causa da suspensão das emendas, mas nós vamos passar de R\$ 100 milhões em emendas. Em um ano. E olhar para trás e ver dez anos sem buscar recursos é assustador.

Isso conta a minha experiência de senador, de deputado, de coordenador de bancada. E mais importante: engole o ego. Se eu não tive apoio do governador, da prefeita no primeiro turno, do governo Lula, do governo Bolsonaro, dos senadores, dos deputados federais, dos deputados estaduais, dos vereadores da legislatura passada, eu fui lá e venci a eleição.

Depois disso, eu esqueci o CPF e entrei com o CNPJ

da prefeitura. Fui à senadora coordenadora da bancada, fui ao Irajá, ao Eduardo Gomes e aos oito deputados federais. É preciso humildade para separar política de instituição. O CNPJ precisa conversar.

Tem gente que olha e fala: "Essas pessoas foram contra você e você está tirando foto com elas". Eu não estou tirando foto, eu estou buscando dinheiro. O ego tem que ser pequeno, a vaidade tem que ser jogada fora para fazer uma gestão sóbria.

Nessa nova gestão, até quem é jornalista vê isso claramente. Não existia em nenhuma outra gestão o que a gente está fazendo agora. Se a informação não é boa para a prefeitura, eu que me vire para consertar. Eu não tenho que reclamar de veículo, eu tenho que entender o papel do veículo.

Tem veículos que só batem? Tem. Eles fazem o papel deles. Agora, quem trabalha para a informação da sociedade é outra coisa. O jornalismo não requer adjetivação, requer informação.

Eu desenvolvi uma relação muito saudável com a imprensa. Não processo veículo, não processo jornalista. Entendo as diferentes matrizes de crítica. Isso não funciona comigo.

A detenção do prefeito e a Operação Desvendar geraram forte repercussão política em Palmas. Como o senhor avalia os impactos desse episódio na gestão?

Foi um ano difícil. Tive dois filhos com problemas graves de saúde, minha esposa teve aneurisma, eu tive infarto, coloquei meu terceiro stent, tive aquela detenção. Mesmo assim, eu saí mais aplaudido e abraçado do que na eleição. Porque as pessoas viram a discrepância dos fatos.

Não falo de decisão de ministro, falo do fato em si. A Operação da Polícia Federal não tem nada a ver comigo, não tem nada a ver com administração, com corrupção ou qualquer outra coisa. Tanto é que houve revisão da decisão. Eu respeitei todas, mas atrapalhou muito.

Houve um baque político. Eu recebi meu vice, que é pastor, no quartel. Ele fez uma oração e, quando terminou, disse: "Prefeito, quando o senhor saiu daquela vez e me deixou assumir, eu não precisava. Em menos de 14 dias, eu entrei e saí com tudo normal".

Eu não vou demitir ninguém. Eu vou esperar a sua volta. A sua mesa e a sua equipe vão continuar despachando na minha mesa. E o que aconteceu foi totalmente o contrário. Eu não vou atrás disso. Virou

uma zona. Todo mundo viu que ele estava lá dentro. Isso foi muito duro para mim. Se você olhar todas as placas de inaugurações, o vice falava no início, o nome dele estava lá. Eu prestigiando.

Ele não tinha obrigação. Ele poderia ter me falado: "Eduardo, eu vou trocar o time inteiro. Quero passar um mês, quarenta dias, dez dias. O time é meu". Tudo bem. Isso é jogar limpo. Eu não teria o que questionar.

Ainda bem que ele fez uma reunião com o secretariado e reafirmou que não ia trocar ninguém. Isso foi às duas horas da tarde. Às 19h30 saiu o primeiro Diário Oficial com dois secretários demitidos. Isso faz parte de uma retrospectiva de um ano muito difícil para mim.

Do ponto de vista do aneurisma da minha esposa, do meu infarto, dessa detenção que foi desproporcional, mas decisão judicial se cumpre. Eu não contesto. Ofereci, por meio de advogados, a contraprova e consegui reverter a decisão. Tudo isso afetou esse ano.

Mas eu vou te dizer uma coisa: acho que a cidade de Palmas percebeu que tem alguém disposto a trabalhar, alguém disponível para falar, alguém que é encontrado nas ruas. E os resultados começaram a aparecer. Este ano foi um ano de preparação.

Quais ações estão previstas para enfrentar os problemas históricos de alagamentos e deterioração do asfalto em Palmas?

Com a mudança climática e chuvas mais intensas, precisamos desenvolver um novo projeto para revisar o tamanho das galerias, o número de bocas de lobo e os sistemas de micro e macrodrenagem. Isso não é algo que se faz em julho.

O que vamos fazer agora é retomar a operação Palmas Bem Cuidada. Existe dificuldade de mão de obra no Natal e Ano Novo, mas a partir do dia 8 ou 10 de janeiro retomamos com força total. Hoje eu tenho 12 equipes. Com duas equipes, tapávamos 800 buracos por dia. Imagine com 12.

O Palmas Bem Cuidada envolve tapa-buracos, roçagem, retirada de galhadas, limpeza geral da cidade, limpeza de lotes, troca de lâmpadas e poda de árvores. Vamos dar um banho na cidade. Brinco dizendo: mostra seu buraco que o Dudu tapa.

Durante o período chuvoso, por mais que abra buraco, no dia seguinte a gente fecha. A malha é velha, então o que fazemos é tapar a maioria e começar a aplicar malha viária nova. Onde coloquei CBUQ, concreto betuminoso usinado a quente, a espessura é de 5

centímetros, chegando a 8 centímetros no Acesso Norte.

Com a aproximação das Eleições Gerais de 2026, como o senhor avalia o atual cenário político no Estado?

Falando um pouco de política, eu busquei coerência. Tivemos posição comum em relação à política do governo do Estado. Optamos por uma candidatura, tínhamos razões para isso. O governador saiu, mantivemos a posição. Muitos correram para o Palácio, nós ficamos. O governador voltou, continuamos no mesmo lugar. A palavra é coerência e prudência.

Esse apoio foi à senadora Dorinha. Ela teve um único partido na vida: começou no PFL, virou Democratas e hoje é União Brasil. Sempre no mesmo lugar. Foi secretária de Educação e, portanto, 25% do orçamento passou por ela durante dez anos, como gestora.

Ela tem experiência. Trabalhou na educação indígena, atuou fortemente no Salão do Livro - que nasceu no governo do meu pai, com ela junto. Ela é a mãe do Fundeb. Todos os anos está entre as melhores cabeças do Congresso Nacional e hoje é coordenadora da bancada feminina. São muitos predicados, muitos pontos a favor.

Site:

<https://www.tribunadopovo.com.br/noticia/92707/eduar-do-siqueira-campos-l-nao-governo-para-agradar-avaliacoes-e-sim-com-metas-e-rigor-com-o-dinheiro-publicor>

Eduardo Siqueira Campos: "não governo para agradar avaliações e sim com metas e rigor com o dinheiro público"

Rozeane Feitosa

Eleito prefeito de Palmas nas eleições de 2024 pelo Podemos, Eduardo Siqueira Campos nasceu em Campinas (SP) e construiu uma carreira política marcada por diferentes cargos eletivos e funções administrativas. Filho do ex-governador José Wilson Siqueira Campos, ingressou na vida pública em 1988, ao se eleger deputado federal. Mais tarde, comandou a Prefeitura de Palmas por dois mandatos, entre 1992 e 1997, foi senador da República e integrou o governo estadual como secretário de Planejamento e de Relações Institucionais.

Ao fazer um balanço de sua trajetória e do primeiro ano à frente da Prefeitura de Palmas, o prefeito Eduardo Siqueira Campos afirmou na entrevista da semana do Jornal Opção **Tocantins** que sua história na política foi construída ao longo de décadas de atuação em diferentes funções públicas e marcada por episódios pessoais difíceis. Segundo ele, a experiência acumulada ao longo da carreira o qualifica para o cargo que ocupa atualmente.

Ao tratar de questionamentos e críticas que surgem ao longo da vida política, Eduardo afirmou que não há condenações contra ele relacionadas à administração pública ou à sua honra. "Como toda vida pública, há questionamentos. Mas traga uma condenação de qualquer natureza ligada à administração pública, ao meu mandato, à minha honra - não existe." Segundo ele, investigações e ataques fazem parte do ambiente político. "Ataques, operações, isso faz parte da vida pública. Isso não muda quem eu sou."

Na entrevista, o prefeito também falou sobre sua trajetória pessoal, marcada por dificuldades desde a infância e por perdas familiares. Ele relatou que a convivência com o pai foi um período de aprendizado e preparação. "Minha infância foi dura. A convivência com meu pai foi cheia de aprendizado. Ele me escolheu entre os filhos e me preparou." Eduardo mencionou ainda a morte do pai, em 2023, aos 94 anos. "Perdê-lo em 2023 foi muito difícil, ainda mais quando tudo indicava que ele veria minha eleição."

Qual balanço o senhor faz do primeiro ano da sua

gestão e o que projeta para 2026?

Veja, eu não sou muito adepto dessa questão de ficar buscando aprovação ou avaliação positiva junto a terceiros. O que me move são metas pessoais e o rigor que eu me imponho diante da coisa pública.

Para mim, a vida é como um grande pára-brisa: a gente precisa olhar para frente, mas também ter um retrovisor pequeno para saber de onde veio. Meus olhos estão voltados para o futuro, mas é preciso entender o que está acontecendo hoje. Eu não governo para agradar avaliações, governo com metas e rigor com o dinheiro público.

Eu gostaria de ter realizado uma série de outras ações, mas fiquei impedido por fatores que não se tratam de jogar problemas no colo de terceiros. É impossível encerrar uma transição com um número que está no **Tribunal de Contas do Estado** chamado "despesa do exercício anterior". Não se deve confundir isso com restos a pagar. Restos a pagar é quando você empenha, tem dinheiro em conta e deixa o recurso para o próximo gestor. Já a despesa do exercício anterior é diferente: você precisa ir atrás de processos.

Encontrei dois restaurantes comunitários, na região norte, absolutamente vandalizados, destruídos e sem funcionamento havia três anos. Fizemos o investimento e os reabrimos. Eles estavam completamente esquecidos.

Hoje, são equipamentos de alta qualidade, com dez aparelhos de ar-condicionado de 60 mil BTUs em cada unidade, oferecendo refeições em ambiente climatizado e com qualidade.

Faço sempre a conta para mostrar onde o custeio da Prefeitura atual. São cerca de 4 mil refeições por dia, com custo contratado de R\$ 12 por prato. A população paga R\$ 3, e o município subsidia os outros R\$ 9. Isso representa R\$ 36 mil por dia. Em 22 dias úteis, são aproximadamente R\$ 792 mil por mês, o que chega a cerca de R\$ 9,5 milhões por ano.

Durmo mais tranquilo sabendo que são mais de um

milhão de refeições fornecidas anualmente. Não existe verba específica para Réveillon na área da cultura. É uma opção administrativa.

Para se ter uma ideia, o Réveillon de 2023 custou exatamente R\$ 9,5 milhões, o mesmo valor do custo anual dos dois restaurantes comunitários. Foram cerca de 30 mil pessoas presentes. Houve registros de confusão, furtos, disparos e outros problemas.

Eu me pergunto se essas 30 mil pessoas não teriam outras opções de lazer. Não houve impacto relevante no comércio local. Não eram pessoas de fora; eram moradores da própria cidade.

Não é uma escolha entre Réveillon ou comida. É uma coincidência de valores que ajuda a refletir. Um cachê de uma dupla dessas chega a R\$ 800 mil por mês.

Voltando ao geral, encontrei a Casa da Mulher com uma placa de inauguração, mas sem instalação elétrica, sem fiação, sem móveis, sem ar-condicionado e sem pintura. Para mim, inauguração é quando o serviço funciona.

A ministra ficou bastante contrariada e determinou que, no mês de maio deste ano, mês da mulher, a obra deveria estar pronta. Foi extremamente difícil, mas hoje a Casa da Mulher está em pleno funcionamento. Houve custeio do ministério, mas o município precisou investir recursos próprios para viabilizar a entrega.

Também encontrei o restaurante comunitário com o jantar fechado, que foi reaberto. A Casa da Mulher fechada, que foi reaberta. Ao visitar os CRAS, vi unidades com estruturas comprometidas, algumas literalmente caindo. Os conselheiros tutelares estavam desesperados.

Iniciamos um trabalho de recuperação. O CRAS do bairro Santa Bárbara, por exemplo, será entregue agora em janeiro. Além disso, existem as casas-abrigo, que acolhem crianças sem pai nem mãe, que nunca foram adotadas e que são responsabilidade do município.

Essas casas eram alugadas e apresentavam mofo, goteiras e condições inadequadas. A secretária Polyanna esteve lá, se emocionou, chorou. Aquilo nos tocou profundamente e nos motivou a agir. Alugamos uma casa ao lado, fizemos a reforma e devolvemos a dignidade. Isso foi feito.

Hoje, há 120 moradores em situação de rua que passaram a ser atendidos por meio de busca ativa. Todos os dias são oferecidas 120 refeições, com apoio de veículo e acompanhamento de assistente social.

Na última gestão, a Secretaria de Ação Social teve sete secretárias. Isso mostra que não houve continuidade em uma das políticas públicas mais importantes.

Dentro desta avaliação, quais são as políticas públicas essenciais que tiveram destaque na gestão?

O Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a educação. São três eixos fundamentais. Partimos, então, para a recuperação do sistema de assistência social.

Estamos reformando os CRAS, reformando casas de passagem e participando de todas as reuniões com o Ministério Público, com juízes, com o Tribunal de Justiça e com os conselhos. E o que a gente ouvia? "É a primeira vez que um prefeito e uma secretária participam da abertura do Conselho de Alimentação." O Caisan, que é o Conselho de Segurança Alimentar.

Nós fomos enfrentando ações civis públicas que tramitam há cinco anos, obrigando o município a entregar todos os CRAS, veículos novos e uma série de estruturas. São ações que o município recorreu por cinco ou seis anos e que agora chegaram à fase de cumprimento de sentença, exigindo que tudo seja feito de uma vez. Isso amplia significativamente o custeio.

Saúde - Passando para a saúde, eu entreguei pelo menos cinco Unidades Básicas de Saúde extraordinárias, em locais estratégicos. Essas UBS também estavam com estruturas comprometidas. Resolveu tudo? Não. Ainda há um desafio enorme, com inúmeras UBS que precisam ser restauradas.

Quando se reforma uma UBS, muitas vezes é praticamente uma nova unidade, porque são feitas melhorias estruturais e ampliação de serviços. O objetivo é fazer funcionar, ampliar especialidades. Hoje, não se ouve mais falar em falta generalizada de medicamentos. Houve situações pontuais, normalmente ligadas a licitações fracassadas. Acabou aquela queixa recorrente de falta de remédio.

Postos de saúde com medicamentos, UBS reformadas, mais de cinco: Buritirana, Taquaruçu Grande, Santa Bárbara, 503 Norte, 1504 Sul, 1506 Sul. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) também foi totalmente reformado. Houve reconstrução da cozinha da UPA Norte, que estava em condições precárias, além da recomposição das equipes das UPAs.

Voltando aos eixos: SUAS, SUS e educação. Vou lhe dar alguns dados. Em 2024, Palmas foi a capital brasileira com maior índice de transmissão vertical, de

mãe para feto, de HIV, além de altos índices de sífilis e HPV. Foi uma situação triste.

Em dezembro, a secretária municipal de Saúde foi convocada para receber um prêmio nacional, porque Palmas foi o município brasileiro que mais conseguiu reverter esse cenário. Viramos essa lógica. O que aconteceu? Um sistema de vacinação em massa, silencioso, com busca ativa de quem não estava vacinado. Trabalhamos fortemente na prevenção e fomos premiados por isso.

Educação - Saindo do SUS e indo para a educação, qual era o grande problema? O diretor da escola fazia tudo: comprava merenda, cuidava do telhado, da piscina, das reformas, contratava contador, advogado. Nada contra o diretor, que é pedagogo, mas isso não é função pedagógica.

Faço uma comparação: você é jornalista. Se eu disser que, além de apurar e escrever, você tem que consertar goteira, arrumar ar-condicionado e reformar a redação, você deixa de exercer sua essência profissional. Foi isso que buscamos corrigir.

Começamos pela merenda escolar. São 43 mil crianças que frequentam diariamente CMEIs ou escolas de tempo integral. Hoje, todas as escolas têm em seus depósitos arroz tipo 1, feijão tipo 1, leite, inclusive sem lactose para quem precisa, frutas e três tipos de proteínas por semana.

As proteínas chegam às terças e quintas: peixe, carne embalada a vácuo diretamente do frigorífico e frango - coxa e sobrecoxa. Além disso, cumprimos a compra mínima da agricultura familiar, com 70%.

Hoje, posso afirmar: se em uma escola as crianças comem tilápia, em outra podem estar com galinhada, em outra com carne moída ou carne de panela. Todas recebem proteína, três vezes por semana, com variação. As 82 unidades escolares estão niveladas em padrão A de alimentação.

Tem criança que se alimenta basicamente na escola. Hoje, são no mínimo três refeições por dia. Pegue 43 mil crianças e multiplique por três: são 129 mil refeições diárias.

Antes, isso não acontecia. Às vezes era apenas uma refeição, dependia do que a diretora conseguia comprar. Hoje, há nutricionista, cardápio, supervisão e compras centralizadas. Você não compra um saco de arroz de 10 quilos pelo mesmo preço quando compra um ou quando compra cinco mil. Isso é economia de escala e democratização da alimentação.

Também estamos mudando a lógica administrativa. Há

diretoras que não conseguiram prestar contas nos últimos três anos. Um consertava uma janela por R\$ 200, outro por R\$ 500. Um consertava um ar-condicionado por R\$ 300, outro por R\$ 500. Isso é desperdício.

Não me chame isso de tirar dinheiro da escola. Eu estou tirando dinheiro de atravessador. Estou ganhando em escala. Consertamos a vida de 43 mil alunos.

Transporte público - Vamos para o outro eixo: transporte coletivo urbano. Isso é um caos, e não há como negar. Hoje, Palmas é a única capital brasileira com frota 100% climatizada. Antes, eram 100 ônibus alugados, muitos antigos, alguns pegando fogo, gerando um cenário caótico.

Hoje, começamos com 140 ônibus, mais 14 de reserva. Identificamos situações em que havia ônibus disputando passageiros, quatro veículos no mesmo trecho, todos com assentos vazios. Isso acontece em uma cidade onde não se cobra passagem aos sábados,

Alguns ônibus retornaram, sim, mas fizemos uma mudança importante: eu só pago quilômetro rodado. A prefeitura não tem relação com garagem, combustível, peças ou salário de motorista. Eu pago o quilômetro rodado, e o cidadão entra com R\$ 4,85.

Somos a única capital brasileira com 100% da frota zero quilômetro, 100% com ar-condicionado e com Wi-Fi. Eu não desqualifico o transporte coletivo urbano. Pode melhorar? Claro que pode. Tem mês em que não recebo nenhuma reclamação na ouvidoria. Às vezes alguém diz que no sábado está demorando. Mas é gratuito. Temos uma meta de quilômetros rodados.

O sábado e o domingo não são exatamente iguais à segunda-feira, porque quem paga de segunda a sexta também está pagando o transporte gratuito de sábado, domingo e feriados. Isso faz parte do processo de democratização e de igualdade. Não se pode penalizar quem paga durante a semana, ainda mais considerando que a tarifa é de R\$ 4,85.

A receita acaba ficando mais frágil por causa disso. A concessão foi mantida, mas a matriz foi totalmente alterada. Antes, a prefeitura alugava ônibus por cerca de R\$ 48 mil por unidade, independentemente de rodar ou não. Mesmo parado, o valor era pago. Ônibus velhos.

Hoje, pagamos por quilômetro rodado, com ônibus zero quilômetro e climatizados. Não há mais preocupação com garagem, combustível ou

manutenção.

Concluímos, então, o terceiro eixo, que foi o transporte coletivo urbano.

Infraestrutura - Fizemos a recuperação total da avenida que liga ao Taquari, a antiga Teotônio Segurado, hoje Avenida Siqueira Campos. Era uma via extremamente deteriorada, com ciclovia ao lado e alto risco de acidentes. Hoje está bem sinalizada e com asfalto de qualidade.

Mais de 35 mil pessoas moram no Taquari, o maior setor da cidade. Essa via passa pelos Aurenys, segue até o centro. Também estamos fazendo o sentido Leste-Oeste, com a Avenida I e a Avenida Goiás, que cortam do Jardim Aurenly I ao Jardim Aurenly II.

Em Taquaralto, há a Avenida Taquaruçu, uma das principais vias, além da Avenida **Tocantins**. Fizemos incontáveis reuniões e vamos iniciar agora a readequação dessa avenida.

De forma geral, avançamos muito no asfalto. O distrito de Palmas está recebendo pavimentação. O acesso Norte, Água Fria, Água Boa, condomínios, tudo em execução. Fizemos asfaltos estratégicos em todas as regiões. Na região Sul, consertamos paralelas da Avenida **Tocantins**, em Taquaralto.

Quando se tem uma malha antiga, basta chover para surgirem buracos. Por isso, outra questão importante é a drenagem. A cidade parou de fazer macrodrenagem. A prefeita Cinthia iniciou uma obra na LO-21; eu estou concluindo. Isso permite abrir bocas de lobo das quadras laterais e criar emissários.

Palmas precisa de um novo plano diretor de macrodrenagem. As mudanças climáticas trouxeram chuvas mais intensas e concentradas. Isso está sendo tratado em projetos. Isso é mobilidade.

Aprovamos R\$ 169 milhões no PAC para o Corredor de Mobilidade, que sai do Taquari, atravessa os Aurenys e chega à ponte do Bertaville, conectando à BR-010. Em janeiro, encomendei o projeto. Trata-se de uma ponte estaiada, um projeto delicado, que precisa ser muito bem estudado.

Essa via vai integrar o Plano Diretor à região Sul. Este ano, conseguimos R\$ 10 milhões para projetos complementares, que já estão prontos. Para 2026, temos mais de R\$ 50 milhões garantidos no orçamento. Metade do valor da ponte já está assegurada antes mesmo do início da obra. Vamos fazer a ponte do Bertaville.

Sobre a duplicação da Teotônio Segurado, o projeto

está pronto e buscaremos financiamento. A ponte dos Cruz, em Taquaruçu, tinha 35 anos, era de madeira e estava caindo. Já foi entregue.

Sobre a Avenida **Tocantins**, realizamos inúmeras reuniões com comerciantes e ambulantes, apresentamos três opções de projeto. Agora vamos retirar a ciclovia, refazer o asfalto e devolver uma Avenida **Tocantins** digna.

Quanto aos buracos, estamos recuperando a malha viária com asfalto de qualidade e refazendo o sistema de drenagem. Pensamos estrategicamente na parte Norte, Sul e na mobilidade urbana.

Há também os equipamentos urbanos, que impactam diretamente a qualidade de vida. É muito ruim chegar à praça da sua quadra e encontrar tudo escuro, sujo e abandonado. Recuperamos muitas praças. Para quê? Para fortalecer a convivência das famílias no fim da tarde.

Na área comercial, temos a Arca de Taquaralto. O projeto já existia, mas não havia recursos. Licitamos e executamos. Está pronta e bonita. Alguns comerciantes reclamam de energia, mas não é papel da prefeitura fornecer energia individual ou estoque. O que fizemos foi restaurar o Banco do Povo, que vai financiar estoque e conceder crédito aos comerciantes da Arca.

No Camelódromo, o projeto está pronto e as obras começam no início do ano. No Jardim Aurenly III, uma promessa de asfalto de 32 anos, estamos executando. São inúmeras ruas já asfaltadas.

Não paramos em nenhuma frente. Estamos restaurando o Parque do Povo. A cidade não tinha mais um grande auditório para formaturas, apresentações e eventos. O Espaço Cultural está destruído. Não foi prioridade no primeiro ano, mas agora entraremos na recuperação de dois grandes equipamentos: a Praça do Ayrton Senna, que será uma das maiores praças de Palmas, e o Espaço Cultural.

Isso permitirá, por exemplo, retomar o Salão do Livro. Fernanda Montenegro esteve aqui, ajudou a dar nome ao teatro e me perguntou como ele estava. Fico constrangido em responder. Não havia cadeiras, estava abandonado.

Houve momentos em que a prefeitura ficou sem dinheiro, sim. O custeio aumentou, mas não com salários. Pelo contrário: fiz um corte de 30% no número de carros oficiais e mais 30% no valor do DAS, o que gerou uma economia de 23%.

Pagamos o 13º na data correta, a folha de dezembro no dia 23, e agora estamos ajustando os pagamentos aos fornecedores. Para a imprensa, foi um ano muito difícil, porque não conseguimos anunciar tudo o que foi colocado à disposição da população. Mas 2026 será um ano muito melhor.

Falo sempre de gasto público. Em 2024, houve um show do Alok no aniversário de Palmas, com custo de R\$ 8 milhões. O que fizemos no aniversário da cidade? O desfile cívico.

Festival Gastronômico de Taquaruçu em 2024: R\$ 12,5 milhões. Em 2025: R\$ 4,5 milhões. Uma economia de R\$ 8 milhões. As atrações não eram as mesmas, o palco não era tão grandioso, mas com R\$ 8 milhões a menos, considero que foi excelente. Ana Vitória, Fafá de Belém. Isso é cultura. Ano que vem virão outras atrações, mas com menos gasto e melhor estrutura, sem aquele camarote enorme do prefeito, maior do que todo o resto.

Quais seriam essas prioridades orçamentárias, prefeito? Principalmente quando o senhor fala dessa limitação financeira que o município está passando atualmente.

Bom, então vamos lá. A ponte do Bertaville vai começar no ano que vem. Eu espero que em meados de maio, por volta do dia 20 de maio, eu possa estar dando a ordem de serviço. É uma ponte que vai levar um ano e meio, no máximo.

Conquistar o financiamento para a duplicação da antiga Teotônio, hoje Avenida Siqueira Campos, porque aí você iria até o Taquari em pista dupla e futuramente até a Vila Graciosa.

Então, em termos de mobilidade urbana, os três grandes eixos são a BR-010, a NS-10 com a ponte do Bertaville e a duplicação da Teotônio. São obras que, principalmente a ponte do Bertaville, como eu te falei, eu quero até o dia 20 dar a ordem de serviço.

Quero também contratar o financiamento para a duplicação da Siqueira Campos, antiga Teotônio. Nós temos um pacote de R\$ 169 milhões. Os projetos estão todos entregues. O ministro Renan Filho veio aqui, e o que ele disse foi: "Prefeito, parabéns". Na verdade, foi o ministro Jader que disse isso, porque era algo ligado à questão das cidades. Ele falou: "Parabéns, prefeito Eduardo. A única capital da região Norte que conseguiu se habilitar no PAC com um projeto maravilhoso". Palavras do ministro.

Então vamos atrás de iniciar essas obras, que são custeadas inteiramente pelo PAC. Os projetos estão sendo encaminhados.

Em termos de mobilidade urbana, vamos falar da malha asfáltica. Você vai ver um banho de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), porque agora eu estou com financiamento do Banco do Brasil. Consegui aprovar, tirar na Secretaria do Tesouro Nacional a certidão de regularidade previdenciária, que o município tinha apenas por liminar.

Nós resolvemos todos os problemas, entregamos o RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), que é o nosso PreviPalmas. Ele está totalmente blindado com o Banco do Brasil. Veja o que muitos fizeram. Eu não quero criticar ninguém, mas olha essas questões de outros bancos. Eu não quero falar de banco específico, porque pode parecer crítica, mas eu estou falando do Banco do Brasil.

Então, o fundo de pensão, além de ter o certificado de regularidade previdenciária, está entregue ao Banco do Brasil, blindado contra qualquer coisa. O plano de saúde da Geap está funcionando com plenitude para os servidores. É o melhor plano de saúde que tem hoje no mercado de Palmas.

De uma forma geral, já que a gente precisa de uma reavaliação da macrodrenagem, vamos tentar também um financiamento, porque são obras caras. Essa obra da LO-21, que a prefeita começou e que eu vou terminar - eu vou fazer 70%, ela fez 30%, pouco importa - custa em torno de R\$ 36 milhões.

Mas essa é uma LO. Quantas outras a gente tem que vão precisar disso? Mais oito, para jogar no lago. Então você está falando de R\$ 200 milhões, R\$ 300 milhões em plano de macrodrenagem. É outro financiamento que a gente vai ter que captar.

Vou fazer a pista do Kartódromo, que está mais da metade acabada, para trazer uma etapa do Campeonato Brasileiro de Kart.

Como a gestão conseguiu descentralizar a iluminação e as apresentações natalinas para bairros? O que mudou na forma de planejar e executar os eventos públicos em Palmas?

Falando um pouco deste ano, a iluminação de Natal teve no Taquari, no Taquaralto, nos Aurenys, na Palmas Brasil Norte, na Avenida Siqueira Campo. E o Parque Cesamar, eu vou te dizer uma coisa: eu acho que ele nunca ficou tão lindo quanto agora.

Aí você pergunta: "O que isso custa?". Custa R\$ 3,5 milhões. Descentralizado, contando peças que foram para todos os bairros, carretas, grupos de apresentações. Eu não tive Papai Noel alugado, não tive casinha de Papai Noel alugada.

Foi o Natal da reciclagem, do reaproveitamento, da pintura, da restauração. Deu para fazer um Parque Cesamar lindíssimo, deu para fazer a itinerância, que incluiu até a zona rural. Buritirana teve iluminação, Taquaruçu teve iluminação, Taquaralto teve iluminação, Aurenys teve iluminação, e teve itinerância de apresentações natalinas, coral, peça teatral. Tudo isso com R\$ 3,5 milhões.

Aí eu pergunto para você: lembra de 2018, 2019, 2023, aqueles R\$ 18 milhões? Casinha de Papai Noel a R\$ 800 mil, Papai Noel alugado a R\$ 400 mil. Eu não paguei aluguel. Foram 80% de reaproveitamento e 20% de aquisição e aluguel.

São aproximadamente R\$ 42 milhões de economia. E a gente nem está falando de política pública de saúde ou assistência social, estamos falando de eventos.

O que eu fiz com essa diferença? Está nos postinhos de saúde, nas praças, no asfalto de qualidade. Tem gente que fala: "Ah, o festival não foi tão bom". Mas um festival gastronômico de R\$ 12,5 milhões contra um de R\$ 4 milhões, bem feito, dá para aceitar até que a gente recupere tudo.

Eu não queria transformar isso num comparativo. Eu só quero dizer que a gente escolheu um caminho, e esse caminho está sendo sentido pela cidade.

Em todas as áreas, a gente procurou mexer, mesmo com dificuldade financeira, mudando essa matriz do gasto público. Só esses números já mostram isso.

De que forma a prefeitura está respondendo ao aumento da demanda por creches causado pelo crescimento da população?

Agora, olha a mudança da população de Palmas em sete anos. Isso aqui virou uma loucura. A cidade ganhou um segundo turno em três anos.

Palmas cresceu muito e a gente ficou com um déficit enorme. Eu já estou quase concluindo uma escola de tempo integral lá no Taquari. Até julho, nós temos hoje um déficit de cerca de 2.700 vagas em creche. Eu não acho que são 2.700, eu acho que são 3.000. Então, até julho, eu vou colocar 3.000 crianças na creche.

Vou colocar seis refeições por dia, creches bem equipadas, com tudo de melhor. Um CEMEI hoje leva um ano e meio para ser construído. Eu comecei em janeiro e vou inaugurar em março, com um ano e três meses. Como colocar 3.000 crianças em vagas até julho? É um desafio, mas as mães agradecem.

A ausência da festa de Réveillon gerou polêmica em

Palmas. Por que a prefeitura decidiu não realizar o evento?

Sobre os eventos, tem gente que diz que eu tirei dinheiro da cultura para colocar na saúde ou na assistência social, e não é isso. A gente não tem uma verba escrita "cultura". A gente faz um orçamento e precisamos priorizar a economia diante da situação atual. Sempre que você fala de Arraiá da Capital, festival gastronômico, luzes de Natal, Páscoa, são eventos que aquecem a economia.

A gente faz esses eventos junto com o CDL, com a Associação Comercial, com o objetivo de fixar o cidadão em Palmas, de fazer com que ele fique aqui. Temos eventos no calendário: Festival da Jabuticaba em Taquaruçu, Festival Gastronômico, Arraiá da Capital.

Tem como otimizar e gastar menos? Tem. O governo do Estado faz o festival de quadrilhas. Dez dias depois, não dá para fazer junto? Pensando como um todo, olha o tamanho da estrutura. Dá para usar a mesma estrutura: uma noite festival de quadrilhas, outra noite Arraiá da Capital, depois volta, alternando.

Como está hoje a relação institucional da prefeitura com o governo do Estado?

O meu relacionamento institucional com o governo do Estado propiciou ao governador três coisas: a autorização renovada do Parque Tecnológico, o microparcelamento aprovado da Cidade do Automóvel e a escritura do CAIC para iniciar a reforma. Isso foi o mínimo entre eu e o governador Wanderlei. Isso é institucionalidade. Não tem briguinha política. Apoio político é outra coisa. Institucionalidade é a palavra.

Eu trabalho para a população. Quero que você ligue para qualquer membro da bancada e veja se não houve essa afirmação: mais de dez anos sem um prefeito de Palmas ir a Brasília buscar recursos. É verdade que os recursos só vão entrar agora por causa da suspensão das emendas, mas nós vamos passar de R\$ 100 milhões em emendas. Em um ano. E olhar para trás e ver dez anos sem buscar recursos é assustador.

Isso conta a minha experiência de senador, de deputado, de coordenador de bancada. E mais importante: engole o ego. Se eu não tive apoio do governador, da prefeita no primeiro turno, do governo Lula, do governo Bolsonaro, dos senadores, dos deputados federais, dos deputados estaduais, dos vereadores da legislatura passada, eu fui lá e venci a eleição.

Depois disso, eu esqueci o CPF e entrei com o CNPJ

da prefeitura. Fui à senadora coordenadora da bancada, fui ao Irajá, ao Eduardo Gomes e aos oito deputados federais. É preciso humildade para separar política de instituição. O CNPJ precisa conversar.

Tem gente que olha e fala: "Essas pessoas foram contra você e você está tirando foto com elas". Eu não estou tirando foto, eu estou buscando dinheiro. O ego tem que ser pequeno, a vaidade tem que ser jogada fora para fazer uma gestão sóbria.

Nessa nova gestão, até quem é jornalista vê isso claramente. Não existia em nenhuma outra gestão o que a gente está fazendo agora. Se a informação não é boa para a prefeitura, eu que me vire para consertar. Eu não tenho que reclamar de veículo, eu tenho que entender o papel do veículo.

Tem veículos que só batem? Tem. Eles fazem o papel deles. Agora, quem trabalha para a informação da sociedade é outra coisa. O jornalismo não requer adjetivação, requer informação.

Eu desenvolvi uma relação muito saudável com a imprensa. Não processo veículo, não processo jornalista. Entendo as diferentes matrizes de crítica. Isso não funciona comigo.

A detenção do prefeito e a Operação Desvendar geraram forte repercussão política em Palmas. Como o senhor avalia os impactos desse episódio na gestão?

Foi um ano difícil. Tive dois filhos com problemas graves de saúde, minha esposa teve aneurisma, eu tive infarto, coloquei meu terceiro stent, tive aquela detenção. Mesmo assim, eu saí mais aplaudido e abraçado do que na eleição. Porque as pessoas viram a discrepância dos fatos.

Não falo de decisão de ministro, falo do fato em si. A Operação da Polícia Federal não tem nada a ver comigo, não tem nada a ver com administração, com corrupção ou qualquer outra coisa. Tanto é que houve revisão da decisão. Eu respeitei todas, mas atrapalhou muito.

Houve um baque político. Eu recebi meu vice, que é pastor, no quartel. Ele fez uma oração e, quando terminou, disse: "Prefeito, quando o senhor saiu daquela vez e me deixou assumir, eu não precisava. Em menos de 14 dias, eu entrei e saí com tudo normal".

Eu não vou demitir ninguém. Eu vou esperar a sua volta. A sua mesa e a sua equipe vão continuar despachando na minha mesa. E o que aconteceu foi totalmente o contrário. Eu não vou atrás disso. Virou

uma zona. Todo mundo viu que ele estava lá dentro. Isso foi muito duro para mim. Se você olhar todas as placas de inaugurações, o vice falava no início, o nome dele estava lá. Eu prestigiando.

Ele não tinha obrigação. Ele poderia ter me falado: "Eduardo, eu vou trocar o time inteiro. Quero passar um mês, quarenta dias, dez dias. O time é meu". Tudo bem. Isso é jogar limpo. Eu não teria o que questionar.

Ainda bem que ele fez uma reunião com o secretariado e reafirmou que não ia trocar ninguém. Isso foi às duas horas da tarde. Às 19h30 saiu o primeiro Diário Oficial com dois secretários demitidos. Isso faz parte de uma retrospectiva de um ano muito difícil para mim.

Do ponto de vista do aneurisma da minha esposa, do meu infarto, dessa detenção que foi desproporcional, mas decisão judicial se cumpre. Eu não contesto. Ofereci, por meio de advogados, a contraprova e consegui reverter a decisão. Tudo isso afetou esse ano.

Mas eu vou te dizer uma coisa: acho que a cidade de Palmas percebeu que tem alguém disposto a trabalhar, alguém disponível para falar, alguém que é encontrado nas ruas. E os resultados começaram a aparecer. Este ano foi um ano de preparação.

Quais ações estão previstas para enfrentar os problemas históricos de alagamentos e deterioração do asfalto em Palmas?

Com a mudança climática e chuvas mais intensas, precisamos desenvolver um novo projeto para revisar o tamanho das galerias, o número de bocas de lobo e os sistemas de micro e macrodrenagem. Isso não é algo que se faz em julho.

O que vamos fazer agora é retomar a operação Palmas Bem Cuidada. Existe dificuldade de mão de obra no Natal e Ano Novo, mas a partir do dia 8 ou 10 de janeiro retomamos com força total. Hoje eu tenho 12 equipes. Com duas equipes, tapávamos 800 buracos por dia. Imagine com 12.

O Palmas Bem Cuidada envolve tapa-buracos, roçagem, retirada de galhadas, limpeza geral da cidade, limpeza de lotes, troca de lâmpadas e poda de árvores. Vamos dar um banho na cidade. Brinco dizendo: mostra seu buraco que o Dudu tapa.

Durante o período chuvoso, por mais que abra buraco, no dia seguinte a gente fecha. A malha é velha, então o que fazemos é tapar a maioria e começar a aplicar malha viária nova. Onde coloquei CBUQ, concreto betuminoso usinado a quente, a espessura é de 5

centímetros, chegando a 8 centímetros no Acesso Norte.

Com a aproximação das Eleições Gerais de 2026, como o senhor avalia o atual cenário político no Estado?

Falando um pouco de política, eu busquei coerência. Tivemos posição comum em relação à política do governo do Estado. Optamos por uma candidatura, tínhamos razões para isso. O governador saiu, mantivemos a posição. Muitos correram para o Palácio, nós ficamos. O governador voltou, continuamos no mesmo lugar. A palavra é coerência e prudência.

Esse apoio foi à senadora Dorinha. Ela teve um único partido na vida: começou no PFL, virou Democratas e hoje é União Brasil. Sempre no mesmo lugar. Foi secretária de Educação e, portanto, 25% do orçamento passou por ela durante dez anos, como gestora.

Ela tem experiência. Trabalhou na educação indígena, atuou fortemente no Salão do Livro - que nasceu no governo do meu pai, com ela junto. Ela é a mãe do Fundeb. Todos os anos está entre as melhores cabeças do Congresso Nacional e hoje é coordenadora da bancada feminina. São muitos predicados, muitos pontos a favor.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/entrevistas/eduardo-siqueira-campos-nao-governo-para-agradar-avaliacoes-e-sim-com-metas-e-rigor-com-o-dinheiro-publico-577601/>

Ouvidoria Judiciária e Ouvidoria da Mulher fortalecem a escuta, ampliam a presença social e encerram o ano mais próximas da população

Porta de entrada da sociedade ao Poder Judiciário, a Ouvidoria Judiciária e a Ouvidoria da Mulher do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO) exercem papel essencial na promoção da cidadania, da transparência e do aprimoramento dos serviços públicos. Por meio desses canais, a população registra sugestões, reclamações, dúvidas, elogios e denúncias, contribuindo diretamente para o aperfeiçoamento da Justiça. Ao longo de 2025, a Ouvidoria Judiciária e a Ouvidoria da Mulher consolidaram avanços importantes na forma de se comunicar e de se fazer presentes no cotidiano das pessoas, fortalecendo o diálogo direto com o cidadão e a cidadã tocaninenses.

Comunicação mais acessível e presente nas ruas

Com foco em uma comunicação mais acessível, a estratégia foi levar os canais da Ouvidoria para onde a população está, com ações em ruas, ônibus e shoppings, apoiadas por parcerias institucionais com a Prefeitura de Palmas e centros comerciais de cidades-polo, como Araguaína, Gurupi e a Capital.

Para o ouvidor Judiciário, desembargador João Rodrigues, a iniciativa teve um propósito simples e essencial: estimular a cultura da manifestação e ampliar o acesso da população aos canais do Judiciário, qualificando o atendimento.

A parceria firmada entre o TJTO e a Prefeitura de Palmas viabilizou a divulgação da campanha da Ouvidoria Judiciária nos ônibus do transporte coletivo da Capital. Trinta veículos passaram a circular com adesivos informativos nos vidros internos e na parte traseira, ampliando o alcance dos canais oficiais de atendimento, como o Disque-Ouvidoria 0800 644 4334, o telefone institucional, o e-mail da Ouvidoria e o QR Code com acesso direto à página oficial.

A ação ampliou a visibilidade do serviço e facilitou o contato da população com o Judiciário, inclusive em meio à rotina intensa do dia a dia.

A Ouvidoria Judiciária e a Ouvidoria da Mulher

também marcaram presença em ações externas realizadas em locais de grande fluxo de pessoas. Durante a Mostra Itinerante "Vozes Silenciadas: a luta de Paula por liberdade", alusiva ao Dia da Justiça, as equipes atuaram nos shoppings Lago Center, em Araguaína; Shopping Araguaia, em Gurupi; e Capim Dourado Shopping, em Palmas.

Nesses espaços, além de convidar o público à reflexão sobre memória, direitos e transformação social, as equipes prestaram atendimento direto, esclareceram dúvidas e receberam manifestações, reforçando a política institucional de aproximação com a sociedade.

"O papel da Ouvidoria Judiciária e da Ouvidoria da Mulher é garantir que cada cidadão e cada cidadã do **Tocantins** tenham voz dentro do Poder Judiciário. São espaços de escuta, acolhimento e diálogo, onde a manifestação é respeitada, analisada e transformada em melhoria. Em 2025, levamos nossos canais para mais perto das pessoas, porque a Justiça precisa estar presente onde a vida acontece, especialmente para quem mais precisa ser ouvido", destacou o ouvidor Judiciário.

A qualificação do atendimento também esteve no centro das ações de 2025. As equipes participaram de capacitação alinhada ao projeto Atendimento Nota 10, idealizado pela Ouvidoria Judiciária e promovido pelo TJTO, por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense. A palestra virtual "Justiça com Empatia: Ouvidorias como Pontes para um Judiciário mais Humano e Participativo" reuniu mais de 100 participantes e reforçou a escuta empática como ferramenta essencial para um Judiciário mais acessível.

A atuação da Ouvidoria Judiciária do TJTO segue orientada pelos oito Cs: confiança, credibilidade, composição, cordialidade, confidencialidade, coragem, conformidade e comunicação.

A escuta empática também se materializou em ações sociais. Durante a segunda edição do PopRuaJud, em

Palmas, o ouvidor Judiciário e a ouvidora da Mulher participaram da entrega de 640 kits de higiene a pessoas em situação de vulnerabilidade social. A Ouvidoria Judiciária coordenou ainda a logística de alimentação do evento, que ofereceu mais de três mil refeições ao longo da programação.

No PopRuaJud realizado no Jalapão, uma ação conjunta da Ouvidoria da Mulher com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar levou acolhimento, orientação e diálogo a 358 mulheres nos municípios de Mateiros, São Félix do **Tocantins** e comunidades quilombolas da região.

A Ouvidoria da Mulher se consolidou como espaço de escuta qualificada, conscientização e promoção da equidade de gênero. O canal recebe denúncias, reclamações, sugestões e elogios relacionados à violência contra a mulher, além de orientar vítimas sobre seus direitos e encaminhar demandas às autoridades competentes.

Entre as principais estratégias, destaca-se o projeto Maria nas Comunidades, que promove palestras e rodas de conversa sobre a Lei Maria da Penha. Em 2025, a iniciativa alcançou cerca de 120 alunos do 5º ao 9º ano da Escola de Tempo Integral Agroecológica Professor Fidêncio Bogo, em Taquaruçu Grande, além de participantes da terceira edição da OAB Talk, em Palmas.

Com foco na conscientização, a Ouvidoria da Mulher promoveu, durante o Agosto Lilás, uma campanha educativa nas redes sociais do Tribunal, com conteúdos voltados à informação sobre os tipos de violência, a importância da denúncia e o papel da escuta como instrumento de proteção.

A iniciativa buscou fortalecer o enfrentamento à violência contra a mulher por meio da orientação adequada e do encaminhamento aos serviços de proteção e apoio.

Com foco em sensibilizar as mulheres de seus direitos, a ouvidora da Mulher, desembargadora Ângela Prudente, realizou uma campanha educativa nas redes sociais do Tribunal - Instagram e YouTube - alusiva ao Agosto Lilás.

A sensibilização busca o fim da violência contra a mulher com o encaminhamento adequado das demandas e a devida orientação dos serviços de proteção e de apoio àquelas que necessitarem.

Confira os vídeos da campanha

Para ampliar a rede de proteção às mulheres em

situação de violência, a Ouvidoria da Mulher articulou novas parcerias institucionais. A Secretaria de Estado da Mulher e o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** aderiram ao projeto Maria nas Comunidades, fortalecendo a atuação integrada e ampliando o alcance das ações em todo o Estado.

"Nosso papel vai além de receber manifestações. Informamos, orientamos e encaminhamos. Levamos conhecimento sobre direitos, especialmente sobre a Lei Maria da Penha, porque a informação é uma ferramenta poderosa de proteção e transformação. Em 2025, fortalecemos o Maria nas Comunidades para ampliar nossa presença nas escolas, comunidades e ações sociais. Estar presente é essencial para construir confiança e fortalecer a rede de proteção", concluiu a ouvidora da Mulher.

Site:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/43188/ouvidoria-judiciaria-e-ouvidoria-da-mulher-fortalecem-a-escuta-ampliam-a-presenca-social-e-encerram-o-ano-mais-proximas-da-populacao>

Vereador perde cargo após decisão definitiva da Justiça por desvio de recursos

Por Divulgação

A Câmara Municipal de Monte Santo do **Tocantins** declarou extinto o mandato do vereador Rogério Rezende Silva (União Brasil) após a suspensão de seus direitos políticos, em decorrência de condenação criminal definitiva por peculato. O ato foi publicado no Diário Oficial do município nesta sexta-feira (2) e tem efeitos imediatos.

A decisão foi formalizada por meio de Ato Declaratório da Presidência nº 001/2025, assinado pela presidente da Casa, vereadora Luciana Ferreira Dias, com base no trânsito em julgado da condenação proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

Condenação e perda automática do mandato

Rogério Rezende Silva foi condenado pelo crime de peculato, previsto no artigo 312 do Código Penal, que trata do desvio ou apropriação de recursos públicos por agente público. Com a condenação definitiva, os direitos políticos foram suspensos, o que, segundo a Constituição Federal e a legislação municipal, resulta na extinção automática do mandato eletivo.

O ato também determina a vacância do cargo e a convocação do suplente, conforme a ordem da Justiça Eleitoral, além da comunicação oficial à Justiça Eleitoral e ao **Tribunal de Contas do Estado**.

Entenda o crime

"Peculato é um crime contra a administração pública, previsto no artigo 312 do Código Penal, que ocorre quando um funcionário público se apropria ou desvia dinheiro, valores ou bens móveis que estão sob sua guarda ou posse em razão do cargo."

Posicionamento do ex-vereador

Ao g1, Rogério Rezende Silva afirmou que respeita as instituições, mas contesta a forma como o mandato foi extinto. Em nota, ele declarou:

"Embora respeite as instituições e o Estado Democrático de Direito, não posso concordar com a forma como o referido ato foi praticado, uma vez que desconsiderou o devido processo legal legislativo, violou o Regimento Interno da Casa e suprimiu

prerrogativas essenciais, como o contraditório, a ampla defesa e a apreciação pelo órgão competente."

O ex-parlamentar informou ainda que adotará medidas administrativas e judiciais para questionar o ato e tentar restabelecer o mandato.

Até a última atualização, a presidente da Câmara não havia se manifestado sobre o posicionamento do ex-vereador.

Informações: G1 **Tocantins** / Diário Oficial de Monte Santo do **Tocantins**

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/vereador-perde-cargo-apos-decisao-definitiva-da-justica-por-desvio-de-recursos/>

Vereador perde cargo após decisão definitiva da Justiça por desvio de recursos

Divulgação

A Câmara Municipal de Monte Santo do **Tocantins** declarou extinto o mandato do vereador Rogério Rezende Silva (União Brasil) após a suspensão de seus direitos políticos, em decorrência de condenação criminal definitiva por peculato. O ato foi publicado no Diário Oficial do município nesta sexta-feira (2) e tem efeitos imediatos.

A decisão foi formalizada por meio de Ato Declaratório da Presidência nº 001/2025, assinado pela presidente da Casa, vereadora Luciana Ferreira Dias, com base no trânsito em julgado da condenação proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

Condenação e perda automática do mandato

Rogério Rezende Silva foi condenado pelo crime de peculato, previsto no artigo 312 do Código Penal, que trata do desvio ou apropriação de recursos públicos por agente público. Com a condenação definitiva, os direitos políticos foram suspensos, o que, segundo a Constituição Federal e a legislação municipal, resulta na extinção automática do mandato eletivo.

O ato também determina a vacância do cargo e a convocação do suplente, conforme a ordem da Justiça Eleitoral, além da comunicação oficial à Justiça Eleitoral e ao **Tribunal de Contas do Estado**.

Entenda o crime

Posicionamento do ex-vereador

Ao g1, Rogério Rezende Silva afirmou que respeita as instituições, mas contesta a forma como o mandato foi extinto. Em nota, ele declarou:

O ex-parlamentar informou ainda que adotará medidas administrativas e judiciais para questionar o ato e tentar restabelecer o mandato.

Até a última atualização, a presidente da Câmara não havia se manifestado sobre o posicionamento do ex-vereador.

Informações: G1 **Tocantins** / Diário Oficial de Monte Santo do **Tocantins**

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/vereador-perde-cargo-apos-decisao-definitiva-da-justica-por-desvio-de-recursos/>

Após reviravolta, Laurez diz que posse de Procurador-Geral de Contas fortalece instituições, irmão de Eduardo Gomes foi rejeitado

-- Publicidade --

MP DE CONTAS

Marcos Antônio Modes foi empossado após derrota de Wanderlei na Justiça.

Notícias do **Tocantins** -O vice-governador do **Tocantins**, Laurez Moreira (PSD), afirmou, por meio de nota, que a posse de Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral do Ministério Público de Contas junto ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** representa um momento de fortalecimento institucional e de respeito à legalidade. A solenidade ocorreu na manhã desta quinta-feira (1º), na sede do Tribunal, para mandato de dois anos.

A posse foi efetivada em cumprimento a decisão liminar do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), que reconheceu a validade da nomeação realizada dentro do prazo legal, por meio do Ato nº 3.059, publicado em 28 de novembro de 2025, quando Laurez exercia interinamente o Governo do Estado.

Na decisão, o Judiciário suspendeu os atos posteriores que haviam tornado a nomeação sem efeito e restabeleceu a validade do ato original, ao entender que a competência do Poder Executivo para a escolha do procurador-geral foi regularmente exercida e exaurida. O magistrado também destacou que atos praticados por governador em exercício possuem plena eficácia jurídica e não podem ser desconstituídos sem motivação legal.

Para Laurez Moreira, a decisão reafirma princípios constitucionais essenciais. "A posse do novo procurador-geral representa o fortalecimento das instituições e o respeito à Constituição, à legalidade e à segurança jurídica. Desejo sucesso ao procurador Marcos Antônio Modes na missão de contribuir para o aperfeiçoamento do controle externo e da gestão pública no **Tocantins**", afirmou o vice-governador.

A liminar também ressaltou que a revogação posterior

da nomeação ocorreu sem fundamentação adequada, afrontando princípios como a segurança jurídica, a proteção da confiança e a estabilidade institucional. Segundo o entendimento judicial, permitir a revisão de atos válidos apenas em razão da alternância no exercício do cargo comprometeria o funcionamento regular das instituições e o equilíbrio entre os Poderes.

Posse no **TCE**

O termo de posse foi assinado em reunião na Presidência do **TCE-TO**, com a presença do presidente da Corte, conselheiro **Alberto Sevilha**, além de técnicos do tribunal. Com a investidura, Marcos Antônio Modes assume oficialmente a chefia do Ministério Público de Contas para o biênio 2026/2027.

Modes foi escolhido a partir de lista tríplice formada em eleição interna no MPCTO, realizada em novembro de 2025. À época, Laurez Moreira exercia interinamente o cargo de governador, em razão do afastamento temporário do titular.

Leia também:

Decisão judicial

A decisão liminar foi proferida pelo desembargador Gil de Araújo Corrêa, em mandado de segurança impetrado por Marcos Antônio Modes. O magistrado suspendeu os efeitos dos atos que haviam tornado "insubsistente" a nomeação original e determinou a posse imediata do procurador.

O governador Wanderlei Barbosa havia tornado sem efeito a nomeação original e, posteriormente, indicado para o cargo José Roberto Torres Gomes, irmão do senador Eduardo Gomes (PL).

Segundo a decisão, a nomeação feita por Laurez ocorreu dentro do prazo legal de 15 dias previsto no Regimento Interno do **TCE**, tornando o ato juridicamente perfeito. "A competência do governador

para nomear foi validamente exercida e se consumou", destacou o desembargador, ao fundamentar a decisão nos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima.

A posse assegura a normalidade institucional no Ministério Público de Contas e no **Tribunal de Contas do Estado**, órgão essencial ao sistema de controle externo, e reforça o papel do Judiciário como garantidor da ordem constitucional.

Posição do governo

Em nota, a Casa Civil informou que a nomeação do procurador-geral de Contas é competência legal do chefe do Poder Executivo. O governo sustenta que a alteração promovida por Wanderlei Barbosa estaria inserida no âmbito constitucional e argumenta que a primeira nomeação não teria produzido efeitos de investidura por ausência de posse.

Até o momento, o Palácio Araguaia não se manifestou sobre os efeitos práticos da liminar que garantiu a cerimônia de posse realizada nesta quinta-feira.

Site: <https://www.palmasaqui.com.br/destaque/apos-reviravolta-laurez-diz-que-posse-de-procurador-geral-de-contas-fortalece-instituicoes-irmao-de-eduardo-gomes-foi-rejeitado/>

Após reviravolta, Laurez diz que posse de Procurador-Geral de Contas fortalece instituições

Notícias do **Tocantins** - O vice-governador do **Tocantins**, Laurez Moreira (PSD), afirmou, por meio de nota, que a posse de Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral do Ministério Público de Contas junto ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** representa um momento de fortalecimento institucional e de respeito à legalidade. A solenidade ocorreu na manhã desta quinta-feira (1º), na sede do Tribunal, para mandato de dois anos.

A posse foi efetivada em cumprimento a decisão liminar do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), que reconheceu a validade da nomeação realizada dentro do prazo legal, por meio do Ato nº 3.059, publicado em 28 de novembro de 2025, quando Laurez exercia interinamente o Governo do Estado.

Na decisão, o Judiciário suspendeu os atos posteriores que haviam tornado a nomeação sem efeito e restabeleceu a validade do ato original, ao entender que a competência do Poder Executivo para a escolha do procurador-geral foi regularmente exercida e exaurida. O magistrado também destacou que atos praticados por governador em exercício possuem plena eficácia jurídica e não podem ser desconstituídos sem motivação legal.

Para Laurez Moreira, a decisão reafirma princípios constitucionais essenciais. "A posse do novo procurador-geral representa o fortalecimento das instituições e o respeito à Constituição, à legalidade e à segurança jurídica. Desejo sucesso ao procurador Marcos Antônio Modes na missão de contribuir para o aperfeiçoamento do controle externo e da gestão pública no **Tocantins**", afirmou o vice-governador.

A liminar também ressaltou que a revogação posterior da nomeação ocorreu sem fundamentação adequada, afrontando princípios como a segurança jurídica, a proteção da confiança e a estabilidade institucional. Segundo o entendimento judicial, permitir a revisão de atos válidos apenas em razão da alternância no exercício do cargo comprometeria o funcionamento regular das instituições e o equilíbrio entre os Poderes.

Posse no **TCE**

O termo de posse foi assinado em reunião na Presidência do **TCE-TO**, com a presença do presidente da Corte, conselheiro **Alberto Sevilha**, além de técnicos do tribunal. Com a investidura, Marcos Antônio Modes assume oficialmente a chefia do Ministério Público de Contas para o biênio 2026/2027.

Modes foi escolhido a partir de lista tríplice formada em eleição interna no MPCTO, realizada em novembro de 2025. À época, Laurez Moreira exercia interinamente o cargo de governador, em razão do afastamento temporário do titular.

Leia também:

Decisão judicial

A decisão liminar foi proferida pelo desembargador Gil de Araújo Corrêa, em mandado de segurança impetrado por Marcos Antônio Modes. O magistrado suspendeu os efeitos dos atos que haviam tornado "insubsistente" a nomeação original e determinou a posse imediata do procurador.

O governador Wanderlei Barbosa havia tornado sem efeito a nomeação original e, posteriormente, indicado para o cargo José Roberto Torres Gomes, irmão do senador Eduardo Gomes (PL).

Segundo a decisão, a nomeação feita por Laurez ocorreu dentro do prazo legal de 15 dias previsto no Regimento Interno do **TCE**, tornando o ato juridicamente perfeito. "A competência do governador para nomear foi validamente exercida e se consumou", destacou o desembargador, ao fundamentar a decisão nos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima.

A posse assegura a normalidade institucional no Ministério Público de Contas e no **Tribunal de Contas do Estado**, órgão essencial ao sistema de controle externo, e reforça o papel do Judiciário como garantidor da ordem constitucional.

Posição do governo

Em nota, a Casa Civil informou que a nomeação do procurador-geral de Contas é competência legal do chefe do Poder Executivo. O governo sustenta que a alteração promovida por Wanderlei Barbosa estaria inserida no âmbito constitucional e argumenta que a primeira nomeação não teria produzido efeitos de investidura por ausência de posse.

Até o momento, o Palácio Araguaia não se manifestou sobre os efeitos práticos da liminar que garantiu a cerimônia de posse realizada nesta quinta-feira.

Site: <https://afnoticias.com.br/blog-do-arnaldo-filho/mp-de-contas>

TCE empossa Marcos Antônio como procurador-geral após derrota de Wanderlei na Justiça

Notícias do **Tocantins** - O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** empossou, na manhã desta quinta-feira (1º), Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPCTO). A cerimônia ocorreu após decisão liminar da Justiça que suspendeu atos do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e restabeleceu a nomeação realizada durante o período de governo interino do vice-governador Laurez Moreira (PSD).

O termo de posse foi assinado em reunião na sede do **TCE-TO**, com a presença do presidente da Corte, conselheiro **Alberto Sevilha**, além de técnicos do tribunal. Com a investidura, Marcos Antônio Modes assume oficialmente a chefia do Ministério Público de Contas para o biênio 2026/2027.

Modes havia sido escolhido em novembro de 2025 por meio de lista tríplice formada a partir de eleição interna no MPCTO, quando Laurez Moreira exercia interinamente o cargo de governador, em razão do afastamento temporário do titular.

Decisão judicial garantiu posse imediata

A posse decorre de decisão liminar proferida pelo desembargador Gil de Araújo Corrêa, do Plantão de 2ª Instância do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), no âmbito de mandado de segurança impetrado por Marcos Antônio Modes. O magistrado suspendeu os efeitos dos atos do governador Wanderlei Barbosa que haviam tornado "insubsistente" a nomeação original e, posteriormente, indicado José Roberto Torres Gomes para o cargo.

Na decisão, o Judiciário determinou que o presidente do **TCE-TO** desse posse imediata a Modes, assegurando o início do mandato a partir de 1º de janeiro de 2026. O entendimento foi de que a nomeação feita por Laurez Moreira ocorreu dentro do prazo legal de 15 dias previsto no Regimento Interno do **Tribunal de Contas**, tornando o ato juridicamente perfeito e esgotando a competência do Poder Executivo para nova escolha dentro da mesma lista tríplice.

"A competência do governador para nomear foi validamente exercida e se consumou. O retorno do titular ao cargo não autoriza a revisão do ato por mera discordância política", destacou o desembargador, ao fundamentar a decisão nos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima.

Leia também:

O magistrado também apontou a ausência de motivação no ato que anulou a nomeação de Modes, publicado em 18 de dezembro, classificando a medida como aparentemente arbitrária e em desacordo com os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e publicidade.

Outro fator considerado decisivo foi o risco institucional diante da proximidade do início do mandato. Segundo a decisão, permitir a posse de um procurador-geral nomeado com base em ato considerado ilegal poderia comprometer a validade dos atos do Ministério Público de Contas e gerar insegurança jurídica no sistema de controle externo.

Posição do governo

Em nota, a Casa Civil informou que a nomeação do procurador-geral de Contas é competência legal do chefe do Poder Executivo. O governo sustenta que a alteração promovida por Wanderlei Barbosa estaria inserida no âmbito constitucional e argumenta que a primeira nomeação não teria produzido efeitos de investidura por ausência de posse.

Até o momento, o Palácio Araguaia não se manifestou sobre os efeitos práticos da liminar que garantiu a cerimônia de posse realizada nesta quinta-feira.

Entenda o caso

A controvérsia teve início após a formação da lista tríplice em 17 de novembro de 2025. Na votação interna, Marcos Antônio Modes da Silva e Zailon Miranda Labre Rodrigues obtiveram três votos cada, enquanto José Roberto Torres Gomes recebeu um voto.

Durante o afastamento de Wanderlei Barbosa, Laurez Moreira nomeou Modes para o cargo. Com o retorno do governador titular, o ato foi anulado e, dias depois, José Roberto Torres Gomes - irmão do senador Eduardo Gomes (PL) - foi indicado para a função, ampliando a repercussão política e institucional do caso.

Site: <https://afnoticias.com.br/blog-do-arnaldo-filho/tce-to-empossa-marcos-antonio-modes-na-chefia-do-mp-de-contas-apos-decisao-da-justica>

Laurez parabeniza Marcos Antônio da Silva Modes pela posse como procurador-Geral de Contas

Redação

O vice-governador do **Tocantins**, Laurez Moreira, parabenizou Marcos Antônio da Silva Modes pela posse no cargo de procurador-Geral do Ministério Público de Contas junto ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**. A solenidade de posse ocorreu na manhã desta quinta-feira, 1º de janeiro de 2026, na presidência do Tribunal, marcando o início de um mandato de dois anos.

A posse foi efetivada em cumprimento a decisão liminar do Tribunal de Justiça do **Tocantins**, proferida por Mandado de Segurança, que reconheceu a validade da nomeação realizada dentro do prazo legal, por meio do Ato nº 3.059, publicado em 28 de novembro de 2025. O ato de nomeação havia sido praticado durante o período em que o vice-governador Laurez Moreira exercia o Governo do Estado.

Na decisão, o Judiciário suspendeu os atos posteriores que haviam tornado a nomeação sem efeito e restabeleceu a validade do ato original, ao reconhecer que a competência do Poder Executivo para a escolha do procurador-Geral foi regularmente exercida e, portanto, exaurida. A liminar destacou ainda que atos praticados por governador em exercício possuem plena eficácia jurídica, não podendo ser desconstituídos sem motivação legal.

A Justiça também ressaltou que a revogação posterior da nomeação ocorreu sem fundamentação adequada, o que afronta princípios constitucionais como a legalidade, a segurança jurídica, a proteção da confiança e a estabilidade institucional. Segundo a decisão, permitir a revisão de atos válidos apenas em razão da alternância no exercício do cargo comprometeria o funcionamento regular das instituições e o equilíbrio entre os Poderes.

Para Laurez Moreira, a posse do novo procurador-Geral representa um momento de fortalecimento institucional. "A decisão reafirma o respeito à Constituição, à legalidade e à segurança jurídica. Parabenizo o Procurador Marcos Antônio da Silva Modes pela posse e desejo sucesso na missão de contribuir para o aperfeiçoamento do controle externo

e da gestão pública no **Tocantins**", afirmou.

Laurez reforça que a posse assegura a normalidade institucional no Ministério Público de Contas e no **Tribunal de Contas do Estado**, órgão essencial ao controle externo. O episódio reforça o papel do Poder Judiciário como garantidor da ordem constitucional e evidencia a importância do respeito às regras legais para a estabilidade das instituições democráticas, argumenta.

Site: <http://conexaoto.com.br/2026/01/02/laurez-parabeniza-marcos-antonio-da-silva-modes-pela-posse-como-procurador-geral-de-contas>

Justiça suspende ato do governador do Tocantins e garante nomeação no Tribunal de Contas

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/01/02/RDIOHITSPALM>

ASTO-07.05.35-07.06.12-1767360547.mp3

Novo procurador-geral de Contas toma posse no primeiro dia do ano

*Multimídia: [http://midia.smi.srv.br/video/2026/01/03/BDT -
02-01-2026 - Novo procurador-geral de Contas toma
posse no primeiro dia do ano.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2026/01/03/BDT-02-01-2026-Novo-procurador-geral-de-Contas-toma-posse-no-primeiro-dia-do-ano.mp4)*

AXIXÁ: Após fiscalização do TCE e indignação popular, processo para show de Bruno e Marrone é cancelado pela Prefeitura

Folha do Bico

O prefeito de Axixá, no Bico do Papagaio, Dr Auri (PSD), decidiu anular integralmente o processo que previa a contratação de um show milionário da dupla Bruno e Marrone, marcado para março de 2026 e que colocou o município no centro do debate de um tema sensível para municípios de pequeno porte: prioridades de gasto público e limites da razoabilidade em eventos de grande custo.

O cancelamento ocorreu após apontamentos do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, que identificou falhas técnicas e irregularidades no procedimento de inexigibilidade de licitação. Diante da avaliação do órgão de controle, a administração municipal optou por encerrar o processo, reconhecendo riscos jurídicos e determinando o arquivamento completo da contratação. Oficialmente, a medida busca preservar a legalidade e evitar futuros questionamentos.

Mas o episódio vai além da formalidade administrativa. O valor estimado de R\$ 1,1 milhão para um único show artístico levanta dúvidas legítimas quando confrontado com a realidade financeira de um município pequeno e pobre. Em um cenário em que cidades do mesmo porte enfrentam desafios recorrentes em saúde básica, infraestrutura urbana e manutenção de serviços essenciais, a pergunta que ecoa entre moradores e observadores é inevitável: o investimento era proporcional à capacidade orçamentária e às necessidades locais?

O prefeito da cidade, Dr Auri costuma argumentar que grandes eventos aquecem a economia, movimentam o comércio e fortalecem o turismo regional. No entanto, especialistas em gestão pública alertam que esses efeitos, quando existem, são pontuais e difíceis de mensurar, sobretudo em localidades com baixa capacidade de absorção econômica. Sem estudos técnicos robustos que comprovem retorno social e financeiro, o gasto elevado tende a ser visto mais como aposta política do que como política pública estruturada.

A anulação do processo, portanto, pode ser lida sob

dois prismas. De um lado, como um gesto de correção institucional diante das exigências do controle externo. De outro, como um sinal de que o debate sobre responsabilidade fiscal, planejamento e prioridades ainda precisa amadurecer no âmbito municipal. A repercussão do caso expõe um sentimento coletivo crescente: a população quer transparência, critérios claros e escolhas que dialoguem com a realidade local - especialmente quando cifras milionárias entram em cena.

O episódio deixa um recado direto aos gestores públicos: em tempos de fiscalização rigorosa e cidadãos cada vez mais atentos, decidir como gastar o dinheiro público é também decidir como construir confiança. E, nesse jogo, o custo político de escolhas mal explicadas pode ser tão alto quanto o valor do contrato que nunca saiu do papel.

Site: <https://folhadobico.com.br/axixa-apos-fiscalizacao-do-tce-e-indignacao-popular-processo-para-show-de-bruno-e-marrone-e-cancelado-pela-prefeitura/>

TCE empossa Marcos Antônio como procurador-geral após derrota de Wanderlei na Justiça (No"ticias)

Girodo

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** empossou, na manhã desta quinta-feira (1º), Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPCTO). A cerimônia ocorreu após decisão liminar da Justiça que suspendeu atos do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e restabeleceu a nomeação realizada durante o período de governo interino do vice-governador Laurez Moreira (PSD).

O termo de posse foi assinado em reunião na sede do **TCE-TO**, com a presença do presidente da Corte, conselheiro **Alberto Sevilha**, além de técnicos do tribunal. Com a investidura, Marcos Antônio Modes assume oficialmente a chefia do Ministério Público de Contas para o biênio 2026/2027.

Modes havia sido escolhido em novembro de 2025 por meio de lista tríplice formada a partir de eleição interna no MPCTO, quando Laurez Moreira exercia interinamente o cargo de governador, em razão do afastamento temporário do titular.

Decisão judicial garantiu posse imediata

A posse decorre de decisão liminar proferida pelo desembargador Gil de Araújo Corrêa, do Plantão de 2ª Instância do Tribunal de Justiça do **Tocantins (TJTO)**, no âmbito de mandado de segurança impetrado por Marcos Antônio Modes. O magistrado suspendeu os efeitos dos atos do governador Wanderlei Barbosa que haviam tornado "insubsistente" a nomeação original e, posteriormente, indicado José Roberto Torres Gomes para o cargo.

Na decisão, o Judiciário determinou que o presidente do **TCE-TO** desse posse imediata a Modes, assegurando o início do mandato a partir de 1º de janeiro de 2026. O entendimento foi de que a nomeação feita por Laurez Moreira ocorreu dentro do prazo legal de 15 dias previsto no Regimento Interno do **Tribunal de Contas**, tornando o ato juridicamente perfeito e esgotando a competência do Poder Executivo para nova escolha dentro da mesma lista

tríplice.

"A competência do governador para nomear foi validamente exercida e se consumou. O retorno do titular ao cargo não autoriza a revisão do ato por mera discordância política", destacou o desembargador, ao fundamentar a decisão nos princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima.

Leia também:

Justiça suspende atos de Wanderlei e mantém indicação de Laurez para o MP de Contas

Justiça suspende atos de Wanderlei e mantém indicação de Laurez para o MP de Contas

Wanderlei anula ato de Laurez, indica novo Procurador-Geral de Contas e gera polêmica

Wanderlei anula ato de Laurez, indica novo Procurador-Geral de Contas e gera polêmica

O magistrado também apontou a ausência de motivação no ato que anulou a nomeação de Modes, publicado em 18 de dezembro, classificando a medida como aparentemente arbitrária e em desacordo com os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e publicidade.

Outro fator considerado decisivo foi o risco institucional diante da proximidade do início do mandato. Segundo a decisão, permitir a posse de um procurador-geral nomeado com base em ato considerado ilegal poderia comprometer a validade dos atos do Ministério Público de Contas e gerar insegurança jurídica no sistema de controle externo.

Posição do governo

Em nota, a Casa Civil informou que a nomeação do procurador-geral de Contas é competência legal do chefe do Poder Executivo. O governo sustenta que a alteração promovida por Wanderlei Barbosa estaria inserida no âmbito constitucional e argumenta que a primeira nomeação não teria produzido efeitos de investidura por ausência de posse.

Até o momento, o Palácio Araguaia não se manifestou sobre os efeitos práticos da liminar que garantiu a cerimônia de posse realizada nesta quinta-feira.

Entenda o caso

A controvérsia teve início após a formação da lista tríplice em 17 de novembro de 2025. Na votação interna, Marcos Antônio Modes da Silva e Zailon Miranda Labre Rodrigues obtiveram três votos cada, enquanto José Roberto Torres Gomes recebeu um voto.

Durante o afastamento de Wanderlei Barbosa, Laurez Moreira nomeou Modes para o cargo. Com o retorno do governador titular, o ato foi anulado e, dias depois, José Roberto Torres Gomes - irmão do senador Eduardo Gomes (PL) - foi indicado para a função, ampliando a repercussão política e institucional do caso.

Acompanhe diariamente as notícias do **Tocantins** pelos nossos canais no WhatsApp , Telegram , Facebook , Threads e Instagram .

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/tce-empossa-marcos-antonio-como-procurador-geral-apos-derrota-de-wanderlei-na-justica/>

Justiça reconduz Procurador-Geral de Contas nomeado durante o governo interino

Da Redação

A nomeação de José Roberto Torres, irmão do senador Eduardo Gomes, para Procurador-Geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPCTO), efetuada por ato do governador do **Tocantins**, Wanderlei Barbosa (Republicanos), no Diário Oficial do Estado (DOE) do dia 30 de dezembro, foi suspensa pelo judiciário. Em decisão liminar, o Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO) reconheceu a validade da nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes para o cargo, ocorrida na gestão interina do vice-governador Laurez Moreira (PSD).

Após a decisão, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** deu posse a Modes nesta quinta-feira, 1º. O termo de posse foi assinado em reunião na sede do **TCE-TO**, com a presença do presidente da Corte, conselheiro **Alberto Sevilha**, além de técnicos do tribunal. Com a investidura, Marcos Antônio Modes assume oficialmente a chefia do Ministério Público de Contas para o biênio 2026/2027.

A decisão liminar foi proferida pelo desembargador Gil de Araújo Corrêa, do Plantão de 2ª Instância do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), no âmbito de mandado de segurança impetrado por Marcos Antônio Modes. O magistrado suspendeu os efeitos dos atos do governador Wanderlei Barbosa que haviam tornado "insubsistente" a nomeação original e, posteriormente, indicado José Roberto Torres Gomes para o cargo.

Na decisão, o Judiciário determinou ao **TCE-TO** a posse imediata de Modes no cargo e assegurasse a ele o início do mandato a partir de 1º de janeiro de 2026. O entendimento foi de que a nomeação feita por Laurez Moreira ocorreu dentro do prazo legal de 15 dias previsto no Regimento Interno do **Tribunal de Contas**, tornando o ato juridicamente perfeito e esgotando a competência do Poder Executivo para nova escolha dentro da mesma lista tríplice.

Congratulações

O vice-governador do **Tocantins**, Laurez Moreira, parabenizou Marcos Antônio da Silva Modes pela posse no cargo de Procurador-Geral do Ministério Público de Contas junto ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**. Para Laurez Moreira, a posse do

novo Procurador-Geral representa um momento de fortalecimento institucional. "A decisão reafirma o respeito à Constituição, à legalidade e à segurança jurídica. Parabenizo o Procurador Marcos Antônio da Silva Modes pela posse e desejo sucesso na missão de contribuir para o aperfeiçoamento do controle externo e da gestão pública no **Tocantins**", afirmou.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/justica-reconduz-procurador-geral-de-contas-nomeado-durante-o-governo-interino/139576/>

Justiça anula ato de governador e Marcos Antônio assume como procurador-geral de contas do TCE-TO

Divulgação

Marcos Antônio da Silva Modes tomou posse como procurador-geral de contas do Ministério Público de Contas do **Tocantins** na última quinta-feira (1º), após decisão judicial que anulou o ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) que cancelava sua nomeação. O termo de posse foi assinado em reunião no **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** com a presença do presidente do tribunal, conselheiro **Alberto Sevilha**.

O novo procurador-geral havia sido escolhido por meio de lista tríplice em novembro deste ano, durante o período em que o vice-governador Laurez Moreira (PSD) atuava como governador em exercício. Com o retorno de Wanderlei Barbosa ao cargo em dezembro, após afastamento determinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o governador publicou ato cancelando a nomeação de Marcos Antônio e nomeou José Roberto Torres Gomes para o cargo em 29 de dezembro.

Marcos Antônio recorreu à Justiça, argumentando que sua nomeação era um ato jurídico válido que não poderia ser desfeito apenas por vontade política sem justificativa legal. A decisão que determinou sua posse foi proferida pelo desembargador Gil de Araújo Corrêa em 31 de dezembro.

Em entrevista à TV Anhanguera, o procurador comentou a decisão.

"A decisão judicial reconheceu que a minha nomeação foi legítima, que não houve nenhuma necessidade posterior de anulação ou vício nela, tanto que não foi demonstrado hora nenhuma, e que havia a necessidade de se dar posse imediata, porque a instituição não pode ficar acéfala de um representante legitimamente constituído", afirmou.

O mandato para o cargo tem duração de dois anos, a partir de 1º de janeiro de 2026. O Governo do Estado foi procurado para se manifestar sobre o caso, mas não se pronunciou até a publicação desta reportagem.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/marcos-antonio->

assume-como-procurador-geral-de-contas-do-tce-to/

Justiça suspende atos de Wanderlei e mantém indicação de Laurez para o MP de Contas (No"ticias)

Girodo

A Justiça do **Tocantins** suspendeu, em decisão liminar, os atos do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) que anularam a nomeação feita pelo vice-governador Laurez Moreira (PSD) para o cargo de procurador-geral de Contas e determinou a manutenção da indicação realizada durante o período de governo interino. A decisão foi publicada no final da tarde desta quarta-feira (31/12) e é assinada pelo desembargador Gil de Araújo Corrêa, do Plantão de 2ª Instância do Tribunal de Justiça do Estado (TJTO), no âmbito de mandado de segurança impetrado por Marcos Antônio Modes da Silva.

Com a decisão, ficam suspensos os efeitos dos atos publicados por Wanderlei Barbosa que tornaram "insubsistente" a nomeação de Modes e, posteriormente, indicaram José Roberto Torres Gomes para o comando do Ministério Público de Contas do **Tocantins** (MPCTO). O Judiciário também determinou que o presidente do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** dê posse imediata a Marcos Antônio Modes, garantindo o início do mandato a partir de 1º de janeiro de 2026.

Wanderlei anula ato de Laurez, indica novo Procurador-Geral de Contas e gera polêmica

Na análise do caso, o desembargador reconheceu que a nomeação feita por Laurez Moreira, quando exercia interinamente o cargo de governador, ocorreu dentro do prazo legal de 15 dias previsto no Regimento Interno do **TCE**. Segundo a decisão, o ato administrativo praticado naquele momento se tornou juridicamente perfeito, exaurindo a competência do Poder Executivo para nova escolha dentro da lista tríplice.

"A competência do governador para nomear foi validamente exercida e se consumou. O retorno do titular ao cargo não autoriza a revisão do ato por mera discordância política", pontuou o magistrado, ao destacar os princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima.

O Judiciário também apontou a ausência de motivação

no ato que anulou a nomeação de Modes, publicado no dia 18 de dezembro, classificando a medida como aparentemente arbitrária. Para o relator, a falta de justificativa concreta viola princípios constitucionais da administração pública, como legalidade, moralidade e publicidade.

Outro ponto considerado decisivo foi o risco institucional com a proximidade do início do mandato. Segundo a decisão, permitir a posse de um procurador-geral nomeado em ato considerado ilegal poderia comprometer a validade de todos os atos praticados pelo Ministério Público de Contas, gerando insegurança jurídica e instabilidade no sistema de controle externo.

Entenda

A controvérsia teve início após a formação da lista tríplice para o cargo de procurador-geral de Contas, definida em 17 de novembro de 2025. Na votação interna, Marcos Antônio Modes da Silva e Zailon Miranda Labre Rodrigues receberam três votos cada, enquanto José Roberto Torres Gomes obteve apenas um voto.

Durante o afastamento do governador Wanderlei Barbosa, o então governador em exercício, Laurez Moreira, nomeou Marcos Antônio Modes para o biênio 2026/2027. Após reassumir o comando do Executivo, Wanderlei anulou o ato e, dias depois, nomeou José Roberto Torres Gomes, irmão do senador Eduardo Gomes (PL), o que ampliou a repercussão política e institucional do caso.

A sucessão de nomeações para o mesmo cargo, em curto intervalo de tempo, levantou questionamentos sobre a estabilidade institucional do Ministério Público de Contas e culminou na judicialização do processo.

Em derrota para Wanderlei, a liminar da Justiça restabelece, de forma provisória, a nomeação feita pelo vice Laurez e impede a posse do indicado escolhido posteriormente pelo governador até o julgamento definitivo do mandado de segurança.

Acompanhe diariamente as notícias do **Tocantins**

pelos nossos canais no WhatsApp , Telegram ,
Facebook , Threads e Instagram .

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/justica-suspende-atos-de-wanderlei-e-mantem-indicacao-de-laurez-para-o-mp-de-contas/>

TCE empossa novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** empossou Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral de contas, do Ministério Público de Contas do Estado do **Tocantins**, na quinta-feira (1º). A posse ocorreu após a Justiça anular ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos), que cancelava a nomeação de Marcos Antônio.

O termo de posse foi assinado em reunião que aconteceu no **TCE**, durante a manhã, com a presença do presidente do Tribunal, conselheiro **Alberto Sevilha**, e técnicos. O Governo do Estado foi procurado para se manifestar sobre o caso, mas não se pronunciou até a publicação desta reportagem.

O novo procurador-geral de contas foi escolhido, por meio de lista tríplice, em novembro deste ano, enquanto o vice-governador Laurez Moreira (PSD) atuava como governador em exercício.

No início de dezembro, Wanderlei Barbosa (Republicanos), que havia sido afastado por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante a operação policial Fames-19, retornou ao cargo e publicou ato que cancelou a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes. No lugar dele, o governador nomeou José Roberto Torres Gomes, no dia 29 de dezembro de 2025.

(Por Patricia Lauris, Ana Paula Rehbein, g1 **Tocantins** e TV Anhanguera. Foto: Ana Paula Rehbein/TV Anhanguera)

Site: <https://www.portalvocenews.com.br/2026/01/01/tce-empossa-novo-procurador-geral-apos-justica-derrubar-ato-de-governador-que-cancelou-nomeacao/>

Marcos Modes assumiu como procurador Geral de contas

+++ Transcrição +++ Ontem você viu aqui que a justiça mandou o governo do estado dar posse imediata ao procurador-geral de contas nomeado por Laureis Moreira em novembro. Hoje Marcos Antônio Modes foi impostado na sede do **TCE**. Marcos Antônio Modes passou o dia no gabinete. Ele tomou o posse na manhã desta quinta-feira numa cerimônia reservada no gabinete do presidente do Tribunal de Contas, **Alberto Sevilha**. Modes é concursado no tribunal desde 1999 no cargo de procurador. Esta é a primeira vez que ele assume a chefia do Ministério Público de Contas. Ele foi um dos mais votados pelos colegas para ocupar a função e é o mais antigo. No dia 27 de novembro, o governador em exercício, Laureis Moreira, publicou no diário oficial a nomeação de Marcos Modes no cargo de procurador-geral de contas com início em 1º de janeiro. Mas no dia 18 de dezembro, o governador van der Leibar Bosa, que já estava de volta ao Palácio Araguaia depois de um período afastado do cargo pelo STJ, tornou, sem efeito, a nomeação feita por Laureis. No texto, não há justificativa para a medida. Ele apenas anula o ato sem descrever detalhes. E nas vésperas da posse de Marcos Modes, no dia 29 de dezembro, van der Leib nomeou outro procurador José Roberto Torres, que teve um voto na eleição interna. Torres é irmão do senador Eduardo Gomes, do PL, e de André Gomes, que é secretário de Estado da região metropolitana de **Palmas**. Marcos Modes decidiu apresentar um pedido ao Tribunal de Justiça e entrou com o mandado de segurança. Ao analisar o caso, o desembargador Gil Correia derrubou o ato de van der Leibar Bosa e determinou posse imediata ao cargo. Na decisão, o magistrado afirma que o governador em exercício, durante o período de substituição regularmente instaurado, detenha plenitude das competências constitucionais e legais inerentes ao cargo, exercendo-as com a mesma extensão, legitimidade e eficácia que o titular. Ainda segundo o desembargador Gil, o retorno do governador titular ao exercício do cargo não tem o condão de reabrir a competência já validamente exercida. Nem tão pouco autoriza o desfazimento de ato administrativo perfeito sob o pretexto de mera discordância política ou de reavaliação discricionária. Uma vez regularmente praticada a nomeação dentro do prazo legalmente estipulado, é juridicamente inadmissível qualquer tentativa posterior de revisão desprovida de vício de legalidade concretamente demonstrado. Gil Correia conclui que não se trata de mera expectativa de direito, mas de um direito já

constituído, cuja eficácia estava projetada para o futuro. Depois desta decisão, o governo do Estado recorreu meia hora antes da virada do ano, mas às cinco da manhã o desembargador negou o pedido e manteve a posse. A decisão judicial reconheceu que a minha nomeação, foi uma nomeação legítima, que não havia necessidade, não houve nenhuma necessidade posterior de anulação, nenhum vício nela, tanto que não foi demonstrado, a hora nenhuma, e que havia necessidade de se dar posse imediatamente, porque não pode, a instituição ficar a séfala de um representante legitimamente constituído. O novo procurador geral de contas já estabeleceu algumas prioridades da gestão dele. Ele quer criar um grupo de trabalho para fazer uma análise minuciosa em editais de licitação, principalmente na área de infraestrutura, para evitar o mau uso dos recursos públicos. A mesma conduta deve se estender para outras áreas que precisam de controle e fiscalização. Ao longo dos anos, nós temos a experiência de que as despesas, depois de realizadas, mal realizadas, obras inacabadas, a dificuldade muito grande de reconstituição desse dinheiro. Então, eu quero fazer um trabalho preventivo, iniciar, por exemplo, na licitação, na fase de elaboração da licitação, e depois no acompanhamento dessa licitação, depois na execução das obras, para que não haja um prejuízo a ser buscado dois, três, quatro anos depois. O governo do Estado ainda não se manifestou sobre o assunto.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/01/05/TVANHANGUER>
APALMASAFGLOBOTO-19.28.08-19.33.22-
1767623657.mp4

Justiça suspende ato de Wanderlei e garante nomeação feita na gestão interina

Uma decisão liminar do Tribunal de Justiça do **Tocantins** determinou que o presidente do **Tribunal de Contas do Estado** dê posse a Marcos Antônio da Silva Modes como procurador-geral de Contas ainda nesta quarta-feira, 1º de janeiro de 2026. A medida suspende atos do governador Wanderlei Barbosa que haviam anulado a nomeação.

ausência de posse e que a decisão está inserida no âmbito da competência constitucional do governador.

Site: <https://www.portalonorte.com.br/politica/justica-suspende-ato-de-wanderlei-e-garante-nomeacao-feita-na-gestao/137856/>

DECISÃO FOI PROFERIDA EM PLANTÃO

A liminar foi concedida na noite de quarta-feira, 31, pelo desembargador Gil de Araújo Corrêa, durante o plantão judiciário. A decisão redefine o comando do Ministério Público de Contas para o biênio 2026/2027 e restabelece a validade da indicação feita anteriormente.

ANULAÇÃO DE ATOS DO EXECUTIVO

Na prática, o magistrado suspendeu os efeitos de dois atos administrativos assinados pelo governador que tornavam sem efeito a nomeação de Modes. Com isso, a indicação realizada durante a gestão interina volta a ter eficácia jurídica imediata.

CONFLITO TEVE ORIGEM EM NOVEMBRO

O impasse começou em novembro de 2025, quando Wanderlei Barbosa estava afastado do cargo. À época, o governador em exercício, Laurez Moreira, nomeou Marcos Antônio da Silva Modes para chefiar o Ministério Público de Contas, com base em lista tríplice apresentada pela instituição. Após reassumir o governo, Wanderlei anulou a nomeação e indicou outro nome para a função.

SEGURANÇA JURÍDICA FOI DESTACADA

Ao analisar o caso, o desembargador considerou válida a nomeação feita pelo governador interino e afirmou que a Administração Pública não pode revogar o ato sem fundamentação legal. Segundo a decisão, o Estado já havia exercido sua competência de escolha, e a tentativa de refazer a nomeação comprometeria a estabilidade administrativa e a segurança jurídica.

Em manifestação oficial, a Casa Civil informou que a nomeação do procurador-geral de Contas é atribuição do chefe do Poder Executivo. O governo sustenta que a primeira indicação não teria produzido efeitos por

Marcos Modes toma posse no TCE como procurador-geral de contas

Por: Redação

Marcos Antônio da Silva Modes tomou posse, na manhã desta quinta-feira (1º), no cargo de procurador-geral de contas do Ministério Público de Contas do Estado do **Tocantins**. A posse foi formalizada com a assinatura do termo durante reunião realizada na sede do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)**, na presença do presidente da Corte, conselheiro **Alberto Sevilha**, e de técnicos do Tribunal. O documento será publicado no boletim oficial do **TCE** ainda nesta quinta-feira.

A cerimônia ocorreu após decisão judicial que restabeleceu a nomeação de Marcos Antônio e anulou o ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) que havia cancelado sua indicação. A decisão é do desembargador Gil de Araújo Corrêa, publicada no dia 31 de dezembro, e reconheceu a legalidade da nomeação inicial, além de apontar ausência de motivação legal para o seu cancelamento.

Marcos Antônio havia sido escolhido para o cargo em novembro, por meio de lista tríplice, durante o período em que o vice-governador Laurez Moreira (PSD) exercia o cargo de governador em exercício. No início de dezembro, após retornar ao comando do Executivo estadual por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Wanderlei Barbosa publicou ato que anulou a nomeação. Posteriormente, em 29 de dezembro de 2025, o governador nomeou José Roberto Torres Gomes para a função.

Ao ingressar com ação judicial, Marcos Antônio argumentou que sua nomeação constituía ato jurídico válido e que não poderia ser desfeita sem justificativa prevista em lei. Na decisão, o desembargador destacou que não foi demonstrado qualquer vício que justificasse a anulação e ressaltou a necessidade de evitar a vacância do cargo, garantindo a continuidade do Ministério Público de Contas.

O mandato de procurador-geral de contas é de dois anos, com início em 1º de janeiro de 2026. Procurado, o Governo do Estado não se manifestou até a publicação desta reportagem.

*Com informações do g1 **Tocantins**

Site:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/92669/marcos-modes-toma-posse-no-tce-como-procurador-geral-de-contas>

Após decisão judicial, TCE empossa novo procurador-geral de contas

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** empossou Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral de contas do Ministério Público de Contas do Estado do **Tocantins**, nesta quinta-feira (1º). A posse ocorreu após a Justiça anular ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos), que cancelava a nomeação de Marcos Antônio.

O termo de posse foi assinado em reunião que aconteceu no **TCE**, durante a manhã, com a presença do presidente do Tribunal, conselheiro **Alberto Sevilha**, e técnicos.

O novo procurador-geral de contas foi escolhido, por meio de lista tríplice, em novembro deste ano, enquanto o vice-governador Laurez Moreira (PSD) atuava como governador em exercício.

Wanderlei Barbosa (Republicanos), que havia sido afastado por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), após retornar ao cargo, publicou ato que cancelou a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes. No lugar dele, o governador nomeou José Roberto Torres Gomes, no dia 29 de dezembro de 2025.

Marcos Antônio recorreu à Justiça alegando que sua nomeação já estava garantida e constituía um ato jurídico válido.

Com isso, o desembargador Gil de Araújo Corrêa entendeu que a primeira nomeação foi legal e que o governador titular não tinha o direito de anulá-la sem motivo previsto em lei. Além disso, destacou que o ato de cancelamento não foi devidamente justificado.

O mandato para o cargo é de dois anos, a partir de 1º de janeiro de 2026. O termo de posse assinado pelo procurador-geral de contas será publicado no boletim oficial do **Tribunal de Contas** na noite desta quinta-feira.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/apos-decisao-judicial-tce-empossa-novo-procurador-geral-de-contas/>

TCE empossa novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação

Por **Patrícia Lauris**, **Ana Paula Rehbein**, **g1 Tocantins** e **TV Anhanguera**

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** empossou Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral de contas, do Ministério Público de Contas do Estado do **Tocantins**, nesta quinta-feira (1°).

A posse ocorreu após a Justiça anular ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos), que cancelava a nomeação de Marcos Antônio.

O novo procurador-geral de contas foi escolhido, por meio da lista tríplice, em novembro deste ano, enquanto o vice-governador Laurez Moreira (PSD) estava como governador em exercício.

No início de dezembro, Wanderlei Barbosa (Republicanos), que havia sido afastado do cargo por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante a operação policial Fames-19, retornou ao cargo e publicou ato que cancelou a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes.

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** empossou Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral de contas, do Ministério Público de Contas do Estado do **Tocantins**, nesta quinta-feira (1°). A posse ocorreu após a Justiça anular ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos), que cancelava a nomeação de Marcos Antônio.

O termo de posse foi assinado em reunião que aconteceu no **TCE**, durante a manhã, com a presença do presidente do Tribunal, conselheiro **Alberto Sevilha**, e técnicos. O Governo do Estado foi procurado para se manifestar sobre o caso, mas não se pronunciou até a publicação desta reportagem.

O novo procurador-geral de contas foi escolhido, por meio de lista tríplice, em novembro deste ano, enquanto o vice-governador Laurez Moreira (PSD) atuava como governador em exercício.

?? Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

No início de dezembro, Wanderlei Barbosa (Republicanos), que havia sido afastado por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante a operação policial Fames-19, retornou ao cargo e publicou ato que cancelou a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes. No lugar dele, o governador nomeou José Roberto Torres Gomes, no dia 29 de dezembro de 2025.

LEIA TAMBÉM:

Justiça suspende ato do governador do **Tocantins** e garante nomeação no **Tribunal de Contas**

Tornozeleira, carta e salário de R\$ 30 mil: veja o que se sabe sobre prisão de coronel do Exército condenado por trama golpista

Marcos Antônio recorreu à Justiça e, na alegação, afirmou que a nomeação estava garantida e constituía um ato jurídico válido, que não poderia ser desfeito apenas por vontade política do governador, já que não houve justificativa para a dispensa.

A decisão que determinou a nomeação de Marcos Antônio é do desembargador Gil de Araújo Corrêa, publicada no dia 31 de dezembro. Ele entendeu que a primeira nomeação foi legal e que o governador titular não tinha o direito de anulá-la sem motivo previsto em lei. O desembargador também destacou que o ato de cancelamento não foi devidamente justificado.

A decisão judicial reconheceu que a minha nomeação foi legítima, que não houve nenhuma necessidade posterior de anulação ou vício nela, tanto que não foi demonstrado hora nenhuma, e que havia a necessidade de se dar posse imediata, porque a instituição não pode ficar acéfala de um representante legitimamente constituído, comentou o procurador Marcos Antônio em entrevista à TV Anhanguera.

O mandato para o cargo é de dois anos, a partir de 1° de janeiro de 2026. O termo de posse assinado pelo procurador-geral de contas será publicado no boletim oficial do **Tribunal de Contas** na noite desta quinta-feira.

Veja mais notícias da região no g1 [Tocantins](#).

Site:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2026/01/01/tce-empossa-novo-procurador-geral-apos-justica-derrubar-ato-de-governador-que-cancelou-nomeacao.ghml>

TCE empossa novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação

Por Patrícia Lauris, Ana Paula Rehbein, g1 Tocantins e TV Anhanguera

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** empossou Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral de contas, do Ministério Público de Contas do Estado do **Tocantins**, nesta quinta-feira (1°).

A posse ocorreu após a Justiça anular ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos), que cancelava a nomeação de Marcos Antônio.

O novo procurador-geral de contas foi escolhido, por meio da lista tríplice, em novembro deste ano, enquanto o vice-governador Laurez Moreira (PSD) estava como governador em exercício.

No início de dezembro, Wanderlei Barbosa (Republicanos), que havia sido afastado do cargo por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante a operação policial Fames-19, retornou ao cargo e publicou ato que cancelou a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes.

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** empossou Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral de contas, do Ministério Público de Contas do Estado do **Tocantins**, nesta quinta-feira (1°). A posse ocorreu após a Justiça anular ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos), que cancelava a nomeação de Marcos Antônio.

O termo de posse foi assinado em reunião que aconteceu no **TCE**, durante a manhã, com a presença do presidente do Tribunal, conselheiro **Alberto Sevilha**, e técnicos. O Governo do Estado foi procurado para se manifestar sobre o caso, mas não se pronunciou até a publicação desta reportagem.

O novo procurador-geral de contas foi escolhido, por meio de lista tríplice, em novembro deste ano, enquanto o vice-governador Laurez Moreira (PSD) atuava como governador em exercício.

No início de dezembro, Wanderlei Barbosa (Republicanos), que havia sido afastado por

determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante a operação policial Fames-19, retornou ao cargo e publicou ato que cancelou a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes. No lugar dele, o governador nomeou José Roberto Torres Gomes, no dia 29 de dezembro de 2025.

LEIA TAMBÉM:

Justiça suspende ato do governador do **Tocantins** e garante nomeação no Tribunal de Contas Tornozeleira, carta e salário de R\$ 30 mil: veja o que se sabe sobre prisão de coronel do Exército condenado por trama golpista

Marcos Antônio recorreu à Justiça e, na alegação, afirmou que a nomeação estava garantida e constituía um ato jurídico válido, que não poderia ser desfeito apenas por vontade política do governador, já que não houve justificativa para a dispensa.

A decisão que determinou a nomeação de Marcos Antônio é do desembargador Gil de Araújo Corrêa, publicada no dia 31 de dezembro. Ele entendeu que a primeira nomeação foi legal e que o governador titular não tinha o direito de anulá-la sem motivo previsto em lei. O desembargador também destacou que o ato de cancelamento não foi devidamente justificado.

A decisão judicial reconheceu que a minha nomeação foi legítima, que não houve nenhuma necessidade posterior de anulação ou vício nela, tanto que não foi demonstrado hora nenhuma, e que havia a necessidade de se dar posse imediata, porque a instituição não pode ficar acéfala de um representante legitimamente constituído, comentou o procurador Marcos Antônio em entrevista à TV Anhanguera.

O mandato para o cargo é de dois anos, a partir de 1° de janeiro de 2026. O termo de posse assinado pelo procurador-geral de contas será publicado no boletim oficial do **Tribunal de Contas** na noite desta quinta-feira.

Site:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2026/01/01/tce-empossa-novo-procurador-geral-apos-justica-derrubar->

ato-de-governador-que-cancelou-nomeacao.ghtml

Justiça suspende atos de Wanderlei e mantém indicação de Laurez para Procurador-Geral de Contas

Notícias do **Tocantins** - A Justiça do **Tocantins** suspendeu, em decisão liminar, os atos do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) que anularam a nomeação feita pelo vice-governador Laurez Moreira (PSD) para o cargo de procurador-geral de Contas e determinou a manutenção da indicação realizada durante o período de governo interino. A decisão foi publicada no final da tarde desta quarta-feira (31/12) e é assinada pelo desembargador Gil de Araújo Corrêa, do Plantão de 2ª Instância do Tribunal de Justiça do Estado (TJTO), no âmbito de mandado de segurança impetrado por Marcos Antônio Modes da Silva.

Com a decisão, ficam suspensos os efeitos dos atos publicados por Wanderlei Barbosa que tornaram "insubsistente" a nomeação de Modes e, posteriormente, indicaram José Roberto Torres Gomes para o comando do Ministério Público de Contas do **Tocantins** (MPCTO). O Judiciário também determinou que o presidente do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** dê posse imediata a Marcos Antônio Modes, garantindo o início do mandato a partir de 1º de janeiro de 2026.

Na análise do caso, o desembargador reconheceu que a nomeação feita por Laurez Moreira, quando exercia interinamente o cargo de governador, ocorreu dentro do prazo legal de 15 dias previsto no Regimento Interno do **TCE**. Segundo a decisão, o ato administrativo praticado naquele momento se tornou juridicamente perfeito, exaurindo a competência do Poder Executivo para nova escolha dentro da lista tríplice.

"A competência do governador para nomear foi validamente exercida e se consumou. O retorno do titular ao cargo não autoriza a revisão do ato por mera discordância política", pontuou o magistrado, ao destacar os princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima.

O Judiciário também apontou a ausência de motivação no ato que anulou a nomeação de Modes, publicado no dia 18 de dezembro, classificando a medida como aparentemente arbitrária. Para o relator, a falta de justificativa concreta viola princípios constitucionais da administração pública, como legalidade, moralidade e

publicidade.

Outro ponto considerado decisivo foi o risco institucional com a proximidade do início do mandato. Segundo a decisão, permitir a posse de um procurador-geral nomeado em ato considerado ilegal poderia comprometer a validade de todos os atos praticados pelo Ministério Público de Contas, gerando insegurança jurídica e instabilidade no sistema de controle externo.

Entenda

A controvérsia teve início após a formação da lista tríplice para o cargo de procurador-geral de Contas, definida em 17 de novembro de 2025. Na votação interna, Marcos Antônio Modes da Silva e Zailon Miranda Labre Rodrigues receberam três votos cada, enquanto José Roberto Torres Gomes obteve apenas um voto.

Durante o afastamento do governador Wanderlei Barbosa, o então governador em exercício, Laurez Moreira, nomeou Marcos Antônio Modes para o biênio 2026/2027. Após reassumir o comando do Executivo, Wanderlei anulou o ato e, dias depois, nomeou José Roberto Torres Gomes, irmão do senador Eduardo Gomes (PL), o que ampliou a repercussão política e institucional do caso.

A sucessão de nomeações para o mesmo cargo, em curto intervalo de tempo, levantou questionamentos sobre a estabilidade institucional do Ministério Público de Contas e culminou na judicialização do processo.

Em derrota para Wanderlei, a liminar da Justiça restabelece, de forma provisória, a nomeação feita pelo vice Laurez e impede a posse do indicado escolhido posteriormente pelo governador até o julgamento definitivo do mandado de segurança.

Site: <https://afnoticias.com.br/blog-do-arnaldo-filho/justica-suspende-atos-de-wanderlei-e-mantem-indicacao-de-laurez-para-procurador-geral-de-contas>

TCE empossa Marcos Modes como novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** empossou Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral de contas, do Ministério Público de Contas do Estado do **Tocantins**, nesta quinta-feira (1º). A posse ocorreu após a Justiça anular ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos), que cancelava a nomeação de Marcos Antônio.

O termo de posse foi assinado em reunião que aconteceu no **TCE**, durante a manhã, com a presença do presidente do Tribunal, conselheiro **Alberto Sevilha**, e técnicos. O Governo do Estado foi procurado para se manifestar sobre o caso, mas não se pronunciou até a publicação desta reportagem.

O novo procurador-geral de contas foi escolhido, por meio de lista tríplice, em novembro deste ano, enquanto o vice-governador Laurez Moreira (PSD) atuava como governador em exercício.

No início de dezembro, Wanderlei Barbosa (Republicanos), que havia sido afastado por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante a operação policial Fames-19, retornou ao cargo e publicou ato que cancelou a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes. No lugar dele, o governador nomeou José Roberto Torres Gomes, no dia 29 de dezembro de 2025.

Marcos Antônio recorreu à Justiça e, na alegação, afirmou que a nomeação estava garantida e constituía um ato jurídico válido, que não poderia ser desfeito apenas por vontade política do governador, já que não houve justificativa para a dispensa.

A decisão que determinou a nomeação de Marcos Antônio é do desembargador Gil de Araújo Corrêa, publicada no dia 31 de dezembro. Ele entendeu que a primeira nomeação foi legal e que o governador titular não tinha o direito de anulá-la sem motivo previsto em lei. O desembargador também destacou que o ato de cancelamento não foi devidamente justificado.

"A decisão judicial reconheceu que a minha nomeação foi legítima, que não houve nenhuma necessidade posterior de anulação ou vício nela, tanto que não foi demonstrado hora nenhuma, e que havia a

necessidade de se dar posse imediata, porque a instituição não pode ficar acéfala de um representante legitimamente constituído", comentou o procurador Marcos Antônio em entrevista à TV Anhanguera.

O mandato para o cargo é de dois anos, a partir de 1º de janeiro de 2026. O termo de posse assinado pelo procurador-geral de contas será publicado no boletim oficial do **Tribunal de Contas** na noite desta quinta-feira.

Site: <https://ojornal.net/2026/01/01/tce-empossa-marcos-modes-como-novo-procurador-geral-apos-justica-derrubar-ato-de-governador-que-cancelou-nomeacao/>

Porto Nacional anuncia banda Chiclete com Banana para o carnaval de 2026 (SLIDE)

Banda Chiclete com Banana vai se apresentar em Porto Nacional no carnaval

Divulgação/Prefeitura de Porto Nacional

O município de Porto Nacional, região central do estado, anunciou a banda Chiclete com Banana como atração nacional do Porto Folia 2026. O primeiro nome foi divulgado pela prefeitura, que deve anunciar as outras atrações do carnaval nos primeiros dias de janeiro.

Em 2025, o município não realizou festa de carnaval. Ainda em fevereiro do ano passado, a prefeitura informou que não teria recursos públicos para a festa, por causa da redução de repasses como o ICMS.

Também apontou como fator na época o aumento dos casos de Covid-19 na cidade no período.

Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

Veja os vídeos que estão em alta no g1

Conforme o município publicou na quarta-feira (31), último dia do ano, o Porto Folia 2026 vai ocorrer de 13 a 17 de fevereiro. Outros três artistas de renome nacional devem ser anunciados para a festa.

O evento também contará com o retorno dos tradicionais blocos de rua, do Carnaval do "Pau D'óleo", celebração popular do município, além de várias bandas regionais que vão animar os foliões durante os cinco dias. A festa será promovida com ajuda de parcerias feitas com o município, informou a gestão.

Veja mais notícias da região no g1 Tocantins.

Site: <https://www.radiocidade879fm.com.br/porto-nacional-anuncia-banda-chiclete-com-banana-para-o-carnaval-de-2026/>

TCE empossa novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação

Fonte: G1 [Tocantins](#)

Decisão liminar suspende ato de Wanderlei Barbosa

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** empossou Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral de contas, do Ministério Público de Contas do Estado do **Tocantins**, nesta quinta-feira (1º). A posse ocorreu após a Justiça anular ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos), que cancelava a nomeação de Marcos Antônio.

O termo de posse foi assinado em reunião que aconteceu no **TCE**, durante a manhã, com a presença do presidente do Tribunal, conselheiro **Alberto Sevilha**, e técnicos. O Governo do Estado foi procurado para se manifestar sobre o caso, mas não se pronunciou até a publicação desta reportagem.

O novo procurador-geral de contas foi escolhido, por meio de lista triplíce, em novembro deste ano, enquanto o vice-governador Laurez Moreira (PSD) atuava como governador em exercício.

Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

No início de dezembro, Wanderlei Barbosa (Republicanos), que havia sido afastado por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante a operação policial Fames-19, retornou ao cargo e publicou ato que cancelou a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes. No lugar dele, o governador nomeou José Roberto Torres Gomes, no dia 29 de dezembro de 2025.

Marcos Antônio da Silva Modes, procurador-geral de contas empossado

Ana Paula Rehbein/TV Anhanguera

LEIA TAMBÉM:

Justiça suspende ato do governador do **Tocantins** e garante nomeação no **Tribunal de Contas**

Tornozeleira, carta e salário de R\$ 30 mil: veja o que

se sabe sobre prisão de coronel do Exército condenado por trama golpista

Marcos Antônio recorreu à Justiça e, na alegação, afirmou que a nomeação estava garantida e constituía um ato jurídico válido, que não poderia ser desfeito apenas por vontade política do governador, já que não houve justificativa para a dispensa.

A decisão que determinou a nomeação de Marcos Antônio é do desembargador Gil de Araújo Corrêa, publicada no dia 31 de dezembro. Ele entendeu que a primeira nomeação foi legal e que o governador titular não tinha o direito de anulá-la sem motivo previsto em lei. O desembargador também destacou que o ato de cancelamento não foi devidamente justificado.

"A decisão judicial reconheceu que a minha nomeação foi legítima, que não houve nenhuma necessidade posterior de anulação ou vício nela, tanto que não foi demonstrado hora nenhuma, e que havia a necessidade de se dar posse imediata, porque a instituição não pode ficar acéfala de um representante legitimamente constituído", comentou o procurador Marcos Antônio em entrevista à TV Anhanguera.

O mandato para o cargo é de dois anos, a partir de 1º de janeiro de 2026. O termo de posse assinado pelo procurador-geral de contas será publicado no boletim oficial do **Tribunal de Contas** na noite desta quinta-feira.

Veja mais notícias da região no g1 [Tocantins](#).

Site: <https://www.rio104fm.com.br/tce-empossa-novo-procurador-geral-apos-justica-derrubar-ato-de-governador-que-cancelou-nomeacao/>

TCE empossa novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação

Decisão liminar suspende ato de Wanderlei Barbosa

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** empossou Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral de contas, do Ministério Público de Contas do Estado do **Tocantins**, nesta quinta-feira (1º). A posse ocorreu após a Justiça anular ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos), que cancelava a nomeação de Marcos Antônio.

O termo de posse foi assinado em reunião que aconteceu no **TCE**, durante a manhã, com a presença do presidente do Tribunal, conselheiro **Alberto Sevilha**, e técnicos. O Governo do Estado foi procurado para se manifestar sobre o caso, mas não se pronunciou até a publicação desta reportagem.

O novo procurador-geral de contas foi escolhido, por meio de lista triplíce, em novembro deste ano, enquanto o vice-governador Laurez Moreira (PSD) atuava como governador em exercício.

Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

No início de dezembro, Wanderlei Barbosa (Republicanos), que havia sido afastado por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante a operação policial Fames-19, retornou ao cargo e publicou ato que cancelou a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes. No lugar dele, o governador nomeou José Roberto Torres Gomes, no dia 29 de dezembro de 2025.

Marcos Antônio da Silva Modes, procurador-geral de contas empossado

Ana Paula Rehbein/TV Anhanguera

LEIA TAMBÉM:

Justiça suspende ato do governador do **Tocantins** e garante nomeação no **Tribunal de Contas**

Tornozeleira, carta e salário de R\$ 30 mil: veja o que se sabe sobre prisão de coronel do Exército condenado por trama golpista

Marcos Antônio recorreu à Justiça e, na alegação, afirmou que a nomeação estava garantida e constituía um ato jurídico válido, que não poderia ser desfeito apenas por vontade política do governador, já que não houve justificativa para a dispensa.

A decisão que determinou a nomeação de Marcos Antônio é do desembargador Gil de Araújo Corrêa, publicada no dia 31 de dezembro. Ele entendeu que a primeira nomeação foi legal e que o governador titular não tinha o direito de anulá-la sem motivo previsto em lei. O desembargador também destacou que o ato de cancelamento não foi devidamente justificado.

"A decisão judicial reconheceu que a minha nomeação foi legítima, que não houve nenhuma necessidade posterior de anulação ou vício nela, tanto que não foi demonstrado hora nenhuma, e que havia a necessidade de se dar posse imediata, porque a instituição não pode ficar acéfala de um representante legitimamente constituído", comentou o procurador Marcos Antônio em entrevista à TV Anhanguera.

O mandato para o cargo é de dois anos, a partir de 1º de janeiro de 2026. O termo de posse assinado pelo procurador-geral de contas será publicado no boletim oficial do **Tribunal de Contas** na noite desta quinta-feira.

Veja mais notícias da região no g1 **Tocantins**.

Fonte: G1 **Tocantins**

Site: <https://www.radionova104fm.com.br/tce-empossa-novo-procurador-geral-apos-justica-derrubar-ato-de-governador-que-cancelou-nomeacao/>

TCE empossa novo procurador-geral após Justiça derrubar ato de governador que cancelou nomeação (SLIDE)

Decisão liminar suspende ato de Wanderlei Barbosa

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** empossou Marcos Antônio da Silva Modes no cargo de procurador-geral de contas, do Ministério Público de Contas do Estado do **Tocantins**, nesta quinta-feira (1º). A posse ocorreu após a Justiça anular ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos), que cancelava a nomeação de Marcos Antônio.

O termo de posse foi assinado em reunião que aconteceu no **TCE**, durante a manhã, com a presença do presidente do Tribunal, conselheiro **Alberto Sevilha**, e técnicos. O Governo do Estado foi procurado para se manifestar sobre o caso, mas não se pronunciou até a publicação desta reportagem.

O novo procurador-geral de contas foi escolhido, por meio de lista triplíce, em novembro deste ano, enquanto o vice-governador Laurez Moreira (PSD) atuava como governador em exercício.

Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

No início de dezembro, Wanderlei Barbosa (Republicanos), que havia sido afastado por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante a operação policial Fames-19, retornou ao cargo e publicou ato que cancelou a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes. No lugar dele, o governador nomeou José Roberto Torres Gomes, no dia 29 de dezembro de 2025.

Marcos Antônio da Silva Modes, procurador-geral de contas empossado

Ana Paula Rehbein/TV Anhanguera

LEIA TAMBÉM:

Justiça suspende ato do governador do **Tocantins** e garante nomeação no **Tribunal de Contas**

Tornozeleira, carta e salário de R\$ 30 mil: veja o que se sabe sobre prisão de coronel do Exército condenado por trama golpista

Marcos Antônio recorreu à Justiça e, na alegação, afirmou que a nomeação estava garantida e constituía um ato jurídico válido, que não poderia ser desfeito apenas por vontade política do governador, já que não houve justificativa para a dispensa.

A decisão que determinou a nomeação de Marcos Antônio é do desembargador Gil de Araújo Corrêa, publicada no dia 31 de dezembro. Ele entendeu que a primeira nomeação foi legal e que o governador titular não tinha o direito de anulá-la sem motivo previsto em lei. O desembargador também destacou que o ato de cancelamento não foi devidamente justificado.

"A decisão judicial reconheceu que a minha nomeação foi legítima, que não houve nenhuma necessidade posterior de anulação ou vício nela, tanto que não foi demonstrado hora nenhuma, e que havia a necessidade de se dar posse imediata, porque a instituição não pode ficar acéfala de um representante legitimamente constituído", comentou o procurador Marcos Antônio em entrevista à TV Anhanguera.

O mandato para o cargo é de dois anos, a partir de 1º de janeiro de 2026. O termo de posse assinado pelo procurador-geral de contas será publicado no boletim oficial do **Tribunal de Contas** na noite desta quinta-feira.

Veja mais notícias da região no g1 **Tocantins**.

Site: <https://www.radiocidade879fm.com.br/tce-empossa-novo-procurador-geral-apos-justica-derrubar-ato-de-governador-que-cancelou-nomeacao/>

Justiça suspende ato do governador do Tocantins e garante nomeação no | G1

Wanderlei Barbosa (Republicanos) havia cancelado a nomeação de Marcos Antônio para o cargo, após ele ter sido escolhido por meio de uma lista tríplice, durante o período em que o governador em exercício era Laurez Moreira (PSD).

A Justiça do **Tocantins** suspendeu, nesta quarta-feira (31), o ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) que cancelava a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes para o cargo de procurador no **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)**.

A decisão é do juiz Gil de Araújo Corrêa.

O governo foi procurado para se manifestar sobre o caso, mas até a última atualização não havia se pronunciado.

Decisão liminar suspende ato de Wanderlei Barbosa

Decisão liminar suspende ato de Wanderlei Barbosa

A Justiça do **Tocantins** suspendeu, nesta quarta-feira (31), o ato do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) que cancelava a nomeação de Marcos Antônio da Silva Modes para o cargo de procurador no **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)**. A decisão é do desembargador Gil de Araújo Corrêa .

O governo foi procurado para se manifestar sobre o caso, mas até a última atualização não havia se pronunciado.

Wanderlei Barbosa (Republicanos) havia cancelado a nomeação de Marcos Antônio para o cargo, após ele ter sido escolhido por meio de uma lista tríplice - Foto: Reprodução/TV Globo

Marcos Antônio da Silva Modes foi escolhido em novembro, por meio da lista tríplice, pelo vice-governador em exercício à época, Laurez Moreira (PSD). No entanto, Wanderlei Barbosa, que havia ficado afastado por 180 dias, retornou ao cargo em dezembro e cancelou a nomeação sem apresentar justificativa detalhada, nomeando José Roberto Torres Gomes.

Diante da situação, Marcos Antônio recorreu à Justiça alegando que sua nomeação já estava garantida e constituía um ato jurídico válido, que não poderia ser

desfeito apenas por vontade política do governador.

Com isso, o desembargador Gil de Araújo Corrêa entendeu que a primeira nomeação foi legal e que o governador titular não tinha o direito de anulá-la sem motivo previsto em lei. Além disso, destacou que o ato de cancelamento não foi devidamente justificado.

Com a determinação da Justiça, Marcos Antônio tomará posse no cargo de procurador-geral de contas nesta quinta-feira (1º).

Ops!

Site: <https://folhadetaquarussu.com.br/justica-suspende-ato-do-governador-do-tocantins-e-garante-nomeacao-no-g1/>